

Raul Jorge Marques

DESENVOLVIMENTO
LOCAL
EM ESPAÇO RURAL
E
NOVAS COMPETÊNCIAS

Centro de Estudos
Geográficos
da Universidade de Lisboa

Estudos de Geografia
Humana e Regional

42

NOTA DO AUTOR À EDIÇÃO

O estudo agora publicado foi elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Geografia Humana (Desenvolvimento Regional), dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 29 de Junho de 1998 e orientada pelo Professor Doutor Carlos Alberto Macedo Medeiros, tendo por arguente a Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva da Universidade do Porto e por presidente do Júri a Professora Doutora Teresa Barata Salgueiro.

Apesar de ser nossa convicção que a dinâmica do desenvolvimento local em espaço rural não se coaduna com atrasos na publicação deste tipo de trabalhos e apesar dos dois anos que passaram desde a sua defesa, porque outros afazeres profissionais nos levaram a deixar para segundo plano esta edição, resolvemos manter integralmente todo o conteúdo inicial alterando-se apenas o aspecto de algumas figuras e mapas que tentámos melhorar.

Obviamente que o tempo que entretanto passou, conjugado com novas experiências, nos levarão em futuras investigações a ponderar alguns aspectos, mas introduzir agora alterações era coarctar o ideal da sua construção e a metodologia que desenhámos ao pensar na dimensão social e política da Geografia, onde a abordagem da participação dos cidadãos ao nível local e regional tem sido pouco considerada, continuando a não abundar em Portugal estudos sobre esta temática.

Enquanto Assistente Convidado de Geografia Regional tentámos nos últimos três anos sensibilizar os nossos alunos para a problemática da participação dos cidadãos às escalas local e regional, bem como destacar o papel da Iniciativa Comunitária LEADER no seu incremento. Alguns dos trabalhos anuais entretanto produzidos pelos alunos noutras áreas de intervenção e noutras regiões (Minho e Alentejo) acabaram por evidenciar situações nem sempre conformes com as conclusões que obtivemos nesta investigação.

Contudo, no que concerne ao desenvolvimento local em espaço rural e devido às colaborações que entretanto prestámos na *Avaliação Intercalar e Contínua da Iniciativa Comunitária LEADER II* na Região Agrária da Beira Litoral (IESE/Geoideia, 1998/99), na *Avaliação Ex-Ante do Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006* (ISEG, 1999) e actualmente a convite do ICS na equipa internacional encarregue da *Avaliação das Políticas Europeias para Áreas Rurais Periféricas*, estamos ainda mais convictos de que o modelo de transformação português já não fica aquém dos demais parceiros comunitários, sendo não só

crescente a dinâmica de envolvimento dos cidadãos como também a progressão de iniciativas inovadoras.

Quanto ao papel de motor de transformação do espaço rural que tem sido a Iniciativa Comunitária LEADER, acreditamos que no contexto do actual LEADER+ criado em 21 de Junho de 1999 (Regulamento CE 1260/99, nº1, alínea c, artigo 20º) se venham a intensificar/consolidar as mudanças, agora reforçadas por uma nova bateria de objectivos de onde ressalta a necessidade dos agentes rurais reflectirem sobre o *potencial dos respectivos territórios numa perspectiva de mais longo prazo, o incentivo à aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável integradas por forma a valorizar o património natural e cultural, a melhoria da capacidade organizacional das comunidades e a promoção da «cooperação» em sentido lato* (C2000, 946 final - PT).

Por fim, reafirmamos uma vez mais os nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a produção deste trabalho e que nos têm permitido acreditar que dentro da geografia portuguesa é uma temática de investigação a prosseguir, não esquecendo os inúmeros alunos de Geografia Regional com os quais trocámos impressões sobre diferentes realidades locais e obviamente o Professor Doutor Carlos Alberto Medeiros que nos continuará a dar o seu prestimoso auxílio no contexto do nosso futuro doutoramento.

Agradecemos igualmente à Professora Doutora Teresa Barata Salgueiro o convite para esta edição e ao Centro de Estudos Geográficos a sua publicação.

Raul Marques

Odivelas, 29 de Setembro de 2000

Para a Paula, a Carla e a Tânia cuja companhia e o apoio incondicional me tem permitido manter esta vontade pela investigação.

Em memória da tia Celeste que durante vinte anos me recebeu na sua casa de S. Joaquinho e que infelizmente nos deixou em 1997.

ÍNDICE GERAL

PREÂMBULO	1
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I - O ITINERÁRIO	15
1 - PONTO DE PARTIDA	17
2 - PROBLEMÁTICA	18
3 - LOCAL DE INVESTIGAÇÃO	33
CAPÍTULO II - DO ESPAÇO DA CRISE AO ESPAÇO DO FUTURO	35
1 - PREOCUPAÇÕES GEOGRÁFICAS E PARADIGMAS REGIONAIS	37
• <i>A hegemonia regional</i>	37
• <i>A recuperação</i>	39
• <i>O renascimento</i>	41
• <i>A nova consciência</i>	42
2 - A CRISE RURAL: UM ANÁTEMA IRREVERSÍVEL?	46
3 - DELIMITAR O RURAL: QUE SENTIDO?	51
• <i>Como definir/delimitar o espaço rural?</i>	52
• <i>Os critérios de ruralidade na Wallonie</i>	55
CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO: UM EXEMPLO VALÃO	59
1 - O TEMPO, ESSE ALIADO	62
2 - UMA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	68
CAPÍTULO IV - O DESENVOLVIMENTO RURAL EM PORTUGAL: QUE INSTRUMENTOS?	77
1 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PDR)	80
2 - PROGRAMA OPERACIONAL DE PROMOÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPDR)	81
3 - PROGRAMA DAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (PIDL)	84
4 - PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA «LEADER»	85
• <i>A iniciativa «LEADER I»</i>	85
• <i>A iniciativa «LEADER II»</i>	91
5 - GUIA EUROPEU DE PLANEAMENTO PARA A AGENDA 21 LOCAL	94
CAPÍTULO V - O CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO: UMA OBSERVAÇÃO	101
1 - O ESPAÇO RURAL: QUE REALIDADE?	103
1.1 - <i>A localização do concelho: um privilégio?</i>	103
1.2 - <i>Da demografia à economia: breve caracterização e enquadramento regional</i>	105
2 - O DESENVOLVIMENTO LOCAL: QUE PRIORIDADES?	108
2.1 - <i>O Plano Director Municipal (PDM): uma visão institucional?</i>	108
2.2 - <i>Da ADICES ao PAL: uma nova perspectiva de desenvolvimento?</i>	110
3 - DOS CIDADÃOS AO DESENVOLVIMENTO: QUE PARTICIPAÇÃO?	1188
3.1 - <i>Metodologia de investigação</i>	1188
3.2 - <i>O perfil dos inquiridos</i>	1244
3.3 - <i>Comunicação e motivação: uma aposta para o futuro?</i>	126
3.4 - <i>Do envolvimento à disponibilidade</i>	131
3.5 - <i>Tipologia da participação</i>	13636
3.6 - <i>As inter-relações da participação</i>	14646
3.7 - <i>Da imprensa regional à participação: uma estratégia a considerar?</i>	152
3.8 - <i>A vertente cultural/lazer: uma forma de participação a não ignorar</i>	155
CONCLUSÃO	159
BIBLIOGRAFIA	165
LISTA DE ABREVIATURAS	179
RESUMO	181
RÉSUMÉ	182
SUMMARY	183
ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTRUTURA DO PROJECTO	12
FIGURA 2 - ESBOÇO DA PROBLEMÁTICA.....	19
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DA BÉLGICA.....	61
FIGURA 4 - COMUNAS DE INTERVENÇÃO.....	71
FIGURA 5 – TRAJECTÓRIA PARA UM «PLANO DE ACÇÃO AMBIENTAL»	96
FIGURA 6 – VERTENTES DA SUSTENTABILIDADE.....	100
FIGURA 7 - LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO.	103
FIGURA 8 - FREGUESIAS DO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO.....	105
FIGURA 9 - O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERSPECTIVA DO PDM SANTACOMBADENSE.....	109
FIGURA 10 - ÓRGÃOS SOCIAIS DA ADICES.	111
FIGURA 11 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ADICES.	112
FIGURA 12 - MODELO DE ANÁLISE.....	123
FIGURA 13 - TIPOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO.	138
FIGURA 14 - DINÂMICA PARTICIPATIVA.....	152

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ACTIVIDADES DOS INQUIRIDOS.....	125
GRÁFICO 2 - CONHECIMENTO DA «ADICES».....	126
GRÁFICO 3 - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO.....	134

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	30
QUADRO 2 – ÍNDICE DE RURALIDADE DE CLOKE (1977).....	52
QUADRO 3 – AGRUPAMENTO DAS COMUNAS COM BASE NAS TIPOLOGIAS COMUNAL E INFRACOMUNAL (1991).....	57
QUADRO 4 – PRIMEIRAS «OPERAÇÕES-PILOTO» DE RENOVAÇÃO RURAL.....	62
QUADRO 5 – SÍNTESE DO <i>PCDR</i>	66
QUADRO 6 – COMPONENTES DO <i>DOSSIER</i> DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	67
QUADRO 7 – ADESÕES AO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	69
QUADRO 8 – O «PPDR» (OBJECTIVOS E EIXOS).....	82
QUADRO 9 – O «PPDR» (LINHAS DE ACTUAÇÃO E MEDIDAS)	83
QUADRO 10 – O «PIDL» (MEDIDAS E ACÇÕES).....	85
QUADRO 11 – GRUPOS ABRANGIDOS PELA INICIATIVA «LEADER I».....	86
QUADRO 12 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS POR FUNDOS.....	88
QUADRO 13 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS POR MEDIDAS.....	88
QUADRO 14 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS POR ENTIDADES.....	91
QUADRO 15 – OBJECTIVOS DO «PNE».....	93
QUADRO 16 – O «FÓRUM AMBIENTAL» SEGUNDO O «GEP A2IL».....	95
QUADRO 17 – A IMPLEMENTAÇÃO DO «PLANO DE ACÇÃO AMBIENTAL»	97
QUADRO 18 – PRINCÍPIOS DA GESTÃO AMBIENTAL.....	98
QUADRO 19 – PRINCÍPIOS DA TOMADA DE DECISÕES	99
QUADRO 20 - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE DESENVOLVIMENTO	109
QUADRO 21 - PAL LEADER/ADICES I (1991-94).....	114
QUADRO 22 - PAL LEADER/ADICES II (1994-99)	115
QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	121
QUADRO 24 - CRITÉRIOS PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO.....	121
QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR FREGUESIAS.....	122
QUADRO 26 - DISTRIBUIÇÃO DAS IDADES DOS INQUIRIDOS.....	124
QUADRO 27 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS INQUIRIDOS (1997).....	125
QUADRO 28 - CATEGORIA SOCIOPROFISSIONAL DOS INQUIRIDOS (1997)	126
QUADRO 29 - CONHECIMENTO DA «ADICES» POR FREGUESIAS (1997)	127
QUADRO 30 - INFORMAÇÃO FORNECIDA AOS CIDADÃOS (1997)	129
QUADRO 31 - DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO (1997)	131
QUADRO 32 - INSCRIÇÃO EM ASSOCIAÇÕES (1997).....	132
QUADRO 33 - PARTICIPAÇÃO EFECTIVA (1997).....	133
QUADRO 34 - PARTICIPAÇÃO POTENCIAL (1997).....	135
QUADRO 35 - CAUSAS DA NÃO PARTICIPAÇÃO (1997).....	136
QUADRO 36 - TIPO DE VARIÁVEIS.....	137
QUADRO 37 – PERFIS DOS GRUPOS.....	139
QUADRO 38 – PERFIS DA PARTICIPAÇÃO	148
QUADRO 39 – RESPONSÁVEIS PELOS ARTIGOS.....	153
QUADRO 40 – TERRITORIALIZAÇÃO DOS ARTIGOS.....	153
QUADRO 41 – TIPOLOGIA DA INFORMAÇÃO	154

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – PREOCUPAÇÕES GEOGRÁFICAS E PARADIGMAS REGIONAIS.....	i
ANEXO II – UM INVENTÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO	ii
ANEXO III – VARIÁVEIS DA TIPOLOGIA RURAL DA REGIÃO VALÃ (1991)	iii
ANEXO IV – TIPOLOGIA COMUNAL DA REGIÃO VALÃ (1991)	ivv
ANEXO V – ZONAGEM INFRACOMUNAL DA REGIÃO VALÃ (1991)	v
ANEXO VI – CLASSIFICAÇÃO DOS SECTORES ESTATÍSTICOS (1991)	vv
ANEXO VII – CRITÉRIOS DE RENOVAÇÃO RURAL DA REGIÃO VALÃ, 1979	vi
ANEXO VIII – O DESENVOLVIMENTO RURAL COM A FRW (JUN. 1995)	vii
ANEXO IX – CONVENÇÕES E SUBVENÇÕES - 1980/94.....	viii
ANEXO X – SUBVENÇÕES OBTIDAS EM 1994.....	viii
ANEXO XI – OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (PDR 1994-99)	ix
ANEXO XII – EIXOS DO PDR.....	x
ANEXO XIII – LINHAS ESTRATÉGICAS REGIONAIS (PDR 1994-99)	xi
ANEXO XIV – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA NACIONAL DE GESTÃO «LEADER I».....	xii
ANEXO XV – GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL «LEADER I».....	xiii
ANEXO XVI – CONCELHOS ENVOLVIDOS NA INICIATIVA «LEADER I»	xiv
ANEXO XVII – ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO «LEADER I»	xv
ANEXO XVIII – MEDIDAS ELEGÍVEIS (1994-1999).....	xix
ANEXO XIX – PLANO DE ACÇÃO LOCAL	xx
ANEXO XX – GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL «LEADER II».....	xxi
ANEXO XXI – CONCELHOS ENVOLVIDOS NA INICIATIVA «LEADER II»	xxii
ANEXO XXII – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO PRÉ-TESTE.....	xxiii
ANEXO XXIII – QUESTIONÁRIO FINAL	xxv
ANEXO XXIV – CODIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA «SPSS»	xxvii
ANEXO XXV – TIPOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO (modalidades sobrerrepresentadas)	xxix
ANEXO XXVI – TIPOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO (valores teste).....	xxx
ANEXO XXVII – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS.....	xxxi
ANEXO XXVIII – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SUBGRUPOS.....	xxxii
ANEXO XXIX – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SUBGRUPO C	xxxiv

PREÂMBULO

Quando em 1982 me questionava, no sossego do meu então Gabinete de Normalização da Qualidade das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, sobre a Licenciatura em Geografia, estava longe de supor que seria uma opção que, para além de me alterar o estatuto profissional, se tornaria na minha principal ocupação.

Na verdade, para quem mantinha a paixão de poder trabalhar directamente com «pessoas», daí a hipótese tantas vezes considerada da Medicina ou da Psicologia, a Geografia colocava-me à partida algumas reticências, sobretudo, porque a opção pelo ensino não era ainda ponderada e retinha desta ciência a árdua tarefa de aluno do liceu que tinha de saber todas as produções agrícolas, serras, rios e caminhos-de-ferro do País e das então «Províncias Ultramarinas».

No entanto, agora que efectuo uma viagem ao passado, não posso ignorar os incentivos dos então meus superiores hierárquicos, Eng.^a Maria Carolina Sequeira e Eng.º José Matias Baptista, bem como do companheiro Jorge Leote que tantas vezes me viria a proteger a retaguarda. Se hoje trabalho neste projecto é porque tive da parte deles todo o apoio e compreensão.

Concluída a Licenciatura em Geografia, surgiu posteriormente a especialização em Ensino, depois uma breve passagem pelo Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia e por fim o regresso a casa e ao Mestrado em Geografia Humana e Desenvolvimento Regional, onde o clima de actualidade, de formação e de liberdade de actuação me deixaram profundamente satisfeito. Quanto ao futuro, o tempo o dirá!

Redescoberta aos 29 anos, esta «tardia» vocação de estudante tem-me servido em larga medida para colmatar um permanente sentimento de insatisfação e a vontade de querer ir mais longe, bem como permitido reflectir sobre os «indivíduos» e os «espaços de abandono» a que a problemática do rural não é estranha, apesar dos inúmeros temas aliciantes sobre os quais tive oportunidade de me debruçar. Contudo, este trajecto não tem sido linear, pois alturas houve em que centrei as preocupações na Geografia Agrícola, outras na Agrária e por fim na Rural.

Na realidade, já defendi a perspectiva de que deveria ser a agricultura o motor do desenvolvimento rural, que os agricultores se teriam de associar para maior facilidade de produção e escoamento dos produtos e para aproximarem o seu nível de vida do existente nos outros sectores de actividade.

Apaixonadamente estudei as opções cooperativa (*Campagro* de Campo Maior e *1º de Maio* de Avis) e para-cooperativa (agricultura de grupo desenvolvida por jovens agricultores de Azenhas dos Tanoeiros); com convicção defendi a Reforma Agrária personificada pela então *Cooperativa 1º de Maio* de Avis, pois acreditava, ontem tal como hoje, que a viabilidade económica das empresas não deve ser correlacionada com a opção política de quem as dirige e nelas trabalha.

Neste momento, ao olhar para trás, continuo a acreditar que o desenvolvimento rural é possível, só que deixei de eleger apenas a agricultura e os agricultores, mas o empenho de todos os cidadãos independentemente da sua actividade económica.

Assim, este projecto de investigação representa uma continuidade na ruptura (continuidade do tema e ruptura de perspectiva), o continuar da paixão pelo rural de quem já não pode ver os seus «campos» de menino, hoje palco de urbanizações resultantes do crescimento tentacular das cidades de Lisboa e de Vila Franca de Xira.

Uma paixão só possível de exprimir, porque desde que me inscrevi neste Mestrado, claramente mais vocacionado para as problemáticas inerentes ao espaço urbano, tive desde início todo o apoio da Professora Dr.^a Teresa Barata Salgueiro que me foi deixando adaptar as diferentes temáticas aos meus interesses de investigador-aprendiz.

Uma paixão que, apesar de dificultada por parte do Ministério da Educação, que não me permitiu usufruir de dispensa para no terreno recolher pessoalmente os dados indispensáveis à prossecução do estudo empírico, acabou por receber inúmeros apoios desinteressados que não posso deixar de sublinhar e que aproveito para agradecer:

- ao Dr. Herculano Cachinho, antigo colega da Escola Secundária de Odívetas, hoje docente nesta Universidade, uma das pessoas mais disponíveis que conheço apesar das imensas tarefas que tem sempre entre mãos: as suas opiniões, os seus reparos, o seu incentivo nos momentos de desalento, o seu exemplo de dedicação à Geografia, foram um permanente bálsamo para continuar;
- à Professora Dr.^a Isabel Margarida André que me auxiliou na aplicação e interpretação da análise factorial e me facultou o acesso ao *software* da *Geoideia*;
- aos colegas de Mestrado que me permitiram tantas horas de diálogo e de troca de ideias e informações;
- ao Dr. Guy Albarre da *Fondation Rurale de Wallonie* que tudo fez para que no terreno me apercebesse um pouco da realidade do desenvolvimento rural valão;

- ao Dr. José Anadia (DGDR) que me possibilitou o acesso a elementos do *Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER»* e que sempre se mostrou disponível para me esclarecer as dúvidas existentes;
- ao Sr. José Rui Alves Cruz (Vereador da Câmara Municipal de Santa Comba Dão) que tudo fez para que diversas portas se abrissem;
- ao Dr. Orlando Mendes (Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão) que desde início mostrou total receptividade ao projecto;
- à Dr.^a. Regina Lopes que me acompanhou na ADICES e que sempre me forneceu as informações solicitadas;
- aos colegas e alunos das Escolas Primárias, Preparatória e Secundária que me permitiram efectuar os questionários;
- aos habitantes do Concelho de Santa Comba Dão que revelaram imensa disponibilidade para me atenderem.

Para o meu orientador e Mestre, Professor Dr. Carlos Alberto Medeiros, que outrora (Seminário de Geografia Agrária de Portugal em que investiguei a *Cooperativa 1º de Maio* de Avis) tal como hoje sempre me facultou o seu precioso tempo, os meus mais profundos agradecimentos.

Mais do que um incansável e atento orientador, o Professor Medeiros foi o conselheiro que me auxiliou a recuperar o bom senso nalgumas tiradas mais arrojadas e a ultrapassar o desânimo que mais de uma vez me assaltou, sempre que senti que poderia ter percorrido outros caminhos menos desconhecidos.

Por fim, porque ao longo destes quinze anos em que a Geografia passou a fazer parte integrante da minha vida muitas vezes negligenciei a família, não posso deixar de expressar neste preâmbulo o meu agradecimento pela compreensão, carinho e incentivo demonstrados. Sem o apoio das minhas três mulheres (Paula, Carla e Tânia) que tantas vezes têm saído sozinhas porque fico embrenhado nos livros e agarrado ao computador, esta dissertação nunca seria possível!

Odivelas, 15 de Janeiro de 1998

INTRODUÇÃO

- Porquê este projecto de investigação?
- Qual a sua pertinência e utilidade?
- Que postura científica adoptar?
- Que estrutura delinear?

Desenvolvimento Local em Espaço Rural e Novas Competências (A participação dos cidadãos no Concelho de Santa Comba Dão) é um projecto de investigação cujos resultados nos propomos apresentar no âmbito do Mestrado em Geografia Humana (Desenvolvimento Regional) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Todavia, quatro questões se nos colocaram aquando da elaboração do plano:

- **porquê este projecto de investigação?**
- **qual a sua pertinência e utilidade?**
- **que postura científica adoptar?**
- **que estrutura delinear?**

No que concerne à sua génese, este projecto é o produto de quatro diferentes atitudes que têm norteado o comportamento do autor, nomeadamente:

- recusa em ver desaparecer o «campo» no turbilhão do urbanismo selvático;
- fé no futuro do espaço rural e na capacidade dos seus habitantes em serem promotores de desenvolvimento¹ quando devidamente apoiados e incentivados pelo Poder Político;
- aprofundar a reflexão geográfica (o agrícola, o agrário e o rural têm sido temas preferenciais de investigação);
- defesa de que a Geografia é imprescindível², como ciência espacial e social, para uma melhor compreensão das problemáticas do desenvolvimento.

No entanto, ao privilegiarmos o desenvolvimento local, pensamos em Geografia Rural, no agrícola, no agrário e em todo um espaço socioeconómico³ que está directamente condicionado e influenciado pelas dinâmicas urbanas e pelos contornos da globalização.

¹ Acesso que todos os cidadãos deverão ter a bens, serviços e oportunidades, independentemente da sua capacidade económica, por forma a satisfazerem as suas necessidades no presente e a criarem iguais condições para as gerações futuras.

² Por oposição a afirmações como a referida por Unwin e efectuada por Eliot Hurst (1985): “*no hay necesidad alguna de la geografía ni de los demás fragmentos actualmente constituidos de las ciencias sociales, que deben rechazarze*” (Unwin, 1992: 259).

³ Por oposição à **Geografia Agrária** (centra as suas preocupações numa interdependência de fenómenos espaço-temporais onde morfologia, paisagem e calendário agrícola se relacionam directamente com factores agronómicos - clima, orografia e solo - e atributos herdados - costumes e estruturas, reflexos de um passado que assume o carácter de presságio limitativo do desenvolvimento) e à **Geografia Agrícola** (direccionada para uma dinâmica técnico-económica que atribui primordial importância ao domínio produtivo como resultado de uma equação onde surgem, como variáveis, o sistema de produção, os tipos de cultura, os regimes culturais, a exploração e o agricultor como agente de decisão, perspectiva microeco-

Relativamente à pertinência e utilidade do projecto, consideramos que ao inter-relacionarmos o desenvolvimento local em espaço rural com o exercício da cidadania, os dois grandes pilares deste estudo, estamos a contribuir para aprofundar o debate sobre a necessidade de incrementar a ligação entre instituições, agentes económicos e cidadãos (parceiros imprescindíveis em qualquer processo de mudança), pois a cooperação de todos não será demais para a prossecução e consolidação do desenvolvimento, aliás, perspectiva presente no actual discurso político dos países da União Europeia e que se nos afigura de primordial importância para combater o individualismo⁴.

Por outro lado, porque dificilmente aceitamos a subserviência inerente à tradicional dicotomia rural-urbano, cada vez mais sem sentido nos países considerados «desenvolvidos», quando as novas tecnologias⁵ reduzem distâncias, aproximam espaços e contribuem para uma «normalização» de hábitos e costumes, consideramos útil vir a terreno defender que a Geografia tem obrigação de alertar e contribuir para uma reflexão integrada sobre o espaço geográfico⁶, para a promoção do debate e tomada de consciência da necessidade política de motivar a participação dos cidadãos, para uma análise que aponte caminhos para a melhoria das condições de vida dos lugares e redução das assimetrias.

Ao defendermos uma análise geográfica que não alimente perspectivas dicotómicas, pensamos em desenvolvimento integrado (local, regional e nacional)⁷, no lugar como es-

nómica que acaba muitas vezes por subalternizar o indivíduo à ideologia do rendimento e da produtividade).

⁴ Que muitas vezes conduz a formas de participação negativa, como as despoletadas pelos comportamentos «nimbistas» (*syndrome NIMBY - not in my back yard*) que se traduzem na “*oposição dos habitantes à realização na proximidade do seu domicílio de um ordenamento ou de um equipamento colectivo, não porque o não considerem necessário...mas simplesmente porque não o querem próximo de si*” (Ascher, 1995: 156-157).

⁵ Para além da TV por cabo, o computador e o recurso à *internet* (com projecto de divulgação em Portugal pelas Escolas do interior) permitem, neste final de milénio, o desenho de um imenso espaço «reticular» em que cidadãos dos mais díspares espaços geográficos trocam experiências, se aproximam, em suma, se globalizam.

⁶ Já proposta por Bonnamour nos anos 70: “*nous pensons que l'étude du monde contemporain exige le concours des urbanistes et des ruralistes, que les études urbaines et les études rurales ne sauraient être dissociées, mais à condition que le point de vue urbanistique ne soit pas une pétition de principe susceptible d'infléchir l'observation*” (Bonnamour, 1973: 25).

⁷ Segundo Simões Lopes “*não há desenvolvimento que não seja um desenvolvimento regional*” (Lopes, 1986: 69).

paço de identidade⁸, no espaço dos cidadãos (produto social construído pela intervenção humana), na qualidade de vida a que todos têm direito independentemente do rendimento ou do lugar de residência, na capacidade tantas vezes demonstrada pelos indivíduos para intervirem e desempenharem diferentes papéis, no «pacto social»⁹ como forma superior de promover uma democracia participada.

Continuamos a acreditar que é inevitável promover o local e o rural, que uma nova dinâmica (provavelmente de âmbito regional) poderá contribuir para a sua reintegração territorial, que o «espaço do desenvolvimento»¹⁰ tem futuro, mas duvidamos do êxito das estratégias que ignoram o contributo dos habitantes, a sua participação¹¹, que não atendem às diferentes interdependência espaciais (rurais e urbanas) ou que continuam a apostar nas medidas de *top down*¹² que caracterizaram os anos 50-60 onde uma tecnocracia citadina, arrogante e omnisciente, definia a partir da cidade o futuro dos espaços rurais, ignorando a população local e criando uma perifericidade por omissão, responsável pelo estado de abandono em que se encontram actualmente algumas das regiões rurais.

No tocante à estrutura do projecto, consideramos que qualquer trabalho de investigação implica partir de uma planificação previamente definida, que não sendo estanque nem imutável, permitirá ao investigador uma melhor coordenação dos conteúdos que se propõe abordar.

⁸ Pois, tal como refere Entrikin (1991) citado por Tim Unwin, “*La importancia del lugar...es que las personas como actores siempre se sitúan en lugares concretos y en períodos concretos, y el contexto de sus acciones contribuye a crear su sentido de identidad*” (Unwin, 1992: 261).

⁹ Liberdade condicionada pela submissão dos interesses individuais ao colectivo e entendido tal como foi enunciado por Jean-Jacques Rousseau (1762): “*Cada um de nós põe em comum a sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direcção da vontade geral: e recebemos, em conjunto, cada membro como parte indivisível do todo*” (Rousseau, 1968: 88).

¹⁰ Deverá ser encarado, tal como refere Simões Lopes, “*dans son contenu le plus complet: espace, élément d’integration; espace, élément de concrétisation des actions; espace, objet de transformations*” (Lopes, 1986: 70).

¹¹ Para Manuel Lopes Porto e Jorge Gaspar (1986) esta será mais eficaz no quadro das regiões, entidades cuja dimensão permite uma maior eficácia de soluções, pois “*beaucoup de problèmes fondamentaux de développement ne pouvaient être résolus à partir des propositions de ces collectivités locales [concelhos, freguesias], très nombreuses et d’une taille réduite (même si l’on considère les municipios)*” - Porto e Gaspar, 1986: 89.

Assim, após inúmeras alterações, acabámos por optar pela seguinte organização:

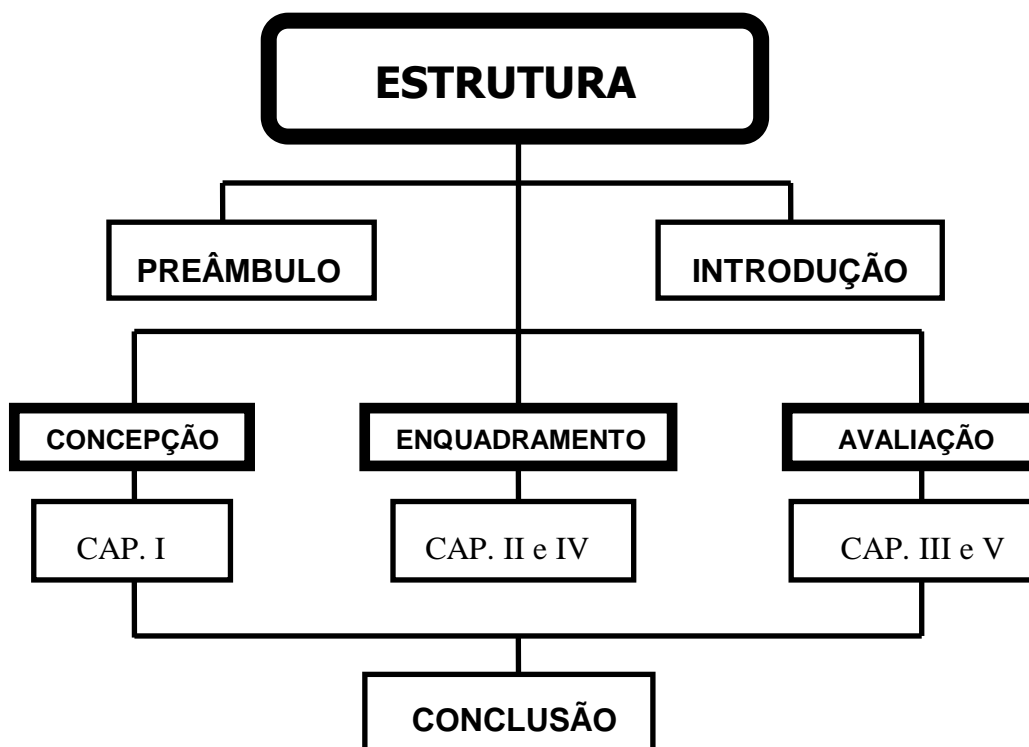


Figura 1- Estrutura do projecto.

Na introdução e em cada um dos capítulos surge um frontispício com as questões particularmente relevantes e que são objecto de explanação.

O capítulo I (**O Itinerário**) consiste no percurso empreendido, desde os objectivos do projecto à formulação do problema e elaboração da tese e das hipóteses. Para além do esboço da problemática, damos ainda conta de algumas opções efectuadas e definimos os conceitos que consideramos fundamentais.

Porque dedicamos uma particular importância à forma como a Geografia tem equacionado as questões do campo, pretendemos com o capítulo II (**Do Espaço da Crise ao Espaço do Futuro**) traçar uma perspectiva de evolução das abordagens desde o início do século até à actualidade.

¹² Na verdade, defendemos um planeamento que privilegie procedimentos de *bottom up* mobilizadores da participação das populações locais e indispensáveis ao reforço do exercício da cidadania e à concomitante consolidação da democracia.

Também porque dificilmente aceitamos a ausência de soluções, abordamos ainda neste capítulo a natureza da crise rural e o que nos parece ser um novo contributo operacional para um combate com êxito (Declaração de *Cork*)¹³.

Ao considerarmos que ainda é frequente, mesmo no discurso oficial, a ausência de uma precisão conceptual quando se aborda o espaço rural, onde a falsa trincheira da agricultura continua a limitar o acesso a um desenvolvimento regional integrado, visão redutora que tem sido responsável pela marginalização dos territórios que não acompanharam a dinâmica do primado urbano-industrial, pretendemos ainda reflectir sobre a necessidade de delimitar com o máximo rigor possível o espaço a que deverão ser afectadas as verbas realmente destinadas ao desenvolvimento rural, recorrendo-se como exemplo a um estudo efectuado para a *Wallonie*¹⁴.

Quanto ao capítulo III (**Desenvolvimento e Participação: Um Exemplo Valão**), apesar de não efectuarmos comparações com o estudo empírico efectuado no concelho de Santa Comba Dão dada a desigualdade espacial e temporal da experiência, a sua inclusão tem por objectivo apresentar a perspectiva valã¹⁵ apoiada pela *Fondation Rurale de Wallonie* desde 1975, a qual, no terreno¹⁶, nos permitiu comprovar que promover o rural não é uma utopia, antes um processo de responsabilidade partilhada que deve privilegiar o envolvimento dos cidadãos.

Ao defendermos que o desenvolvimento requer instrumentos adequados, propomos interpretar no capítulo IV (**O Desenvolvimento Rural em Portugal: Que Instrumentos?**) o Plano de Desenvolvimento Regional e diferentes programas (Programa Ope-

¹³ Produto da Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural, Irlanda, 7 a 9 de Novembro de 1996.

¹⁴ BRONCHART, Luc; DENONVILLE, Ingrid; MARISSAL, Pierre (1991a). *Critères de Ruralité (Rapport Final)*. Bruxelles, Groupe d'Etude pour la Valorisation de L'Espace Rural et Urbain (GEVERU), Université Libre de Bruxelles, 64 p.

¹⁵ Com a qual mantemos contacto desde meados dos anos 80 e que esteve na origem da nossa permanência na *Université Libre de Bruxelles* (Junho e Julho de 1995) no âmbito deste Mestrado e sob a orientação de C. Vandermorten. Então, os contactos estabelecidos com Claire Neuray (*Groupe d'Etude pour la Valorisation de l'Espace Rural et Urbain, GEVERU*), Marie-Françoise Godart (*Institut de Gestion de l'Environnement et d'Aménagement du Territoire, IGEAT*) e Guy Albarre (*Fondation Rurale de Wallonie, FRW*) permitiram-nos acreditar que grande parte da sua experiência de intervenção, nomeadamente no âmbito das estratégias e metodologias, poderiam ser referências úteis para o desenvolvimento do espaço rural do nosso país.

¹⁶ Comunas de *Herbeumont, Bertrix, Florenville* e *Chiny* onde nos deslocámos com os agentes de desenvolvimento da *FRW*, Jacques Cornerotte e Véronique Cathcart, segundo um programa previamente estabelecido por Guy Albarre.

racional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER») que presentemente servem de suporte às transformações do espaço rural português.

Porque centramos na corresponsabilização «Poder Central - Poder Local - Cidadãos» a revolução espacial onde o rural perderá a imagem limitativa e subalternizante do espaço da agricultura, empreendemos ainda um percurso pela preservação do património ambiental, implícita ao espaço rural e à abordagem da sustentabilidade, dedicando-se uma particular atenção ao *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local* (instrumento imprescindível para uma intervenção planificada e vocacionada para a responsabilidade partilhada).

No capítulo V (**O Concelho de Santa Comba Dão: Uma Observação**), para além de uma caracterização sumária do concelho, tentamos avaliar através de documentos oficiais (Plano Director Municipal e Plano de Acção Local) a correlação existente entre a actual perspectiva de desenvolvimento e a necessidade de implicar os cidadãos, não ignorando ainda as opiniões dos responsáveis locais e o contributo da dinâmica «LEADER» protagonizada pela ADICES (Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas).

Por fim, recorrendo ao tratamento dos questionários efectuados aos cidadãos residentes, empreendemos uma avaliação da sua participação no processo de desenvolvimento local, bem como da sua disponibilidade para participar.

Em síntese, este projecto tem por base três dimensões (Poder Central, Poder Local e Cidadãos) e três vertentes (Política de Desenvolvimento Rural, Estratégias de Desenvolvimento Rural e Exercício da Cidadania na componente participação).

Relativamente às escalas de análise, recorreremos à regional (Região Valã), nacional (Portugal Continental no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER») e local (Concelho de Santa Comba Dão onde decorreu o estudo empírico).

CAPÍTULO I - O ITINERÁRIO

- Que objectivos? De onde partir? Que tese? Que hipóteses?
- Que problemática? Que conceitos?
- Porquê afectar à problemática do desenvolvimento local em espaço rural o *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local*?
- Porquê eleger o Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» como motor do actual desenvolvimento sustentável do espaço rural?
- Porque motivo a escolha do Concelho de Santa Comba Dão?

1 - PONTO DE PARTIDA

Ao considerarmos que qualquer processo de desenvolvimento implica a existência de uma política de âmbito nacional e das correspondentes estratégias locais, às quais, os cidadãos, não devem ficar indiferentes, porque apesar de poderem não ser protagonistas directos são indiscutivelmente os primeiros alvos da mudança, definimos que este projecto de investigação seria dirigido pelos seguintes **objectivos**:

- reflectir na necessidade de que o desenvolvimento local em espaço rural implique o exercício da cidadania (participação dos agentes económicos, dos agentes educativos e dos cidadãos em geral, individualmente ou associados);

- detectar, no Concelho de Santa Comba Dão, o contributo do Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» para o incremento da participação dos cidadãos e o desenvolvimento local, através da intervenção da Entidade «LEADER» local (ADICES - Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas).

- verificar a sensibilidade dos responsáveis locais para a implicação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento, nomeadamente, no que concerne à aplicação do *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local*, instrumento que nos parece vocacionado para o fomento do exercício da cidadania.

No entanto, por onde começar?

- **Como responder aos objectivos previamente definidos?**
- **Qual a nossa verdadeira preocupação?**
- **Enfim, de onde partir?**

Após muitas dúvidas e sucessivos ajustamentos, acabámos por propor a seguinte **questão de partida**:

Qual a disponibilidade e o contributo dos cidadãos para o desenvolvimento local em espaço rural?

Aceite a questão, impunha-se conceber a **tese**!

- **Que proposição defender?**

«Que os cidadãos, se motivados para o exercício da cidadania, revelam disponibilidade para participar em acções que visem a implementação de estratégias de desenvolvimento».

Quanto às **hipóteses**, essas eternas aliadas do investigador que o estudo empírico muitas vezes se encarrega de comprovar ou negar, consideramos que:

- qualquer tentativa de empreender um desenvolvimento sustentado do espaço rural deverá apoiar-se no trinómio «sensibilização-educação-preservação»:

- sensibilização de toda a população, por parte do Poder Político, para a identidade territorial e a necessidade de cooperar e inovar por forma a promover a melhoria da qualidade de vida;

- educação para o desenvolvimento, entendida nas suas vertentes formal e informal;

- preservação do património natural e construído.

- o Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» tem sido um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentado do espaço rural do Concelho de Santa Comba Dão.

- a aplicação do *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local* poderá contribuir para um maior envolvimento dos cidadãos nas estratégias de preservação e de melhoramento do ambiente e da qualidade de vida.

2 - PROBLEMÁTICA

Definidos os objectivos, questão de partida, tese e hipóteses, como estruturar a **problemática** (figura 2)?

Como sustentar que o desenvolvimento local em espaço rural é possível?

Desenvolvimento com o cidadão e para o cidadão é o caminho que defendemos! Não o único, provavelmente o menos fácil, mas o que julgamos possível e desejável em nome de um dos valores que nos é mais querido, a liberdade, pois tal como afirma Soromenho-Marques:

“quando morre a atmosfera da liberdade, da política como experiência humana do erro e da sua rectificação, morrem também os cidadãos, transformados em átomos, em membros de um rebanho social pronto a oferecer-se em imolação pelas mais sórdidas e vazias das causas” (Soromenho-Marques, 1996: 38).

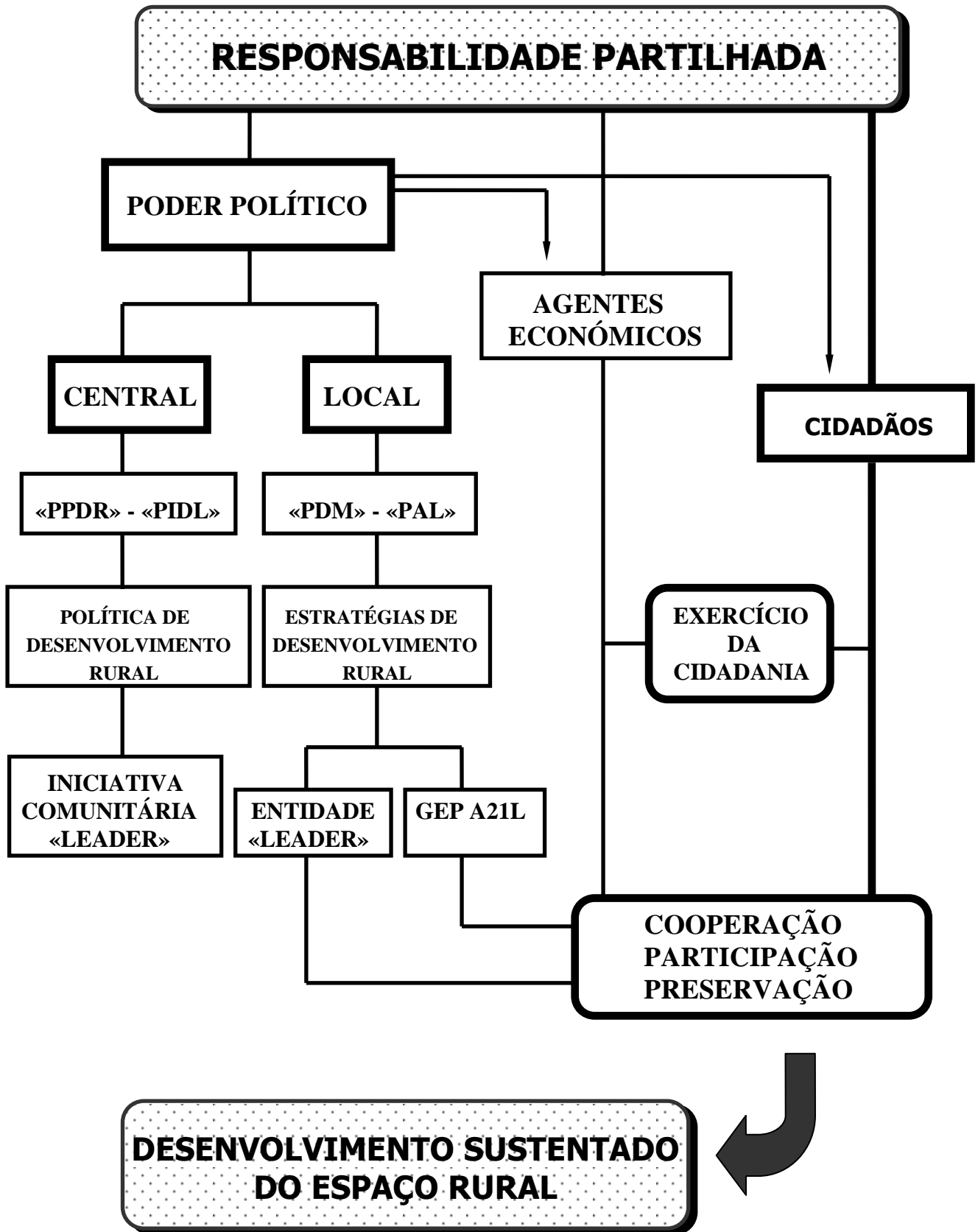


Figura 2 - Esboço da problemática.

Compreender toda a montagem da problemática implica, necessariamente, dissecar a estrutura conceptual do autor. Assim, partindo de uma inter-relação «pergunta-resposta», esperamos poder clarificar a nossa perspectiva e os respectivos conceitos.

• **O que entender por «responsabilidade partilhada»?**

Ao consultarmos o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de José Pedro Machado (1990) verificamos que enquanto «partilhar» significa *tomar parte em; participar de*, a «responsabilidade» é a *qualidade do que é responsável, do que deve responder pelos seus actos ou pelos de outrem*.

Assim, para nós, a «responsabilidade partilhada» surge como um conceito que assenta na participação efectiva (cooperação) de diferentes actores num mesmo processo de decisão, o qual, apesar da diversidade de níveis, não deve ignorar nenhum dos potenciais intervenientes por forma a que todos possam responder pelos seus actos.

Porque consideramos o desenvolvimento rural numa perspectiva sustentada e global¹⁷, defendemos que esta responsabilidade deve assentar na parceria entre o Poder Político (Central e Local), os Agentes Económicos (no âmbito da agricultura, indústria, comércio e serviços) e os cidadãos, traves mestras de qualquer processo de mudança.

Aliás, se atendermos ao quinto programa da *Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável* (1992-2000), um dos documentos que orienta o futuro dos países da União Europeia até ao final do milénio, verificamos que também ele considera a «responsabilidade partilhada» como um processo que “*requer um envolvimento activo e muito mais alargado de todos os agentes económicos, incluindo as autoridades públicas, as empresas públicas e privadas sob todas as formas e, sobretudo, as pessoas em geral, quer como cidadãos quer como consumidores*” (CCE, Direcção-Geral XI, 1993: 57).

• **Porquê incluir o Poder Político?**

Em primeiro lugar, porque consideramos que qualquer processo de desenvolvimento terá de partir de uma política nacional (atribuição do Poder Central) e assentar em estratégias específicas focalizadas nas realidades locais (atribuição do Poder Local e Regional).

¹⁷ Conjunto coordenado de acções de ordenamento e reordenamento empreendidas em espaço rural e envolvendo eficazmente na sua consecução a população interessada, o poder local e a administração regional, com vista à revitalização e restauração do meio rural no respeito das especificidades existentes e por

Em segundo lugar, porque entendemos que a problemática da «participação dos cidadãos» é indissociável da manutenção da própria democracia e que a sua ausência acabará por retirar energia a qualquer Governo e contribuir para um alargar das desigualdades.

Na realidade, relembrando Gunnar Myrdal, “*quando o povo é apático em suas organizações...também se mostra apático como cidadão do Estado. Como a não-participação...é mais comum nos níveis inferiores de renda, isso facilmente leva a uma situação na qual a estrutura organizativa pende mais em favor dos grandes negócios e, geralmente, a favor dos interesses dos níveis superiores de renda*” (Myrdal, 1962: 65).

Para este autor que reflectiu sobre as estratégias necessárias à manutenção do *welfare state*, a motivação dos cidadãos para a participação era indissociável da sua própria preservação e do regime democrático. No entanto, apesar de terem passado três décadas sobre este livro de Myrdal, a problemática mantém-se:

“*As democracias permitem a participação e, por conseguinte, o «feedback», sem o qual os governos terão sempre tendência para favorecer as grandes empresas que contribuem substancialmente para a riqueza nacional, em detrimento dos interesses a longo prazo de grupos dispersos ou de cidadãos privados*” (Fukuyama, 1992: 126).

Todavia, actualmente, quando grande parte do exercício da cidadania se confina às «instituições intermédias» (associações de solidariedade, de consumidores, de pais, profissionais..., conselhos escolares, igrejas, partidos políticos, etc.)¹⁸, qual o papel dos não militantes? Será que não gostariam de contribuir para o desenvolvimento dos locais onde residem e (ou) trabalham? Será que se preocupam em exercer o dever de participar?¹⁹ Será que lhes é permitida a participação?²⁰

forma a melhorar as condições de vida dos habitantes sob o ponto de vista económico, social e cultural (adaptado do *Décret Relatif au Développement Rural de la Région Wallonne*, 6 de Junho de 1991).

¹⁸ No entanto, não podemos ignorar a «participação individual» patente nas intervenções de cidadãos nos fóruns da rádio (TSF), nos referendos televisivos (SIC) ou nas opiniões expressas em jornais e revistas (*Faça-se ouvir* da Notícias Magazine, etc.).

¹⁹ Para Francis Fukuyama estamos num período de “*direitos perfeitos e deveres imperfeitos*” em que a participação dos cidadãos se remete para a eleição dos seus representantes, contrariamente ao comportamento existente nas pequenas repúblicas da antiguidade “*em que era exigida a participação activa de virtualmente todos os cidadãos na vida comunitária, desde a intervenção nas tomadas de decisão ao serviço militar*” (Fukuyama, 1992: 310).

Quanto a nós, nenhum Governo democrático (Central, Local e Regional) se pode eximir da sua quota parte de responsabilidade no défice de participação dos seus cidadãos, nomeadamente, no que concerne à implementação de estratégias de atracção individual (colóquios, debates, fóruns, referendos, seminários, etc., que sejam aliciantes e direccionados a todos os membros da comunidade independentemente do seu estatuto social)²¹.

Perceber onde «cabem» os cidadãos na política de desenvolvimento e nas concomitantes estratégias locais, se são vistos como actores ou apenas como meros espectadores, é a razão de incluirmos o Poder Político como uma das vertentes da problemática do desenvolvimento local em espaço rural.

O virar do século, cada vez mais, dá lugar a um discurso da civilidade que enaltece o papel do cidadão; no entanto é necessário tomar consciência de que as “*democracias abertas instituem o diálogo...a verdade moral deixou de ser, por direito, monopolizada por uma autoridade tradicional, profissional ou confessional, passando a ser procurada no compromisso democrático, na deliberação transdisciplinar, no confronto entre lógicas adversas*” (Lipovetsky, 1994: 257).

• **Porquê separar os agentes económicos dos cidadãos?**

Essencialmente, porque consideramos que para além de cidadãos comuns, os «empresários» têm uma responsabilidade acrescida, nomeadamente, no que concerne à protecção ambiental tão importante no espaço rural, sobretudo, nos domínios da agricultura e da indústria, actividades que se não atenderem ao património natural podem pôr em risco o tão propalado desenvolvimento sustentável²².

Conhecer a percepção que estes cidadãos possuem, enquanto agentes económicos, do seu contributo para o desenvolvimento local, é a razão principal da sua inclusão na problemática em lugar de destaque.

²⁰ O que nos remete para o contributo que os «cidadãos independentes» poderão ter nas grandes questões locais e que o discurso político, apesar de considerar de extrema importância, pouco tem contribuído para dinamizar.

²¹ Por forma a evitar que os indivíduos acabem “*enclausurados no mundo microscópico da família, que carregam consigo de local para local, como a mobília*” (Fukuyama, 1992: 313).

²² O “*que satisfaz as necessidades actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades*” (Relatório Brundtland, publicado em 1987 e redigido pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland a então Primeira Ministra da Noruega).

Na verdade, no domínio da agricultura e segundo o estudo que Gilbert Godet (1991) efectuou em França (*département de la Marne*), a consciência da delapidação ambiental apesar de poder existir é dificilmente assumida. Para este sociólogo que pretendeu avaliar a percepção que os agricultores possuíam dos problemas ambientais²³, as suas conclusões²⁴ não são muito animadoras para quem se preocupa em inter-relacionar desenvolvimento e cidadania.

• O que entender por exercício da cidadania?

Apesar desta década ser fértil em referências à cidadania, o conceito surgiu na Antiguidade associado aos membros da *polis* (designação grega) ou *civitas* (tradução latina) e implicava todo um conjunto de direitos e privilégios (nos domínios religioso, militar, judiciário e político) vedados apenas às mulheres, aos estrangeiros residentes e aos escravos.

Limitado por gregos e romanos, o exercício da cidadania continuou por toda a Idade Média a ser um privilégio dos ricos, situação que mais tarde é alterada pela Revolução Francesa, um indiscutível marco no percurso da cidadania, ao atribuir aos cidadãos a igualdade de direitos perante a lei, os impostos e a justiça, bem como ao consagrar a liberdade individual, de opinião, religiosa, de expressão, reunião e participação na vida política por sufrágio universal, o qual, no entanto, se manteve vedado às cidadãs afastadas do direito de voto, situação que leva Boaventura de Sousa Santos (1994) a defender que “*as sociedades liberais não podem ser consideradas democráticas senão depois de terem adoptado o sufrágio universal, o que não acontece senão no nosso século e, na maioria dos casos, já com o século bem adentrado (sem esquecer o caso da Suíça, onde as mulheres só adquiriram o direito de voto em 1971)*” – Santos, 1996: 205.

Entendida vulgarmente como a qualidade e o direito de ser cidadão, sob o ponto de vista jurídico a cidadania surge como uma condição inerente a todo e qualquer indivíduo vinculado ao território de um Estado-nação. Todavia, segundo François Ascher (1995),

²³ A sua hipótese de trabalho era de que “*les agriculteurs n’ont pas vraiment pris conscience des problèmes et si cette prise de conscience existe, elle est fonction de leur âge*” (Godet, 1991: 10).

²⁴ Classificando os agricultores em menos de 35 anos, 35 a 50 anos e mais de 50 anos, este investigador acabou por concluir que a representação que os agricultores possuem da problemática ambiental varia de acordo com os seus interesses individuais e objectivos sociais. Enquanto os mais novos (menos de 35 anos) aceitam alterar os seus métodos de trabalho por respeito para com o ambiente, já os de 35 a 50 anos questionam qualquer alteração considerando mesmo ser uma agressão para a sua actividade, e os de mais de 50 anos nem sequer acreditam em tal possibilidade (Godet, 1991: 103).

o conceito não deverá ser confundido com a consciência de pertencer a uma colectividade urbana (cidadania - *citadinité* - para este autor), pois “*relève de l'appartenance à la nation: or celle-ci est une et indivisible, et a pour projet de transcender les particularismes de toutes sortes, notamment les spécificités locales*” (Ascher, 1995: 156).

Por outro lado, Soromenho-Marques (1996) considera que a “*nossa condição humana não integra como um predicado simples o nosso estatuto de cidadãos. Nascemos homens, mas **tornamo-nos** cidadãos. A cidadania não se trata de um dado natural, mas de um processo onde intervêm a vontade e a razão, conduzindo a uma aquisição artificial*” (Soromenho-Marques, 1996: 63), aquisição essa que passa indiscutivelmente pela educação:

“*a falta de educação é a sentença mais certa para uma cidadania de segunda classe...A educação também faz que as pessoas exijam mais de si e para si; por outras palavras adquirem um certo sentido de dignidade que querem ver respeitado pelos seus concidadãos e pelo estado*” (Fukuyama, 1992: 127).

Porque entendemos o cidadão como um agente democrático, consideramos o exercício da cidadania como um dever e um direito de todo e qualquer indivíduo, independentemente da raça, confissão religiosa, partido político ou estatuto social, de intervir activa e pacificamente na vida da colectividade com vista a manifestar a sua opinião e sugerir alternativas de mudança.

Assim, é indispensável que a montante deste comportamento solidário surja a educação formal²⁵ a desempenhar um importante papel na transformação dos costumes²⁶, cabendo aos governos eleitos (através da inclusão de disciplinas específicas nos currículos escolares²⁷) e aos agentes educativos dotar os indivíduos da bagagem racional imprescindível a uma participação efectiva. De uma vez por todas, é necessário deixar de pensar a cidadania exclusivamente em termos economicistas (um bom cidadão é o que liquida atempadamente as suas obrigações fiscais), emblemáticos (ingrediente indispen-

²⁵ Não negamos importância à «educação informal» mas centramos na Escola a responsabilidade principal, pois, também ela, influencia a primeira.

²⁶ *Dado que a democracia não pode subsistir e progredir sem...cidadãos esclarecidos e responsáveis, o saneamento dos costumes surge como um imperativo maior dos novos tempos, assente na liberdade e no sufrágio universal* (Lipovetsky, 1994: 51).

²⁷ Formação Cívica, Formação Pessoal e Social, Ética Ambiental, etc.

sável a qualquer discurso político bem estruturado) ou consumistas (um bem de que todos podem usufruir, mas que na prática é um privilégio dos mais esclarecidos).

Na realidade, o exercício da cidadania tem de se libertar das grilhetas da pomposidade, da mera carta de intenções oficial, das efémeras «modas lexicais», para passar a fazer parte do quotidiano, para ser um elemento integrante do indivíduo. Todavia, tal como questiona Jacqueline Costa-Lascoux²⁸ (1994), “*comment définir un contrat social, qui irait dans le sens de cette dynamique de la réciprocité, dans lequel chacun compte à part entière, chacun accepte de se constituer partie du tout et s’engage à respecter l’intégralité de l’ensemble?*”²⁹ (Costa-Lascoux, 1994: 20).

Segundo pensamos, promovendo uma instrução e educação protagonizada por agentes educativos³⁰ que contribuam para a assimilação do colectivo, para a difusão da autonomia e da solidariedade, para a interiorização da democracia como um valor assente na liberdade individual e indispensável à construção de uma sociedade baseada na tolerância, na intervenção e na responsabilidade.

Porque a cidadania não é inata, mas uma construção social assente na vivência colectiva, enquanto “*os homens não identificarem claramente as verdadeiras questões do debate político...haverá sempre um défice de informação e de empenhamento cívico por preencher*” (Fontaine, 1994: 17-18), entrave a um assumir de **novas competências** que partindo da educação formal³¹ deverão assentar na inter-relação «cooperação, participação, preservação».

²⁸ Directeur de recherche au CNRS, Paris.

²⁹ Para Rousseau, interpretado por Boaventura de Sousa Santos (1996: 206), ao contrato social está inerente uma “*obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa*”, contrariamente ao modelo liberal assente “*numa obrigação política vertical cidadão-Estado*”.

³⁰ Cujas formação deverá contemplar, para além dos saberes disciplinares e dos aspectos pedagógicos, uma reflexão aprofundada sobre a democracia e o papel da cidadania na sociedade.

³¹ Investimento em capital humano que contribua para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos, para a sua integração plena na sociedade, segundo um espírito de autonomia assente em conhecimentos, valores e atitudes comuns que facilitem e promovam a intervenção individual.

• Quais as vertentes da participação?

Considerada, umas vezes, como *integração social*³², relacionada noutros casos com a democratização das organizações laborais (*descentralização, democracia industrial, co-gestão, autogestão, gestão participativa, participação no trabalho*- Kovács, 1997: 189), o termo participação adquire no contexto desta investigação a roupagem de pilar indispensável à construção do edifício da cidadania, o carácter de estratégia sinérgica que visa a implementação de uma perspectiva de responsabilidade partilhada, por todos e para todos, tendo como meta o tão almejado desenvolvimento.

Assim, porque consideramos o comportamento participativo como uma atitude³³ que reconhece a necessidade de intervir em prol do colectivo e como um tipo de adesão solidária a determinados objectivos (associativos, culturais, desportivos, políticos, religiosos e sociais), de uma forma, quer activa e interveniente, quer de mera cumplicidade³⁴, entendemos que esta deve ser avaliada em duas grandes componentes, nomeadamente, a da participação efectiva (existente) e a da potencial (latente), tendo necessariamente de abarcar diferentes vertentes e não se confinar exclusivamente à percepção da dinâmica eleitoral (o grande referencial da participação em Portugal e que merece reflexões periódicas).

Apesar de não pretendermos contribuir para a «polémica» que rodeia a polissemia do conceito e admitirmos que a participação é aparentemente mais visível quando enquadrada por aparelhos organizativos (estruturas partidárias, ONG's, sindicatos, etc.), defendemos uma perspectiva mais alargada que não ignore o papel do particular (individual) enquanto parte do global (colectivo).

³² “... quanto mais se participa, mais se está integrado e, quanto mais se está integrado, mais se participa”, visão sociológica actualmente suspeita quando o “Estado-nação, em progressiva desintegração, não é mais capaz de operar a total inserção social” (Fernandes, 1997: 141).

³³ “... posição mental estável, assumida com respeito a uma ideia, objecto ou pessoa ... uma combinação de crenças, sentimentos e avaliações, e uma predisposição para agir de acordo com eles ... [que apesar de ter] ... uma certa elasticidade, a sua estabilidade é, a cada passo, ameaçada; especialmente na moderna sociedade de massas” (Gleitman, 1993: 472-474) devido ao impacto das comunicações persuasivas (mensagens cujo efeito depende da credibilidade da fonte e/ou da afinidade com a forma de pensar do receptor).

³⁴ O que significa a votação em partidos políticos por parte dos cidadãos não militantes ou a adesão a causas ambientalistas para quem não faz parte destas associações? Não será a «cumplicidade de ideais» que motiva esta participação?

Na verdade, regozijarmo-nos com uma participação avaliada sobretudo pela presença nas urnas, é não só restringir um dos possíveis tipos de intervenção (política³⁵), como também menosprezar todo um vasto manancial de opções que consideramos particularmente importante para o desenvolvimento local:

- **participação associativa** (cooperativas, associações desportivas, de amizade, de defesa do ambiente, de defesa do consumidor, de defesa do património histórico, de manutenção da identidade territorial, de moradores, de investigação científica, de Pais e Encarregados de Educação, de solidariedade social, profissionais, etc.);

- **participação cultural/lazer** (concertos, festas tradicionais, exposições, filarmónicas, grupos de teatro, ranchos folclóricos, etc.);

- **participação desportiva** (assistência e/ou organização de diferentes actividades, tais como atletismo, cicloturismo, futebol, montarias, etc.);

- **participação religiosa** (actividades/iniciativas promovidas pelos Centros Paroquiais, militância em movimentos religiosos, etc.);

- **participação social** (voluntariado para auxílio a cidadãos carenciados, doentes, idosos, jovens deficientes; obras de melhoramento do local de residência; protecção de pessoas e património, etc.).

Todavia, ao considerarmos a participação dos cidadãos em diferentes vertentes (capítulo V) e ao tentarmos com este estudo de caso compreender o enquadramento existente no Concelho de Santa Comba Dão, algumas questões de base se colocam:

- como contextualizar, na actualidade, a dádiva desinteressada em favor do colectivo, quando o cidadão se vê confrontado com o desemprego, o trabalho precário, a perda de horizontes e referências, a aparente desconstrução de alguns aparelhos associativos tradicionais (sindicatos), o crescente desamor pela política militante?

- como *“desenvolver e aprofundar a participação no quadro de estruturas económicas obcecadas apenas pelo lucro desenfreado onde as pessoas são subalternizadas?”* (Costa, 1997: 7).

Para Manuel Costa, professor catedrático da Universidade do Minho, a participação dos cidadãos na vida colectiva *“tem de ser antes um desafio institucional, educativo e cultural. Ela passa pela associação dos actores sociais nas responsabilidades políticas,*

³⁵ Pode ter inúmeras formas (participação em assembleias de movimentos/partidos políticos, em comícios e manifestações, nas Assembleias/Conselhos Municipais, candidatura a eleições, etc.) ou mesmo existir na opção consciente de não votar, por diferentes razões que não cabe aqui enunciar.

nas decisões administrativas, no respeito pela vontade das populações ao nível da sua vida local” (Costa, 1997: 8).

Motivar a participação dos cidadãos não se pode resumir, de forma alguma, ao mero reconhecimento público da importância do seu envolvimento, é necessário implementar estratégias que lhes permitam perceber que são parte interessada e integrante dos projectos em curso³⁶.

Assim, urge que os agentes com responsabilidade à escala local (associações, poder local, imprensa regional, rádio local) apostem na intercomunicação, informem os seus concidadãos sobre os díspares aspectos que rodeiam o desenvolvimento (iniciativas comunitárias, planos directores municipais, programas para o melhoramento do ambiente, transportes, saneamento, etc.) e reinventem o diálogo dando-lhe uma nova vida (fóruns, sessões públicas de esclarecimento,...) que aproxime decisivamente os munícipes, por forma a que estes percebam a existência do desejo de os ouvir e (re)adquiram uma cultura participativa activa³⁷ que não tem sido particularmente estimulada em Portugal³⁸, onde, aliás, foi amordaçada por longos anos.

Na verdade, apesar de defendermos que a dinâmica da participação deverá ter a montante uma informação³⁹ que assegure a intercomunicação entre “*agentes sociopolíticos ... técnicos integrados em processos de planeamento espaciais ou sectoriais [e] as populações e suas emanações orgânicas*” (RESULTANTE, 1984: 120)⁴⁰, por forma a permitir ao cidadão reconhecer a “*possibilidade de efectuar transformações que em*

³⁶ Um exemplo de participação em espaço rural assente numa lógica de responsabilidade partilhada é o que se está a passar no Parque Natural de Montesinho, onde a forte ligação entre responsáveis e cidadãos tem permitido desenvolver diferentes projectos cuja compatibilidade nem sempre é fácil (conservação das pessoas, florestal e de espécies em extinção).

³⁷ “*O que parece ocorrer com mais frequência, é a participação passiva e dependente, em que as pessoas são associadas a alguns procedimentos, sem intervirem na fase final de decisão*” (Fernandes, 1997: 132).

³⁸ Excepto imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974, onde foi por demais evidente o fomento da participação e a disponibilidade revelada pelos cidadãos.

³⁹ Aníbal Alves alerta para o facto de que a participação como consequência ou efeito da comunicação é uma concepção reducionista “*na medida em que privilegia na comunicação e na linguagem a sua dimensão cognitiva e representacionista*” (Alves, 1997: 122). No entanto, consideramos que a «não informação» dos cidadãos é uma forma de obscurantismo incompatível com qualquer regime democrático, sobretudo, porque ao não existir, inviabiliza o conhecimento das realidades locais e a possível atracção e motivação de alguns cidadãos.

⁴⁰ Comunicação proferida pela Associação de Estudos e Intervenção Social (RESULTANTE) no Seminário organizado pela RAS e CES, no Porto, em 19 e 20 de Junho de 1982.

prazo curto venham a beneficiar segmentos importantes da população abrangida” (RESULTANTE, 1984: 121), não ignoramos outros aspectos que aparentemente a podem influenciar, tais como o nível de escolaridade, a categoria socioprofissional, o sexo e o próprio local de residência, características que são igualmente parte integrante desta análise.

Porque compete ao poder local não só a tarefa do desenvolvimento socioeconómico mas igualmente o fomento da participação democrática dos cidadãos⁴¹, damos neste estudo alguma ênfase a aspectos mais formais (datas de realização de Assembleias⁴²/Conselhos Municipais⁴³ e de Assembleias de Freguesia⁴⁴, bem como à informação sobre os assuntos que aí são abordados) mas que consideramos imprescindíveis para uma maior aproximação entre os cidadãos eleitos e os cidadãos eleitores, pois o *“poder não pode aparecer como algo distante da actividade das pessoas. Estas têm que sentir que a vida foi tomada nas suas próprias mãos e que estão inseridas em projectos colectivos de desenvolvimento social, onde os seus projectos individuais encontram suficiente espaço”* (Fernandes, 1997: 139).

• Qual o significado de desenvolvimento sustentado do espaço rural?

A transformação dos espaços de abandono em espaços de bem-estar, ambientalmente aprazíveis e socioeconomicamente equilibrados, a implementação do que gostamos de considerar como o **espaço rural eclético**:

«o espaço cuja renovação seja a resultante das intervenções que integram o que de melhor existe no domínio do pensamento local e das políticas de desenvolvimento, com vista à preservação do património ecológico, social, recreativo e cultural, por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a criar estruturas de atracção e revitalização

⁴¹ Questão que não é tão linear como pode parecer, pois conforme refere Fernandes *“se o poder, qualquer que seja o campo do seu exercício, tende continuamente para a maior concentração, a participação reveste-se, de modo correlativo, de alguma ambivalência”* (Fernandes, 1997: 131).

⁴² Órgão deliberativo do município constituído *“por membros eleitos directamente em número superior ao dos presidentes de junta de freguesia, que a integram”* (Constituição da República Portuguesa, Título VIII, Cap. III, Art. 251º, 4ª revisão, Setembro de 1997).

⁴³ Obrigatórios até à revisão constitucional de 1982 em que tinham assento os organismos económicos, sociais e culturais existentes no município, passaram posteriormente a ter um carácter facultativo e foram extintos com a revisão de 1989 (Sá, 1992: 177-178).

⁴⁴ Órgão deliberativo da freguesia que pode ser substituído pelo *plenário dos cidadãos eleitores nas freguesias de população diminuta* (Constituição da República Portuguesa, Título VIII, Cap. II, Art. 245º, 4ª revisão, Setembro de 1997).

que permitam às gerações futuras existirem fora do contexto das grandes ou médias cidades».

• Que responsabilidades deverão existir para a implementação e consolidação de um desenvolvimento sustentado?

Ao propormos um desenvolvimento sustentado do espaço rural assente na colaboração entre «Poder Político - Agentes Económicos - Cidadãos», socorremo-nos do «quinto programa» da *Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável* que centra grande parte da problemática numa ética ambiental⁴⁵ com diferentes domínios de intervenção e fomentada pelos seguintes agentes (quadro 1):

QUADRO 1 - AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

AGENTES	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO
Autoridades públicas locais e regionais	<ul style="list-style-type: none"> <li style="text-align: center;">◆ Ordenamento do território ◆ • Preservar reservas e paisagens naturais; melhorar a circulação e o tecido urbano; otimizar a eficiência energética e dos transportes. <li style="text-align: center;">◆ Desenvolvimento económico ◆ • Estimular uma utilização prudente dos recursos necessários ao desenvolvimento. <li style="text-align: center;">◆ Desenvolvimento das infra-estruturas ◆ • Influenciar a localização, tipo e impacto do desenvolvimento de infra-estruturas (estradas, redes de abastecimento de águas, sistemas de tratamento de águas residuais,...). <li style="text-align: center;">◆ Controlo da poluição industrial ◆ • No âmbito das autorizações de localização e das licenças de emissão, descarga e exploração, utilização de tecnologias limpas, direito ao acesso a informações ambientais, etc. <li style="text-align: center;">◆ Gestão de resíduos ◆ • Respeitar a sequência de gestão de resíduos: prevenção, reutilização e reciclagem, combustão dos combustíveis, eliminação por incineração e aterro sanitário. <li style="text-align: center;">◆ Transportes ◆ • Integrar os planos dos transportes e do tráfego no planeamento global. <li style="text-align: center;">◆ Informação, educação, formação do público ◆ • Incentivar um maior envolvimento e participação de todos os cidadãos na protecção ambiental. <li style="text-align: center;">◆ Auditoria interna ◆ • Serviços públicos, localização de escritórios, políticas de compras, escolha de veículos e equipamento, conservação da energia, comunicação da informação ao público.
Empresas públicas e privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a procura de tecnologias e produtos não poluentes. • Conceber e fabricar produtos com reduzido impacto negativo no ambiente, etiquetando-os com o rótulo ecológico. • Controlar, por parte das instituições financeiras, as decisões de investimento e gestão que possam beneficiar o ambiente.
Público em geral	<ul style="list-style-type: none"> • Maior capacitação da problemática ambiental para uma intervenção consciente enquanto indivíduo (influenciar políticas e decisões), produtor (reduzir a poluição e os resíduos domésticos) e consumidor (seleccionar produtos e serviços compatíveis com a preservação do ambiente).

Fonte: Adaptado do «quinto programa» da *CE de política e acção ...*, 1993: 57-59.

⁴⁵ “...desenvolvimento de novos valores centrados na natureza” (Lipovetsky, 1994: 243) que assumem uma particular acuidade no espaço rural onde o homem e o ambiente ainda são uma realidade.

• **Porque motivo incluir na problemática do desenvolvimento rural o *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local*⁴⁶?**

Essencialmente, por quatro razões principais:

- porque possibilita a implementação de um *Plano de Acção Ambiental Local Integrado* (particularmente importante quando se fala em estratégias de desenvolvimento local/rural) sem se assumir como um instrumento de planeamento fechado e normalizador⁴⁷;

- porque considera que o local (governo e cidadãos) “*é o melhor nível para tomar muitas das decisões ambientais*” (Hewitt, 1995: 12);

- porque prevê a participação de diferentes actores⁴⁸ com díspares níveis de intervenção, desde a simples opinião até ao protesto organizado de grupos de cidadãos, ou a aplicação inflexível de normas e regulamentos por parte das entidades nacionais;

- porque apela à «responsabilidade partilhada» e propõe a criação de um *Fórum Ambiental Local* com vista à troca de opiniões, de informações e de experiências.

Na verdade, porque a sua filosofia aponta para a implementação de estratégias de participação e preservação ambiental que muito se aproximam da nossa perspectiva, entendemos pertinente detectar a sensibilidade dos responsáveis locais para a sua implementação.

• **Porque razão eleger o Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» como motor do actual desenvolvimento em espaço rural?**

Tendo por principal objectivo “*demonstrar a importância de um apoio directo às iniciativas colectivas de desenvolvimento tomadas pelas comunidades locais*” (*Leader Magazine 1*, 1992), a iniciativa «LEADER» tem privilegiado medidas onde a inovação surge como um *pivot* para conduzir os actores locais à elaboração de estratégias de desenvolvimento integrado, assumindo neste final de século uma particular importância

⁴⁶ Tentativa da União Europeia para intervir nos Estados-membros ao nível das questões sociais, culturais e ambientais, aliás, na prossecução dos objectivos da «Agenda 21» (plano de acção das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável no séc. XXI, aprovado por 173 governos e criado pela CNUAD do Rio de Janeiro em 1992) e da *Carta das Vilas e Cidades Europeias para a Sustentabilidade* (Carta de Aalborg) resultante da *Conferência sobre as Vilas e Cidades Sustentáveis* realizada entre 24 e 27 de Maio de 1994 (Aalborg, Dinamarca).

⁴⁷ Ao reconhecer a existência de uma multiplicidade de situações entre os diferentes Estados-membros e no seu interior, o «GEP A21L» assume um carácter de «orientação» admitindo adaptações às realidades locais.

⁴⁸ “*cidadãos, grupos de interesses, comércio e indústria locais e governo nacional*” (Hewitt, 1995: 13).

na transformação económica das regiões rurais e podendo mesmo contribuir para uma «reconfiguração reticular»⁴⁹.

Na verdade, cada vez mais, os diferentes Estados-membros são palco de iniciativas que visam a dignificação do espaço rural e que encontram nos Grupos de Acção Local (Entidades «LEADER») e no empenhamento dos cidadãos (individualmente ou associados), o *leitmotiv* do desenvolvimento, tal como o demonstram os seguintes exemplos:

- **Alemanha:** o grupo *Leer* (Baixa-Saxónia) “*participou na criação de um centro que associa actividades culturais e protecção do ambiente...«A Casa Anti-desperdício»...inteiramente concebida numa óptica de redução máxima do consumo de energia*” (*Leader Magazine* 8, 1994: 15);

- **Espanha:** o grupo *Oscos-Eo* (Astúrias) “*organiza cursos de arquitectura destinados a profissionais qualificados...[para] a revalorização dos saber-fazer tradicionais da pedra e a integração harmoniosa dos novos edifícios no conjunto arquitectónico*” (*Leader Magazine* 8, 1994: 14);

- **Grécia:** o grupo *Thèbes* (Grécia central) “*apoia acções que visam a produção de energia de biomassa destinada ao aquecimento...de um albergue comunitário e dos edifícios de um parque etnográfico*” (*Leader Magazine* 6, 1994: 12);

- **Itália:** o grupo de *Colli Esini* (Marchas) em conjunto com as cooperativas agrupadas organizou “*um sistema de venda por correspondência para os produtos agro-alimentares e artesanais da região*” (*Leader Magazine* 7, 1994: 9);

Para além destas tentativas de inovação, surgem outras acções como a desenvolvida pela *Teifi Enterprise*⁵⁰ (País de Gales, vale de Teifi) que ao pretender combater o desemprego e reduzir o êxodo rural dos jovens, actuando directamente na economia e na demografia local, promoveu entre outras iniciativas uma agência de tradução à distância via *fax* (a *Trosol* que assegura a legendagem em galês ou inglês de emissões televisivas) e uma rede de teletrabalho.

⁴⁹ Organização das regiões rurais em rede, pois admitimos a possibilidade de que a valorização das capacidades locais e a inovação, bem como o intercâmbio de experiências (actualmente impostas no âmbito do «LEADER II»), são estímulos que permitem uma inter-relação espacial contribuindo para o esbatimento das assimetrias existentes entre os diferentes Estados-membros e para o aniquilamento da já histórica dicotomia rural-urbano.

⁵⁰ Sociedade anónima sem fins lucrativos composta por cerca de 100 membros (empresários, agricultores, artesãos, funcionários, etc.), in *Leader Magazine* 7: 1994, 21-23.

Na realidade, não serão estas inovações uma demonstração evidente da existência de «novas competências» que encontram noutras apostas económicas e sociais o caminho para um verdadeiro desenvolvimento local em espaço rural?

Acreditamos que sim e por isso consideramos esta «Iniciativa» de extrema utilidade pelas possibilidades de transformação que introduz.

Todavia, não é possível ignorar François Ascher que alerta para o facto das principais funções financeiras, estratégicas, de comando, comerciais, de investigação e desenvolvimento tenderem, com a globalização, para uma cada vez maior centralização nas principais praças internacionais⁵¹.

No entanto, apesar desta previsão ser aceitável no actual contexto económico, a grande vantagem do Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» é a de permitir colmatar deficiências ainda evidentes nos espaços extra-urbanos, criar novas dinâmicas regionais, reter os autóctones jovens e eventualmente atrair população, promover vantagens comparativas e servir de *interface* entre os produtores e o mercado.

3 - LOCAL DE INVESTIGAÇÃO

Porquê a escolha do Concelho de Santa Comba Dão? Por três diferentes motivos:

- porque a ele pertence S. Joaquinho, uma «terra» de adopção para quem viu submergir a sua aldeia pelo crescimento desenfreado da Área Metropolitana de Lisboa;

- porque efectuamos uma investigação sem quaisquer apoios económicos, o que nos levou a recorrer aos laços de amizade que aí construímos nos últimos vinte anos e que nos permitem dispor de algumas infra-estruturas de apoio;

- porque na Vila de Santa Comba Dão está sediada a Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas (ADICES), Grupo de Acção Local «LEADER» que surge em terceiro lugar no *ranking* dos investimentos em desenvolvimento rural no âmbito do «LEADER I» (quadro 14).

⁵¹ O autor defende mesmo que as “*novas tecnologias de informação não aparecem como um factor directo da localização das actividades económicas...As pequenas e médias cidades podem multiplicar os teleportos, mas provavelmente não atrairão nenhuma sede de multinacionais, nenhum centro de pesquisa, nenhuma divisão de vendas-marketing*” (Ascher, 1995: 62).

CAPÍTULO II - DO ESPAÇO DA CRISE AO ESPAÇO DO FUTURO

- Quais as principais preocupações geográficas no domínio do «campo»?
- Como equacionar a preservação e conservação do território com a agricultura?
- Como reabilitar as «paisagens de abandono» onde incêndios, erosão, fuga das populações, são cada vez mais uma constante?
- Como gerir a socialização da paisagem por parte da sociedade urbana e o bem-estar dos agricultores e demais habitantes do espaço rural?
- Será o final de milénio uma porta que se abre à participação da sociedade civil no processo de mudança?
- Vamos continuar a privilegiar o centralismo ou, pelo contrário, atender a projectos que partindo da base, do cidadão implicado, tenham eventualmente algum futuro e não sejam mais uma aposta no efémero?
- Como definir/delimitar o espaço rural?

1 - PREOCUPAÇÕES GEOGRÁFICAS E PARADIGMAS REGIONAIS

Apesar do «campo» surgir em lugar de destaque no pensamento geográfico, as abordagens têm revelado um oscilar de preocupações que merecem alguma reflexão, sobretudo, para se perceber o enquadramento deste projecto de investigação que consideramos pertencer ao domínio da Geografia Rural.

Assim, para além de reflectirmos sobre a análise geográfica em torno do «campo» desde o início do século até à actualidade, tentamos ainda levantar diferentes preocupações e efectuar uma correlação com os paradigmas regionais enunciados por Almeida⁵².

Tarefa com alguns riscos, admitimo-lo, tanto mais que optámos por definir quatro diferentes períodos⁵³ sabendo-se, de antemão, a dificuldade que existe neste tipo de compartimentações quando estamos perante uma coalescência de perspectivas⁵⁴.

• A hegemonia regional

É inegável a influência vidaliana entre 1900 e 1950, sobretudo na Europa e no âmbito da Geografia Agrária, onde se distinguia “*el estudio de comunidades rurales insertas en su marco natural, esos «milieux» eran zonas de la superficie terrestre que proporcionaban sustento a diferentes pueblos*” (Estébanez, 1986: 229). Assistia-se, então, ao domínio da «**preocupação corográfico - paisagística**», que para além de Paul Vidal de La Blache e de outros geógrafos da escola francesa⁵⁵, atraiu Alfred Hettner, Carl Troll, Schluter e Gradmann na Alemanha. Desenvolviam-se os inventários de culturas e de paisagens, era preponderante uma abordagem geográfica ecológica que privilegiava a actividade agrícola, a classificação e morfologia das paisagens, o clima e ocupação do solo, a descrição dos modos de vida (alimentação, habitação,...), as estruturas agrárias e as relações homem-meio.

⁵² ALMEIDA, João Ferreira et al (1994). *Regiões Rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no Concelho de Almeida*.

⁵³ Hegemonia regional (1900-1950), recuperação (1950-1970), renascimento (1970-1980) e nova consciência (1980-1990) - veja-se a síntese no anexo I.

⁵⁴ No entanto, segundo Paul Claval “*L’histoire de la géographie est faite d’un enrichissement progressif (...) les nouveaux courants n’éliminent pas les anciens - [le mouvement de la science] arrive même de les vivifier et de les approfondir*” (Claval, 1993: 30).

⁵⁵ J. Brunhes, A. Demangeon, M. Sorre, Faucher, Cholley, Le Lannou, Gourou, Gottmann, etc.

Estava-se, assim, num período de hegemonia, que associava comunicações, agricultura, topografia, clima, pedogénese e flora no quadro da região. O meio físico, a exploração do natural, o ecológico, eram indissociáveis da agricultura como fonte de alimento, pois entre “*as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação*” (P. V. La Blache, 1946: 185).

Todavia, à trilogia «meio - modo de vida - circulação» associavam-se já nos anos 30/40 e no quadro das políticas de desenvolvimento regional, preocupações com a preservação do *bom velho mundo rural* (Almeida et al, 1994: 14). Era a emergência do *paradigma territorialista* (Almeida, idem, ibidem) que tentava evitar a destruição das realidades locais e que levou a FAO, já durante os anos 40, a alertar para a necessidade de elevar o nível de vida das populações rurais.

Era o despertar do conceito de «bem-estar rural», a necessidade de respeitar o indivíduo enquanto ser social, uma das actuais preocupações do pós-modernismo⁵⁶, que começava a ser considerada primordial:

“Les possibilités d'expression de sa personnalité et le sentiment de sécurité et d'adaptation harmonieuse avec son milieu, jouent un rôle important dans le bien-être de l'individu. Ces facteurs reposent sur des comportements, des croyances, des coutumes sociales et des rapports humains, qu'il convient de respecter sous peine de détruire l'équilibre social et le sentiment de sécurité personnelle” (ONUAA, 1949: 2).

Olhava-se já então para o campo e compreendia-se que o agricultor era um elemento fundamental na paisagem, que qualquer intervenção espacial passava pelo seu envolvimento enquanto actor privilegiado⁵⁷.

⁵⁶ Para François Ascher o conceito de «pós-modernidade», muito utilizado em arquitectura e agora presente no discurso de outras ciências, deveria ser substituído pelo de «sobremodernidade» “*dans la mesure où le projet de maîtrise fondé sur l'usage de la raison et de la science, qui caractérise la modernité, est plus présent que jamais, et que seuls les paradigmes scientifiques ont changé, passant de l'univers de la complication à celui de la complexité*” (Ascher, 1995: 92), aliás, posição semelhante à de João Ferrão que prefere falar *num período posterior ao período moderno em vez de pós-moderno* (in *Perspectivas Recentes em Geografia*, disciplina do Mestrado em Geografia Humana e Educação Ambiental/Desenvolvimento Regional, 1995).

⁵⁷ “*é igualmente necessário dar a esta população o sentimento de participar na elaboração e na execução dos programas*” (ONUAA, 1949: 3).

• A recuperação

Nas décadas de 50 a 70, a par da Geografia Agrária de carácter mais macroeconómico, a expansão das perspectivas economicistas determinou o desenvolvimento da Geografia Agrícola (mais microeconómica) e da «**preocupação económico-espacial**».

As relações homem-meio começaram, então, a ser substituídas pelas distribuições espaciais. Outros geógrafos⁵⁸ equacionam novas preocupações e os estudos passam a privilegiar um outro corpo de conceitos, nomeadamente, a exploração agrícola e a tomada de decisões, a concentração, especialização, intensificação, desconcentração e descentralização, a maximização do rendimento e da produtividade, o mercado, a oferta e a procura, os modelos espaciais, o homem como produtor e consumidor, a planificação do uso do solo, os problemas técnico-administrativos, os processos de produção e os sistemas de organização económica.

Era o *paradigma do trickle down* (Almeida, 1994: 4) a reconhecer a dicotomia rural-urbano e a perspectivar um crescimento diferido para a agricultura, a qual, cada vez mais um veículo a deslocar-se lentamente, ia libertando mão-de-obra para o desenvolvimento industrial continuando, no entanto, a produzir alimentos para abastecer as cidades e a manter famílias que teimavam viver amparadas pela terra.

Era o despertar da «crença» em que as desigualdades de rendimento acabariam, com o tempo, por se esbater, em que o gotejar do sector moderno (industrial) contribuiria para o desenvolvimento do tradicional (agrícola)⁵⁹.

Reler um manual de política agrícola deste período é encontrar como grandes questões «o rendimento dos agricultores, a política de preços, o mercado, a produção de excedentes, os programas de consumo, a necessidade de fomentar a cooperação agrícola, etc.» (Schickele, 1962).

Na verdade, os efeitos do desenvolvimento industrial sobre a agricultura começavam a ser uma preocupação (*“un de los factores más importantes que han causado el incremento del ingreso real por persona en las comunidades industriales es el enorme aumento en la cantidad de capital disponible por trabajador, lo qual fue posible gracias a las diversas instituciones (...) tales como las compañías financieras, las facilida-*

⁵⁸ W. L. Garrison, D. F. Marble, M. Chisholm, L. Symons, W. C. Found, P. George, J. Kostrowichi, etc.

⁵⁹ Era o *paradigma funcionalista* (Almeida, 1994: 15) a acreditar na agricultura enquanto actividade económica.

des de crédito, las asociaciones comerciales y profesionales, los sindicatos de trabajadores (...) en las cuales no pudieron participar los agricultores” - Schickele, 1962: 179) e surgia o apontar de novos caminhos, nomeadamente, no quadro do Mercado Comum Europeu⁶⁰.

Estava-se num período de «fé» nas concentrações fundiárias, na criação de empresas com dimensão económica suficiente e no fomento da divisão do trabalho no seio da agricultura.

No âmbito do mercado, o equilíbrio entre a oferta e a procura era uma outra preocupação, aliás, resultante das conclusões da Conferência de Stresa (Itália) realizada em 1958, a qual, igualmente, numa perspectiva agrária, apontava para a necessidade de efectuar investigações “*sobre las tendencias evolutivas de los productos y de la demanda, de hacer un inventario de los problemas estructurales, de las medidas y factores que influyen sobre las condiciones de competencia dentro de la agricultura*” (Gieseke, 1969: 19).

Era necessário estudar as empresas para detectar anomalias e propor acções correctivas. A Geografia Agrícola passava, assim, a ter um papel fundamental. O *modelo produtivista* apontava para o necessário aumento do rendimento e da produtividade, as produções não deveriam ignorar a capacidade de absorção do mercado, o consumo urbano adquiria uma particular acuidade e ditava o destino das populações que pretendiam viver da agricultura.

Todavia, assistia-se à génese de uma crise que anos depois mostraria toda a sua extensão (desemprego agrícola por excesso de mecanização, sobreendividamento, atentados ambientais como consequência do exagero em *inputs* químicos) e que levou o sociólogo Mendras a considerar os anos 60 como o do «fim dos camponeses»⁶¹.

⁶⁰ “*La poca satisfactoria situación de los ingresos se basa con frecuencia en una excesiva dotación de fuerzas de trabajo. Mediante el desarrollo de puestos de trabajos industriales (industria y artesanía) y de los servicios (turismo y similares) pretende la Comisión crear nuevas posibilidades de ocupación para una parte de la población agrícola, en sus mismas regiones*” (memorando apresentado em 1959 pela Comissão do Mercado Comum ao Conselho de Ministros, segundo Gieseke, 1969: 21).

⁶¹ O término da sociedade agrícola tradicional e a entrada para uma nova profissão, complexa, muito mecanizada e consumidora de energia e de capitais, era o panorama que se configurava e onde o agricultor, o homem do contacto íntimo com a natureza, só poderia subsistir tornando-se empresário.

• O renascimento

Com as décadas de 70 e 80 surge a «**preocupação do desenvolvimento autocentrado**» sem existir, contudo, o abandono generalizado da «económico-espacial»⁶². O discurso geográfico introduz, agora, uma nova plêiade de questões, nomeadamente, contra-urbanização, desenvolvimento endógeno, grupos sociais e posse da terra, regionalização e ordenamento do território, regularidades e assimetrias, renovação e reabilitação.

Para Estébanez (1986) a “*preocupación por el medio ambiente que arranca en Estados Unidos e Gran Bretaña en la década de los cincuenta suscitó una preocupación generalizada en los años setenta. A esta llamada acudió la Geografía Rural, de la misma manera que la propia Geografía había sido atraída a la «domesticación» del desarrollo en los años cincuenta*” (Estébanez, 1986: 254). A década de 70 vai, assim, corresponder a uma nova forma de olhar para a dualidade natureza-cultura, a sua inter-relação é vista como inevitável.

No início dos anos 70 desperta-se, então, para a ideologia do desenvolvimento endógeno, autocentrado, e do implícito desenvolvimento exógeno que imputava ao Estado um papel essencial, não somente como regulador mas também como motivador. Novos cenários eram, agora, equacionados para o meio rural. O agricultor como «jardineiro da natureza» começava a ser uma possibilidade.

A economia rural podia, assim, ver diminuída a sua componente agrícola, abrindo-se o caminho para uma diversificação e para uma transformação espacial, cuja tónica se inclinava para a reconstrução e reabilitação do rural degradado pelas ideologias maximalistas e produtivistas. Os recursos endógenos, a participação local, assumiam um papel de relevo como estratégias de renascimento do espaço rural⁶³ e permitiam ter alguma esperança na década de 90.

⁶² Os «nós», a análise locativa, as assimetrias e as regularidades continuam a preocupar alguns autores adeptos da Nova Geografia (P. Haggett, A. D. Cliff, A. E. Frey, *Locational Analysis in Human Geography*, 1977; R. Abler, J. Adams, P. Gould, *Spatial Organization. The Geographer's View of the World*, 1971, 1977. *Location and the use of rural land; Effects on land use patterns of changes in revenues and costs; Urban locations in a rural landscape* são algumas das abordagens efectuadas por Abler et al, 1977: 346-372).

⁶³ Estávamos, segundo Almeida, na fase regional do “*paradigma do desenvolvimento endógeno em que a mobilização e valorização dos recursos endógenos (naturais, humanos, institucionais) afirma-se como objectivo generalizadamente reconhecido, e ao Estado Central juntam-se as diversas colectividades*”

• A nova consciência

As décadas de 80 e 90 são marcadas pelo desenvolvimento da «**preocupação ambientalista-paisagista**» e pelo aparecimento ou reaparecimento de um outro conjunto de questões, nomeadamente, abandono de objectivos tecnicistas da agricultura moderna; conservação dos recursos naturais e biodiversidade; contemplação e preservação da paisagem; desagricolização/socialização da paisagem/apropriação elitista; diversificação de cenários⁶⁴; gestão das paisagens e da beleza estética das zonas rurais; gestão do ambiente (defesa da floresta, políticas de irrigação); globalização da produção agro-alimentar e do consumo; migrações residenciais e consumo de espaço; modernismo, pós-modernismo, pós-productivismo e pós-rural; o agricultor como «guardião da natureza», como «missionário da modernidade»; o cidadão como agente de desenvolvimento.

Nos *Encontros Parlamentares Leste-Oeste*, celebrados em Estrasburgo de 17 a 20 de Maio de 1992, por iniciativa da **GLOBE UE**, foi defendido que a “*Europa tem necessidade de uma nova política agrícola. Doravante, já não poderá preocupar-se exclusivamente com a produção alimentar e os rendimentos dos agricultores. Terá também de velar pela preservação da natureza e pela gestão do ambiente rural. Há que pôr a tónica já não na produção agrícola, mas no desenvolvimento rural e na protecção do ambiente*” (v. Meyer, 1994: 115).

O mote está dado! **Preservar!**

É a nova visão do campo e para o campo. É o reconhecimento de que a outrora terra agrícola deve, progressivamente, dar lugar a ocupações não agrícolas. É o tentar remediar os problemas ambientais que resultaram da excessiva modernização. É o apelo à manutenção das «paisagens culturais» que, desde sempre, a agricultura modelou⁶⁵.

Estamos perante a grande crise da agricultura a todos os níveis, «económico, social e ecológico». A concentração fundiária, um dos objectivos da política agrícola para ma-

territoriais (de âmbito local ou sub-regional), num esforço convergente de animação das potencialidades existentes” (Almeida, 1994: 15).

⁶⁴ Agricultura biológica; agricultura de *hobby*, prestígio e recreio; artesanato rural; biocombustível; agroturismo, turismo cinegético, pousadas rurais, campismo em quinta, quintas albergues; circuitos de manutenção, estâncias de inverno, clubes hípicas, campos de golfe; festivais gastronómicos, musicais e desportivos; parques naturais e regionais.

⁶⁵ Pois a “*forma como o homem intervém na natureza e se integra no ambiente que o rodeia é uma expressão da sua cultura*” (v. Meyer, 1994: 117).

ximizar rendimentos e produtividades, começa agora a ser entendida como menos adequada sob o ponto de vista ambiental, pois não só afectou faunas e floras outrora existentes, como também interferiu na estética da paisagem ao reduzir-lhe exageradamente os seus elementos naturais. O recurso intensivo aos factores químicos de produção, outrora uma medida de sucesso, é visto como «lesa-natureza»⁶⁶.

É a tomada de consciência das consequências da concentração, da especialização e da intensificação e o alvor da esperança na preservação.

Preservar a paisagem, a natureza, tornar o homem que trabalha a terra noutra forma de activo, no seu «jardineiro», no seu «guardião», num novo «guarda florestal», no *produtor/conservador de paisagem e natureza* segundo o engenheiro agrónomo Yves Luginbuhl (1991).

No entanto, tal como Meyer, também acreditamos que “*a agricultura é igualmente fonte de efeitos positivos, ao preservar e moldar a paisagem e o ambiente. [Acções que] deveriam igualmente ser juridicamente avaliadas e economicamente remuneradas*”⁶⁷ (v. Meyer, 1994: 139).

Nesta «**interface agricultura-paisagem-ambiente**» que se encara presentemente é indispensável definir, com objectividade, qual a quota parte que cabe ao agricultor, o que se pretende que seja uma prática correcta em termos agroecológicos, para que estes homens não sintam que o seu passado já não tem futuro!

Segundo Luginbuhl, transformar o agricultor em *produtor/conservador da natureza e das paisagens*, surgiu como um dos objectivos da política francesa logo no início dos anos 70. No entanto, como primeira reacção, ocorreu a contestação por parte das organizações profissionais ligadas à agricultura (*Fédération Nationale des Syndicats d’Exploitants e Centre National des Jeunes Agriculteurs*)⁶⁸.

Estamos, quando se aproxima o século XXI, perante uma nova Era para a agricultura e para o agricultor; contudo será esta aproximação ao natural uma necessidade individual ou está apenas a assistir-se a uma reviravolta de objectivos meramente económicos onde

⁶⁶ A partir de 1950 assistiu-se ao quadruplicar do consumo de compostos azotados, os quais passaram de 25 kgN para mais de 100 kgN por ha de SAU (v. Meyer, 1994: 124).

⁶⁷ “*Da mesma maneira que o poluidor deve pagar, haverá que encontrar meios de recompensar os serviços prestados ao ambiente*” (v. Meyer, 1994: 139).

⁶⁸ Defenderam que o “*agricultor era e devia continuar um produtor de bens alimentares ou de substâncias biológicas destinadas a diferentes utilizações (...) o papel social das explorações (...) não devia ultrapassar os limites da produção saída do trabalho da terra*” (Luginbuhl, 1991: 27).

o usufruto de um bem que se perde, está a ser dinamizado por uma «elite apropriadora e consumista»?

Recuar no tempo, tentar perceber historicamente «o processo de construção da paisagem», é um dos caminhos a seguir.

Será a paixão recente ou, por outro lado, um amor renovado?

Não há dúvida de que, na Europa, esta afectividade ocorre associada às primeiras representações da pintura e da literatura, logo a um gosto difundido por uma elite letrada e artística. Até ao final do séc. XVIII, estes amantes da paisagem são os grandes responsáveis pela sua socialização. No entanto, após o final do séc. XVIII, surge um novo tipo de «cliente», a burguesia.

Após meados do séc. XIX, o grande movimento impressionista, na sua ânsia de captar as impressões visuais, vai dar uma maior vivacidade e luminosidade às paisagens. O artista, para além de executor, começa a assumir o papel de «ensinante». A arte de observar e desenhar paisagens adquire agora também relevo.

É o cultivar de um novo gosto! É o reconhecer a estética naquilo que nos rodeia!

Esta apetência pela paisagem que alastra neste final de século, esta relação «sensível homem-natureza», aparece assim como um fenómeno cíclico que por vezes desperta o coração, talvez até a imaginação. Todavia, se “*a paisagem (...) surge como uma janela que o homem moderno (...) abre sobre a organização espacial da natureza, as condições sociais, económicas, políticas e técnicas desta invenção são ainda imprecisas*” (Luginbuhl, 1991: 42).

Como equacionar a preservação e conservação do território com a agricultura?

Como reabilitar as «paisagens de abandono» onde, incêndios, erosão, fuga das populações, são cada vez mais uma constante?

Como gerir a socialização da paisagem por parte da sociedade urbana e o bem-estar dos agricultores e demais habitantes do espaço rural?

Estas são algumas das questões que, necessariamente, deverão ser ponderadas por quem se preocupa com a problemática do rural.

Para Almeida, o actual *paradigma da inter-regionalidade* aponta para “*conciliar a dimensão da eficácia económica (prevalente no período do pós-guerra) com a da coesão social (privilegiada nos anos 70/80)...competitividade internacional e solidariedade intra e inter-regional devem não só ir de par mas, mais do que isso, constituir condição recíproca de sucesso*” (Almeida, 1994: 20).

A nova consciência do papel a desempenhar pelo «campo» nesta sociedade de fim de século depende, agora, da importância que se atribuir à transformação⁶⁹.

Na verdade, actualmente, há uma imagem que parece impor-se no centro das preocupações científicas e do discurso político:

«a necessidade de reabilitar o rural degradado, de dar nova vida ao rural abandonado, de o renovar, enfim, de fazer as pazes entre o progresso desenfreado e a natureza atacada».

No entanto, algumas questões se colocam: será o abandono da agricultura uma solução? Dever-se-á continuar a defender uma forte aposta em *inputs*, nomeadamente, químicos⁷⁰? Poderá a agricultura assumir-se como motor do desenvolvimento rural⁷¹? Estará em causa o desenvolvimento tecnológico⁷²?

Intervir para preservar é quase uma palavra de ordem neste final de século, contudo, criar uma nova visão da natureza, deverá passar por uma tomada de consciência colectiva, caso contrário, continuar-se-á a pensar no domínio das «modas» que dificilmente têm alguma continuidade.

Para Sgard (1991) há três importantes princípios a reter por quem se propõe actuar na paisagem rural, nomeadamente, “*procurar a concertação e o consenso, pois qualquer intervenção terá de ser um projecto colectivo; definir claramente o conceito de paisagem e os objectivos da intervenção; accionar os meios de gestão sem esquecer a relação meios disponíveis - acções pretendidas*” (Sgard, 1991: 207-208).

Para este autor, que considera os métodos autoritários inoperantes, a sensibilização e a participação deverão estar presentes no planeamento, pois o cidadão é um actor que não pode ser ignorado!

⁶⁹ Dos “*agricultores em produtores activos de ambiente de qualidade; das actividades agrícolas num dos esteios fundamentais de sobrevivência e renovação do mundo rural, entendido na sua acepção mais ampla* (Almeida, idem, ibidem).

⁷⁰ Provavelmente, se queremos deixar algo às gerações vindouras, que não apenas uma sociedade artificial, é bom começar a reflectir sobre projectos ecoambientais, sobre a valorização do território.

⁷¹ Não nos parece credível centrar o desenvolvimento rural nesta perspectiva, quando o avanço da sociedade permite que outras actividades (complementares ou não) contribuam mais eficazmente para a redução das assimetrias.

⁷² Possivelmente, o menos racional, pois tal como refere o sociólogo Thomas Regazzola “*est facile de constater que, malgré les cris d'alarme, les proclamations, les revendications, personne ne remet sérieusement en cause les perspectives de progrès technique, de croissance et d'intensification, qui sont désormais nécessaires au bon fonctionnement des secteurs amont et aval (...) La sauvegarde de l'emploi local en aval et en amont de l'agriculture passe par le maintien d'un tissu minimum d'exploitations rentables*” (Regazzola, 1994: 101).

2 - A CRISE RURAL: UM ANÁTEMA IRREVERSÍVEL?

O «campo» foi, desde sempre, palco de uma actividade que implicava uma estreita relação do homem com a natureza e onde o domínio do «selvagem» pode ser encarado como o «castigo» do agricultor⁷³.

Demograficamente, até ao séc. XIX, a pressão era fraca no campo, o volume da população estava directamente ligado à produção agrícola, às guerras e às epidemias. Todavia, dois tipos de progressos acabariam por provocar profundas perturbações na estrutura social do mundo rural: a medicina e a mecanização! A medicina, ao reduzir a mortalidade, originou um aumento de população. A mecanização da agricultura, indiscutível símbolo de progresso, acabou por determinar uma contracção no emprego com consequências que nunca mais seriam completamente controladas: ao êxodo agrícola seguir-se-ia o êxodo rural.

Como se este despertar do desenvolvimento não bastasse, o apego à posse da terra acabou por originar gerações de migrantes, pois um filho só muito tarde tinha acesso a um bem que lhe permitisse casar e assegurar o sustento da família. Assim, numerosos jovens rurais, ficaram condenados ao celibato ou à emigração, quer para as cidades quer para países longínquos.

Ia-se para a cidade à procura de um emprego e de um pagamento imediato em dinheiro, mas corria-se atrás de um outro modo de vida, onde tudo parecia mais fácil e também mais anónimo longe dos olhares atentos da aldeia.

O surto de urbanização, para além de provocar profundas transformações espaciais, era igualmente responsável por um êxodo agrícola que esvaziava os campos e sustentava o desenvolvimento industrial em detrimento do rural. Deixar a «terra», migrar para qualquer trabalho longe do campo, acabava por ser uma promoção, pois esta «terra» teimava em não dar oportunidade à maior parte dos seus filhos e a ascensão social não passava de uma esperança perdida no tempo.

Todavia, actualmente, este mesmo «campo», enquanto palco de uma actividade económica centrada na agricultura, perde cada vez mais importância. A outrora terra agrícola vê, progressivamente, surgirem ocupações não agrícolas e a produção de alimentos

⁷³ O ditame da «queda original» presente nas palavras que Deus dirigiu a Adão: “Porque (...) comeste o fruto da árvore a respeito da qual eu te havia ordenado: «Nunca deves comer o fruto desta árvore» maldita seja a terra por tua causa. E dela só arrancarás alimento à custa de penoso trabalho, em todos os dias da tua vida” (Génesis 3).

passa a ter de disputar o seu espaço com as indústrias, com as habitações secundárias, com as políticas de acessibilidade que determinam o rasgar da paisagem, com os planos hídricos que submergem casas e explorações, com as garagens que albergam os grandes autocarros aéreos, com as estratégias de defesa que necessitam de teatros de operações para os seus estrategos poderem dar largas ao equacionar do possível e do impossível.

No entanto, o abandono dos campos pelos filhos da terra mantém-se, bem como o crescimento dos desertos agrícolas, confirmação primeira da ideologia produtivista que tem vigorado na segunda metade do séc. XX, a qual, através de *inputs* tecnológicos, quer mecânicos quer químicos, permite produzir mais, em menos terra e com menos gente.

E aqueles que teimam em ficar? Que desenvolvimento lhes está destinado?

Vários cenários podem ser desenhados, os quais, no entanto, não deixam de imbricar em alguns pontos que consideramos fulcrais:

- o que poderá pensar aquele que, provavelmente, se sentirá um ex-agricultor?
- o que esperar de uma provável nova actividade de «guardião da natureza»?
- qual a sua percepção desta nova tarefa?
- como justificar que uma verdade ontem deixou de o ser hoje?
- o que pensam os residentes destas prováveis áreas de intervenção?
- iremos assistir a mudanças na sociedade civil que determinarão um reforço do exercício da cidadania, contribuindo para uma maior cooperação e participação?
- qual o papel do Poder Político (local, regional, nacional) nesta mudança de rumo?
- que estratégias de *marketing* e de consumo deverão ser implementadas para cativar o consumidor, por forma a adquirir novos produtos rurais, nomeadamente, «paisagem» e «biológicos»?
- preocupar-se-á o planeador em escutar os cidadãos?
- vamos continuar a privilegiar o centralismo ou, pelo contrário, atender a projectos que partindo da base, do cidadão implicado, tenham eventualmente algum futuro e não sejam mais uma aposta no efémero?

Na verdade, neste final de milénio, em que muito se fala na sustentabilidade, na sociedade civil e no exercício da cidadania, vários são os domínios que permitem o envolvimento do cidadão por forma a caminharmos para a preservação do rural, para a sua reconstrução, renovação, reabilitação e desenvolvimento:

- agricultura (biológica; de *hobby*, prestígio e recreio; produções alternativas como plantas medicinais, aromáticas e floricultura); silvicultura (produção para biocombustível); artesanato rural (cerâmica, madeira, vime,...); conservação ambiental (dispositivos locais para recolha e tratamento de detritos); cultura (ecomuseus; festivais de cinema, desportivos, gastronómicos, musicais e de teatro; itinerários temáticos; parques naturais); desporto (campos de golfe, circuitos de manutenção, clubes hípicas, estâncias de inverno, simulação de teatros de operações); habitação (residências vocacionadas para jovens, residências de fim-de-semana para o consumo de paisagem pelas elites urbanas); indústria e serviços (PME's e serviços de proximidade); participação (fóruns ambientais, culturais e de problemas que afectam os mais díspares sectores da sociedade); turismo (agroturismo, turismo cinegético, pousadas rurais, campismo em quinta, quintas albergues); recursos energéticos locais (biomassa, energia solar, energia eólica).

No entanto, tal como refere Béteille (1994), a crise persiste⁷⁴ e o espaço rural, no geral, “*n’a plus la capacité de former un volume de capital suffisant por autofinancer son propre développement local. Le principe récemment admis d’une aide de solidarité rurale traduit la reconnaissance officielle de cette incapacité, dans le contexte nouveau d’insertion totale dans l’économie globale*” (Béteille, 1994: 38).

Na verdade, a própria União Europeia, ao reconhecer a existência de grandes dificuldades no espaço rural⁷⁵, criou um instrumento específico para a sua promoção (Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER») que tem possibilitado o evoluir de todo um conjunto de experiências que permitem acreditar que o desenvolvimento pode deixar de ser uma ilusão.

Por outro lado, esta tentativa de recuperar o rural, de acreditar nas suas potencialidades e capacidades de integração na economia global, acabou por ser reconhecida na «Declaração de Cork (*Un Milieu Rurale Vivant*)»⁷⁶, a qual, ao considerar que “*les zones*

⁷⁴ “*Dans les campagnes se conjuguent le vieillissement de la population, les difficultés agricoles et industrielles, la déqualification des postes de travail disponibles, facteurs que induisent une moindre capacité à dégager de la valeur ajoutée et, donc, une progression moins rapide de la richesse locale*” (Béteille, 1994: 14).

⁷⁵ “*declínio demográfico, êxodo de jovens, fraca atractividade para as empresas, atentados ambientais*” (Steichen, membro da Comissão Europeia e responsável pela agricultura e o desenvolvimento rural, in *Leader Magazine* 6, 1994: 4).

⁷⁶ Resultante da *Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural* (Irlanda, 7 a 9 de Novembro de 1996) subordinada ao tema *A Europa Rural–Perspectivas para o Futuro*, in *Europe Documents* 2012.

rurales et leurs habitants sont véritablement un atout pour l'Union européenne et ont la capacité d'être compétitifs” (*Europe Documents 2012*, 1996: 1), anunciou um programa em dez pontos para a «Política de Desenvolvimento Rural da União Europeia»⁷⁷:

1 - **Preferência rural**: prioridade ao desenvolvimento rural durável e necessidade de estabelecer um equilíbrio mais justo entre zonas rurais e urbanas através da afectação das despesas públicas. Objectivos de intervenção: inverter o êxodo rural; combater a pobreza; estimular o emprego e a igualdade de oportunidades; responder às exigências crescentes em matéria de qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer; melhorar o bem-estar; preservar e melhorar a qualidade do meio.

2 - **Integração**: política multidisciplinar na concepção e multisectorial na aplicação, privilegiando a redução das assimetrias. Reunir num mesmo quadro jurídico e instrumental, a adaptação e o desenvolvimento da agricultura, a diversificação económica (PME's e serviços rurais), a gestão dos recursos naturais e do ambiente, bem como a valorização do património cultural, do turismo e das actividades de lazer.

3 - **Diversificação**: fornecer meios que permitam diversificar as actividades económicas e sociais que partam do sector privado e das comunidades locais: investimento, assistência técnica, serviços às empresas, infra-estruturas adequadas, educação, formação, difusão de tecnologias de informação, reforço das pequenas cidades como «elementos-chave» do desenvolvimento, promoção do desenvolvimento de comunidades rurais viáveis e renovação de aldeias.

4 - **Durabilidade**: assegurar a qualidade e amenidade das paisagens rurais da Europa (recursos naturais, biodiversidade, identidade cultural), por forma a que a sua utilização pela geração actual não comprometa as opções das gerações futuras (sustentabilidade).

5 - **Subsidiariedade**: descentralizar sempre que possível e privilegiar a parceria e a colaboração entre os diferentes níveis de responsabilidade (local, regional, nacional, europeu). Privilegiar a participação dos actores e as iniciativas que partam da base (*bottom-up*). O desenvolvimento rural deve ser local e conduzido pelas comunidades rurais num quadro europeu coerente.

⁷⁷ Síntese com base no *Europe Documents 2012*, Nov. 1996, pp. 1-4.

6 - **Simplificação:** a vertente agrícola deve ser objecto de uma simplificação radical quanto à sua regulamentação. Dever-se-á limitar a regulamentação comunitária a regras e procedimentos gerais, introduzir a subsidiariedade na tomada de decisões e assegurar uma maior flexibilidade.

7 - **Programação:** assentar o desenvolvimento em processos coerentes e transparentes. Deverá existir um programa único de desenvolvimento rural por região e um único instrumento para o desenvolvimento rural durável.

8 - **Financiamento:** encorajar a afectação de recursos financeiros locais a projectos locais de desenvolvimento rural, bem como as técnicas de engenharia financeira em matéria de crédito rural, por forma a mobilizar as sinergias entre financiamento público e privado. Encorajar uma maior participação do sector bancário (público e privado) e de outros intermediários.

9 - **Gestão:** melhorar a capacidade de gestão e a eficácia dos intervenientes (autoridades regionais e locais; grupos locais) fornecendo-lhes, sempre que necessário, assistência técnica, formação, melhores instrumentos de comunicação, parceria, difusão da investigação e da informação, trocas de experiência.

10 - **Avaliação e investigação:** deve ser reforçada para assegurar a transparência dos procedimentos, garantir a boa utilização dos créditos públicos, estimular a investigação e inovação e permitir um debate público consciente.

Na realidade, actualmente, é possível afirmar que no quadro da União Europeia há uma propensão para o desenvolvimento rural e para o concomitante combate à crise, pois, pela primeira vez, para além de uma filosofia de base, surgem incentivos financeiros indispensáveis à promoção de projectos de revitalização. Todavia, pensamos que o planeamento necessita ainda de alguma transformação, nomeadamente, no que concerne a um maior envolvimento colectivo.

3 - DELIMITAR O RURAL: QUE SENTIDO?

A ausência de uma normalização da terminologia científica, nomeadamente da geográfica, tem permitido que diferentes especialistas, antropólogos, economistas, geógrafos, sociólogos, etc., por vezes pareçam referir-se a diferentes realidades quando abordam o meio rural.

Em 1972, tentando operacionalizar um conceito, Wibberley considerava que o termo rural deveria ser empregue para descrever “*aquelas partes de um país que evidenciam inconfundíveis sinais de estarem dominadas por um uso extensivo da terra, quer no presente quer num passado imediato*” (citado por Clout, 1976: 12).

Em 1975, a UGI⁷⁸ considerou que o espaço rural deveria ser “*caracterizado pela utilização extensiva do solo – agrícola, florestal, ócio, baixa taxa de espaço edificado – e pela densidade da população inferior à das cidades*” (citado por Estébanez, 1988: 240).

Ainda na década de 70, ao reconhecer o carácter «complexo-cambiante» deste espaço, o geógrafo britânico P. J. Cloke propôs a sua delimitação para Inglaterra e Gales com base num «índice de ruralidade» que integrando 16 variáveis (quadro 2) permitiu definir cinco diferentes classes: *rural extremo, rural intermédio, não rural intermédio, não rural extremo, áreas urbanas*⁷⁹.

Contudo, anos antes, já T. L. Smith (1951) tinha tentado a sua delimitação, ao propor os conceitos de «autenticamente rural» e «autenticamente urbano» por defender “*que o urbano e o rural por si mesmos não existem na prática*” (citado por Clout, 1976: 62), pois a realidade desenha um perfil que mais não é do que o produto da coligação das diferentes características em jogo⁸⁰.

⁷⁸ Segundo Gyorgy Enyedi, presidente do grupo de trabalho para a Planificação e Ordenamento Rural da UGI (União Geográfica Internacional), que sintetiza a conclusão dos 48 geógrafos especialistas consultados para o efeito (Estébanez, 1988: 240).

⁷⁹ Segundo Estébanez, 1988: 242.

⁸⁰ Foi, já então, a sua forma de manifestar desacordo com a visão dicotómica, propondo em alternativa uma «escala» de classificação, porque o “*rural e o urbano, antes de constituírem categorias que se excluem mutuamente, parecem formar uma sociedade global que se assemelha a um espectro de combinações*” (citado por Clout, 1976: 62).

QUADRO 2 – ÍNDICE DE RURALIDADE DE CLOKE (1977)

VARIÁVEIS	PARÂMETROS
Densidade populacional	• hab./acre
Varição da população	• % entre 1951-1961 e 1961-1971
População > 65 anos	• % da população total
População feminina entre 15-45 anos	• % da população total
População masculina entre 15-45 anos	• % da população total
Taxa de ocupação 1	• famílias por habitação
Taxa de ocupação 2	• % população por cada 1,5 habitações
Características da habitação	• % famílias com água quente, banho e casa de banho interior
Estrutura ocupacional	• % de agricultores autónomos com assalariados, agricultores autónomos e trabalhadores por conta de outrem
Movimentos migratórios	• % residentes a trabalhar fora do distrito rural
Imigração	• % população residente à menos de 5 anos
Emigração	• % pessoas que saíram no último ano
Relação imigração-emigração	• % imigrantes/emigrantes
Distância ao núcleo mais próximo de 5 000 hab.	
Distância ao núcleo mais próximo de 100 000 hab.	
Distância ao núcleo mais próximo de 200 000 hab.	

Fonte: Estébanez, 1988: 243.

Estas diferentes perspectivas, todavia, não inviabilizam a procura de outros indicadores passíveis de interpretação⁸¹ e a questão mantém-se:

• **Como definir/delimitar o espaço rural?**

Teremos de aceitar, com alguma passividade, a afirmação de Estébanez de que “*varios geógrafos ponen en duda la posibilidad de una definición de validez universal*” (Estébanez, 1988: 240)?

Para R. E. Pahl (1966), apesar das “*áreas rurais se poderem distinguir facilmente das urbanas quando se analisam segundo o critério do uso do solo, este não é o caso quando se consideram as variáveis sociais*” (citado por Clout, 1976: 63), pois num “*contexto sociológico, os termos rural e urbano são mais notáveis pela sua capacidade de confundir que pelo seu poder de aclarar*” (citado por Clout, 1976: 63).

⁸¹ Dimensão dos lugares; população activa agrícola; peso da população activa agrícola na população activa total; população agrícola familiar; peso da população agrícola familiar na população residente; superfície agrícola e superfície agrícola utilizada; peso da superfície agrícola na superfície total; peso da superfície agrícola utilizada na superfície total; peso da superfície agrícola utilizada na superfície agrícola; relações entre o local de trabalho e o lugar de residência; tipo e área de influência dos estabelecimentos comerciais e de produção; etc.

Por outro lado, ao efectuar uma análise crítica das perspectivas dominantes, Pahl adverte para o perigo de ignorar as assimetrias, quando se extremam as posições analíticas em torno da visão dicotómica ou do *continuu*. Assim, este autor, acaba por sugerir que é preferível “*imaginar todo um conjunto superposto de redes de diferentes texturas, formando um processo que cria uma estrutura muito mais complexa*” (citado por Clout, 1976: 65).

Todavia, segundo A. W. Gilg (1985), é espaço rural todo o território que corresponda aos seguintes parâmetros:

- estar dominado (actual ou recentemente) por usos extensivos do solo, agrícolas, florestais ou grandes espaços por edificar;
- conter núcleos rurais de pequeno nível hierárquico apresentando fortes relações entre os edifícios e a paisagem, bem como uma consciência de rural assumida pela maioria dos habitantes;
- originar um modo de vida caracterizado por uma identidade de coesão, baseada no respeito e qualidades comportamentais (adaptado de Estébanez, 1988: 242).

Quanto a Carminda Cavaco (1993), referindo-se ao caso português, o espaço rural deve ser caracterizado “*pela preponderância na utilização do solo de paisagens vegetais, em ligação com a agricultura, a pecuária e a silvicultura, incluindo os incultos e os matos reservados ao pastoreio, à agricultura, à caça, ou simplesmente ao corte para queima ou para manta nos estábulos (bouças); por fracas densidades populacionais, populações predominantemente autóctones, dispersas ou aglomeradas em núcleos de pequena dimensão (aldeias e vilas até 2 000, 5 000 ou 10 000 habitantes?), com forte sentido de ruralidade, de ligação ao seu espaço, à sua aldeia, à sua «terra»*” (Cavaco, 1993: 94).

Vemos, assim, que apesar do recurso a diferentes variáveis, a maior parte das definições acaba por se enquadrar nos três seguintes grupos:

- **negativistas**: é espaço rural todo aquele que não pertence à aglomeração urbana, logo o espaço interurbano, o que “sobra” para além das cidades e respectivas áreas de influência.
- **funcionalistas**: é espaço rural o que se caracteriza por uma presença exclusiva ou preponderante de funções rurais. Os defensores desta segunda perspectiva procuram,

também, relacionar as funções rurais com a utilização do solo, não ignorando ainda os modos de vida e as infra-estruturas existentes.

- **gradativistas**: interpenetração entre o espaço urbano e os campos, diferentes graus de ruralidade e urbanização - sucessão de anéis em torno da cidade que diluem a oposição tão querida aos amantes da dicotomia e apontam na direcção do *continuu*.

No entanto, toda esta problemática, tão importante nas décadas de 60 e 70, adquire uma nova pertinência, pois a redução das distâncias (a que não é estranha a «internetização») e o galopar da globalização⁸² tendem, cada vez mais, para um crescente esbamento das componentes que outrora tiveram alguma relevância na distinção entre os espaços rural e urbano.

Por outro lado, a perda de importância da agricultura como actividade económica e a criação de novos hábitos e costumes por via da difusão da comunicação, trazem para o espaço rural novas realidades que o vão modificando e lhe dão novas perspectivas de integração no todo espacial.

Todavia, a dificuldade em sistematizar um conceito de espaço rural, passa igualmente pela heterogeneidade das realidades mundiais, pois se para os países desenvolvidos o «campo» é cada vez mais objecto de contemplação, local onde se desenvolve uma nova cultura preservadora e ambientalista, quiçá elitista, nos países em vias de desenvolvimento continua a ser o berço da agricultura, onde a «metamorfose» ainda não afectou significativamente os modos de vida e as mentalidades marcadas por um conjunto de elementos tradicionais que espelham a ruralidade.

O principal objectivo desta abordagem é questionar a pertinência de delimitar o espaço rural, não de propor uma metodologia de conceptualização que necessariamente teria de ser interdisciplinar. O que pretendemos, sobretudo, é alertar para a necessidade de existir uma correcta afectação de verbas do erário público e comunitário ao desenvolvimento rural, o que implica saber o que contemplar e onde.

Há, indiscutivelmente, no território português, um espaço deprimido e subalternizado, pois a uma ineficácia da actividade agrícola, acabou por se associar um conjunto de directrizes comunitárias penalizadoras dos países com economias mais débeis. Todavia, porque existem programas nacionais e comunitários vocacionados para uma mudança de

⁸² Referimo-nos não só à globalização económica mas também às vertentes política e cultural (anexo II).

rumo do espaço rural⁸³, consideramos cada vez mais essencial efectuar a sua delimitação, não para o opor ao urbano, muito menos para criar um novo modelo de segregação, mas para lhe permitir usufruir integralmente do desenvolvimento a que tem direito.

Existirá, então, alguma hipótese credível de delimitação?

Na realidade, pela tentativa de rigor empregue, pensamos que o exemplo Valão merece alguma atenção.

• Os critérios de ruralidade na *Wallonie*

O decreto de 6 de Junho de 1991 (*Décret relatif au développement rural*) implicou a necessidade de delimitar o espaço rural passível de subvenções. Por solicitação de Edgard Hismans⁸⁴, coube ao *GEVERU (Groupe D'Etudes Pour La Valorisation de L'Espace Rural et Urbain) - ULB (Université Libre de Bruxelles)* criar um instrumento que facilitasse a respectiva triagem.

Ao considerarem que “*le monde rural n'est plus le monde agricole: il l'englobe mais ne s'y réduit plus*” (Bronchart et al, 1991a: 2), Luc Bronchart, Ingrid Denonville e Pierre Marissal, os responsáveis pelo relatório *Critères de Ruralité* (Dezembro de 1991), afirmaram então que o seu estudo visava responder a uma questão prática que igualmente nos preocupa: *où peut-on faire du développement rural?* (Bronchart et al, 1991a: 64).

Chamando a atenção de que nos anos 60 e 70 “*la référence et le modèle urbain est imposée à la campagne en matière de développement: on qualifie l'espace rural d'espace moins urbanisé, ou sous-urbanisé*” (Bronchart et al, 1991a: 2), o que provocou o aparecimento de estudos de hierarquia urbana onde o *espaço rural era polarizado e não polarizante*, os autores defenderam ainda no seu relatório que os anos 80 e 90 introduziram a problemática do êxodo urbano, os *novos rurais* ou *ex-urbanizados* começaram a deslocar-se em direcção às zonas rurais mais dinâmicas e/ou mais próximas das cidades. Foi o reconhecimento Valão do fenómeno da *contra-urbanização/urbanização*

⁸³ Veja-se o capítulo IV- O Desenvolvimento Rural em Portugal: Que Instrumentos?.

⁸⁴ *Ministre de la Région Wallonne pour l'Emploi, la Conservation de la Nature, la Rénovation Rurale et les Zonings Industriels.*

descentralizada, o qual, igualmente, nos parece começar a ter alguma importância em Portugal⁸⁵.

Considerando que o espaço rural tem três tipos de características específicas, nomeadamente, *físicas*⁸⁶, *económico-políticas*⁸⁷ e *socioculturais*⁸⁸, os autores utilizaram como metodologia de investigação dois níveis de análise, respectivamente, *comunal e infracomunal*.

Nível comunal

Etapa que teve por objectivo a identificação das *comunas urbanas*, as que por já não apresentarem suficientes características rurais não permitiam a recuperação da ruralidade devendo ser excluídas do benefício do desenvolvimento rural. O *espaço não construído potencialmente rural*⁸⁹ foi o indicador para uma primeira eliminação. As comunas seleccionadas (mistas ou rurais) foram, posteriormente, alvo de uma tipologia funcional com base em 29 variáveis (anexo III), cuja inter-relação permitiu estabelecer uma configuração da *Wallonie* em 15 diferentes grupos de comunas (anexo IV).

Nível infracomunal

Etapa que teve por objectivo distinguir, no interior das comunas, os «tipos de zonas» passíveis de operações de desenvolvimento rural. Reconhecendo a existência de uma zonalidade mais ou menos homogénea (agrícola, industrial, de forte concentração habitacional, recreativa, artesanal,...), os autores recorreram a uma diferenciação com base no *plan de secteur*⁹⁰ e nos *secteurs statistiques*. Dos anexos V e VI constam os diferen-

⁸⁵ Cada vez mais, nos jornais diários, surge a oferta de uma habitação que faz apelo ao ambiente, à paz e ao sossego existente a alguns quilómetros dos principais centros urbanos servidos por boas infra-estruturas viárias.

⁸⁶ “*la faible densité de population et de l’habitat, le mode de peuplement ou la dominance et la qualité des espaces non urbanisés*” (Bronchart et al, 1991a: 3).

⁸⁷ “*l’importance du secteur primaire et du tertiaire, le faible taux et les problèmes d’emploi ou encore le faible rôle décisionnel (économique et politique)*” - (Bronchart et al, 1991a: 3).

⁸⁸ “*comme le mode de vie, le comportement solidaire ou l’attachement au village*” (Bronchart et al, 1991a: 4).

⁸⁹ “*susceptible d’entretenir des relations de type rural avec l’habitat et les habitantes, à savoir les espaces agricoles (champs et herbages) mais aussi les vergers et les bois*” (Bronchart et al, 1991b: 334).

⁹⁰ Cobre todo o território belga e indica a afectação dos solos no quadro da legislação sobre ordenamento do território.

tes tipos de *habitat*, as variáveis utilizadas pelos autores para a zonificação pretendida e as dez classes de sectores estabelecidas.

Por fim, com base nas tipologias comunal e infracomunal⁹¹, as comunas foram agrupadas nos sete grupos actualmente em vigor (quadro3).

QUADRO 3 – AGRUPAMENTO DAS COMUNAS COM BASE NAS TIPOLOGIAS COMUNAL E INFRACOMUNAL (1991)

GRUPO	CARACTERÍSTICAS
A	Antigos grupos 1, 2, 3 e 7. Comunas cuja totalidade do espaço é passível de desenvolvimento rural e onde a função residencial não é dominante.
B	Antigos grupos 5 e 6. Comunas rurais cuja morfologia é fortemente marcada pela função residencial. Os espaços infracomunais de tipo loteamento devem ser rejeitados.
C	Apenas as comunas do antigo grupo 8. Como as periferias destas comunas são rurais e pouco afectadas pelo fenómeno residencial, todo o conjunto periférico deve ser contemplado.
D	Antigos grupos 9, 10 e 11. Comunas afectadas pelo fenómeno da periurbanização. Rejeição eventual do centro urbano e tratamento particular para as paisagens de periurbanização.
E	Antigo grupo 12. Aldeias operárias mais próximas de ruralidade que da urbanidade. O poder político pode autorizar operações de desenvolvimento rural.
F	Antigo grupo 13. O centro deve ser rejeitado. A periferia é semelhante à do grupo E. Cabe ao poder político decidir sobre a inclusão da periferia nas operações de desenvolvimento rural.
G	Antigo grupo 14. Comunas muito marcadas pelo fenómeno residencial. Devem ter um tratamento particular porque a ruralidade é menor ou muito ameaçada.

Fonte: Adaptado de Bronchart et al, 1991a: 47.

A utilidade deste exemplo⁹² e a sua pertinência prende-se, essencialmente, com o facto de considerarmos imprescindível a existência de uma correcta delimitação do espaço rural português, pois, sempre que esteja em questão o binómio «custo-benefício», deverá existir uma correcta definição da afectação de verbas por forma a controlar os seus impactos, detectar desvios e evitar derrapagens orçamentais.

⁹¹ Para além dos critérios quantitativos, foram ainda contemplados diferentes critérios qualitativos: *existência de uma polícia rural, de turismo de habitação ou agroturismo, de um parque natural, de uma operação qualidade-aldeã (salvaguarda do património rural), de uma operação de desenvolvimento rural.*

⁹² Permite perceber o rigor com que a administração Valã pretende atribuir as subvenções para o desenvolvimento rural. As comunas ou áreas rejeitadas, conforme nos informaram, podem sempre recorrer a outros instrumentos financeiros para implementarem planos de recuperação.

CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO: UM EXEMPLO VALÃO

- Que instrumentos?
- Que critérios?
- Que objectivos?
- Que protagonistas?
- Que avaliação?

Localizada na Bélgica (figura 3), a Sul de uma linha imaginária que atravessa Bruxelas no sentido Leste-Oeste, a Região Valã apresenta uma superfície de 16 850 km² (55% da total) repartida por 262 comunas e detinha em 1991 uma densidade populacional de 194 hab./km² (328 hab./km² no país), uma população de 3 260 000 hab. (32% do total) e 32,7% de indivíduos com menos de 25 anos (31,9% no país). Relativamente à sua população activa, 3,1% trabalhava na agricultura (0,4% acima da média nacional), 28,1% na indústria e 68,8% nos serviços.



Figura 3- Localização da Bélgica.

No que concerne ao desemprego, este cifrava-se em Abril de 1993 nos 12% contra uma média nacional bastante inferior (8,8%), afectando principalmente as mulheres (16,9% e 12,9% no país), pois os homens apresentavam uma taxa significativamente mais baixa (8,6% e 6,0% de média nacional). No tocante ao desemprego por classe de idade são os mais jovens (< 25 anos) os principais afectados (25,8% e 16,9% no país).

Em termos de qualidade de vida as assimetrias não são tão evidentes, encontrando-se os principais indicadores próximos da média nacional, nomeadamente, o consumo doméstico de electricidade (1 870 kWh/hab. contra 1 989), a posse de viatura própria (376 automóveis por 1 000 hab. contra os 397 no país), o número de telefones (289 por 1 000 hab. contra 294) e o número de televisores (317 por 1 000 hab. contra 331)⁹³.

De acordo com uma das fichas informativas da *Fondation Rurale de Wallonie (FRW)* de Junho de 1995, 133 (50,8%) das 262 comunas existentes são consideradas como

⁹³ Dados extraídos do EUROSTAT, 1994.

rurais⁹⁴ e albergam 750 000 habitantes (23,0% da *Wallonie*) distribuídos por 68,0% do território valão.

Com 1 300 ha de planos hídricos, a ocupação do seu solo repartia-se em 1992, respectivamente, 54% pela agricultura (44,5% pastagens, 2,5% pomares, 53% culturas) e 29% pelas florestas (49% folhosas e 51% resinosas).

1 - O TEMPO, ESSE ALIADO

A perspectiva da renovação rural na *Wallonie* surgiu em 1973, no *Vallée de l'Attert*, por iniciativa das autoridades locais e segundo sugestão de Georges Christophe⁹⁵. Todavia, só em 27 de Janeiro de 1976 um decreto real reconheceu oficialmente a sua necessidade (Albarre, 1987: 61) e em 15 de Junho de 1978 foi criada a *Commission Wallonne d'Aménagement et de Rénovation du Territoire Rural*, a qual, segundo Albarre (idem: 62), para além de “colaborar na elaboração de um projecto de decreto orgânico da renovação rural”, tinha ainda por missão:

- propor ao ministro um programa de utilização dos créditos disponíveis;
- propor as regras de procedimento relativas à apresentação dos *dossiers* pelos poderes locais e respectivo exame pelos serviços implicados;
- fiscalizar a realização dos programas de renovação e enviar ao ministro um relatório sobre a eficácia económica, social e cultural das operações.

Em 6 de Novembro de 1978, o *Comité Ministériel des Affaires* decidiu “lançar operações-piloto de renovação rural em 24 comunas” (quadro 4) e “confiar à *Fondation Rurale de Wallonie* a orientação destas operações, bem como as tarefas de concepção e conselho em matéria de renovação rural” (Piroux, 1982: 7).

QUADRO 4 – PRIMEIRAS «OPERAÇÕES-PILOTO» DE RENOVAÇÃO RURAL

ZONAS	COMUNAS
1 - Hainaut Occidental	Ath, Ellezelles, Flobecq, Frasnes-lez-Anvaing, Mont-de-l'Enclus
2 - Brabant Wallon de l'Est	Incourt, Jodoigne, Perwez
3 - Condroz	Havelange, Marchin, Modave, Nandrin, Ohey*, Tinlot
4 - Entre-Sambre-et-Meuse	Chimay, Cerfontaine, Froidchapelle, Sivry-Rance
5 - Ardenne	Burg-Reuland, Vielsalm
6 - Sud-Luxembourg	Bertrix, Chiny, Florenville, Herbeumont

Substituída em 6 de Fevereiro de 1981 pela comuna de *Thimister-Clermont*.

Fonte: Piroux, 1982: 15-16.

⁹⁴ Segundo o critério de ruralidade que admite uma densidade populacional inferior a 150 hab./km².

⁹⁵ Actual presidente da *Fondation Rurale de Wallonie* e na altura *Comissaire d'Arrondissement* (Piroux, 1982: 11).

Em 1979, o *Ministère des Travaux Publics* editou um Guia (*Guide de Rénovation Rurale*, adiante designado por GRR) que, para além da definição dos objectivos e princípios da renovação rural (capítulo I), estabelecia as atribuições e constituição da *Commission Régionale de Rénovation* (capítulo II), os critérios das operações subvencionáveis (capítulo III), a gestão das operações (capítulo IV), o subvencionamento (capítulo V) e o modelo de *dossier* e respectivo encaminhamento (capítulo VI). Na ausência de legislação adequada, este Guia destinava-se a assegurar transitoriamente os procedimentos administrativos e regulamentares a seguir. Na prática, acabou por presidir à renovação rural até publicação, em 4 de Junho de 1987, do primeiro quadro legal (Albarre, 1987: 68), actualmente substituído pelo *Décret Relatif au Développement Rural* de 6 de Junho de 1991.

Para além do Estado (Região Valã) reconhecer que a renovação rural era de interesse local, logo de início surgiu como um parceiro que ajudava à sua realização, nomeadamente, com a atribuição de subvenções que podiam atingir 80% do custo das operações e ainda com a sua participação na *Commission Régionale de Rénovation* que compreendia uma *secção de renovação rural*⁹⁶ e outra de *ordenamento das zonas de lazer*⁹⁷.

No que concerne aos **critérios de renovação rural**, foram então definidos o desenvolvimento rural integrado, a eficácia e participação democrática, a integração no espaço rural, a conformidade urbanística e a política fundiária (anexo VII).

De acordo com o GRR (pp. 7-8), a **gestão das operações** deveria ser assegurada por um *contrato de renovação rural* proposto pelo ministro e aprovado pelo Rei. Neste contrato era fixado o perímetro, o programa e a taxa máxima de subvenção.

Para o **controlo das operações** previam-se *convenções-execuções* estabelecidas entre o Estado e as comunas e negociadas todos os dois anos. As **acções subvencionáveis**

⁹⁶ As suas principais atribuições eram: enviar ao *Ministre des Affaires Wallonnes* um relatório anual sobre a eficácia económica, social e cultural das operações; propor ao ministro, anual ou semestralmente, um programa de utilização dos créditos disponíveis; propor as regras de procedimento relativas à introdução dos *dossiers* pelos poderes locais e ao seu exame pelos serviços competentes; propor o perímetro de cada operação; propor ao ministro a suspensão da execução das convenções sempre que as respectivas cláusulas não fossem respeitadas; velar pela realização dos programas de renovação; receber e examinar os relatórios; emitir conselhos relativos ao desenvolvimento das operações.

⁹⁷ Tinha por principais atribuições examinar a implantação e integração dos equipamentos de lazer, nomeadamente, parques de campismo, parques residenciais de fins-de-semana e aldeias de férias; estabelecer novas zonas de lazer.

previstas, com taxas de cobertura estatal compreendidas entre os 75% e 80%, apontavam para a aquisição de terrenos, imóveis construídos, estudos prévios, projectos e trabalhos diversos (saneamento, habitação social e média renovada ou construída pela comuna, construção e restauração com carácter sociocolectivo, vias, atalhos, pistas para velocípedes, espaços públicos, parques e garagens, imóveis ou parte deles para uso comercial/artesanal). O restante financiamento das operações era assegurado pela comuna com recurso ou não ao crédito comunal.

Quanto ao **dossier de renovação**⁹⁸, este deveria ser constituído por:

“- *plano-director composto pelo programa de realização, planificação, descrição urbanística do projecto, consequências e relações com as disposições dos planos de ordenamento, estatuto predial e jurídico dos bens alvo da operação;*

- *descrição de cada objectivo a atingir;*
- *estimativa dos custos de realização de cada objectivo;*
- *justificação das escolhas previstas em relação a outras hipóteses possíveis;*
- *plano de financiamento baseado sobre as disponibilidades comunais e as subvenções estatais previstas, bem como as prioridades dos objectivos a atingir.*”

(GRR, 1979: 13-14)

Todavia, segundo Maurice Piraux (um dos pais da renovação rural, actualmente já falecido), as acções subvencionáveis rapidamente se tornaram alvo de crítica, pois os créditos previstos apontavam sobretudo para equipamentos; “*le problème de l'école rurale, des transports, de l'emploi, etc.*” (Piraux, 1982: 9) não eram contemplados, o que levou V. Féaux⁹⁹ a defender no seu discurso de 21 de Junho de 1982 que a «Política de Renovação Rural» deveria obedecer a cinco critérios: “*politique spécifique au milieu rural; animation et une concertation avec la population; mesures adaptés et coordonnées; innovation permanente; planification interne et externe des opérations dans le cadre de la politique du redéploiement wallon*” (Piraux, 1982: 10).

⁹⁸ Dirigido pela comuna ao *Secretariado da Comissão Regional de Renovação Rural* para apreciação, este *dossier* transitava para o ministro para aprovação, competindo ao Rei a sua promulgação.

⁹⁹ *Ministre de la Région Wallonne pour l'Eau, l'Environnement et la Vie Rurale.*

Para Piraux, o **perímetro de renovação** também levantava alguns obstáculos porque as intervenções mais limitadas estavam condenadas ao abandono¹⁰⁰.

Relativamente à **participação da população**, a *Fondation Roi Baudouin* responsável por uma operação-piloto na Comuna de *Clavier* juntamente com a *Société Nationale Terrienne* advertiu, em 1981, para a necessidade de existir “*une éducation progressive des populations, tendant à leur faire prendre en main leur destinée collective...*[evitando o recurso a]...*formules plus paternalistes et autoritaires*. [Por outro lado, chamou ainda a atenção de que] *la mise en place de structures de participation n'est pas nécessairement le gage d'un fonctionnement démocratique (...)* *Le danger existe que ces structures soient utilisées par certains afin de créer un contre-pouvoir au conseil communal*” (Piraux, idem: 13).

No final da década de 80, início da de 90, foi introduzido o primeiro corpo legislativo para intervenção no espaço rural (decretos de 4 de Junho de 1987 e 6 de Junho de 1991). O termo *développement* substituiu, logo em 1987, o de *renovation* até aí utilizado.

De acordo com o *Décret Relatif au Développement Rural* de 6 de Junho de 1991, artigo 1º, uma operação de desenvolvimento rural “*consiste en un ensemble coordonné d'actions de développement, d'aménagement et de réaménagement entreprises ou conduites en milieu rural par une commune, dans le but de sa revitalisation et de sa restauration, dans le respect de ses caractères propres et de manière à améliorer les conditions de vie de ses habitants au point de vue économique, social et culturel*”.

É, pois, este decreto, que introduz a actual configuração do *PCDR (Programme Communal de Développement Rural)*, instrumento base da transformação espacial que está a ser levada a cabo na Região Valã (quadro 5).

Quanto à **informação**¹⁰¹, **consulta** e **participação da população**¹⁰², vector da democraticidade da intervenção, o artigo 3º define que todas as comunas devem assegurar esta componente indispensável à prossecução e êxito de qualquer operação.

¹⁰⁰ Uma consequência do próprio Guia que na sua secção III afirmava: “*les opérations de rénovation rurale devront intéresser plusieurs hameaux ou localités formant une unité géographiquement, économiquement ou socialement homogène*” (GRR, 1979: 2).

¹⁰¹ Deve ser assegurada, pelo menos, por uma reunião em cada localidade envolvida.

QUADRO 5 – SÍNTESE DO PCDR

COMPOSIÇÃO (artigo 10º)	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição das características socioeconómicas da comuna. • Resultados da consulta à população. • Objectivos do desenvolvimento. • Projectos para alcançar os objectivos. • Quadro detalhado dos diferentes projectos, planificação temporal, intervenientes financeiros e objectivos.
FASES DE ELABORAÇÃO (artigo 9º)	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão comunal. • Designação da pessoa de direito público ou estabelecimento de utilidade pública encarregue de assistir a comuna. • Informação e participação da população. • Consulta da população. • Criação de grupos de trabalho. • Criação da Comissão Local de Desenvolvimento Rural. • Escolha do autor do projecto responsável pela implementação do PCDR.
OBJECTIVOS DAS SUBVENÇÕES (artigo 2º)	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção, criação e manutenção do emprego ou das actividades económicas. • Melhoramento e criação de serviços e equipamentos para uso da população. • Renovação, criação e promoção do habitat. • Criação de espaços públicos, <i>maisons de village</i> e outros lugares de acolhimento, informação e confraternização. • Protecção, melhoramento e valorização do quadro e do modo de vida, incluindo o património construído e natural. • Criação de vias e meios de transporte de interesse comunal.

Fonte: Adaptado do *Décret Relatif au Développement Rural*, 1991.

Relativamente à *Comissão Local de Desenvolvimento Rural*¹⁰³, constituída por **grupos de trabalho** organizados por tema ou por aldeia, o artigo 5º define o seguinte recrutamento:

- 1/4 dos membros efectivos e suplentes pode ser designado no âmbito do conselho comunal;

- os restantes são representantes do meio político, económico, socioprofissional e cultural da comuna, das diferentes aldeias ou dos lugares que a compõem.

Em 20 de Novembro de 1991 é publicada uma portaria que estabelece as principais componentes do **dossier de desenvolvimento rural** (quadro 6).

¹⁰² Estrutura-se com base em grupos de trabalho apoiados pela *Comissão Local de Desenvolvimento Rural*, a qual, de acordo com o artigo 4º, deve ser criada durante os seis meses em que a comuna decide se pretende ou não candidatar-se a operações de desenvolvimento.

¹⁰³ Composta por 10 a 30 membros efectivos e igual número de suplentes e presidida pelo burgomestre ou um seu representante.

QUADRO 6 – COMPONENTES DO DOSSIER DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DESIGNAÇÃO	COMPONENTES
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DA COMUNA	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos cartográficos (ocupação do solo; vias de comunicação e espaços públicos; principais infra-estruturas técnicas; cursos de água; estrutura da construção; património comunal construído ou não; zonas de espaço verde, de interesse paisagístico, sítios classificados, parques naturais e reservas; localização dos diferentes projectos). • Documentos de inventário (características gerais da comuna; características geográficas, sociais e económicas da comuna; planos regulamentares e esquemas de ordenamento; programa de infra-estruturas e equipamentos; classificação de monumentos, locais e arqueologia; lista das construções mais importantes; lista dos locais, árvores e sebes principais). • Dados complementares (meios humanos e financeiros disponíveis pela comuna; capacidade comunal de contrair empréstimos; composição do conselho comunal; organograma dos serviços comunais).
RESULTADOS DA CONSULTA À POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Método utilizado para consulta e informação da população; apresentação da pessoa de direito público ou estabelecimento de utilidade pública encarregue de assistir a comuna; calendário e síntese dos resultados das reuniões de informação, de consulta e dos grupos de trabalho; composição da Comissão Local de Desenvolvimento Rural; composição dos grupos de trabalho; calendário e síntese dos resultados das reuniões da Comissão Local.
OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Síntese da análise da situação existente; objectivos do desenvolvimento, justificações e efeitos multiplicadores esperados.

Fonte: Adaptado do *Arrêté de l'Exécutif régional wallon portant exécution du décret du 6 juin 1991 relatif au développement rural*, 1991.

Durante as décadas de 80 e 90, apesar da dinâmica da renovação rural ter acabado por chamar a si um vasto leque de intervenientes¹⁰⁴, a *Fondation Rurale de Wallonie* e os seus *agents de développement* foram os grandes protagonistas de um processo de desenvolvimento que, ao obedecer a uma política previamente definida, tem permitido a consolidação das transformações espaciais.

¹⁰⁴ AD (*Agents de Développement*); APER (*Association pour la Promotion des Ecoles Rurales*); CCAT (*Commission Communale d'Aménagement du Territoire*); CEF (*Conseil Économique Famennois*); CLDR (*Commission Locale de Développement Rural*); CLRR (*Comission Locale de Rénovation Rurale*); CRAT (*Commission Régionale d'Aménagement du Territoire*); CRRR (*Commission Régionale de Renovation Rural*); DGATL (*Direction Générale de l'Aménagement du Territoire et du Logement*); GREOA (*Groupement de Relance Économique des Vallées de l'Ourthe et de l'Ambève*); GTDR (*Groupes de Travail pour Développement Rural*); ILFAC (*Institut Libéral de Formation d'Animateurs Socio-Culturels*); FRB (*Fondation Roi Baudouin*); FRW (*Fondation Rurale de Wallonie*); OWDR (*Office Walon de Développement Rural*); SIDEHO (*Société Intercommunale de Développement Économique du Hainaut Occidental*); SNT (*Société Nationale Terrienne*); SRA (*Service de Remplacement Agricole*); URW (*Université Rurale Wallone*).

2 - UMA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A *Fondation Rurale de Wallonie (FRW)* foi criada em 19 de Setembro de 1975 com a designação de *Fondation pour la Rénovation Rurale et la Qualité de la Vie du Sud-Est de la Belgique* (abreviadamente *Fondation du Sud-Est*).

A convenção assinada em 30 de Janeiro de 1979 entre o *Ministre des Affaires Wallonnes* e a Fundação conferiu-lhe a seguinte atribuição:

“*conception d’un type de développement des régions rurales de Wallonie qui soit global, c’est-à-dire qui prenne en compte l’ensemble des aspects économiques et sociaux du développement et qui soit susceptible d’être assumé par les populations locales sensibilisées à cette conception*” (Piraux, 1982: 19).

Encontrando-se credenciada como estabelecimento de utilidade pública e mantendo diversas relações internacionais¹⁰⁵, a *FRW* promove a defesa e o desenvolvimento do meio rural de acordo com a tripla missão de «conceber - aconselhar - agir» que lhe foi atribuída pelo Executivo Regional Valão em 16 de Novembro de 1981¹⁰⁶.

Para Georges Christophe (presidente da *FRW*) é impossível ignorar que “*minorias certas, mas minorias significativas, as zonas rurais valãs estão resolvidas a sair do seu estatuto de territórios sob domínio urbano. Viver e trabalhar no país tem todo o sentido nestas zonas e mobiliza os rurais que adquirem progressivamente uma orgulhosa consciência da sua identidade*” (*Rapport d’Activités de la Fondation Rurale de Wallonie 1985*, p. 8).

Para este economista com mais de 35 anos de experiência no domínio do «campo», a sua renovação não pode ser encarada como uma simples conservação do património rural, mas sim como uma política de *desenvolvimento global*.

¹⁰⁵ As relações internacionais da *FRW* eram, em Fevereiro de 1995, as seguintes: membro fundador da associação *Ruralité, Environnement, Développement (RED)* - 1980; membro fundador do *Groupement Européen pour la Promotion des Initiatives Locales d’Emploi (EGLE-GEPILÉ)* - 1984; *Carrefour Européen d’Information et d’Animation Rurales* - desde 1989; *Expert à l’OCDE, CEDEFOP et Conseil de l’Europe*; membro da *EUROTER, Association Européenne du Tourisme Rural*; membro da *Université Rurale Européenne*; membro do *CIDFP (Centre Intercommunautaire de Documentation pour la Formation Professionnelle)*; membro *CIMS (Conseil International des Monuments et Sites)*.

¹⁰⁶ “*...conceber o desenvolvimento rural global no quadro do desenvolvimento valão e propor as medidas específicas para as zonas rurais, particularmente para as que apresentam baixas densidades populacionais; aconselhar e ajudar os poderes locais no arranque das operações de renovação rural e, em particular, contribuir para a elaboração do plano-director; assegurar a orientação dos agentes de renovação rural global nas operações de renovação, em estreita ligação com as comunas e as administrações respectivas*” (Piraux, 1982: 19).

Já no seu relatório anual de 1980, a *FRW* defendia que o *desenvolvimento rural integrado* era simultaneamente uma teoria política, um sistema de acção e de gestão, uma técnica financeira, um lugar de relações políticas e cívicas, um programa socioeconómico e um método para ordenamento do território¹⁰⁷.

Em termos funcionais, a *FRW* é apoiada por um quadro de pessoal ao qual se associam benevolmente pessoas interessadas no melhoramento e dignificação do espaço rural.

Relativamente à sua zona de intervenção, esta corresponde a 4 068 km² (24,1% da *Wallonie* em 1995) envolvendo 350 577 hab. (10,7% do total da região). Com uma densidade média de 86 hab./km² distribuídos por 50 comunas (anexo VIII) e 519 aldeias, 60% do seu solo é agrícola e 30% florestal.

Quanto à cadência das adesões ao desenvolvimento rural (ano da deliberação dos conselhos comunais) apoiadas pela *FRW*, a observação do quadro 7 permite-nos verificar que 38,0% das actuais 50 comunas decidiram a adesão em 1979, ano do *take-off* desta intervenção no espaço rural. O período compreendido entre 1989 e 1991 registou valores compreendidos entre 10,0 e 12,0%. Os anos de menor adesão foram 1987 e 1994 com apenas 1 comuna (2,0%).

QUADRO 7 – ADESÕES AO DESENVOLVIMENTO RURAL

ANO	N.º COMUNAS	%
1979	19	38,0
1986	2	4,0
1887	1	2,0
1988	3	6,0
1989	6	12,0
1990	5	10,0
1991	6	12,0
1992	2	4,0
1993	2	4,0
1994	1	2,0
1995	3	6,0
TOTAL	50	100,0

Fonte: *Fiches de la FRW, Juin 1995.*

No que diz respeito à sua actividade económica (Relatório de Actividades de 1994), em 31 de Dezembro de 1994 estavam em curso 118 convenções (anexo IX), contratos entre o Executivo da Região Valã e as comunas com vista a realizar parte do plano-director, após avaliação da Comissão de Renovação Rural e parecer da *FRW*. Conforme se

¹⁰⁷ Cujo êxito dependia da “*interdisciplinaridade de investigação; coerência e duração das intervenções; especificidade dos meios disponíveis; envolvimento dos poderes locais e da população; contacto directo com o poder regional*” (Piriaux, 1982: 20).

pode verificar no anexo X, o investimento com operações de renovação acompanhadas pela *FRW* foi em 1994 de 114.776.905 francos belgas (577 327 832\$00), tendo envolvido um total de 17 comunas.

Considerando o período compreendido entre 1980 e 1994 (anexo IX), vemos que as 118 convenções estabelecidas com o apoio da *FRW* (mais 13 que entre 1980/93) implicaram um investimento total de 1.182.531.408 francos (aproximadamente 5,9 milhões de escudos, mais 0,6 milhões que no período de 1980/93). É possível verificar, igualmente, que a maioria das comunas teve mais de uma convenção.

O motor da renovação/desenvolvimento rural da região Valã passa, em larga medida, pelo “*espírito de grupo, pela motivação e cooperação entre instituições e associações*” (Behin e Leroy, 1982: 13), o que, segundo cremos, depende também de uma regionalização que permite alguma liberdade relativamente ao poder central.

Apostando na divulgação/informação têm conseguido, por um lado, a “*consciencialização dos rurais para os seus valores sociais, económicos, culturais e quadro de vida, e, por outro, apelar para o sentimento colectivo...[não ignorando que]...os habitantes devem ser, eles mesmo, os artesãos da sua renovação*” (Behin e Leroy, *idem*, *ibidem*).

Percorrendo alguns documentos fornecidos pela *FRW*, podemos encontrar entre 1983 e 1995 uma grande diversidade de actuações no âmbito da renovação e/ou do desenvolvimento rural, nomeadamente, ajuda às PME, apoio a actividades teatrais em meio rural e ao artesanato rural, aquisição de terrenos e imóveis, assistência arquitectural, campanhas para a valorização da carne de bovino, construção de habitação social, estudos de promoção de produtos turísticos especificamente rurais, fomento do “*atelier rural*” (para os jovens que pretendam instalar-se como independentes), melhoramento da informação e animação turística, das infra-estruturas educativas e viárias, bem como do património histórico construído, organização de jornadas de informação e/ou formação, serviços económicos de proximidade (oferecem consultoria aos responsáveis das PME, comerciantes, gestores de empresas ou de projectos económicos).

Entre as muitas realizações concretas implementadas com o apoio da *FRW* nas últimas duas décadas, entendemos seleccionar dois exemplos que nos parecem ilustrativos das preocupações que presidiram à renovação rural (até 1987) e posteriormente à perspectiva do desenvolvimento.

a) **Intervenções no *Brabant Wallon* (figura 4) em 1985 (comunas de *Incourt e Perwez*)**¹⁰⁸



Figura 4 - Comunas de intervenção.

• Actividades agronómicas

- Apoio à diversificação da agricultura (culturas de milho doce, abóbora-menina, favas, cogumelos de Paris e forragem hidropónica de alface).

- Apoio ao aluguer de uma unidade de conservação (antigas instalações frigoríficas *Gervais-Danone*) para ser utilizada pela empresa POMAGRI (de cujo conselho de Administração fazia parte a *FRW*) e pelos demais agricultores. Esta unidade foi então considerada como estratégia comercial de âmbito regional no domínio da venda e compra de legumes.

- Apoio à criação do coelho angora, da codorniz e de caracóis.

- Apoio à reflorestação.

• Actividades económicas

- Elaboração de um ciclo de formação profissional para apoio aos pequenos empresários independentes. As doze sessões abordaram temas de gestão, contabilidade e publicidade.

- Auxílio e aconselhamento de particulares (apoio à instalação, análise de solos, regulamentação de matadouros de aves de capoeira).

¹⁰⁸ Segundo o Relatório de Actividades de 1985, pp. 13-15.

- Actividades sociais

- Conferências sobre a violência familiar.
- Apoio ao recrutamento de monitores para o *Centre de la Petite Enfance (CPE)*¹⁰⁹, através do subsídio aos jovens interessados em frequentarem o curso do *Centre de Loisirs Actifs d'Ottignies*.
- Reorganização e desenvolvimento dos *ateliers* de música para crianças.
- Implementação de um projecto de aprendizagem para os jovens excluídos.

- Domínio dos transportes

- Melhoramentos na segurança de peões e nos horários dos transportes públicos.

b) Intervenções em Semois (figura 4) em 1994 (comunas de *Herbeumont, Bertrix, Florenville e Chiny*)¹¹⁰

- Comuna de *Herbeumont*

- Construção da *maison de village* (local onde se realizam actividades de lazer e reuniões de diferentes associações locais, já concluída aquando da nossa visita).
- Melhoramentos na rede eléctrica e de esgotos.
- Dinamização dos contactos com a população.

- Comuna de *Bertrix*

- Construção de duas *maison de village* (*Orgeo e Cugnon*).
- Construção de um segundo *atelier* rural (*Bertrix*).
- Aprovação de um projecto de edifício para uso das associações locais (*Jéhonville*).
- Restauro da fonte *Blancheoreille*.
- Dinamização dos contactos com a população (apelos na imprensa local, em lugares públicos e por carta) que se traduziu na adesão de mais cerca de cinquenta pessoas (algumas das quais passaram a fazer parte da Comissão Local de Desenvolvimento Rural).

¹⁰⁹ Constituído em *Perwez* pela *FRW* em 1983-03-07, tinha por principais objectivos a prestação de serviços diversos à criança (*ateliers* de música para jovens dos 3 aos 13 anos, apoio em férias, etc.) e à família (guarda das crianças no período de férias, apoio jurídico, médico, psicológico, etc.), in *Ruralités Nouvelles* 17, 1987: 14-16.

¹¹⁰ Segundo o Relatório de Actividades de 1994, pp. 26-28. Comunas visitadas em 1995-07-03.

- Comuna de Florenville

- Construção de três edifícios (*Sainte-Cécile*) para alojamento de jovens casais que desejarem instalar-se na comuna (de acordo com os nossos guias é uma estratégia para rejuvenescer e dinamizar a comunidade local) e cuja atribuição é feita de acordo com um regulamento efectuado pela administração comunal.

- Conclusão da *maison de village* de *Lacuisine* e elaboração do regulamento para renovação da *maison* de *Florenville*.

- Comuna de Chiny

- Conclusão do estudo para o melhoramento da praça de *Valansart*.

- Início dos trabalhos de recuperação do *Presbytère de Bulles* para posterior utilização da comunidade.

- Estabelecimento de uma convenção para transformação do *Presbytère de Termes* em habitações para jovens casais (estratégia que visa favorecer o acolhimento de jovens para dar um novo dinamismo ao meio local e permitir como efeito secundário a manutenção da escola comunal).

Se na fase dedicada à renovação rural a intervenção no domínio agronómico ainda surgia em lugar de destaque, actualmente há todo um conjunto de preocupações com a qualidade de vida, a acessibilidade, o património, a promoção do artesanato local, o turismo, a revitalização demográfica através da fixação de jovens casais, a criação de espaços adequados ao convívio e à troca de ideias de que é exemplo a grande aposta nas *maisons de village*¹¹¹

Todavia, a implementação dos projectos de renovação ou de desenvolvimento rural dependem, em larga medida, do protagonismo e capacidade de desempenho dos «agentes de desenvolvimento»¹¹².

Animadores, técnicos, conselheiros e mediadores, estes «generalistas do desenvolvimento rural» têm a seu cargo a elaboração dos *dossiers* relativos a cada projecto e, em

¹¹¹ Em Portugal, nomeadamente no concelho em estudo, as infra-estruturas afectas aos «Clubes» acabam por desempenhar um papel idêntico.

¹¹² Considerados como as «abelhas mestras», são pessoas que “*partindo de um conhecimento do meio e de uma consulta eficaz à população, [se esforçam] por contribuir para a realização de projectos de desenvolvimento que visam por um lado manter e aumentar a actividade económica e, por outro, favorecer uma exploração judiciosa dos recursos e das diversas potencialidades existentes numa comuna*” (Behin e Leroy, 1982: 15).

última análise, cabe-lhes também a tarefa de desencorajar aqueles que apenas visam a conquista de subsídios.

Habitando na sua área de intervenção, assumem-se como uma autoridade no âmbito da renovação rural¹¹³ devendo, no entanto, manter-se independentes do poder local e dos diferentes grupos de pressão e “*ser autónomos, quer na prática quer no seu estatuto*”¹¹⁴ (Behin e Leroy, 1982: 16).

Uma das principais características do perfil destes técnicos que, simultaneamente, devem ter uma capacidade de «ouvintes, observadores e actores», é a sua disponibilidade para estarem ao serviço das populações rurais. Entre as suas principais **atribuições**, contam-se:

- recolher necessidades, projectos e ideias, através de uma sensibilização e animação que permita às populações exprimirem os seus objectivos;
- aconselhar ao nível dos procedimentos e financiamentos necessários à implementação dos projectos;
- auxiliar na constituição de associações locais de desenvolvimento económico e de mercados/feiras de produtos regionais;
- auxiliar os agricultores na gestão e implementar experiências;
- contactar com as entidades administrativas implicadas;
- contribuir para o desenvolvimento de actividades desportivas, turísticas, escolares e culturais;
- elaborar inquéritos para o melhoramento dos transportes colectivos, do património comunal e da habitação;
- estabelecer um gabinete de apoio, uma biblioteca especializada e uma rede de leitura pública;
- informar a população utilizando, para o efeito, reuniões, publicações, exposições, rádio...;
- informar as PME, os agricultores, os jovens e os desempregados.

¹¹³ Em 1993 salientava-se o seu papel ao nível do «diagnóstico» (necessidades, problemas, *handicaps*,...) como condição imprescindível para a consecução dos objectivos.

¹¹⁴ Pois “*se aparecem como delegados do poder local ou, pelo contrário, como porta-voz das reivindicações da população, arriscam-se a ser rejeitados ou a perder toda a credibilidade na operação de renovação rural*” (Behin e Leroy, idem, ibidem).

Relativamente à **bolsa de agentes de desenvolvimento rural**, a *FRW* apenas recruta para o seu Quadro Especial Temporário (*CST – Cadre Spécial Temporaire*) os candidatos¹¹⁵ realmente *motivados*, os quais, no início da década de 80, eram sujeitos à frequência de *nove módulos de formação teórica-prática*¹¹⁶, ocorrendo o sétimo módulo já no terceiro ano de actividade.

Quanto à **constituição das equipas-tipo de agentes de desenvolvimento**, estas têm entre 3 e 6 membros consoante a importância da zona piloto e são pluridisciplinares (constituídas, por exemplo, por um agrónomo, um diplomado em ciências humanas, um economista/planeador do território e um redactor encarregue do secretariado e da logística da equipa - Behin e Leroy, 1982: 22).

No presente capítulo, para além de tentarmos dar conta de um exemplo que investígamos durante algum tempo e que nos parece amadurecido e em fase de consolidação, pretendemos igualmente evidenciar o papel da *FRW* no acompanhamento, promoção e formação para o desenvolvimento, como uma hipótese organizativa que permite uma maior operacionalidade na transformação do espaço rural e no imprescindível envolvimento dos cidadãos e que poderia servir de base para a implementação do modelo de desenvolvimento português onde não existe uma estrutura semelhante.

¹¹⁵ Em 1977 o Governo Belga decidiu dar um apoio ao suportar financeiramente os empregos de utilidade pública com a condição destes serem ocupados por desempregados e pelo período de um ano, renovável apenas uma vez. No segundo ano de contrato, o promotor do projecto deveria suportar 25% das remunerações e encargos sociais assumindo, posteriormente, todas as responsabilidades. O vencimento a auferir correspondia ao dos funcionários públicos em início de carreira e com iguais habilitações.

¹¹⁶ O conteúdo dos módulos era o seguinte: 1 - *integração, apresentação de exemplos, debates e formação audiovisual*; 2 - *formação da animação em grupo*; 3 - *troca de informações, iniciação em diferentes aspectos da actividade*; 4 - *avaliação das dificuldades e dos motores do desenvolvimento rural, através da elaboração de grelhas metodológicas (em regime de estágio residencial)*; 5 - *formação de novos agentes*; 6 - *visitas às zonas piloto*; 7 - *visita ao Vallée de l'Attert*; 8 - *avaliação do anterior período de actividade*; 9 - *trabalho temático em grupo (transportes, turismo, agricultura, economia, animação, formação, mercados, participação da população, habitação, ...)* - Behin e Leroy, 1982: 19-21.

CAPÍTULO IV - O DESENVOLVIMENTO RURAL EM PORTUGAL: QUE INSTRUMENTOS?

- Quais as opções estratégicas para o desenvolvimento rural em Portugal?
- Quais os seus instrumentos de suporte?
- Que estratégias de intervenção têm sido traçadas localmente para operacionalizar o desenvolvimento rural?

Ao considerarmos que dificilmente haverá desenvolvimento local em espaço rural se não existir uma política de âmbito nacional, pois, caso contrário, o que poderemos assistir é a alterações pontuais resultantes de dinâmicas locais, parcelas de um somatório do qual dificilmente chegaremos a saber o resultado, propomo-nos efectuar no presente capítulo uma abordagem centrada nos instrumentos que nos parecem essenciais (*Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local e Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER»*)¹¹⁷, por forma a perceber quais as opções estratégicas existentes.

Todavia, porque toda e qualquer perspectiva de desenvolvimento passa actualmente pelo *Plano de Desenvolvimento Regional* (PDR, 1994-99), efectuamos igualmente uma breve síntese das suas principais propostas. No entanto, dedicaremos uma particular importância ao *Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER»*, o qual, pela sua filosofia, se afigura particularmente vocacionado para implementar uma nova consciência de desenvolvimento participado.

Por outro lado, porque ao desenvolvimento local em espaço rural está indiscutivelmente associada a promoção da qualidade de vida e da sustentabilidade, não podemos deixar de salientar a importância do *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local*¹¹⁸, o qual, apesar de relacionado com o discurso inerente às «vilas e cidades sustentáveis» (também elas existentes no espaço rural), propõe uma nova filosofia de participação e preservação ambiental que consideramos de particular importância, razão de o incluirmos nesta investigação e de pretendermos avaliar a sensibilidade local para a problemática que lhe está inerente.

¹¹⁷ Entendemos que a inter-relação destes instrumentos legais nos poderão conduzir ao esboço da actual política existente em Portugal, quiçá os suportes de uma Lei de Bases inexistente, contrariamente ao que sucede com o desenvolvimento agrário (inerente “às actividades produtivas e complementares associadas às explorações agrícolas e florestais, bem como às empresas agro-industriais e agro-comerciais”) previsto na Lei 86/95 (*Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário*, DR 202/95, Série I-A, 1 Set. 95).

¹¹⁸ Instrumento que reitera a perspectiva de uma democracia participativa de base, aliás, proposta não inovadora, se recordarmos por exemplo Roger Garaudy, filósofo francês e líder do *projecto esperança* que pretendia “criar uma nova textura social (...) um novo conceito de política [que partisse] não de uma perspectiva individualista, mas de uma perspectiva comunitária, associativa; não de uma delegação e de uma alienação do poder como nas democracias representativas e suas ideologias tecnocráticas onde tudo vem de cima, mas de uma democracia participativa que tenha apoio nas iniciativas da base e das suas livres associações” (Garaudy, 1988: 8).

1 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PDR)

Documento de negociação de financiamentos comunitários¹¹⁹, o PDR (1994-99) abrange os diferentes sectores de actividade, municípios, regiões-plano e Regiões Autónomas, tendo subjacente uma filosofia de desenvolvimento que pretende não só aproximar o país das médias comunitárias, mas também esbater as assimetrias regionais.

Estruturado em sete diferentes pilares, respectivamente, «opções estratégicas, orientações de fundo, pressupostos, objectivos específicos, eixos, estratégias regionais e instrumentos de actuação», este documento de consenso¹²⁰ surge como um «guia de planeamento» onde o rural não é ignorado.

Ao privilegiar três grandes «opções estratégicas»¹²¹, o actual PDR recupera as duas principais «orientações de fundo» já consignadas no anterior Plano¹²² e assenta em dois grandes «pressupostos»:

“- *necessidade de basear o crescimento sustentado numa mudança na estrutura da economia e do emprego, mais compatível com a evolução nos mercados internacionais;*
- *necessidade de incluir uma vertente mais significativa de acções dirigida à melhoria da qualidade de vida e que se concretizem em paralelo com as mudanças que assegurem a competitividade da economia*” (PDR 1994-99: 10).

Relativamente aos «objectivos específicos» (*qualificar os recursos humanos e o emprego; reforçar os factores de competitividade da economia; promover a qualidade de vida e a coesão social; fortalecer a base económica regional - anexo XI*), consideramos que são uma porta aberta para todo um conjunto de directrizes que surgem como o *corpus* essencial do que poderá vir a ser uma efectiva Política de Desenvolvimento Regional.

¹¹⁹ “*Pretende espelhar a articulação necessária entre a política de desenvolvimento regional e as outras políticas nacionais e comunitárias, limitando naturalmente o seu âmbito às acções susceptíveis de financiamento através dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão*” (PDR 1994-99: 1).

¹²⁰ Devido à auscultação dos diferentes agentes e parceiros, bem como à concertação empreendida com a Comissão Europeia.

¹²¹ 1ª-Preparar Portugal para o novo contexto Europeu; 2ª-Competir numa economia global; 3ª-Proporcionar uma maior qualidade de vida.

¹²² “*Reduzir o diferencial de desenvolvimento económico e social face aos países da Comunidade, mediante um crescimento mais acelerado do que a média comunitária; reduzir as assimetrias internas de desenvolvimento*” (PDR 1994-99: 10).

Por outro lado, é ainda de salientar a estreita correlação existente entre o PDR e os dois grandes instrumentos da revolução das preocupações da UE neste final de século, nomeadamente, o «quinto programa» da *Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável* e o *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local*, quer ao nível do objectivo que consagra a «promoção da qualidade de vida e da coesão social» quer no que pretende fomentar o «fortalecimento da base económica regional».

Quanto ao caminho traçado para alcançar os objectivos (eixos do PDR), merecem uma especial menção os eixos 3 (*Promover a qualidade de vida e a coesão social*) e 4 (*Fortalecer a base económica regional*) em que se refere, respectivamente, a necessidade de *actuar de forma integrada no ambiente*¹²³ e o *apoio ao desenvolvimento rural e local* (anexo XII).

Quanto à intervenção prevista para a Região Centro, onde se enquadra o estudo empírico, destacam-se duas «linhas estratégicas» (anexo XIII) que estão directamente relacionadas com o projecto de investigação: *ambiente e recursos naturais; desenvolvimento local e valorização de espaços rurais*.

2 - PROGRAMA OPERACIONAL DE PROMOÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPDR)

Sendo uma iniciativa de âmbito nacional, o «PPDR» pretende contribuir para a *redução das assimetrias regionais* através de uma intervenção que privilegia três vertentes:

- “- revitalização do «mundo» rural;
- reforço da base empresarial das regiões do interior em termos duradouros;
- lançamento de acções estratégicas ou de dinamização que contribuam para alterar as condições estruturais de desenvolvimento regional” (PDR, 1994-99: 241).

Ao consagrar três subprogramas¹²⁴, o «PPDR» defende que o desenvolvimento rural e local tem de estar suportado em agentes e organizações locais e atribui a responsabilidade da gestão dos apoios a diferentes «entidades», nomeadamente, Ministério do Pla-

¹²³ Perspectiva da intervenção operacional «Ambiente e Revitalização Urbana» e que não pode ser descuidada no espaço rural.

¹²⁴ *Desenvolvimento rural e local; Incentivos regionais; Acções específicas de reequilíbrio* (considerados como áreas de actuação no «PDR»).

neamento e da Administração do Território, Ministério do Emprego e da Segurança Social, Ministério da Agricultura e Ministério do Comércio e Turismo.

Quanto aos principais «beneficiários», surgem os agricultores, artesãos, desempregados, investidores privados, jovens à procura do primeiro emprego, organizações locais, pequenos lojistas, população das aldeias rurais e turísticas.

No que concerne à «filosofia do desenvolvimento» rural e local, esta é suportada por quatro grandes objectivos e assenta em cinco eixos principais (quadro 8).

QUADRO 8 – O «PPDR» (OBJECTIVOS E EIXOS)

OBJECTIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da base produtiva e dos bens patrimoniais. • Criação de emprego e manutenção da população activa. • Aumento dos níveis de rendimento das populações rurais. • Melhoria do quadro de vida e reanimação do tecido social.
EIXOS
<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização da economia natural. • Melhoria das técnicas de produção e comercialização dos produtos regionais de qualidade. • Criação ou requalificação de serviços em meio rural. • Criação de «nichos ou fileiras» de especialização (produção e comercialização). • Preservação das artes e ofícios tradicionais.

Fonte: Adaptado do PDR 1994-99: 245.

Por outro lado, são ainda propostas medidas de carácter nacional e local (quadro 9), as quais, para além de revelarem preocupações económicas (melhorias de produção e comercialização) não descuram os aspectos sociais, nomeadamente, nas intervenções que apontam para a necessidade de recuperar aldeias e promover a dinamização local.

QUADRO 9 – O «PPDR» (LINHAS DE ACTUAÇÃO E MEDIDAS)

ÂMBITO NACIONAL
Apoio ao investimento, artesanato e criação de emprego
<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas locais de emprego (montante máximo de 20 mil contos) <ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento de recursos endógenos ou satisfação das necessidades locais. - Jovens à procura do primeiro emprego ou desempregados; agentes de desenvolvimento por conta própria. • Apoio ao artesanato (montante máximo de 20 mil contos) <ul style="list-style-type: none"> - Formação e criação de postos de trabalho; escoamento dos produtos.
Recuperação de aldeias
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização patrimonial, incentivo à criação de actividades complementares da agricultura, reactivação de profissões em decadência. • Renovação de aldeias até 2 mil habitantes <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos em infra-estruturas básicas, conservação e melhoramento de edifícios e fachadas, implantação de espaços verdes, criação e manutenção de espaços para preservação da fauna e da flora,... - Melhoria do bem-estar dos agricultores (condições de habitabilidade, embelezamento das construções e espaços envolventes,...). - Exploração de recursos naturais (apoios à produção de espécies cinegéticas para repovoamento e consumo, ordenamento e fomento da caça, desenvolvimento da aquicultura e apicultura,...).
Apoio à dinamização local
<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a associações e agentes de desenvolvimento <ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas para assistência técnica e dinamização do desenvolvimento. - Preparação e gestão de projectos de desenvolvimento local. • Apoio ao estabelecimento de postos de informação <ul style="list-style-type: none"> - Unidades para divulgação das medidas de apoio ao investimento, à criação de emprego, à formação profissional,... • Apoio em consultoria <ul style="list-style-type: none"> - Encomenda e pagamento de serviços a consultores de iniciativas empresariais.
ÂMBITO LOCAL ("ZONAS"-PILOTO)
Apoio ao investimento, artesanato e criação de emprego
<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do comércio retalhista tradicional e das pequenas oficinas tradicionais (lojas de tradição) <ul style="list-style-type: none"> - Reanimação de centros históricos. - Um centro histórico em cada uma das seguintes zonas: Miranda do Douro/Lamego, Trancoso/Marvão e Alcoutim/Beja. • Interacção das artes e ofícios tradicionais e da agricultura <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a pluriactividade e o pluri-rendimento. - Três áreas agrícolas com predomínio de pequena propriedade. - Recuperação da arte tradicional da alimentação com aproveitamento do saber-fazer dos mais idosos.
Recuperação de aldeias
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de aldeias turísticas <ul style="list-style-type: none"> - Linhares, Idanha-a-Velha, Marialva, Piodão e Castelo Rodrigo. - Investimentos em infra-estruturas sociais, culturais, de apoio a actividades económicas (turismo, pequeno comércio), de conservação e recuperação do património construído,... • Activação de lugares ou aldeias em vias de desertificação <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições de atractividade dos lugares (criação de serviços de apoio às populações com residência secundária e ao turismo).

Fonte: Adaptado do PDR 1994-99: 245-249.

3 - PROGRAMA DAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (PIDL)

Aprovado pelo Decreto-Lei 34/95 (DR 36/95, Série I-A, 11 Fev. 95) e regulamentado pela Resolução 57/95 (DR 138/95, Série I-B, 17 Jun. 95), o «PIDL» surge como um complemento do «PPDR» com uma dotação de 170 milhões de contos¹²⁵ e que privilegia os seguintes objectivos:

“- criação directa de postos de trabalho pelo estímulo da iniciativa local, quer nas áreas rurais, quer em áreas urbanas com problemas de reestruturação produtiva;

- fixação das populações, incluindo os jovens, em zonas ameaçadas de desertificação;

- preservação da diversidade cultural e da capacidade de, com base nela, produzir bens e serviços artesanais competitivos, recuperando e valorizando conhecimentos e tecnologias tradicionais;

- melhoria dos meios e técnicas que permitem a melhor colocação de bens e serviços artesanais, incluindo o turismo, nos mercados nacionais e europeu” (DL 34/95, DR 36/95: 893).

Apesar de consagrar nove medidas e quinze acções, das quais apenas três se referem especificamente ao desenvolvimento rural (quadro 11), consideramos que todas as propostas do «PIDL» contribuem para a transformação do espaço rural desde que interpretado à luz de uma visão integrada dos problemas espaciais.

Todavia, ao consultarmos a Resolução 57/95 (Regulamento do «PIDL») para verificarmos como se concretizam as «acções de desenvolvimento rural», apenas são referidas duas intervenções (*Iniciativa Comunitária «LEADER»* e *Recuperação e revitalização de centros rurais*), a primeira de carácter nacional e a segunda circunscrita numa 1ª fase a 20 zonas seleccionadas, de acordo com os termos de referência elaborados para o efeito (Resolução 57/95, Cap. IV, Art. 25).

¹²⁵ 30 milhões para a criação de micro e pequenas empresas em áreas complementares da actividade industrial e artesanal; 32 milhões para a criação de serviços de base local e de proximidade; 24 milhões para iniciativas locais de emprego...; 12,7 milhões para projectos de investimento produtivo, nos sectores da indústria, turismo, comércio e serviços...; 10 milhões para acções de valorização das produções tradicionais; **60 milhões (35,3%) para acções de desenvolvimento rural**; 1,3 milhões para acções de ligação das iniciativas locais às redes transeuropeias de comunicações (DL 34/95, DR 36/95: 893-894).

QUADRO 10 – O «PIDL» (MEDIDAS E ACÇÕES)

MEDIDAS	ACÇÕES
a) Criação de micro e pequenas empresas em áreas complementares da actividade industrial e artesanal	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio em áreas de reestruturação industrial ou de serviços. • Apoio em áreas inovadoras de serviços às empresas (consultoria, <i>marketing</i>, audiovisual). • Apoio técnico à criação.
b) Criação de serviços de base local e de proximidade	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços orientados para o turismo e lazer. • Serviços orientados para a renovação urbana e a segurança dos edifícios. • Serviços orientados para objectivos ambientais, controlo de normas de qualidade e recuperação do património. • Serviços de apoio social (crianças, terceira idade e deficientes).
c) Iniciativas locais de emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a pequenos projectos de investimento geradores de emprego.
d) Projectos de investimento produtivo	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projectos de iniciativa de pequenas empresas do interior, nos sectores da indústria, turismo, comércio e serviços.
e) Acções de valorização das produções tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização de artes e ofícios tradicionais. • Apoio à inovação e comercialização de produtos de artesanato. • Revitalização do comércio a retalho (lojas de tradição).
f) Acções de desenvolvimento rural	<ul style="list-style-type: none"> • Projectos de desenvolvimento rural integrado. • Recuperação e revitalização de centros rurais (aldeias históricas e núcleos habitacionais). • Projectos de turismo rural e ecológico.
g) Acções de ligação das iniciativas locais às redes transeuropeias de comunicações	
h) Acções piloto de demonstração dos efeitos previstos nas restantes medidas	
D) Promoção de agentes e iniciativas de animação local	

Fonte: Adaptado do Decreto-Lei 34/95, DR 36/95, Série I-A, 11 Fev. 95, p. 893.

4 - PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA «LEADER»**• A iniciativa «LEADER I»**

Criado em 15 de Março de 1991, o primeiro Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», também conhecido por «LEADER I», vigorou até 1994¹²⁶ com uma dotação comunitária de 442 milhões de *ecus*¹²⁷. Inicialmente previsto para 100 grupos

¹²⁶ Dando lugar ao «LEADER II» em vigor de 1994 a 1999.

¹²⁷ Verbas provenientes do FSE, FEDER e FEOGA.

(«GAL»)¹²⁸ em toda a União Europeia, rapidamente se alargou a 217 (quadro 11), abrangendo uma superfície de 364 057 km² e envolvendo territórios com 5000 a 100000 habitantes¹²⁹ e um total de mais de 11 milhões de rurais.

QUADRO 11 – GRUPOS ABRANGIDOS PELA INICIATIVA «LEADER I»

PAÍSES	«GAL»
Bélgica	02
Dinamarca	01
Alemanha	13
França	40
Grécia	26
Irlanda	16
Itália	32
Luxemburgo	01
Holanda	01
Portugal	20
Espanha	52
Reino Unido	13
TOTAL	217

Fonte: *Leader Magazine 1*, 1992.

Ao apoiar projectos (*business plan*) resultantes da iniciativa dos «grupos de acção local» para zonas rurais restritas com uma forte identidade (micro-regiões, vales, *pays*, núcleos populacionais, etc.), esta iniciativa abrangeu¹³⁰ as regiões de objectivo 1 (com atrasos de desenvolvimento) e 5b (zonas rurais em dificuldade) tendo permitido o apoio técnico às iniciativas locais, a formação e ajuda à contratação, a ajuda à criação e ao desenvolvimento de empresas e o desenvolvimento rural com base em experiências endógenas (desde a promoção do turismo em espaço rural, ao artesanato, gastronomia, produtos regionais e ambiente local).

Na verdade, com a década de 90, ao surgir a concepção de que *local is beautiful*, a União Europeia encontrou duas fortes motivações para investir na transformação do espaço rural, nomeadamente:

- a ambição de desenvolvimento de algumas comunidades rurais e o entusiasmo dos «GAL», bem como a sua capacidade de mobilização das populações locais;

¹²⁸ Grupos de Acção Local: “*parceiros públicos e privados que definem em comum uma estratégia e medidas inovadoras para o desenvolvimento (ou um aspecto do desenvolvimento) de um território rural de dimensão local (com menos de 100 000 habitantes, a título indicativo)*”, in Comissão das Comunidades Europeias (1994). *O futuro das iniciativas comunitárias no âmbito dos fundos estruturais*, p. 50.

¹²⁹ A média de uma zona «LEADER I» corresponde a 52 889 hab. (segundo o documento LEADER II. *A inovação ao serviço do mundo rural*).

¹³⁰ Tal como o «Leader II» actualmente.

- a originalidade de algumas propostas reveladoras de um verdadeiro empenhamento, só possível quando se domina perfeitamente as especificidades locais e se respeita os anseios das populações.

Apesar dos diferentes «GAL» tentarem otimizar as medidas mais eficazes para as suas regiões, há todo um conjunto de estratégias comuns coordenadas pela «célula de animação LEADER» sediada em Bruxelas, respectivamente:

- **parceria** (envolvimento nos projectos dos agentes institucionais, económicos e sociais da comunidade);
- **co-financiamento** (actividades integradas no desenvolvimento rural, tais como turismo, artesanato, comercialização de produtos agrícolas);
- **marketing** (com vista a promover uma identidade própria junto da comunidade e para o exterior).

Estruturando-se com base numa «rede europeia» de desenvolvimento rural que tem apoiado:

“- a tomada de consciência, pelos agentes locais, da dimensão europeia dos seus problemas;

- a difusão dos métodos de desenvolvimento local integrado;

- a aprendizagem mútua e a transferência das experiências e inovações;

- a cooperação transnacional, entre territórios rurais, sobre projectos concretos;”

(DG VI¹³¹, 1994)

as iniciativas «LEADER I» revelaram, quanto a nós, que a aposta no local é credível, pois o empenhamento não é uma mera figura de retórica¹³².

Ao reconhecer que o “sucesso da intervenção comunitária no desenvolvimento das zonas rurais assenta na existência de uma parceria efectiva entre as autoridades comunitárias, nacionais, regionais e locais” (Milano, 1995: 12-13), Franco Milano

¹³¹ Direcção-Geral da Agricultura da União Europeia, in *Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER». Plano Nacional de Enquadramento (Resumo)*.

¹³² Destacam-se, respectivamente, “importante mobilização in loco de todos os agentes locais e ampla participação das populações; melhor identificação entre a população e a sua região, acompanhada de uma renovação rural e apoiando a vontade de empreender; aparecimento de múltiplas inovações, tanto nos métodos para suscitar e acompanhar o desenvolvimento rural como no conteúdo das acções efectuadas; diversificação das economias locais que conduzem à manutenção e à criação de postos de trabalho; melhoramento dos serviços à população; maior cuidado com o ambiente como eixo estratégico para o desenvolvimento local; forte mobilização de capitais privados, factor multiplicador das ajudas públicas” (DG VI, 1994).

(Director-Adjunto na DGVI) considera ainda que a decisão descentralizada inerente à Iniciativa «LEADER» “*permite uma participação efectiva das populações nas decisões que lhes dizem respeito*” (Milano, 1995: 13), perspectiva que está subjacente a esta investigação e que pretendemos comprovar no terreno.

No caso de Portugal, a implementação da Iniciativa Comunitária «LEADER» foi cometida ao Ministério da Agricultura e apoiada por uma complexa estrutura de gestão (anexo XIV).

Quanto aos 20 «grupos de acção local» então aprovados (anexo XV), estes surgiram um pouco por todo o país e envolveram mais de 90 concelhos (anexo XVI) revelando que o espaço rural português tem uma indiscutível apetência para o desenvolvimento, aliás, como sucede noutros Estados-membros da UE.

Relativamente às *transferências financeiras* efectuadas para Portugal, enquanto no quadro 12 é possível verificar a maior contribuição do FEDER (54,9%), o quadro 13 permite-nos perceber que a principal medida contemplada foi o *turismo em espaço rural* (54,4%).

QUADRO 12 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS POR FUNDOS

FUNDOS	MONTANTES (escudos)	%
FSE	276658000,00	2,8
FEOGA	4115133000,00	42,3
FEDER	5339492000,00	54,9
TOTAL	9731283000,00	100,0

Fonte: Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», vol. 1, 1995: 92.

QUADRO 13 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS POR MEDIDAS

MEDIDAS	COMPARTICIPAÇÃO APROVADA (escudos)	%	FEDER	FEOGA	FSE
Apoio técnico ao desenvolvimento rural	464865000,00	4,8	325325000,00	139540000,00	0
Formação profissional e ajuda à contratação	276658000,00	2,8	0	0	276658000,00
Turismo em espaço rural	5295754000,00	54,4	3072363000,00	2223392000,00	0
PME's, artesanato e serviços de proximidade	1149417000,00	11,8	1034548000,00	114868000,00	0
Valorização e comercialização de produtos locais	1098031000,00	11,3	0	1098031000,00	0
Outras medidas	527293000,00	5,4	263646000,00	263646000,00	0
Funcionamento «GAL»	919265000,00	9,5	643610000,00	275655000,00	0
TOTAL	9731283000,00	100,0	5339492000,00	4115132000,00	276658000,00

Fonte: Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», vol. 1, 1995: 92.

No entanto, ao observarmos o quadro 13, não podemos deixar de reflectir sobre o grande desnível existente entre as participações afectas ao *turismo em espaço rural* e as restantes medidas, nomeadamente, *PME's, artesanato e serviços de proximidade* (11,8%) e *valorização e comercialização de produtos locais* (11,3%). Aceitamos, sem grande dificuldade, que o turismo possa ser uma das soluções para a revitalização do espaço rural, todavia, quando encontramos grandes desníveis de investimento (42,6 a 43,1%), surge-nos a dúvida dos «elefantes brancos», das grandes apostas que o tempo se encarrega de obliterar.

Será o turismo em espaço rural um «agente de desenvolvimento» que justifique um tão grande desnível?

Estaremos perante uma panaceia para os males que afectam os espaços outrora palco das actividades agrícolas?

Acreditar em milagres é continuar a ignorar a realidade!

Provavelmente, esta modalidade de turismo poderá ser um dos vectores do relançamento económico de algumas actividades locais a montante e a jusante, até mesmo assumir-se como dinamizadora de emprego, no entanto, já questionamos que possa ser quase em exclusivo o *leitmotiv* de um desenvolvimento rural sustentado¹³³, pois, tal como afirma Daniel Clary (1995) para o caso francês, não se deverá esperar de “*investissements dispersés dans l'espace un rendement équivalent à celui d'opérations ponctuelles visant un vaste clientèle*” (Clary, 1995: 5).

Quanto a nós, a ignorância da trilogia «economia - social - cultural», continua a obstar no nosso país à implementação de uma verdadeira política de desenvolvimento rural numa perspectiva global e não segundo um ponto de vista sectorial. Há medidas pontuais, apostas em projectos cujo carácter efémero o tempo se encarrega de demonstrar¹³⁴, desarticulação entre os diferentes intervenientes, em suma, ineficácia de concretização.

¹³³ Ao escrever sobre o que consideramos ser uma pedagogia para uma «nova intervenção regional», João Ferrão alerta para a “*natureza coerciva de figurinos de intervenção supostamente universais*” (Ferrão, 1995: 66).

¹³⁴ A chamada opção agrícola da Odefruta de Thierry Russel para o Bregão, que mais de uma vez tivemos oportunidade de visitar, foi uma ilusão.

Apostar no «TER»¹³⁵ ignorando que, simultaneamente, é necessário promover a criação de emprego (só o SIFIT I¹³⁶ o manifesta), melhorar e criar serviços e equipamentos, renovar e promover a habitação, conservar e defender o património, criar espaços públicos, locais de reunião, de informação e de confraternização, melhorar a acessibilidade, proteger e melhorar a qualidade de vida, a paisagem e o ambiente, promover uma pedagogia para a participação da população, para uma real apreciação e discussão dos projectos que, actualmente, acabam por estar circunscritos à avaliação de um verdadeiro corpo de eleitos, não de eleitores, é para nós o perpetuar da tradicional desarticulação que não tem poupado ao abandono grande parte do interior do nosso país.

Ao observarmos o quadro 14 verificamos que no âmbito das *transferências financeiras por entidades* se destacam, respectivamente, os «GAL» *TERRAS DENTRO, ADRIL, ADICES* e *IN LOCO* como as principais entidades «LEADER» com o maior *investimento total executado* (7,88 - 6,29%).

Todavia, que estratégias de intervenção foram traçadas localmente para operacionalizar o desenvolvimento rural?

Uma leitura do balanço efectuado na publicação *20 Valores do Mundo Rural*¹³⁷ permite-nos detectar quais as principais preocupações dos responsáveis locais no âmbito do «LEADER I», os quais, ao referirem a necessidade da mobilização das populações e da cooperação entre parceiros públicos e privados para o desenvolvimento rural, deram claramente primazia ao «TER» (formação profissional, diversificação de alojamentos, equipamentos de lazer, *marketing* patrimonial, etc.) conforme pode ser verificado nas **estratégias de actuação** promovidas pelas diferentes Entidades «LEADER» (anexo XVII).

¹³⁵ Turismo em Espaço Rural.

¹³⁶ Criado pelo Decreto-Lei 420/87 de 31 de Dezembro de 1987, o Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT) encontra-se actualmente na sua terceira versão designada por SIFIT III. Considerado de primordial importância “*para o desenvolvimento equilibrado das regiões, com especial incidência para as regiões menos desenvolvidas*” (DL 420/87, Cap. I, art. 1º-2), este sistema de incentivos co-financiado pela União Europeia integra o PNICIAP (Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivos à Actividade Produtiva) afecto ao FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e desde logo reconheceu entre os projectos susceptíveis de apoio “*as modalidades de turismo de habitação, agroturismo e turismo rural*” (idem, art. 2º-2 b).

¹³⁷ AAVV (1995). *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Ministério da Agricultura-Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural-Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», 215 p.

QUADRO 14 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS POR ENTIDADES

ENTIDADES «LEADER» (GAL)	COMPARTICIPAÇÃO APROVADA (escudos)	%	INVESTIMENTO TOTAL EXECUTADO (escudos)	%
ADER-SOUSA	212692000,00	2,19	399419000,00	2,36
RUDE	254029000,00	2,61	409929000,00	2,42
ADRMAG	251986000,00	2,59	455886000,00	2,69
ADRACES	393892000,00	4,05	636594000,00	3,75
ADRAT	442579000,00	4,55	699455000,00	4,12
LEADERSOR	497679000,00	5,11	802727000,00	4,73
ACAPORAMA	501431000,00	5,15	809765000,00	4,78
DESTEQUE	533599000,00	5,48	838540000,00	4,95
ATAHCA	550100000,00	5,65	856475000,00	5,05
PORTUCALE	522314000,00	5,37	880677000,00	5,19
PROBASTO	584180000,00	6,00	884190000,00	5,21
ADSIÓ	480127000,00	4,93	895553000,00	5,28
ACIBEIRA	518476000,00	5,33	909580000,00	5,36
ADRUSE	555857000,00	5,71	915460000,00	5,40
ADIRN	581656000,00	5,98	959618000,00	5,66
APRODER	480473000,00	4,94	993364000,00	5,86
IN LOCO	583165000,00	5,99	1066291000,00	6,29
ADICES	562540000,00	5,78	1069224000,00	6,31
ADRIL	600332000,00	6,17	1137428000,00	6,71
TERRAS DENTRO	624176000,00	6,41	1336541000,00	7,88
TOTAL	9731283000,00	100,00	16956716000,00	100,00

Fonte: Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», vol. 1, 1995: 91.

• **A iniciativa «LEADER II»**

Aprovado em 15 de Junho de 1994 com uma dotação comunitária fixada em 1 400 milhões de *ecus*¹³⁸, o Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER II» (1994-1999) tem os seguintes «objectivos»:

“- assegurar a continuidade com o «LEADER I» no apoio às iniciativas locais de desenvolvimento rural exemplares;

- apoiar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis, que ilustrem novas vias a explorar pelo desenvolvimento rural;

- multiplicar os intercâmbios de experiências e a transferência de saber-fazer através de uma rede europeia de desenvolvimento rural;

- apoiar projectos de cooperação transnacional emanantes dos agentes locais das zonas rurais que traduzam a sua solidariedade” (DG VI, 1994).

¹³⁸ Mais do triplo do «LEADER I», sendo 900 milhões para as regiões do objectivo 1 e 3% da contribuição total para apoio às actividades da rede comunitária/redes nacionais.

De acordo com o seu corpo normativo¹³⁹, as «diferentes componentes» dever-se-ão articular segundo uma rede europeia de desenvolvimento rural¹⁴⁰ suportada pelo «Observatório Europeu da Inovação e do Desenvolvimento Rural».

Apesar de manter como «zonas rurais elegíveis», tal como no «LEADER I», as dos objectivos 1 e 5b, 10% das dotações afectas às zonas 5b podem ser deslocadas para zonas limítrofes fora das regiões elegíveis.

No tocante aos principais «beneficiários finais», para além dos «grupos de acção local» já considerados no «LEADER I», surgem igualmente outros «agentes colectivos»¹⁴¹.

Na verdade, ao dar continuidade ao «LEADER I», o «LEADER II» propõe-se abarcar um maior número de actores, levando-nos a acreditar, tal como os técnicos da DGDR implicados, que o processo de desenvolvimento rural português é de alguma forma irreversível, pois “*se no «LEADER I» foram os «activistas» dos «GAL» que tentaram atrair os diferentes actores, hoje são estes que os pressionam*”¹⁴².

Dando prioridade às *acções inovadoras de desenvolvimento de potencial endógeno*, o «LEADER II» só excepcionalmente (acções de reduzida dimensão e em parceria) contempla investimentos produtivos e em infra-estruturas.

Relativamente às «medidas elegíveis»¹⁴³, o anexo XVIII apresenta uma síntese dos grandes eixos de intervenção previstos para o período compreendido entre 1994 e 1999, respectivamente, «aquisição de competências, programas de inovação rural, cooperação transnacional e colocação em rede».

No caso de Portugal, o «LEADER II» é gerido de acordo com o «Plano Nacional de Enquadramento» (PNE) de Junho de 1994 cujos «objectivos» constam do quadro 15.

¹³⁹ Publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 180 de 1994-07-01.

¹⁴⁰ “*condição necessária para a circulação da informação..., a troca de experiências entre agentes rurais, a difusão da inovação e do know-how*” (Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 180, 1994: 49).

¹⁴¹ “*públicos ou privados, do meio rural (por exemplo, câmara da agricultura, da indústria, do comércio, do artesanato, cooperativa, agrupamento de empresas, associação de municípios, associações sem fins lucrativos, etc.), cuja acção mais temática se inscreve numa lógica de desenvolvimento rural ao nível local*” (Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 180, 1994: 49).

¹⁴² Segundo o Dr. José Anadia da DGDR.

¹⁴³ Deverão obedecer a programas cuja estrutura-tipo do pedido de contribuição é a que consta do anexo II ao Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 180, pp. 58-59.

QUADRO 15 – OBJECTIVOS DO «PNE»

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Manter a população rural existente, melhorando a sua qualidade de vida. • Preservar o seu espaço físico e conservar despoluído o seu «habitat» natural. • Diversificar o espaço económico a partir da valorização do potencial endógeno. • Reforçar o artesanato e as PME não poluentes. • Estabilizar, nas áreas de produção, as espécies animais autóctones, produtoras de carne com características organolépticas superiores e as variedades vegetais nacionais. • Definir os produtos de qualidade de cada região e desenvolver mercados específicos. • Criar infra-estruturas e formar prestadores de serviços turísticos em meio rural para uma oferta turística mais elaborada, quantitativa e qualitativamente. • Conservar e recuperar a habitação tradicional e proteger as aldeias rurais. • Manter e vivificar os sistemas tradicionais de solidariedade. • Preservar a cultura rural que tem revelado grande capacidade de adaptação à evolução da sociedade, conservando a sua identidade. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Permitir, aos agentes locais de desenvolvimento, um completo conhecimento das exigências para apresentação de uma candidatura ao «LEADER II». • Garantir a qualidade das candidaturas, tendo em conta as características das diferentes regiões do país e a especificidade do «LEADER II». • Possibilitar a articulação entre as duas fases do «LEADER», assegurando, aos processos já em curso, a necessária continuidade. • Possibilitar a generalização das experiências positivas já conseguidas e a correcção de alguns aspectos que se têm demonstrado menos eficazes. |

Fonte: Adaptado do PNE, 1994: 3.

Definindo que cada *zona de intervenção* deverá obedecer aos seguintes «critérios» e «características»:

- *ser homogénea, relativamente às respectivas potencialidades;*
- *ser contínua, podendo excluir as zonas urbanas que eventualmente contenham;*
- *ter uma população residente entre 40 000 e 100 000 habitantes;*
- *ter uma superfície inferior à respectiva NUT III (Dec. Lei 46/89, de 15 de Fevereiro);*

o «PNE» considera, ainda, que o «Plano de Acção Local» (PAL) deve estar de acordo com os pressupostos e a estrutura definidos oficialmente (anexo XIX).

Quanto aos «grupos de acção local», em Dezembro de 1995 registavam-se já 44 (anexo XX)¹⁴⁴ cobrindo praticamente todo o território nacional (anexo XXI).

¹⁴⁴ Um incremento de 24 relativamente ao «Leader I».

5 - GUIA EUROPEU DE PLANEAMENTO PARA A AGENDA 21 LOCAL

Ao reconhecer que a participação da população é indispensável para a “*criação, implementação e avaliação de um Plano de Acção Ambiental*” (Hewitt, 1995: 5), o *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local* (que passaremos a designar por «GEP A21L») defende como tarefas prioritárias a necessidade de criar uma “*filosofia e uma visão para o futuro da comunidade*” (Hewitt, idem, ibidem), bem como identificar os problemas locais e as suas causas.

Tendo por principais objectivos:

“- *reforçar a capacidade do governo local, particularmente em cidades pequenas e médias, a fim de que se possa lidar com os problemas ambientais;*

- *criar uma compreensão apropriada dos problemas ambientais;*

- *desenvolver procedimentos políticos e administrativos adequados, incluindo a participação dos cidadãos;*

- *utilizar eficazmente os instrumentos e as ferramentas na gestão ambiental;*

- *fazer da municipalidade um exemplo de prática ambiental saudável para os cidadãos e as outras municipalidades do país*” (Hewitt, 1995: 9);

este guia surge, indiscutivelmente, como um instrumento operacional do *Quinto Programa da UE para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável*, pretendendo contribuir para a consolidação do «princípio de subsidiariedade»¹⁴⁵ ao reconhecer às autoridades locais a maior proximidade dos problemas, das populações e da maioria das soluções.

Quanto a nós, a grande vantagem do «GEP A21L» reside no facto de ser um guia que aponta o caminho para a implementação de um «Plano de Acção Ambiental Local Integrado», defende a «responsabilidade partilhada» e propõe a criação de um «Fórum Ambiental Local»¹⁴⁶ (quadro 16) com vista à troca de opiniões, de informações e de experiências, sempre que a «autoridade local» considere pertinente e desejável a sua constituição.

¹⁴⁵ “*Segundo o qual qualquer função deve ser gerida e executada ao nível mais baixo a que pode sê-lo sem perder eficácia*” (Ferrão, 1995: 69).

¹⁴⁶ Instrumento de participação democrática que neste final de milénio é comum a diferentes áreas de intervenção.

QUADRO 16 – O «FÓRUM AMBIENTAL» SEGUNDO O «GEP A21L»

Constituição	<ul style="list-style-type: none"> • Membros representativos da comunidade local. • Representação do maior número de sectores. • Implicar pessoas já informadas e familiarizadas com a temática ambiental. • Fazer representar os sectores da população <i>historicamente desfavorecidos</i> (pobres, mulheres, minorias étnicas, etc.).
Presidência	<ul style="list-style-type: none"> • Eleita de entre os membros do «Fórum». • Rotação regular da responsabilidade para solucionar eventuais tensões políticas. • Evitar que funcionários da autoridade local ocupem este cargo.
Tarefas	<ul style="list-style-type: none"> • Representar os interesses da comunidade como um todo. • Promover o debate alargado e implicar a população local em todas as fases do processo. • Fazer recomendações à Assembleia/Conselho Municipal.
Composição possível	<ul style="list-style-type: none"> • Conselheiros/funcionários administrativos/especialistas da autoridade local. • Grupos de cidadãos (associações de moradores, grupos cívicos, étnicos, de mulheres, representantes dos deficientes e desfavorecidos, sindicatos,...); • Instituições do Governo nacional (protecção ambiental; fornecimento de serviços). • Grupos de interesses ligados à natureza e às regiões rurais (grupos de conservação da natureza; agricultores, silvicultores e proprietários rurais). • Representantes do comércio e indústria. • Outros participantes ambientais (companhias privadas de água e energia; polícia,...).

Fonte: Hewitt, 1995: 24-26.

No que concerne à criação e implementação do «Plano de Acção Ambiental» (adiante designado por «PAA»), produto do diálogo entre o *Conselho local* (eleito pela comunidade e assumindo o papel de órgão de decisão - em Portugal Assembleia Municipal/Assembleia de Freguesia), a *Administração da autoridade local* (funcionários da autoridade que asseguram o trabalho administrativo), o *Fórum Ambiental* (representação das tendências sectoriais da comunidade, com função consultiva) e a *comunidade* (residentes e trabalhadores na área da autoridade local), o guia propõe uma «trajectória» a seguir (figura 5), a qual, todavia, deverá ser adaptada às realidades locais.

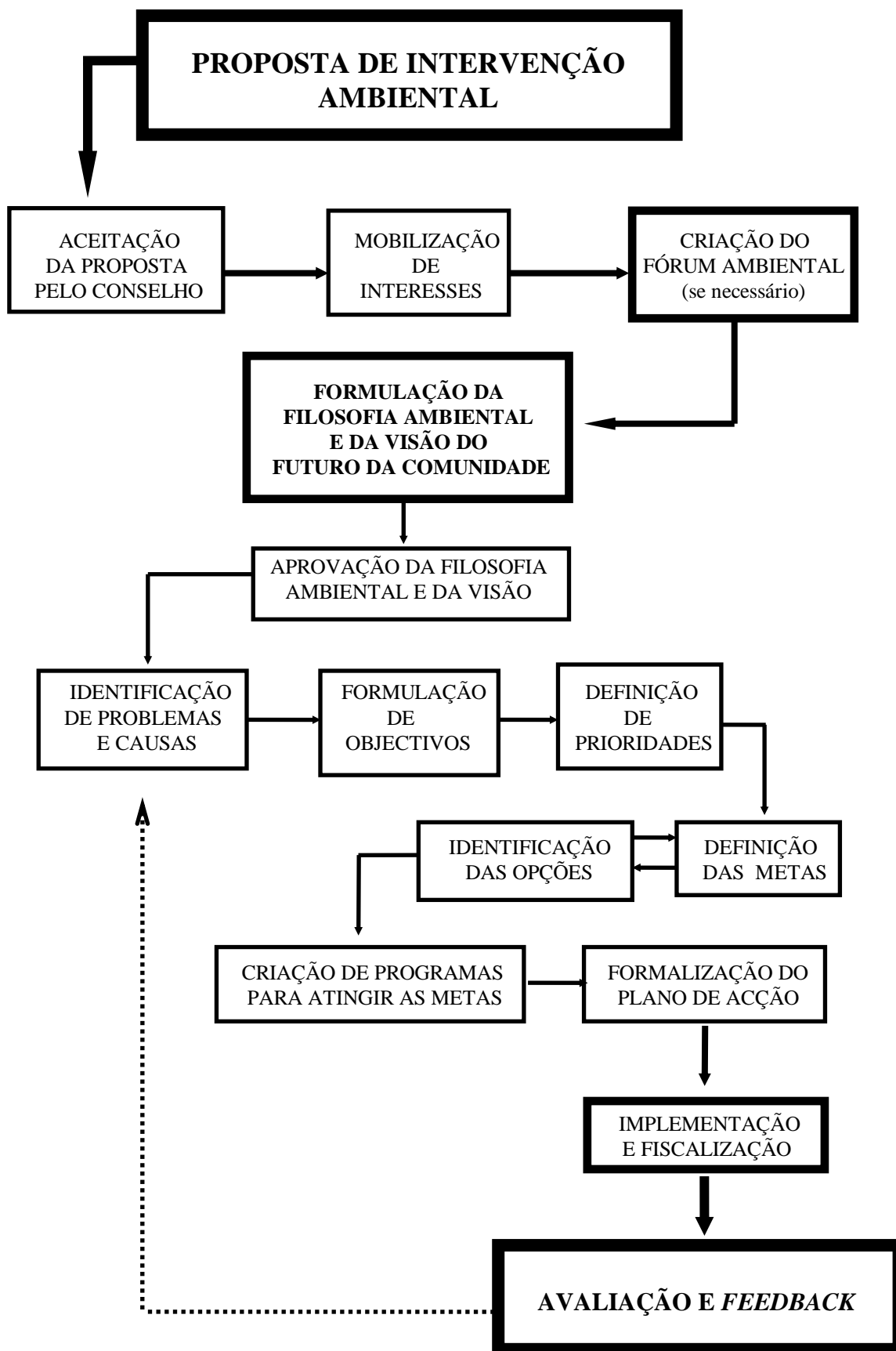


Figura 5 – Trajectória para um «Plano de Acção Ambiental» (adaptado de Hewitt, 1995: 34).

Relativamente à «**implementação do PAA**», o quadro 17 é uma síntese das principais questões a ter em conta.

QUADRO 17 – A IMPLEMENTAÇÃO DO «PLANO DE ACÇÃO AMBIENTAL»

Proposta de intervenção ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Impulso do plano de acção que poderá partir de um dos seguintes agentes: <ul style="list-style-type: none"> - funcionários da autoridade local (poder local em Portugal); - conselheiros eleitos ou independentes; - grupos de cidadãos; - organizações ambientais; - empresas.
Aceitação da proposta	<ul style="list-style-type: none"> • Competência do «Conselho eleito» que depende da sua maior ou menor sensibilidade para a problemática ambiental.
Filosofia ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Listar o activo ambiental. • Definir os princípios a seguir. • Definir as intervenções: <ul style="list-style-type: none"> - paisagens e habitats; - espécies naturais; - património histórico.
Visão do futuro da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Aspirações da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> - saúde; - qualidade e modo de vida; - qualidade do ambiente local; - estratégias de desenvolvimento económico, etc. • <i>Alvo e direcção</i> do trabalho da comunidade.

Fonte: Adaptado de Hewitt, 1995: 34-36.

Para Hewitt, porque este «Plano» tem de ter a montante uma «**filosofia ambiental**» de base que comprometa toda a comunidade, é indispensável que exista por parte do «Conselho eleito» sensibilidade para a problemática em questão¹⁴⁷.

Quanto aos «**pilares da filosofia**», referem-se os princípios da *sustentabilidade*, da *gestão ambiental* e da *tomada de decisões democrática*.

Mais uma vez, o «desenvolvimento sustentável» surge como a grande aposta deste final de milénio que, ao ser tido em conta, deverá possibilitar:

“- *o fornecimento de serviços sociais, económicos e ambientes básicos a todos sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, construídos e sociais dos quais esses serviços dependem;*

- *[a melhoria dos] padrões humanos de vida segundo a capacidade do ambiente natural sem gastar os seus recursos;*

¹⁴⁷ O que quanto a nós será mais provável desde que exista no país uma cuidada educação ambiental formal e informal, sem a qual iremos provavelmente assistir a um desenrolar de conflitos como os que grassam actualmente em Portugal entre as organizações ambientalistas e o poder local/nacional.

- [a correlação estreita entre as] *economias sustentáveis e a sustentabilidade ambiental*;

- a utilização dos *talentos e recursos das comunidades locais*” (Hewitt, 1995: 37-39).

Por outro lado, ao defender que uma “*sociedade que esteja em guerra consigo mesma terá dificuldades em implicar verdadeiramente todos os grupos no processo de planeamento*” (Hewitt, 1995: 39), bem como o facto da justiça social dever assentar na *sustentabilidade económica* e esta na *sustentabilidade ambiental* (manutenção do capital natural ou do activo ambiental), o «GEP A21L» alerta para uma realidade do final deste século que é frequentemente menosprezada:

“*a taxa à qual os recursos não renováveis são consumidos não deverá exceder a taxa à qual os recursos renováveis se possam desenvolver para tomar o seu lugar*” (Hewitt, 1995: 39).

Todavia, qualquer tentativa de percorrer a estrada da sustentabilidade, de criar um verdadeiro «PAA», independentemente da metodologia adoptada, implica que as comunidades locais (poder e cidadãos em sentido lato) estejam conscientes dos cinco «**princípios da gestão ambiental**» (quadro 18), pois o seu desrespeito implicará necessariamente uma subversão de todo o processo e da própria filosofia subjacente.

QUADRO 18 – PRINCÍPIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

PRINCÍPIOS	ADVERTÊNCIAS
Prevenção	<ul style="list-style-type: none"> • <i>É mais barato impedir que a degradação e a poluição ocorram do que corrigir mais tarde</i> (vale mais prevenir que remediar). • Implementar um controlo ambiental integrado por forma a detectar e corrigir atempadamente as situações potencialmente prejudiciais.
Precaução	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ter muito cuidado quando há qualquer dúvida sobre as consequências de uma acção</i> (não arriscar sem ter a certeza).
Poluidor-pagador	<ul style="list-style-type: none"> • Impor ao poluidor, para além do pagamento, a implementação de uma medida compensatória e proporcional ao dano, bem como a mudança de processos e métodos de trabalho.
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> • Intermunicipal, nacional, transnacional e global. • Cooperar cedo evita obstáculos futuros.
Trabalhar no interior do sistema ecológico	<ul style="list-style-type: none"> • Fechar os sistemas abertos (como os urbanos em que há grande «entrada» de matérias-primas e «saída» de lixo e detritos) em laços, por forma a que os detritos sejam reciclados para reutilização como matérias-primas.

Fonte: Adaptado de Hewitt, 1995: 40-45.

Conhecidos os «princípios da gestão ambiental», é igualmente importante não ignorar os «**princípios da tomada de decisões**» (quadro 19), pois o seu domínio poderá contribuir para uma maior participação de toda a comunidade, para a redução de confli-

tos e para a indispensável obtenção de consensos que rodeia sempre qualquer tipo de planeamento.

QUADRO 19 – PRINCÍPIOS DA TOMADA DE DECISÕES

PRINCÍPIOS	ADVERTÊNCIAS
Democracia	<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade deverá poder controlar a forma como são gastas as suas contribuições pecuniárias para fins municipais. • <i>A vontade da população tem de ser reconhecida e cumprida (ética de base).</i> • <i>O governo local existe para servir a comunidade pela qual foi eleito, não para adoptar um papel pseudo-paternalista de sabedoria assumida (p. 46).</i>
Subsidiariedade	<ul style="list-style-type: none"> • As decisões sobre realidades locais deverão ser tomadas o mais próximo possível da população afectada. • Respeitar o princípio de que é necessário «pensar globalmente, actuando localmente».
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Definir a responsabilidade pelas decisões (funcionários individuais, conselheiros, comissões). • Assegurar a legitimação democrática das responsabilidades por parte da Assembleia/Conselho eleito.
Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar a confidencialidade e disponibilizar para consulta pública relatórios, projectos, etc. • Consciencializar os «conselheiros» para a necessidade de declararem a existência de interesses pessoais em alguns aspectos do «PAA» (por razões empresariais ou familiares).
Participação pública	<ul style="list-style-type: none"> • Motivar a população para a tomada de decisões, provando-lhe que as suas opiniões têm influência e são levadas em consideração.

Fonte: Adaptado de Hewitt, 1995: 45-48.

É inegável que a sustentabilidade é uma postura filosófica e solidária que implica uma mudança de atitudes, comportamentos e valores, bem como um estar atento ao discurso que milita pela obtenção das compensações económicas que tudo justificam, apesar dos reflexos minimalistas, não apostando antes na transformação das mentalidades, na educação dos cidadãos.

Actuar no ambiente, preservar o futuro das gerações vindouras, é sobretudo ser solidário, consciente e internacionalista. Afinal, é necessário que nos respeitemos para respeitar o meio que nos rodeia, para termos um «comportamento sustentável» que possibilite a perpetuação do planeta.

Ora, a «sustentabilidade», não sendo exclusiva do espaço rural nem do urbano (a conservação da atmosfera é um problema global), é um processo que nos implica a todos enquanto «actores» universais e cujo êxito depende, essencialmente, da inter-relação das diferentes vertentes consideradas na figura 6.

Compreender a sensibilidade existente no Concelho de Santa Comba Dão, quer por parte do Poder Local quer das populações, é um dos objectivos que está subjacente ao projecto de investigação.



Figura 6 – Vertentes da sustentabilidade.

CAPÍTULO V - O CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO: UMA OBSERVAÇÃO

- Qual a realidade concelhia?
- Quais as prioridades do desenvolvimento?
- Quais os principais promotores?
- Qual o envolvimento dos cidadãos?
- Que preocupações associativas?

1 - O ESPAÇO RURAL: QUE REALIDADE?

1.1 - A localização do concelho: um privilégio?

O concelho de Santa Comba Dão (figura 7) está localizado na região Centro (NUT II), sub-região Dão-Lafões (NUT III), distrito de Viseu e contacta com os concelhos de Tondela (Norte), Mortágua (Oeste), Carregal do Sal (Este), Penacova e Tábua (Sul).

Enquadrado na grande mancha de granitos hercínicos do Paleozóico existentes no Norte e Centro de Portugal (Minho, Trás-os-Montes e Beiras), faz parte da plataforma do Mondego¹⁴⁸ e está sob a influência de um clima marítimo de transição caracterizado por invernos frescos (temperatura mínima média do mês mais frio entre 2° e 4° C; média de 10 a 30 dias/ano com temperaturas inferiores a 0° C) e verões quentes (temperatura máxima média do mês mais quente entre 29° e 32° C; média de 100 a 120 dias/ano com temperaturas superiores a 25° C)¹⁴⁹.

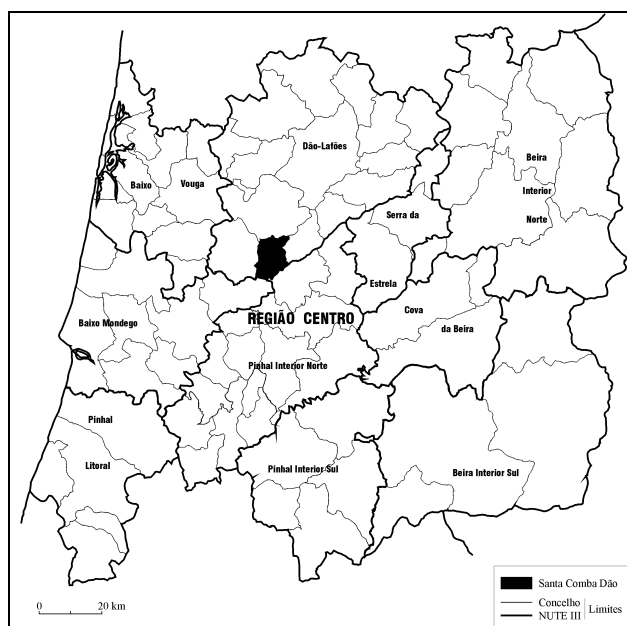


Figura 7 - Localização do concelho de Santa Comba Dão.

Detendo uma superfície de 112,5 km² (3,23 % da sub-região - 3483,3 km²)¹⁵⁰ distribuída por nove freguesias, respectivamente, Couto do Mosteiro, Nagosela, Óvoa,

¹⁴⁸ “...*ampla superfície de aplanamento* [que atinge em Santa Comba Dão uma altitude de 200-250m], *deprimida entre a Serra da Estrela e a Serra do Caramulo e entalhada pelo Mondego e seus afluentes...nitidamente inclinada para sudoeste, aspecto particularmente evidente no longo e largo interflúvio entre o Mondego e o Dão*” (Ferreira, 1978: 141).

¹⁴⁹ Segundo Daveau et al (1980).

¹⁵⁰ Anuário Estatístico da Região Centro (1995).

Pinheiro de Ázere, Santa Comba Dão¹⁵¹, São Joaninho, São João de Areias, Treixedo e Vimieiro (figura 8), apresenta como principais recursos hídricos os rios Dão, Mondego e Criz, bem como uma importante albufeira (Barragem da Agueira) encarada no PDM como *potenciadora do desenvolvimento da actividade turística*¹⁵² e que se for alvo de adequadas estratégias de infra-estruturação e promoção poderá a médio prazo vir a ser um excelente cartão de visita no âmbito do TER.

Alvo na década de 90 de uma significativa melhoria da acessibilidade (A1, IP3 e IP5) que contribuiu para reduzir substancialmente as distâncias-tempo aos dois principais centros urbanos do país (Lisboa - 260 km, Porto - 130 km)¹⁵³ e aos respectivos aeroportos, bem como aos portos de mar (Aveiro, Figueira da Foz, Leixões e Lisboa) e à fronteira de Vilar Formoso, a localização do concelho afigura-se-nos cada vez mais como um factor estratégico de desenvolvimento, desde que exista uma clara política de *marketing* territorial que tenha por objectivo principal evidenciar as vantagens comparativas que investidores e cidadãos poderão usufruir ao optarem pelo concelho.

Na realidade, consideramos que o binómio «crescimento - desenvolvimento local» passa também e em larga medida pela «venda» do «produto território» que não tem sido devidamente promovido, à imagem do que sucede na maioria dos espaços demograficamente repulsivos em que as potencialidades e os diferentes recursos (naturais, humanos, produtivos e institucionais) têm sido subaproveitados, exigindo aos responsáveis locais uma cuidada gestão da qualidade (infra-estruturas, equipamentos, património construído e natural) que objective a promoção concelhia e a concomitante dinamização regional.

¹⁵¹ Vila sede de concelho com provável origem visigótica e primeiro foral atribuído por D. Teresa e D. Henrique em Outubro de 1102 (o segundo foi concedido por D. Manuel I em Setembro de 1514, in Boletim da Associação ARCADAS, 1993: 3), cujo nome, segundo as lendas, pode estar ligado a Comba (filha de um rico senhor local que se terá apaixonado por um guerreiro romano tendo acabado por ser crucificada por seu pai) ou à abadessa beneditina Columba (ter-se-à suicidado com as demais freiras quando viu o seu mosteiro invadido pelas tropas de Almançor - Mohamede Abutmir Almafer - no séc. X). Todavia, a sua História recente está ligada ao nome do Prof. Dr. António de Oliveira Salazar, natural da Freguesia do Vimieiro, Presidente do Conselho de Ministros de 1932 a 1968 e responsável pelo poder autocrático que caracterizou o Estado Novo.

¹⁵² PDM, «Elementos Complementares. Relatório», 1994: 23.

¹⁵³ O seu afastamento da capital reduziu-se sensivelmente para metade do tempo, pois por experiência própria sabemos que às 5 a 6 horas de percurso gastas em automóvel pela estrada nacional nas décadas de 70 e 80 se opõem actualmente as cerca de 3 horas do traçado A1-IP3.

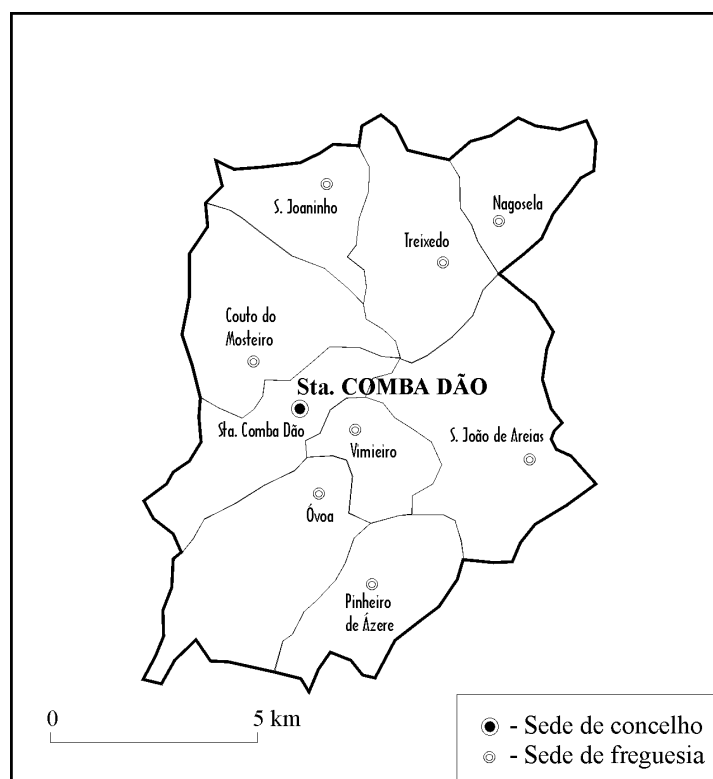


Figura 8 - Freguesias do concelho de Santa Comba Dão.

1.2 - Da demografia à economia: breve caracterização e enquadramento regional¹⁵⁴

Apresentando uma diminuição da população de 13,4% entre 1981 e 1991 (de 14 099 para 12 209 habitantes), o concelho de Santa Comba Dão tinha em 1991 uma densidade populacional de 108,5 hab./km² (81,1 hab./km² na sub-região Dão-Lafões e 72,7 hab./km² na região Centro), 52,1% de elementos do sexo feminino, 35,7% de indivíduos com menos de 25 anos (36,7% na sub-região e 34,4% na região), um elevado índice de envelhecimento (79,7)¹⁵⁵ e a segunda menor taxa de analfabetismo registada na sub-região e na região¹⁵⁶, um outro indicador particularmente importante e que, associado à localização, à qualidade ambiental e à afabilidade da comunidade local, engrossa o contingente das vantagens comparativas no contexto da regionalização que se avizinha.

¹⁵⁴ Dados extraídos do *XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação 1991*. «(Centro) - Resultados Definitivos», 1993: 36-39, 161-164, 219-220.

¹⁵⁵ Reflexo da quebra da taxa de natalidade, do aumento da esperança de vida e das migrações que os mais jovens teimam em manter, efeito da já antiga repulsão demográfica concelhia que entre 1961 e 1970 foi dominada pela associação *emigração-movimentos internos* (Ferrão, 1996: 182). Contudo, estamos perante o menor valor registado na zona de intervenção da ADICES (Carregal do Sal - 81,3; Mortágua - 82,8; Tondela - 92,4 – PAL LEADER/ADICES II, 1995:30).

¹⁵⁶ 11,7% contra os 14,7% da sub-região e os 14,0% da região. O valor mais favorável ocorreu no concelho de Nelas com 10,2%.

No que concerne ao grau de instrução da população e considerando apenas os 5 312 cidadãos que completaram um dos níveis de ensino (básico, secundário, médio ou superior)¹⁵⁷, verifica-se um claro domínio do básico primário (67,3%) por oposição à escolaridade média e superior (4,3%).

Relativamente à população activa, maioritariamente composta por trabalhadores por conta de outrem (69,1%) seguidos à distância pelos de conta própria (16,4%) e pelos patrões (5,8%), corresponde a uma taxa de actividade de 34,0% (39,0% na sub-região e 41,4% na região), com uma das mais elevadas taxas de desemprego ao nível regional (7,5%)¹⁵⁸, particularmente acentuada no sexo feminino (13,2%¹⁵⁹ por oposição aos 4,9% registados no masculino).

No tocante aos grupos profissionais¹⁶⁰ destacam-se os *trabalhadores da produção industrial e artesãos* (27,4% - grupo 7), os *trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços* (19,5% - grupo 9) e o *peçoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares* (12,3% - grupo 5), acompanhando de perto a tendência registada na região Centro (22,5% para o grupo 7 e 17,5% para o grupo 9) contrariamente ao que ocorre na sub-região em que domina o grupo 6 (*trabalhadores da agricultura e da pesca*) com 26,3%¹⁶¹.

Quanto à ocupação da população segundo o sector de actividade, se o terciário surge a liderar com 44,7% espelhando o perfil regional¹⁶², já o mesmo não sucede com o secundário que é claramente mais significativo no concelho¹⁶³ (41,3% por oposição aos 30,0% da sub-região e aos 38,8% da região) e com o primário que se revela menos im-

¹⁵⁷ 729 158 cidadãos na região Centro (64,2% com o básico primário; 7,2% com a escolaridade média e superior) e 118 599 na sub-região Dão-Lafões (65,6% com o básico primário; 5,8% com o ensino médio e superior).

¹⁵⁸ A taxa de desemprego na sub-região era de 5,3% e o valor registado no concelho de Santa Comba Dão era apenas igualado pelo de Nelas. O valor médio na região Centro era então de 5,0%.

¹⁵⁹ 8,2% na sub-região e 7,6% da região.

¹⁶⁰ Classificação CITP/88 a um dígito (INE, 1993: 11).

¹⁶¹ 20,6% para o grupo 7 e 16,6% para o 9.

¹⁶² 41,3% na sub-região e 44,2% na região.

¹⁶³ Apesar da ideia generalizada de um défice de industrialização no concelho, a verdade é que este revela uma posição favorável no contexto regional.

portante (14,1%), quer numa perspectiva regional (28,6% na sub-região e 17,1% na região) quer nacional (17,5% em 1991)¹⁶⁴, ou mesmo se comparado com a zona de intervenção da ADICES (25,5%)¹⁶⁵, reflectindo uma nítida perda de importância em relação às duas décadas anteriores (50,6% em 1970 e 33,4% em 1981)¹⁶⁶, mas com uma diminuição menos acentuada se comparado com os valores da sub-região (19,3% contra os 20,5% da sub-região entre 1981 e 1991).

Apesar da componente agrícola manter um importante papel como complemento dos rendimentos familiares, se mais não fosse pelos estreitos laços que unem ainda muitos destes cidadãos à memória dos seus antepassados e à terra que lhes transmitiram por herança¹⁶⁷, esta vertiginosa inflexão leva-nos a questionar as perspectivas que continuam a querer centrar o desenvolvimento em espaço rural na agricultura¹⁶⁸, alimentando assim o imaginário de uma cultura urbana geradora de discursos políticos obscurantistas e conservadores, que teimosamente insistem em ignorar que os filhos da terra estão a optar por outros sectores de actividade mesmo que não abandonem em definitivo o amanho dos campos¹⁶⁹.

¹⁶⁴ Eurostat, 1993: 145.

¹⁶⁵ Concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, que de acordo com o PAL e comparativamente revelam homogeneidade no tocante à indústria transformadora (mais representada nas indústrias da madeira e fabrico de mobiliário), sendo o sector primário mais significativo em Mortágua e o dos serviços em Santa Comba Dão (PAL LEADER/ADICES II, 1995: 32).

¹⁶⁶ 59,8% em 1970 e 49,1% em 1981 para a sub-região; 44,3% em 1970 e 32,0% em 1981 para a região (PDM, «Anexos. Estudo Socioeconómico», 1994: 13).

¹⁶⁷ Basta percorrer os diferentes lugares do concelho para perceber esta realidade que, indubitavelmente, controla a desertificação do trabalho do campo partilhado por homens e mulheres, na verdade, cada vez mais idosos.

¹⁶⁸ Também para a Dr.^a Regina Lopes, coordenadora da ADICES, “o desenvolvimento rural deverá privilegiar os interesses dos cidadãos, não fazendo sentido impor modelos centrados na agricultura quando estes se recusam a aderir à actividade agrícola” (entrevista efectuada em Abril de 1997).

¹⁶⁹ Segundo o RGA de 1989 existiam 1487 explorações no concelho que ocupavam uma área de 2738 ha, correspondente a uma dimensão média das explorações de 1,8 ha e a 4% da superfície agrícola da sub-região Dão-Lafões (PAL LEADER/ADICES II, 1995: 33; Estatísticas do Ambiente, 1993: 62).

2 - O DESENVOLVIMENTO LOCAL: QUE PRIORIDADES?

Compreender a actual problemática do desenvolvimento local no concelho de Santa Comba Dão, quer na vertente socioeconómica quer na sociocultural, implica impreterivelmente recorrer a dois instrumentos que consideramos fundamentais por nos permitirem detectar as principais linhas estratégicas que se encontram delineadas, nomeadamente, o PDM (Plano Director Municipal) e o PAL LEADER/ADICES (Plano de Acção Local intermunicipal e subordinado à Iniciativa Comunitária «LEADER»), bem como não ignorar a acção das associações locais e dos cidadãos (principal objectivo do estudo de campo e que será abordado na secção 3 do presente capítulo).

2.1 - O Plano Director Municipal (PDM): uma visão institucional?

No que concerne ao PDM¹⁷⁰, mais uma das figuras de planeamento em que está consagrada a participação das populações e cuja elaboração implica a intervenção de diferentes agentes com responsabilidade à escala local, regional e nacional¹⁷¹, por forma a implementar um ordenamento do território que considere as aspirações da comunidade (económicas, sociais, culturais e ambientais), há todo um conjunto de objectivos gerais e específicos que nos permitem uma leitura das principais preocupações existentes e das concomitantes estratégias.

No âmbito dos objectivos gerais¹⁷² surgem no PDM de Santa Comba Dão quatro alvos principais, intimamente associados e esquematicamente apresentados na figura 9.

¹⁷⁰ Regulamentado pelo Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março de 1990, foi ratificado em 14 de Julho de 1994 e publicado no Diário da República, Série I-B, de 26 de Agosto de 1994. Em Fevereiro de 1998 foi aprovada a sua proposta de revisão em Conselho de Ministros, por forma a adaptá-lo às novas realidades do concelho, nomeadamente, as resultantes da actual configuração das acessibilidades (Jornal *Defesa da Beira* 2799, 20 de Fevereiro de 1998, p. 13).

¹⁷¹ Câmara Municipal (propõe, elabora e executa), Assembleia Municipal (aprova e acompanha), cidadãos (dão parecer através de inquérito público), Comissão de Coordenação Regional e Direcção-Geral do Ordenamento do Território (integram a comissão técnica), Ministérios da Agricultura, Pescas e Alimentação, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Comércio e Turismo (parecer), Ministério do Planeamento e da Administração do Território (ratificação).

¹⁷² PDM, «Elementos Complementares. Relatório», 1994: 21.

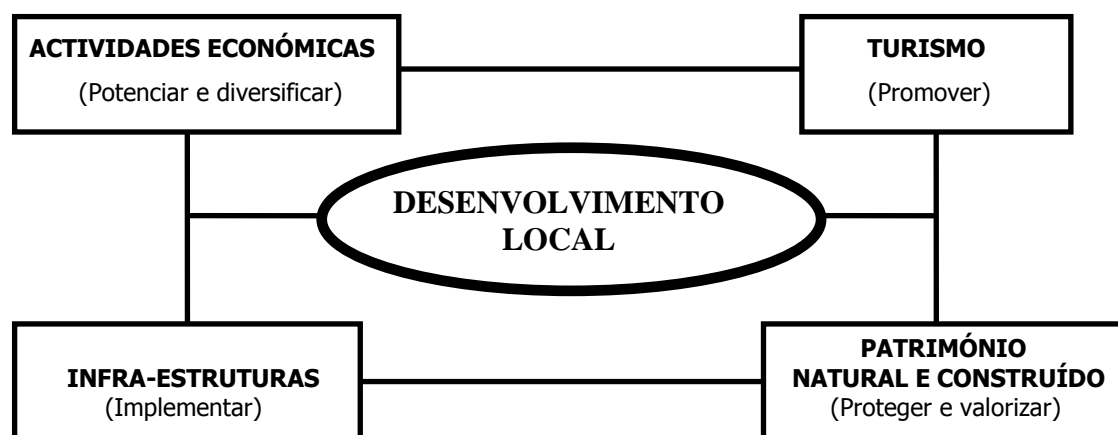


Figura 9 - O desenvolvimento local na perspectiva do PDM santacombadense.

Quanto aos objectivos específicos, clarificação indispensável à compreensão dos gerais, evidenciam-se as prioridades e estratégias constantes do quadro 20.

QUADRO 20 - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DE DESENVOLVIMENTO

ACTIVIDADES ECONÓMICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura: criar novas alternativas com o apoio do PROZAG (Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas - aprovado em 1992). • Pecuária: criar infra-estruturas básicas que optimizem o funcionamento das unidades de exploração. • Indústria: melhorar as infra-estruturas viárias e expandir os pólos/zonas de atracção já existentes. • Comércio: tornar o concelho num <i>entrepoto comercial</i> aproveitando a mais valia da localização. • Serviços: implementar um <i>ninho de empresas</i> que funcione como pólo de atracção com particular atenção para o turismo.
INFRA-ESTRUTURAS
<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços verdes urbanos e estruturas de lazer e recreio (sede do concelho¹⁷³ e sedes de freguesia). • Implementar um centro de ATL e um lar da terceira idade. • Melhorar a rede viária, a sinalização e os pavimentos, bem como a rede de comunicações (instalação de um aeródromo e de um heliporto - já existente quando iniciámos a elaboração desta investigação). • Restringir a circulação na zona histórica da vila e criar mais zonas pedonais. • Completar a rede de abastecimento de água¹⁷⁴, implementar a rede de drenagem de águas residuais e respectivo tratamento, reforçar a rede de distribuição de energia.
TURISMO
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar o património construído de qualidade. • Promover o turismo rural. • Avaliar a capacidade do recurso aquífero do Granjal (águas sulfurosas) para parque termal.
PATRIMÓNIO
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar e preservar o património cultural. • Implementar normas de controlo ambiental.

Fonte: Adaptado do PDM (1994), «Elementos Complementares. Relatório», pp. 21-26.

¹⁷³ A piscina municipal é uma importante infra-estrutura para a prática do desporto e lazer, localizada na vila de Santa Comba Dão e inaugurada em Julho de 1997.

¹⁷⁴ Em Novembro de 1997 a *Associação de Municípios do Planalto Beirão*, da qual faz parte o concelho de Santa Comba Dão, assinou com a empresa *Águas do Planalto, S. A.* (capital nacional e estrangeiro) um contrato para melhorar o abastecimento e a distribuição de água, concessão que terá início em Janeiro de 1998 e que implica a melhoria de infra-estruturas diversas (barragens e captação, estações de tratamento e bombagem, reservatórios,...) suportados pela Associação e provavelmente cofinanciados pelo Fundo de Coesão.

Apesar de privilegiar as vertentes social e patrimonial, o PDM reflecte uma acentuada preocupação com os aspectos económicos e respectivas infra-estruturas de apoio¹⁷⁵, particularmente no domínio do turismo que merece mesmo um lugar de destaque no contexto das restantes actividades.

Ao considerarmos que o planeamento não tem forçosamente de eleger o economismo como suporte principal, acabamos por concordar com a actual prioridade que mais não pretende do que corrigir as assimetrias ainda existentes. Contudo, esperamos que após o *boom* da «infra-estruturação/promoção económica», os responsáveis locais passem a contemplar aspectos mais directamente relacionados com a cultura, o lazer e o património (natural¹⁷⁶ e construído) e que olhem para o concelho numa perspectiva de homogeneidade, pois caso contrário correm o risco de combater numa perspectiva nacional e/ou regional, mantendo ou agravando as desigualdades que ainda existem entre os diferentes lugares.

2.2 - Da ADICES ao PAL: uma nova perspectiva de desenvolvimento?

“Ouvimos as crianças, ouvimos os autarcas, ouvimos os promotores de investimentos, ouvimos as associações, ouvimos as instituições locais, OUVIMOS A POPULAÇÃO”.

(ADICES, Carta aberta no PAL LEADER/ADICES II, 1995)

Constituída em 21 de Janeiro de 1991, a Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas (ADICES) é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, cuja principal actividade está relacionada com os serviços de desenvolvimento (CAE 72 100).

Com sede social na vila de Santa Comba Dão, é composta por pessoas colectivas (administração local, ensino, privados com e sem fins lucrativos¹⁷⁷) e individuais de

¹⁷⁵ Que norteiam igualmente a intervenção do Presidente da Câmara, segundo depreendemos da entrevista que nos foi concedida em Abril de 1997.

¹⁷⁶ Apesar de existir uma imagem de equilíbrio ambiental, um dos entrevistados fez questão de salientar alguns problemas, tais como a poluição das águas responsável pela eliminação das bogas e a descuidada extracção de areias.

¹⁷⁷ Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT), Associação Cultural da Gândara, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mortágua, Câmaras Municipais de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, Dão-Coop, Escolas Secundária de Santa Comba Dão e Preparatória de Carregal do Sal, Jornal Página Beirã e TEM (Teatro Experimental de Mortágua) - PAL LEADER/ADICES II, 1995: 11.

acordo com a estrutura orgânica constante da figura 10, a qual é bem elucidativa da conjugação de esforços em prol do desenvolvimento.

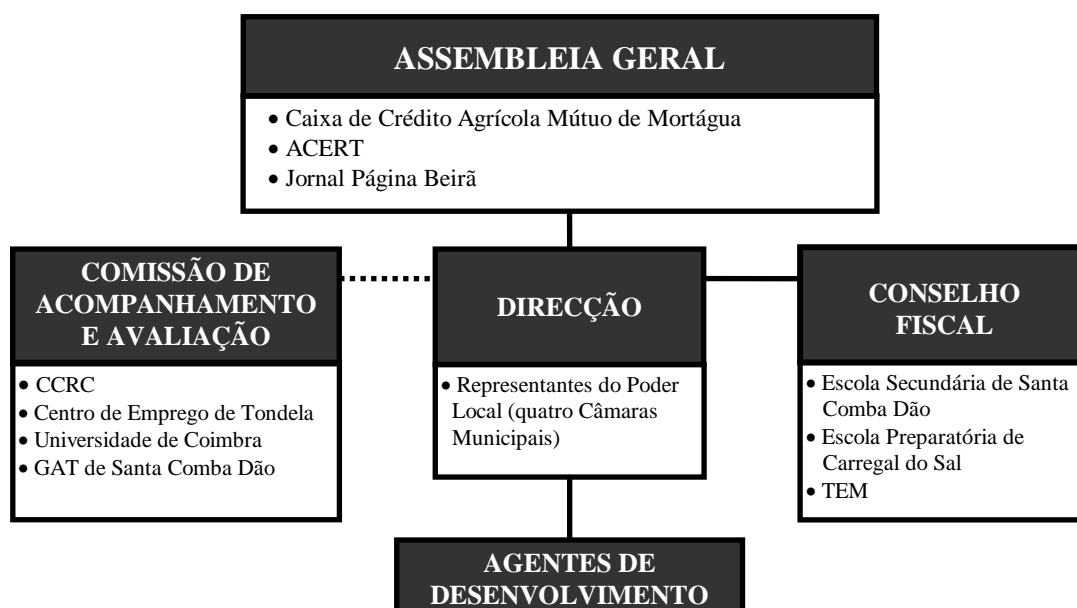


Figura 10 - Órgãos sociais da ADICES¹⁷⁸.

Relativamente aos recursos humanos afectos directamente à intervenção do GAL, estão apenas previstos dez agentes de desenvolvimento¹⁷⁹ (“*um na coordenação e nove na execução técnica e administrativa*”, PAL LEADER/ADICES II, 1995: 15), cujo perfil deverá assentar numa formação teórica no âmbito do desenvolvimento local, capacidade de relacionamento e de comunicação, isenção, disponibilidade e profissionalismo. Todavia, ao dependerem organicamente da Direcção, acabam por ficar inevitavelmente subordinados aos ditames da política autárquica, instalando-se quanto a nós alguma promiscuidade com o poder político, o que obviamente limita o atributo da «isenção» e pode criar alguns entraves ao processo de desenvolvimento, sobretudo, devido às susceptibilidades que as diferentes opções políticas ainda têm na sociedade portuguesa. Na verdade, consideramos preferível a opção da *Fondation Rurale de Wallonie* que impõe aos seus agentes de desenvolvimento «independência do poder local e dos diferentes grupos de pressão existentes», condição que nos parece contribuir para uma mais fácil interacção entre os GAL e os cidadãos.

¹⁷⁸ Adaptado do PAL LEADER/ADICES II, 1995: 12-14.

¹⁷⁹ Número de efectivos que consideramos manifestamente insuficiente se atendermos a que têm a seu cargo uma área de 852 km², 52 freguesias e 65 912 hab. (PAL LEADER/ADICES II, 1995: 26).

Promotora de um plano intermunicipal (PAL LEADER/ADICES II) apoiado pela pelo Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» e que visa a promoção do desenvolvimento local nos concelhos de Santa Comba Dão, Tondela, Carregal do Sal e Mortágua (figura 11), a ADICES depende financeiramente de auxílios externos, o que poderá representar, à partida, um caminho para intervenções episódicas no domínio do desenvolvimento, que acabarão por soçobrar quando o caudal dos subsídios comunitários diminuir ou for mesmo desviado para outros objectivos.

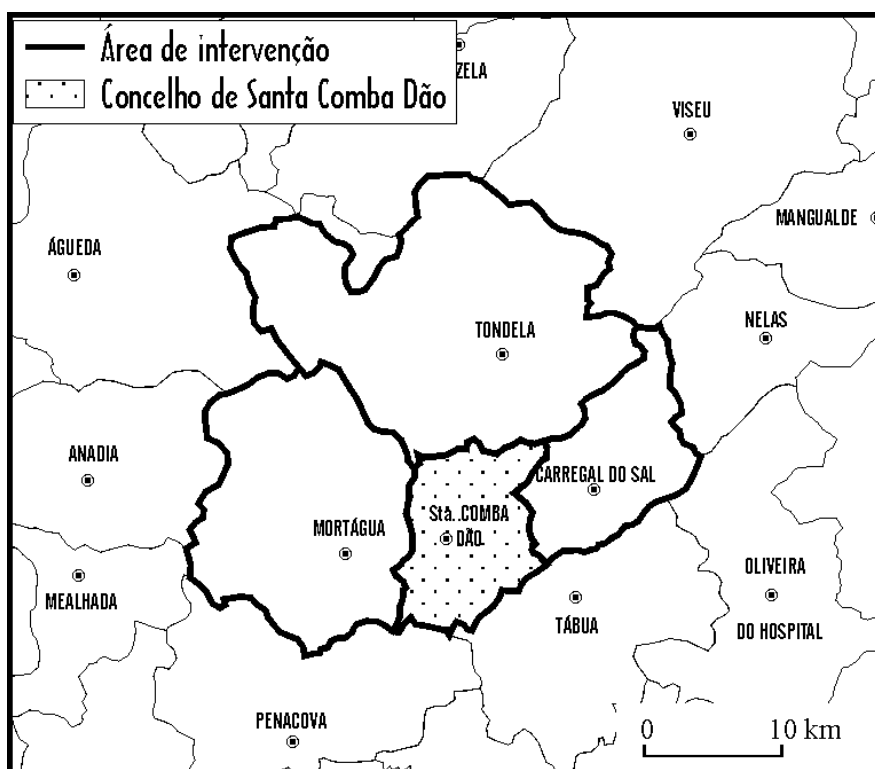


Figura 11 - Área de intervenção da ADICES.

Na realidade, tal como reconhece a própria ADICES, estas associações “*têm desempenhado fins de utilidade pública que seria importante estudar de forma a poder pensar-se um quadro de financiamento suportado pela sociedade de uma forma global*”¹⁸⁰, advertência que faz tanto mais sentido se admitirmos que qualquer país que assuma o desenvolvimento local como uma das suas principais prioridades¹⁸¹, dificilmente o poderá alcançar com base nas acções filantrópicas que têm pautado desde os finais da década de

¹⁸⁰ PAL LEADER/ADICES II, 1995: 19.

¹⁸¹ Em Portugal tem sido pelo menos um dos estandartes dos diferentes discursos políticos que acaba consubstanciado na multiplicidade de legislação existente para o efeito.

80¹⁸² a intervenção de alguns cidadãos mais jovens no domínio do desenvolvimento local.

Apostar num equilíbrio territorial sustentado e no concomitante desenvolvimento implica, cada vez mais, motivar a sociedade civil e implementar parcerias que congreguem um assumir de responsabilidades por parte de diferentes agentes, nomeadamente, poder central, poder local, entidades privadas, associações e cidadãos.

Ao reconhecerem¹⁸³ que o território correspondente à sua zona de intervenção revela ainda algumas carências (infra-estruturas básicas e equipamentos nos centros urbanos e espaços rurais), estes «agentes de mudança» cujo trabalho solidário e meritório tem de passar a ser visto de uma forma mais atenta pelos responsáveis políticos, destacam todavia a existência de uma multiplicidade de potencialidades locais que permitem acreditar no desenvolvimento¹⁸⁴ e definir como objectivo principal a “*criação de uma dinâmica regional baseada na interacção e sinergia entre as diversas iniciativas*”¹⁸⁵, considerando, tal como os restantes GAL existentes na UE, a necessidade de envolver os cidadãos por forma a permitir uma “*transição só possível se existirem efectivas transformações que melhorem a vida das pessoas e que aconteçam com o seu contributo, cabendo às instituições locais animar o processo e canalizar os meios técnicos e financeiros*”¹⁸⁶.

Para se compreender como a ADICES tem vindo a equacionar a problemática do desenvolvimento local no espaço rural correspondente à sua zona de intervenção, onde está incluído o concelho objecto de estudo, consideramos imprescindível a análise das principais medidas propostas e dos respectivos montantes aplicados no âmbito dos PAL

¹⁸² Em 1987 e 1989 surgiu nas Regiões Norte, Centro e Algarve o programa JADE (Jovens Agentes de Desenvolvimento), apoiado pelo PNUD e FSE (via IEF), que contribui para o despertar de uma nova forma de actuação onde o local passou a ocupar lugar de destaque.

¹⁸³ 20 *Valores do Mundo Rural*, 1995: 100.

¹⁸⁴ Acessibilidade (IP3, IP5, linha ferroviária da Beira Alta); artesanato (bordados, barro negro, cerâmica tradicional e moderna, trapologia, tanoaria,...); gastronomia e produtos típicos (arroz de feijão com rojões, pão 24 horas, chanfana, vinho do Dão, queijo da serra,...); matérias-primas (granito, barro, madeira,...); paisagem diversificada; património histórico (pelourinhos, vestígios romanos,...); termas; festas tradicionais; unidades TER.

¹⁸⁵ 20 *Valores do Mundo Rural*, 1995: 101.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*.

LEADER/ADICES I e II (quadros 21 e 22) que permitem traçar o cenário do desenvolvimento na década de 90.

A observação do quadro 21 leva-nos não só a estabelecer uma correlação directa com as preocupações do PDM (neste caso particular com o de Santa Comba Dão), pois também a primeira versão do PAL apontava sobretudo para prioridades de carácter económico (TER¹⁸⁷, PME's, produção e comercialização de produtos), como também a detectar o esforço de comparticipação das quatro autarquias (a dominar no TER¹⁸⁸) e da iniciativa privada (mais acentuada no âmbito das PME's), bem como o fraco empenhamento da administração central que se confinou ao financiamento do GAL com uns míseros 2,4% (1 886 contos), modesta comparticipação se atendermos a que a aposta no desenvolvimento local era já vista como fundamental para a redução das assimetrias existentes no país.

QUADRO 21 - PAL LEADER/ADICES I (1991-94)
(Medidas propostas - Montantes aplicados - Balanço em 95/05/31)

MEDIDAS - ACÇÕES	TOTAL		UE (%)	NACIONAL (%)		
	(1 000 esc.)	%		AC	AL	IP
1 - Apoio técnico ao desenvolvimento rural	0	0	0	0	0	0
2 - Formação profissional e ajudas à contratação • Formação de guias turísticos	30043	2,8	65,0	0	0	35,0
3 - Turismo em espaço rural • Promoção turística • Recuperação e valorização de edifícios e estruturas • Dinamização de estruturas de apoio	438701	41,0	48,9	0	31,7	19,4
4 - PME's, artesanato e serviços de apoio • Fomento de serviços de apoio às PME • Promoção do artesanato • Fomento e apoio a iniciativas de artesanato tradicional e não tradicional	319938	29,9	50,1	0	2,7	47,2
5 - Valorização e comercialização de produtos locais • Promoção e apoio à comercialização de produtos típicos • Apoio à criação de pequenas unidades de produções de produtos típicos	200842	18,8	45,9	0	24,4	29,7
6 - Outras medidas	0	0	0	0	0	0
7 - Financiamento do GAL • Funcionamento • Estudos	79700	7,5	65,0	2,4	0	32,6
TOTAL	1069224	100,0				

AC: Administração central; AL: Administração local; IP: Investimento privado.

Fonte: Adaptado do Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» - ADICES, 1995: 65-66 e 69.

¹⁸⁷ Apesar de já se delinear no seu contexto a vertente cultural (apoio a projectos relacionados com a música popular; preservação e fomento do artesanato tradicional).

¹⁸⁸ Apetência que pode ser justificada pelo património existente na zona de intervenção (natural e construído), o qual poderá ser gerador de receitas que também reverterão para os cofres das autarquias implicadas.

Mudaram-se os tempos e entrou-se num novo ciclo do discurso político que veio ainda mais acentuar e reconhecer a prioridade do desenvolvimento local e a quota parte de responsabilidade da Sociedade Civil. Mas será que o empenhamento da administração central passou a ser diferente?

A análise do quadro 22 leva-nos a concluir que apesar de existir uma previsão que aponta para um significativo acréscimo no investimento por parte da administração central (21,2% no *apoio técnico ao desenvolvimento rural e financiamento do GAL*), continuam a ser os agentes locais (máximos de 45% para a iniciativa privada e de 25% para a administração local) que chamam a si a responsabilidade da mudança.

QUADRO 22 - PAL LEADER/ADICES II (1994-99)
(Medidas propostas e financiamento previsto)

MEDIDAS - ACÇÕES	TOTAL		UE (%)	NACIONAL (%)		
	(1 000 esc.)	%		AC	AL	IP
1 - Apoio técnico ao desenvolvimento rural • Imagens do desenvolvimento na infância • Informação e assessoria técnica • Novas tecnologias	67000	6,7	75,0	11,2	2,7	11,1
2 - Formação profissional e ajudas à contratação • Formação de animadores locais • Formação específica para actividades económicas	22000	2,2	55,0	0	0	45,0
3 - Diversificação das actividades económicas • Organização, promoção e comercialização de recursos turísticos (âmbito TER), bem como outras iniciativas TER • Apoio directo à actividade artesanal • Promoção, <i>marketing</i> e comercialização de artesanato • Pequenos investimentos empresariais (PME's) • Organização e promoção empresarial da região (PME's) • Pequenos investimentos na área dos serviços de proximidade • Organização e promoção na área dos serviços de proximidade	321000	32,1	61,3	0	4,4	34,3
4 - Valorização e comercialização das produções da agricultura, pecuária, silvicultura e pesca • Apoio a iniciativas • Organização, promoção, <i>marketing</i> e comercialização	150000	15,0	60,0	0	3,3	36,7
5 - Preservação e valorização do ambiente natural e da qualidade de vida • Acções de sensibilização e mobilização da população para a preservação do ambiente • Iniciativas de investimento com impacto no ambiente e qualidade de vida	130000	13,0	65,0	0	25,0	10,0
6 - Acções em cooperação • Cooperação nacional e transnacional	30000	3,0	65,0	0	0	35,0
7 - Cultura • Iniciativas de investimento na área da cultura • Realização de acções de organização, promoção e valorização do património material e imaterial	130000	13,0	65,0	0	0	35,0
8 - Financiamento do GAL • Remuneração da mão-de-obra • Despesas de funcionamento	150000	15,0	75,0	10,0	0	15,0
TOTAL	1000000	100,0				

AC: Administração Central; AL: Administração local; IP: Investimento privado.

Fonte: Adaptado do PAL LEADER/ADICES II, 1995: 62-110.

*Caixa dos sonhos de desenvolvimento*¹⁸⁹, este segundo PAL permite-nos verificar que, apesar de continuarem a ser as iniciativas associadas ao TER que têm uma participação mais elevada (32% por oposição aos 41% do anterior plano), há uma nítida tentativa de preservar as tradicionais actividades ligadas ao campo e uma evidente aposta nos aspectos culturais, ambientais e de bem-estar¹⁹⁰ (26% do montante previsto), para além de preocupações de intervenção junto da infância, abrindo assim a porta à criação de novas competências que poderão contribuir para a génese de uma geração de cidadãos mais participativos e atentos às diferentes problemáticas locais.

Na realidade, a acção *imagens do desenvolvimento na infância*, ao pretender detectar “o conhecimento das representações e anseios das crianças a propósito do desenvolvimento da sua comunidade e a sua respectiva implicação [bem como] iniciar um diálogo alargado entre a escola e o meio a propósito do desenvolvimento”¹⁹¹, parece-nos um excelente exemplo de como será possível sensibilizar desde cedo o cidadão e fornecer-lhe instrumentos de reflexão que lhe permitam interiorizar a necessidade de intervir à escala local¹⁹².

Num país onde a economia, cada vez mais, se despe do pouco humanismo que ainda lhe resta e os governos elegem o mercado (a que preço?) na prossecução dos compromissos comunitários, é indispensável que a Sociedade Civil seja palco de novas atitudes de empenhamento como a demonstrada por estes militantes do desenvolvimento, cujo esforço não pode ser ignorado e apenas alimentado por auxílios conjunturais que introduzem o espectro da insegurança laboral.

Ao cruzarmos as preocupações de dois importantes instrumentos que têm norteado o desenvolvimento do concelho de Santa Comba Dão na presente década (PDM e PAL), é nítida a visão mais humanizante do PAL LEADER/ADICES II ao revelar uma nova postura local onde a economia (vector de crescimento) é cada vez mais acompanhada de preocupações com os aspectos sociais e culturais, suportes indispensáveis ao desen-

¹⁸⁹ PAL LEADER/ADICES II, 1995: 5.

¹⁹⁰ Entre as preocupações da ADICES para melhorar a qualidade de vida à escala local, contam-se a promoção de *passeios pedonais com árvores adequadas aos mais idosos*, bem como uma aposta na flor como elemento indispensável à melhoria da imagem dos lugares e à sensibilização dos mais jovens para a temática ambiental (*Projecto Rua Alegre*, segundo informação da coordenadora da ADICES).

¹⁹¹ PAL LEADER/ADICES, 1995: 62.

volvimento e contemplados no PAL, grosso modo, com 43,2% do investimento total previsto (medidas 2, 5, 7 e 8, esta última aqui incluída porque defendemos que investir no GAL é conferir uma nova dimensão sociocultural ao desenvolvimento local).

Para além da cultura que surge pela primeira vez como uma opção explícita, consideramos que o conjunto de propostas inseridas no PAL LEADER/ADICES II, se bem que não afectem exclusivamente o concelho em estudo (e ainda bem porque duvidamos da durabilidade dos pólos de desenvolvimento isolados, quais ilhas que uma qualquer transgressão imprevista poderá facilmente submergir), afiguram-se como estratégias fundamentais para pôr cobro à litoralização que continua a manifestar-se em Portugal, criando para as outrora áreas repulsivas uma nova imagem de lugares atraentes onde o trabalho, a cultura e o lazer já começam a estar de mãos dadas.

Aproximamo-nos do final do milénio assistindo à emergência de tentativas audazes para eliminar o fantasma da obscuridade, que tanto tem afectado o interior do nosso país e contribuindo para a sangria dos diferentes quadros locais que se vão formando e optando por outras paragens, nas quais acreditam encontrar uma diferente qualidade de vida, ou melhor dizendo a sua imagem urbana e consumista, e onde, apesar do betão substituir o verde, há toda uma dinâmica de oferta (alguma começa a fazer parte da fé, como por exemplo o emprego) que continua a alimentar o imaginário da partida.

Economia, ambiente, bem-estar, qualidade de vida, cultura, lazer, aproximação aos cidadãos, são os actuais vectores do desenvolvimento santacombadense. Todavia, qual o contributo destes cidadãos que teoricamente são ouvidos? Como interpretam esta nova fase em que se pretende promover o local? Qual a dimensão do seu empenhamento?

¹⁹² Uma nítida preocupação da coordenadora da ADICES, que vê na escola um dos principais aliados desde que a *educação cívica* seja privilegiada.

3 - DOS CIDADÃOS AO DESENVOLVIMENTO: QUE PARTICIPAÇÃO?

3.1 - Metodologia de investigação

• Recolha da informação

Efectuada entre Novembro de 1996 e Novembro de 1997, a recolha da informação incluiu, para além da entrevista semi-directiva¹⁹³ e do questionário predominantemente fechado¹⁹⁴ (anexo XXIII), uma análise semanal do jornal regional *Defesa da Beira*¹⁹⁵, por forma a mantermo-nos ao corrente da realidade concelhia e a detectarmos as principais preocupações por parte da imprensa local (veja-se a secção 3.7).

As entrevistas foram efectuadas a alguns observadores privilegiados do meio local (autarcas, responsáveis de associações e de órgãos de informação regional, professores) e contemplaram os seguintes temas:

- utilidade da iniciativa «LEADER» para o desenvolvimento local;
- participação dos cidadãos no desenvolvimento local;
- sensibilização dos cidadãos para as questões ambientais;
- criação de *fóruns concelhios* (ambientais, para acompanhamento do PDM, etc.) com função consultiva e onde estão representados diferentes sectores da comunidade (administração, actividades económicas, polícia, bombeiros, Organizações Não Governamentais,...).

O questionário, elaborado com base na conjugação de vinte anos de contacto com a realidade local, informações recolhidas nas entrevistas e na imprensa regional, contém 94 questões distribuídas por duas componentes:

¹⁹³ Também designada *clínica* ou *estruturada* em que “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como as irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (Ghiglione e Matalon, 1992: 64). Consultar os mesmos autores (pp. 63-104) para uma explicação mais pormenorizada da técnica da entrevista.

¹⁹⁴ Em Fevereiro de 1997 efectuámos um pré-teste ao questionário (anexo XXII) na Freguesia de Santa Comba Dão, inquirindo-se para o efeito 13 indivíduos de diferentes escalões etários e com díspares níveis de escolaridade, para determinar a facilidade de interpretação e a necessidade de introduzir alterações, o que se verificou.

¹⁹⁵ Seleccionámos o *Defesa da Beira* pelo facto de ter distribuição semanal, nos parecer mais popular e apresentar maior diversificação de artigos à escala do concelho. Foram analisados os exemplares correspondentes aos números compreendidos entre o 2734 (96/11/01) e o 2786 (97/11/21).

a) **Componente descritiva:** utilizada para definir o perfil dos inquiridos, nomeadamente nas vertentes social (itens 1 a 6), informativa (item 7) e participativa (item 14).

As questões 1 a 6 visam o conhecimento de características clássicas da população, tais como idade, sexo, estado civil, local de residência, habilitações, categoria socio-profissional e sector de actividade.

A questão 7 destina-se a avaliar a inserção da ADICES no meio local, através do conhecimento da sua existência por parte dos residentes.

A questão 14 pretende inventariar as principais causas da não participação dos residentes nas actividades e iniciativas de 11.1 a 11.24, pois estamos cientes que no dia a dia de qualquer cidadão há todo um conjunto de entraves que podem dificultar a sua intervenção. Conhecer a realidade concelhia afigurou-se-nos, assim, de primordial importância.

b) **Componente qualitativa:** repartida por três diferentes dimensões, respectivamente, grau de informação/comunicação (item 9), difusão da informação (item 10), participação efectiva e potencial (itens 8, 11, 12 e 13).

Com as questões 8, 12 e 13 tentamos enquadrar a realidade associativa e a participação potencial, ou seja, a disponibilidade dos cidadãos que adquire uma particular pertinência na actualidade dado o crescente apelo ao seu envolvimento (escalas nacional, regional e local).

Os itens 9, 10 e 11 englobam um conjunto de questões colocadas na forma disjuntiva completa¹⁹⁶ e seleccionadas de acordo com os seguintes pressupostos:

- o exercício da cidadania não está desligado da transmissão de informação (qualidade, quantidade e acessibilidade) que, cada vez mais, funciona como instrumento de motivação¹⁹⁷, devendo ser o mais directa possível¹⁹⁸;

¹⁹⁶ “As diversas modalidades de resposta [nunca, raramente e com frequência] *excluem-se mutuamente e uma modalidade é obrigatoriamente escolhida*” (Lebart, Morineau e Tabard, 1977: 123).

¹⁹⁷ Atente-se, por exemplo, no maior grau de consciência ambiental dos cidadãos, a partir da altura em que os *media* passaram a privilegiar notícias relacionadas com o ambiente.

¹⁹⁸ Boletins distribuídos porta a porta pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, artigos em jornais regionais e na rádio local, sessões públicas de esclarecimento, etc., em substituição da tradicional afixação de informações/consultas em painéis autárquicos que implica uma deslocação nem sempre compatível com os afazeres dos cidadãos.

- é imprescindível em estudos desta natureza perceber como os residentes visualizam o processo de comunicação existente à escala local e o papel desempenhado pelos principais agentes;

- a participação, se encarada numa perspectiva alargada (veja-se o cap. I), poderá ser alvo de uma tipologia local que inter-relacione a inscrição em associações com a participação potencial e efectiva.

Quanto à aplicação do questionário, em Abril de 1997 distribuímos 784 exemplares pelos diferentes estabelecimentos de ensino do concelho (quadro 23)¹⁹⁹ para serem preenchidos por cidadãos residentes de acordo com os critérios referidos no quadro 24.

Até final de Novembro de 1997 obtivemos 298 exemplares²⁰⁰, nível de participação que pode ser considerado satisfatório (38%) na medida em que o questionário não teve o apoio directo do entrevistador acabando por funcionar como um «inquérito postal»²⁰¹.

¹⁹⁹ Apesar de reconhecermos que há nítidas vantagens em ser o entrevistador a proceder ao seu preenchimento, por uma questão de operacionalidade (a distância do nosso local de residência e de trabalho foi determinante) e redução de custos, optámos por este processo de recolha na tentativa de cobrirmos no mais curto espaço de tempo as nove freguesias, pois vimos gorada a esperança de obter o estatuto de bolsheiro por parte do Ministério da Educação.

²⁰⁰ Anulámos 17 (5,7 %) por terem sido preenchidos por não residentes no concelho e por alunos a quem não estavam destinados. Apesar de muitos questionários não terem qualquer tipo de resposta às variáveis de 8 a 11, entendemos que deveriam fazer parte da amostra, pois a «não resposta» poderá ter vários significados, nomeadamente, falta de informação, desinteresse pelo questionário, não participação ou ainda não compreensão das questões colocadas, esta última anomalia inevitavelmente imputável ao investigador.

²⁰¹ A bibliografia especializada refere que o nível de respostas, quando se recorre ao «inquérito postal», é extremamente reduzido, podendo descer até 10% (Ghiglione; Matalon, 1992: 167). Todavia, há um nítido contraste entre as Escolas Preparatória e Secundária (com um excelente *score* de 72% a 74% de respostas) e as do 1º Ciclo do Ensino Básico (Primárias) que se revelaram como pontos de colaboração bastante deficientes (das 19 a quem entregámos questionários, 11 não devolveram qualquer exemplar, apesar de nos termos deslocado propositadamente a algumas delas mais de uma vez, mantendo-se uma infundada esperança de recepção), pois nalguns casos os Directores resolveram não distribuir os questionários alegando ileteracia dos destinatários (segregação descabida e civicamente discutível que fizemos questão de salientar) e noutros foi-nos referido que após o seu envio, os pais dos alunos foram às Escolas pedir apoio para o seu preenchimento o que não foi possível por sobrecarga de trabalho por parte dos professores.

QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

ESCOLAS	QUESTIONÁRIOS ENTREGUES	QUESTIONÁRIOS RECOLHIDOS	%
Secundária de Santa Comba Dão	150	111	74,0
Preparatória de Santa Comba Dão	130	94	72,3
1º Ciclo do Ensino Básico (Cagido)	18	6	33,3
1º Ciclo do Ensino Básico (Cancela)	42	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Castelejo)	32	18	56,3
1º Ciclo do Ensino Básico (Chamadouro)	14	3	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Coval)	14	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Gestosa)	24	8	33,3
1º Ciclo do Ensino Básico (Granjal)	3	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Nagosela)	15	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Óvoa)	24	2	8,3
1º Ciclo do Ensino Básico (Pedraires)	28	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Pesseguido)	26	16	61,5
1º Ciclo do Ensino Básico (Pinheiro de Ázere)	66	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Póvoa dos Mosqueiros)	31	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Rojão Grande)	14	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (S. Joaquinho)	31	17	54,8
1º Ciclo do Ensino Básico (São João de Areias)	26	12	46,2
1º Ciclo do Ensino Básico (Treixedo)	48	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Vila Pouca)	21	0	0
1º Ciclo do Ensino Básico (Vimieiro)	27	11	40,7
TOTAL	784	298	38,0
ANULADOS	17	281	

Nota: O número de questionários enviados às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico estava de acordo com os dados constantes do ficheiro da então Delegação Escolar de Santa Comba Dão em Abril de 1997.

QUADRO 24 - CRITÉRIOS PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Escola Secundária
<p>1 - Todos os professores e funcionários residentes no concelho que não tenham respondido ao questionário distribuído através das Escolas Preparatória e/ou Primárias (com filhos a frequentarem estes níveis de ensino) ou como pais de alunos das turmas seleccionadas.</p> <p>2 - Pais dos alunos das seguintes turmas: 7ªA, 8ªA, 9ªA, 10ªA, 11ªA e 12ªA; alunos do 12ºC.</p> <p>3 - No caso de existirem irmãos nas turmas seleccionadas entregar um único exemplar.</p> <p>4 - Não entregar a alunos que tenham irmãos a frequentarem a Escola Preparatória ou alguma das Escolas Primárias do concelho.</p>
Escola Preparatória
<p>1 - Todos os professores e funcionários residentes no concelho que não tenham respondido ao questionário distribuído através das Escolas Secundária e/ou Primárias (com filhos a frequentarem estes níveis de ensino) ou como pais de alunos das turmas seleccionadas.</p> <p>2 - Pais dos alunos das seguintes turmas seleccionadas: 5ªB, 5ªE, 6ªD, 6ªJ, 7ªA, 7ªB.</p> <p>3 - No caso de existirem irmãos nas turmas seleccionadas entregar um único exemplar.</p> <p>4 - Não entregar a alunos que tenham irmãos a frequentarem a Escola Secundária ou alguma das Escolas Primárias do concelho.</p>
Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (Primárias)
<p>1 - Todos os professores e funcionários residentes no concelho que não tenham respondido ao questionário distribuído através das Escolas Secundária e/ou Preparatória (com filhos a frequentarem estes níveis de ensino) ou como pais de alunos a frequentarem nessa Escola algum dos anos de escolaridade.</p> <p>2 - Pais dos alunos de todos os anos de escolaridade.</p> <p>3 - No caso de existirem irmãos nas diferentes classes entregar um único exemplar.</p> <p>4 - Não entregar a alunos que tenham irmãos a frequentarem a Escola Secundária e/ou Preparatória.</p>

Assim, a presente investigação apoia-se numa amostra de 281 inquiridos com idades compreendidas entre os 18 e os 71 anos²⁰² e desigualmente distribuídos pelas nove freguesias (quadro 25), assimetria irrelevante porque a análise tem um contexto concelhio e estamos particularmente interessados em comparar a sede do concelho (freguesia de Santa Comba Dão com forte pendor urbano e onde estão centralizados os principais meios de decisão e informação) com o conjunto das restantes freguesias.

QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR FREGUESIAS

FREGUESIAS	AMOSTRA (1997)		POPULAÇÃO (1991)*	
	INQUIRIDOS	%	RESIDENTES	%
Couto do Mosteiro	29	10,3	885	10,1
Nagosela	1	0,4	445	5,1
Óvoa	23	8,2	710	8,1
Pinheiro de Ázere	6	2,1	784	8,9
Santa Comba Dão	114	40,6	1998	22,7
São Joaquinho	31	11,0	942	10,7
São João de Areias	44	15,7	1427	16,2
Treixedo	23	8,2	855	9,7
Vimieiro	10	3,6	756	8,6
TOTAL	281	100,0	8802	100,0
Santa Comba Dão	114	40,6	1998	22,7
Restantes freguesias	167	59,4	6804	77,3

* Com idade compreendida entre os 15 e os 74 anos (*XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação - 1991* (1997). «Resultados definitivos não publicados», Lisboa, INE.

No que concerne à comunicação protagonizada pelo *Defesa da Beira* e por forma a estabelecermos uma tipologia da informação, procedemos à análise temática dos artigos de acordo com os seguintes parâmetros:

- **responsabilidade:** associação, autarquia, desconhecida, individual, redacção;
- **territorialização:** concelho, sede do concelho, sede de freguesia, lugar, outra;
- **natureza:** informação, opinião, «informação-opinião».

• Tratamento da informação

O conteúdo das entrevistas não foi objecto de nenhum tratamento específico e será utilizado sempre que o considerarmos pertinente.

Os artigos seleccionados no jornal regional foram sujeitos à análise constante da secção 3.7.

²⁰² 8 802 residentes, 72,1% da população total (12 209 habitantes), têm idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos. A aceitação do escalão etário 18-71 anos deve-se ao facto de algumas actividades referidas no questionário implicarem uma idade igual ou superior aos 18 anos e por nos parecer, ainda, que a participação dos mais idosos não é particularmente significativa no concelho.

Quanto ao tratamento estatístico do questionário, após a sua codificação²⁰³ (anexo XXIV), recorreremos aos programas informáticos *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, versão 6.1 para Windows, SPSS Inc.)* e *SPAD (Système Portable pour L'Analyse des Données, versão 2.0, CESIA)*²⁰⁴ para avaliar as características da amostra, conceber uma tipologia da participação e determinar as relações existentes entre as diferentes variáveis em jogo.

O tratamento gráfico e cartográfico foi efectuado com o apoio dos programas *Microsoft Excel* e *Corel Photo-Paint*.

• Modelo de análise

Tendo esta investigação por principal objectivo verificar a disponibilidade e o contributo dos cidadãos para participarem no desenvolvimento local (questão de partida), a recolha e o tratamento da informação tiveram em linha de conta o esboço da problemática (figura 2) e foram norteados por três hipóteses de acordo com o seguinte modelo de análise (figura 12):

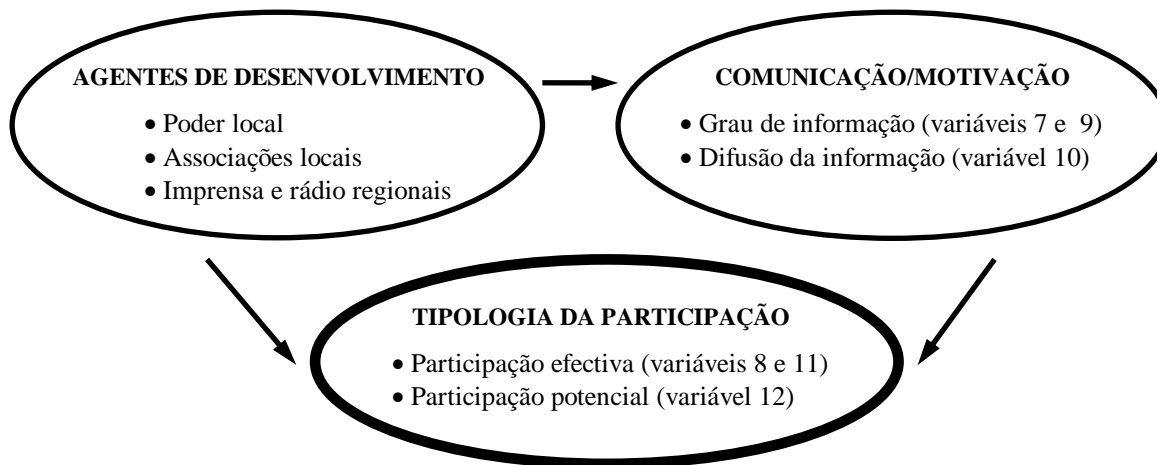


Figura 12 - Modelo de análise.

²⁰³ Sempre que algum dos inquiridos não respondeu a uma das questões (omissão da idade, por exemplo) codificou-se a não resposta com um número definido no *SPSS* como um *missing case* (valor perdido). Adoptámos igual procedimento para as «respostas anuladas» (sempre que o inquirido referiu para a mesma modalidade duas situações, como por exemplo «raramente» e «com frequência» nas variáveis 9, 10 e 11).

²⁰⁴ Cujas utilizações nos foram gentilmente explicadas pela Prof.^a Dr.^a Isabel Margarida André (FLUL) e facultada pela *Geoideia - Estudos de Organização do Território, Lda.* a quem agradecemos.

Hipótese 1: a tipologia da participação (cruzamento das variáveis 8, 11 e 12) varia, sobretudo, com o sexo (variável 2), o grau de instrução (variável 5) e a categoria socioprofissional (variável 6).

Hipótese 2: há um aumento da «participação efectiva e potencial» quanto maior o «grau de informação» (variável 9) e a «difusão da informação» (variável 10).

Hipótese 3: há um esbatimento do efeito das características sexo, grau de instrução e categoria socioprofissional com o aumento do «grau de informação».

3.2 - O perfil dos inquiridos

Os 281 inquiridos são maioritariamente casados (81,9%), do sexo feminino (61,9% - 51,2% na população para a mesma faixa etária) e residentes na freguesia de Santa Comba Dão (40,6% - 22,7% na população), registando-se ainda um predomínio de cidadãos com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (88,3% contra 48,9% na população²⁰⁵ - quadro 26).

QUADRO 26 - DISTRIBUIÇÃO DAS IDADES DOS INQUIRIDOS

AMOSTRA (1997)			POPULAÇÃO (1991)*		
IDADES	RESIDENTES	%	IDADES	RESIDENTES	%
18 - 24	14	6,3	15 - 24	1861	21,1
25 - 34	53	23,9	25 - 34	1426	16,2
35 - 44	93	41,9	35 - 44	1512	17,2
45 - 54	50	22,5	45 - 54	1368	15,5
55 - 64	9	4,1	55 - 64	1445	16,4
65 - 71	3	1,4	65 - 74	1190	13,5
TOTAL	222 ²⁰⁶	100,0	TOTAL	8802	100,0

* XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação - 1991. (1997). «Resultados definitivos não publicados», Lisboa, INE.

No que concerne ao grau de instrução (quadro 27), há um claro domínio do ensino básico (63,9%)²⁰⁷ com destaque para o antigo primário (36,0% - 3º e 4º anos) e um peso insignificante de analfabetos (0,4%), muito inferior à taxa concelhia (11,7%).

Por outro lado, a existência na amostra de 16,3% de indivíduos com ensino médio e superior por oposição aos 4,3% registados no concelho, deixa supor que a metodologia

²⁰⁵ Enviesamento provocado por utilizarmos os pais dos alunos como unidades amostrais.

²⁰⁶ 59 inquiridos (21%) omitiram a idade.

²⁰⁷ Valor muito próximo da realidade concelhia (67,3%).

de recolha utilizada acabou por encontrar um grupo com maior nível de escolaridade, a que não será provavelmente estranho o maior peso de residentes na freguesia sede do concelho.

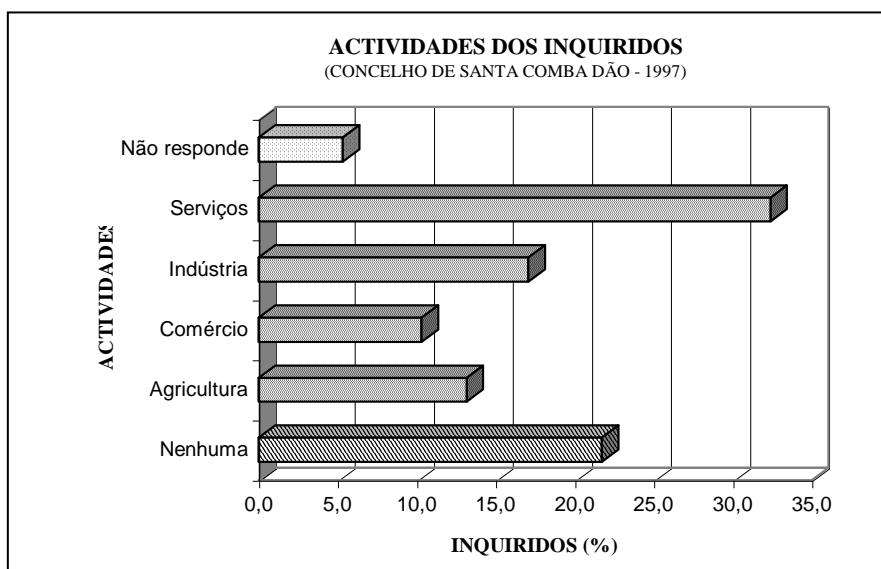
QUADRO 27 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS INQUIRIDOS (1997)

HABILITAÇÕES	INQUIRIDOS	%
Sem habilitações	1	0,4
3º - 4º anos	93	36,0
5º - 6º anos	40	15,5
7º - 9º anos	32	12,4
10º - 12º anos	50	19,4
Bacharelato	16	6,2
Licenciatura	25	9,7
Mestrado	1	0,4
TOTAL	258*	100,0

* Dos 281 inquiridos, 23 (8,2%) omitiram o grau de instrução.

Quanto à distribuição por sectores de actividade, o gráfico 1 permite verificar a maior representatividade do terciário (42,7% com predominância dos serviços), seguindo-se o secundário (17,1%) e por fim o primário (13,2%), espelhando grosso modo a realidade existente no concelho, sobretudo, ao nível do terciário (44,7%) e do primário (14,1%).

GRÁFICO 1



Relativamente à categoria socioprofissional dominam os trabalhadores dos serviços (17,7%), seguindo-se os profissionais liberais/quadros superiores (14,3%) e os agricultores (12,0%) - quadro 28.

QUADRO 28 - CATEGORIA SOCIOPROFISSIONAL DOS INQUIRIDOS (1997)

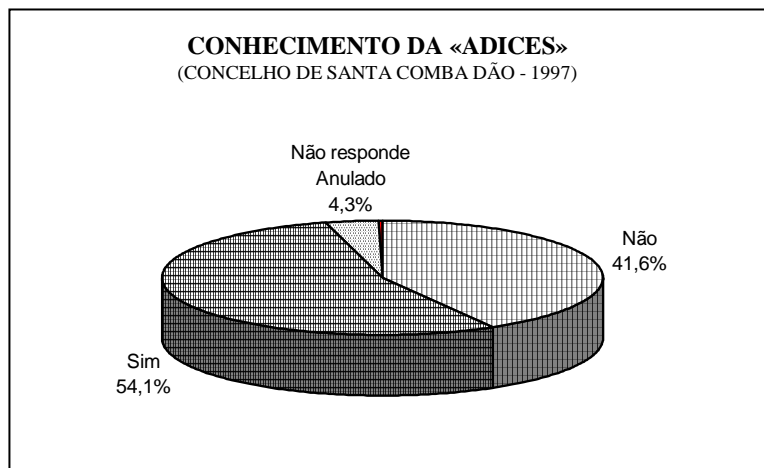
CATEGORIAS	INQUIRIDOS	%
Agricultores	32	12,0
Artesãos	1	0,4
Empresários	27	10,2
Profissionais liberais/Quadros superiores	38	14,3
Quadros médios	10	3,8
Empregados	23	8,6
Operários	22	8,3
Trabalhadores dos serviços	47	17,7
Assalariados agrícolas	4	1,5
Desempregados	1	0,4
Inactivos	61	22,9
TOTAL	266	100,0

* Dos 281 inquiridos, 15 (5,3%) omitiram a categoria socioprofissional.

3.3 - Comunicação e motivação: uma aposta para o futuro?

Com vista a detectarmos o grau de informação existente no meio local, bem como a acessibilidade à informação, tentámos avaliar até que ponto há um conhecimento da ADICES, qual o tipo de informação que mais facilmente chega aos cidadãos (item 9) e os respectivos meios de difusão (item 10).

Relativamente à ADICES, o gráfico 2 permite-nos verificar que 54,1% dos inquiridos referiram já ter ouvido falar desta entidade «LEADER».

GRÁFICO 2

Todavia, dada a importância que este grupo de acção local (GAL) começa a ter no desenvolvimento local e não obstante o trabalho que tem vindo a elaborar, não deve o investigador negligenciar o peso dos que o desconhecem (41,6%), pois são maioritariamente não residentes na freguesia de Santa Comba Dão (91 inquiridos, 77,8% - quadro 29) onde a associação está sediada, levando-nos a trazer à colação a questão do centra-

lismo tão comum na sociedade portuguesa e até mesmo a questionar a imagem que poderá ter na sua zona de intervenção, mormente nas freguesias mais afastadas.

QUADRO 29 - CONHECIMENTO DA «ADICES» POR FREGUESIAS (1997)

FREGUESIAS	NÃO	% Freg.	% Conc.	SIM	% Freg.	% Conc.	TOTAL
Couto do Mosteiro	13	48,1	11,1	14	51,9	9,2	27 - 10,0%
Nagosela	1	100,0	0,9	0	0	0	1 - 0,4%
Óvoa	14	63,6	12,0	8	36,4	5,3	22 - 8,2%
Pinheiro de Ázere	1	16,7	0,9	5	83,3	3,3	6 - 2,2%
Santa Comba Dão	26	23,6	22,2	84	76,4	55,3	110 -
São Joaninho	14	46,7	12,0	16	53,3	10,5	30 - 11,2%
São João de Areias	28	65,1	23,9	15	34,9	9,9	43 - 16,0%
Treixedo	13	61,9	11,1	8	38,1	5,3	21 - 7,8%
Vimieiro	7	77,8	6,0	2	22,2	1,3	9 - 3,3%
TOTAL	117	43,5	100,0	152	56,5	100,0	269-100,0%

Na verdade, se atendermos a que estas associações deverão ter capacidade de mobilização das populações locais e não ignorar na sua acção o papel da parceria e do *marketing* (veja-se o capítulo IV, secção 4), pensamos ser indispensável que a ADICES implemente um outro conjunto de estratégias que facilitem uma maior aproximação dos cidadãos, nomeadamente, através da aposta na descentralização (instalação de centros de apoio e esclarecimento noutras freguesias)²⁰⁸ e na melhoria da comunicação (contactos pessoais e aumento da mobilidade dos agentes de desenvolvimento, medida que deverá implicar um reforço de efectivos), como forma de se promover localmente e criar uma imagem de desenvolvimento local centrado nos cidadãos que deverão passar a ver no PAL uma referência estratégica.

No entanto, consideramos que este aparente défice de proximidade poderá estar de alguma forma ligado à tenra idade da associação (seis anos) e às dificuldades que tem atravessado²⁰⁹:

- no âmbito do «LEADER I» houve uma aposta no *mailing* utilizando as paróquias e as Juntas de Freguesia como distribuidores privilegiados. Todavia, na maior parte das vezes, a informação acabou por ficar num circuito fechado («notáveis» que apresentaram projectos), não tendo sido devidamente difundida;

- apesar da aposta no contacto directo com os cidadãos (acções de esclarecimento) e da divulgação na rádio local e imprensa regional, a própria precariedade financeira da

²⁰⁸ Em Abril de 1997 estavam já previstas *tendas informativas* nas feiras dos diferentes concelhos envolvidos.

²⁰⁹ Entrevista efectuada em Abril de 1997.

associação (as verbas aprovadas nem sempre chegam quando são necessárias) tem contribuído para a desmotivação dos promotores de projectos que duvidam dos apoios solicitados;

- os vencimentos dos agentes de desenvolvimento acabam por ficar dependentes dos projectos aprovados, instalando-se um clima de insegurança no trabalho nada propício ao empenhamento exigido²¹⁰;

- quezílias políticas e pessoais têm, muitas vezes, sobreposto os interesses individuais aos colectivos, inviabilizando mesmo algumas reuniões;

- verifica-se manifesta dificuldade em implementar um espírito de voluntariado, nomeadamente no que concerne à solidariedade com carácter regular, pois os cidadãos têm-se revelado mais disponíveis para uma participação que não interfira com bens individuais e não imponha um consumo de tempo com carácter obrigatório²¹¹.

Relativamente à imagem global da comunicação, uma análise do tipo de informação fornecida aos cidadãos (quadro 30) destaca as actividades culturais, desportivas, sociais e económicas, quer ao nível da freguesia de residência (64,1% - única questão em que domina a informação frequente com 33,5% dos inquiridos), quer do concelho (59,8%), bem como os melhoramentos com âmbito concelhio (61,9%).

²¹⁰ Apesar do modelo de financiamento nacional (capitais públicos e privados), a que se aliam por enquanto as elevadas verbas comunitárias, em Portugal continua patente uma manifesta instabilidade contrariamente ao que nos foi possível observar na *Wallonie*. Provavelmente, falta ao nosso país uma fundação semelhante à *FRW* e um maior empenhamento do poder central, pois se os principais responsáveis políticos acreditam no desenvolvimento local e na necessidade de existirem agentes que contribuam para a sua implementação, deveriam repensar o suporte económico destes grupos de acção local que não poderão viver eternamente à sombra de uma iniciativa financeira comunitária.

²¹¹ Possivelmente, uma das razões para que no questionário tenha surgido a «falta de tempo» como uma das principais causas da não participação.

QUADRO 30 - INFORMAÇÃO FORNECIDA AOS CIDADÃOS (1997)

CÓDIGO	TIPO DE INFORMAÇÃO	N	%	R	%	CF	%	NR	%	A	TI	R+CF	%
9.1	Actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas na freguesia onde reside	65	23,1	86	30,6	94	33,5	35	12,5	1	281	180	64,1
9.2	Actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas no concelho	69	24,6	99	35,2	69	24,6	40	14,2	4	281	168	59,8
9.3	Conservação do ambiente do concelho (redução da poluição, tratamento de lixos, etc.)	108	38,4	78	27,8	47	16,7	47	16,7	1	281	125	44,5
9.4	Datas de realização das Assembleias de Freguesia	132	47,0	61	21,7	36	12,8	52	18,5	0	281	97	34,5
9.5	Datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais	132	47,0	58	20,6	38	13,5	52	18,5	1	281	96	34,2
9.6	Importância do Programa «LEADER» para o concelho	150	53,4	56	19,9	26	9,3	49	17,4	0	281	82	29,2
9.7	Melhoramentos efectuados no concelho	61	21,7	110	39,1	64	22,8	45	16,0	1	281	174	61,9
9.8	Objectivos do Plano Director Municipal (PDM)	146	52,0	61	21,7	21	7,5	53	18,9	0	281	82	29,2
9.9	Políticas existentes para o concelho (emprego, habitação, transportes, etc.)	115	40,9	91	32,4	22	7,8	51	18,1	2	281	113	40,2
9.10	Questões tratadas pela Assembleia/Conselho Municipal	139	49,5	73	26,0	17	6,0	51	18,1	1	281	90	32,0
9.11	Questões tratadas pela sua Assembleia de Freguesia	131	46,6	71	25,3	25	8,9	54	19,2	0	281	96	34,2
9.12	Trabalho desenvolvido pela «ADICES»	108	38,4	92	32,7	29	10,3	49	17,4	3	281	121	43,1

N: nunca, R: raramente, CF: com frequência, NR: não responde, A: anulado, TI: total de inquiridos, R+CF: informação fornecida total.

Por outro lado, é inegável a existência de um défice de informação em questões que nos parecem particularmente importantes para a compreensão da problemática do desenvolvimento local e para o concomitante envolvimento dos cidadãos, nomeadamente a importância da iniciativa «LEADER» (29,2% - o que revela simultaneamente idêntico desconhecimento do PAL) e os objectivos do PDM (29,2%)²¹².

Porque defendemos que uma das grandes vantagens do poder local é a sua maior proximidade dos cidadãos eleitores, não podemos deixar de questionar as estratégias de comunicação existentes à escala local, pois apenas 32,0% a 34,5% dos inquiridos referiram ser informados (20,6% a 26,0% raramente) sobre as datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais e das Assembleias de Freguesia, bem como das questões tratadas nestes órgãos de poder autárquico²¹³.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela ADICES, 43,0% dos inquiridos referiram ter conhecimento (32,7% só raramente), nível de informação que nos parece francamente

²¹² Segundo um dos entrevistados, devido à urgência com que os PDM's foram elaborados, acabaram por não respeitar e não atender, em muitos casos, aos interesses das populações, surgindo o seu conhecimento pela negativa (o cidadão sabe da sua existência quando há recusa na aprovação de projectos).

²¹³ A existência de um boletim informativo do concelho e das freguesias, distribuído mensalmente aos cidadãos, poderia ser um veículo para incrementar a comunicação, aliás, estratégia já utilizada por diversas autarquias do País. Pelas informações recolhidas, há um Boletim Municipal publicado esporadicamente e as freguesias não recorrem a este meio de divulgação.

deficiente apesar dos técnicos desta associação reconhecerem que a comunicação deve ser encarada como uma estratégia de desenvolvimento local.

No que concerne à difusão da informação (item 10), o quadro 31 revela-nos que os meios de comunicação com maior impacto junto dos cidadãos são o jornal regional (65,4% - 35,9% frequentemente) e a rádio local (63,3% - 33,1% frequentemente). No entanto, a Câmara Municipal é também apontada como um dos principais veículos de informação²¹⁴ (64,1% - 42,7% só raramente), ao contrário do que sucede com as Juntas de Freguesia cuja maior proximidade dos cidadãos acaba por ser pouco relevante (só 17,1% dos inquiridos afirmam ser frequentemente informados).

Os meios de comunicação com menos significado à escala local são, respectivamente, a *internet*²¹⁵ (12,1%) e as *sessões públicas de esclarecimento*²¹⁶ (16,4%).

Ainda no âmbito da comunicação, questionámos os entrevistados relativamente à implementação de *fóruns concelhios* com as características enunciadas na secção 3.1, por os considerarmos uma estratégia de intervenção cívica que poderia contribuir para um maior envolvimento e responsabilização dos diferentes agentes existentes à escala local, implementando não só um espaço público de argumentação como também uma imagem de democracia mais participativa.

Se o Presidente da Câmara os considerou despropositados devido à reduzida dimensão do concelho que é por si só um factor de proximidade, outros houve que os consideraram importantes como espaço de diálogo e de troca de impressões sobre a problemática local, mostrando-se disponíveis para participarem.

É pena que o poder local democrático só considere útil o diálogo com características mais institucionais (ou melhor dizendo político-partidárias) e não aceite facilmente a existência de espaços de reflexão mais alargados, que poderiam ter de início alguma conflitualidade mas que criariam uma outra dinâmica de participação, aliás, à semelhança do que é preconizado no «GEP A21L».

²¹⁴ Confirmando de alguma forma a perspectiva do Dr. Orlando Mendes (Presidente da Câmara) que defendeu existir “*facilidade na circulação da informação dada a reduzida dimensão do concelho*” (entrevista efectuada em Abril de 1997).

²¹⁵ Inovação que poderá, num futuro próximo, ter um maior impacto, pois já é acessível na Biblioteca Municipal, para além de existir igualmente na Escola Secundária.

²¹⁶ Forma de democracia directa que vai perdendo importância apesar do constante reconhecimento de que é necessário o envolvimento directo dos cidadãos.

QUADRO 31 - DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO (1997)

CÓDIGO	MEIOS DE INFORMAÇÃO	N	%	R	%	CF	%	NR	%	A	TI	R+CF	%
10.1	«ADICES» (boletins, folhetos, publicações, etc.)	110	39,1	72	25,6	30	10,7	64	22,8	5	281	102	36,3
10.2	Câmara Municipal (boletins, cartazes, folhetos, etc.)	46	16,4	120	42,7	60	21,4	55	19,6	0	281	180	64,1
10.3	Junta de Freguesia (boletins, cartazes, folhetos, etc.)	79	28,1	90	32,0	48	17,1	62	22,1	2	281	138	49,1
10.4	Exposições (actividades culturais, artesanato local, etc.)	86	30,6	99	35,2	27	9,6	68	24,2	1	281	126	44,8
10.5	<i>Internet</i>	171	60,9	28	10,0	6	2,1	76	27,0	0	281	34	12,1
10.6	Jornal de grande tiragem diário ou semanário (artigos, entrevistas, etc.)	72	25,6	77	27,4	64	22,8	64	22,8	4	281	141	50,2
10.7	Jornal Regional (artigos, entrevistas, etc.)	46	16,4	83	29,5	101	35,9	51	18,1	0	281	184	65,4
10.8	Rádio local	55	19,6	85	30,2	93	33,1	48	17,1	0	281	178	63,3
10.9	Sessões públicas de esclarecimento	164	58,4	37	13,2	9	3,2	71	25,3	0	281	46	16,4

N: nunca, R: raramente, CF: com frequência, NR: não responde, A: anulado, TI: total de inquiridos, R+CF: acessibilidade total.

3.4 - Do envolvimento à disponibilidade

A sociedade da corrida²¹⁷ que marca este final de milénio acaba, de certa forma, por ser responsável pela falta de tempo que afasta muitos cidadãos do altruísmo indispensável à participação, pois trabalhar para o colectivo implica retirar ao já tão exíguo tempo disponível do dia a dia uma quota parte para dedicar a fins comuns. Compreender o envolvimento e a disponibilidade revelada pelos cidadãos inquiridos é um dos grandes objectivos desta investigação.

Relativamente à inscrição em associações²¹⁸, o quadro 32 revela-nos a coalescência entre um associativismo de carácter mais tradicional representado pela inscrição nos Bombeiros Voluntários (28,8%) e novas apetências onde se destacam as Associações de Pais e Encarregados de Educação (21,0% - uma conquista da nossa jovem democracia) e as Associações Desportivas e Culturais (19,2%)/Culturais e Sociais (13,9%)²¹⁹. Todavia,

²¹⁷ Para o trabalho, para casa, para levar os filhos à escola, para arranjar emprego, para conseguir uma profissão mais compensadora, para alcançar um cargo de maior prestígio, enfim, para ...

²¹⁸ Aceitamos que se questione a natureza desta participação, pois em muitos casos não passa da mera liquidação de quotas. No entanto, segundo pensamos, não se deve menosprezar a adesão, indiscutível preocupação com temáticas específicas. Saber porque razão os associados são, posteriormente, pouco participativos na vida das associações, nomeadamente, no que concerne à assistência a reuniões e à indisponibilidade para assumirem cargos directivos, é uma questão que sai do âmbito do presente estudo e provavelmente da própria Geografia.

²¹⁹ Vulgarmente conhecidas como os «Clubes» são actualmente as grandes dinamizadoras das actividades de lazer ao nível das freguesias.

não deixa de ser interessante a adesão às Associações de Defesa do Consumidor (7,5%), uma inovação igualmente recente em Portugal e que tem crescido na última década, bem como aos sindicatos (12,8%) e aos Partidos Políticos (7,1%), os quais, para muitos, parecem caídos em desgraça, mas como se verá influenciam nitidamente a tipologia da participação.

QUADRO 32 - INSCRIÇÃO EM ASSOCIAÇÕES (1997)

CÓDIGO	ASSOCIAÇÕES	INQUIRIDOS	%
8.1	Cultural e Social	39	13,9
8.2	Defesa do Ambiente	4	1,4
8.3	Defesa do Consumidor	21	7,5
8.4	Defesa do Património Histórico	1	0,4
8.5	Pais e Encarregados de Educação	59	21,0
8.6	Desportiva e Cultural	54	19,2
8.7	Associação Patronal	6	2,1
8.8	Bombeiros Voluntários	81	28,8
8.9	Centro Paroquial e Social	20	7,1
8.10	Cooperativa	16	5,7
8.11	Escuteiros	7	2,5
8.12	Partido Político	20	7,1
8.13	Sindicato	36	12,8
8.14	Professores	1	0,4
8.15	Ordem dos Médicos	3	1,1
8.16	Santa Casa da Misericórdia	1	0,4
8.17	Sociedade Filarmónica	5	1,8
8.18	Outras*	4	1,4
TOTAL DE INSCRIÇÕES		378	
TOTAL DE INQUIRIDOS		281	

* ACP, ARCA, ARESPA, Grupo Jovens.

Quanto à participação efectiva²²⁰ (item 11), uma análise do quadro 33 permite verificar a maior atenção concedida às actividades/iniciativas relacionadas com os actos eleitorais (59,8%)²²¹, com o lazer (questões 11.1, 11.8 e 11.9 com valores centrados entre 36,3% e 49,8%) e com a defesa dos interesses dos filhos (subentendida na assistência às *assembleias das Associações de Pais e Encarregados de Educação*- 41,3%)²²².

²²⁰ Estruturada de acordo com as seguintes vertentes principais: participação cultural (11.3, 11.4, 11.5, 11.21, 11.22), participação de lazer (11.1, 11.2, 11.8, 11.9, 11.23), participação política (11.10, 11.15, 11.17, 11.18, 11.19, 11.24) e participação social (11.6, 11.7, 11.11, 11.12, 11.13, 11.14, 11.16, 11.20).

²²¹ Apesar de revelar a existência de um claro absentismo se considerarmos que 64 cidadãos afirmaram nunca votarem (22,8%), desconhecendo-se o comportamento dos que optaram por não responder (17,4%).

²²² Participação associativa que encontra na Escola um pólo de motivação para o exercício da cidadania, o qual, está prestes a ser reforçado com um novo diploma relativo ao *regime disciplinar dos alunos* que pretende tornar a escola num palco de democracia mais responsável e participativa.

QUADRO 33 - PARTICIPAÇÃO EFECTIVA (1997)

CÓDIGO	ACTIVIDADES/INICIATIVAS	N	%	R	%	CF	%	NR	%	A	TI	R+CF	%
11.1	Promovidas pelos Bombeiros Voluntários	110	39,1	72	25,6	30	10,7	64	22,8	5	281	102	36,3
11.2	Promovidas pelo Centro Paroquial	124	44,1	50	17,8	41	14,6	65	23,1	1	281	91	32,4
11.3	Actividades da Filarmónica	164	58,4	38	13,5	25	8,9	52	18,5	2	281	63	22,4
11.4	Actividades do Grupo de Teatro	183	65,1	30	10,7	6	2,1	61	21,7	1	281	36	12,8
11.5	Actividades do Rancho Folclórico	178	63,3	30	10,7	10	3,6	61	21,7	2	281	40	14,3
11.6	Apoio a pessoas necessitadas (idosos, jovens deficientes, famílias carenciadas, etc.)	116	41,3	72	25,6	35	12,5	57	20,3	1	281	107	38,1
11.7	Apoio voluntário a obras de melhoramento do local onde reside (arruamentos, restauro de edifícios, etc.)	128	45,6	67	23,8	25	8,9	61	21,7	0	281	92	32,7
11.8	Assistência a actividades culturais/lazer (festas locais, cinema, concertos, teatros, etc.)	81	28,8	72	25,6	68	24,2	53	18,9	7	281	140	49,8
11.9	Assistência a actividades desportivas (atletismo, cicloturismo, futebol, etc.)	121	43,1	65	23,1	37	13,2	56	19,9	2	281	102	36,3
11.10	Assistência a comícios/manifestações políticas	165	58,7	39	13,9	12	4,3	64	22,8	1	281	51	18,2
11.11	Assistência a reuniões para a defesa do ambiente	177	63,0	33	11,7	4	1,4	67	23,8	0	281	37	13,1
11.12	Assistência a reuniões sobre as actividades económicas do concelho (agricultura, artesanato, comércio, indústria, turismo)	162	57,7	41	14,6	6	2,1	72	25,6	0	281	47	16,7
11.13	Assistência a reuniões sobre o programa «LEADER»	191	68,0	22	7,8	2	0,7	64	22,8	2	281	24	8,5
11.14	Assistência às Assembleias da Associação de Pais e Encarregados de Educação	106	37,7	70	24,9	46	16,4	57	20,3	2	281	116	41,3
11.15	Assistência às Assembleias da sua Junta de Freguesia	162	57,7	40	14,2	14	5,0	64	22,8	1	281	54	19,2
11.16	Assistência às Assembleias das Associações locais	155	55,2	21	7,5	13	4,6	92	32,7	0	281	34	12,1
11.17	Assistência às Assembleias de Partidos Políticos	177	63,0	32	11,4	12	4,3	60	21,4	0	281	44	15,7
11.18	Assistência às Assembleias/Conselhos Municipais	181	64,4	27	9,6	9	3,2	63	22,4	1	281	36	12,8
11.19	Candidato às eleições locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia)	176	62,6	24	8,5	15	5,3	66	23,5	0	281	39	13,8
11.20	Candidato às eleições para as Associações locais	178	63,3	26	9,3	15	5,3	62	22,1	0	281	41	14,6
11.21	Consulta de informação na Biblioteca Municipal (revistas, livros, vídeos, etc.)	111	39,5	63	22,4	46	16,4	59	21,0	2	281	109	38,8
11.22	Organização de actividades culturais	128	45,6	64	22,8	26	9,3	63	22,4	0	281	90	32,1
11.23	Organização de actividades desportivas/lazer	133	47,3	61	21,7	22	7,8	65	23,1	0	281	83	29,5
11.24	Votação em eleições (locais, nacionais e europeias)	64	22,8	35	12,5	133	47,3	49	17,4	0	281	168	59,8

N: nunca, R: raramente, CF: com frequência, NR: não responde, A: anulado, TI: total de inquiridos, R+CF: participação total.

Relativamente às actividades que revelam uma menor atracção, para além da «não assistência a reuniões sobre o programa LEADER»²²³ (apenas 7,8% dos cidadãos assistiram raramente e 0,7% frequentemente), há em termos globais um claro défice na participação política que extravasa a mera deslocação às urnas (*assistência às Assembleias/Conselhos Municipais* - 12,8%, *candidato às eleições locais* - 13,9%, *assistência*

²²³ Noticiadas na imprensa regional, têm um carácter meramente informativo encontrando-se despidas de qualquer estratégia de motivação e acabando, assim, por ter pouco impacto junto do cidadão não promotor de projectos.

a comícios e manifestações políticas - 18,1%, *assistência às Assembleias da Junta de Freguesia* - 19,2%).

Todavia, se atendermos à dicotomia «participação - não participação» e ignorarmos o peso das «não respostas», algumas delas provavelmente relacionadas com desinteresse pelo próprio questionário, o gráfico 3 revela-nos que há um claro domínio da participação (49%) independentemente da sua natureza e frequência, sendo legítimo questionar a tão propalada imagem do défice de intervenção cívica²²⁴. Contudo, devido às características da amostra, não nos parece correcta qualquer extrapolação mais aprofundada.

GRÁFICO 3



No que concerne a participação potencial (quadro 34), verifica-se que para além da maior apetência por aspectos sociais (*apoio a pessoas necessitadas* - 38,8% e *assistência a reuniões para a defesa do ambiente* - 28,8%), também este grupo de cidadãos revela um maior interesse pela vertente cultural e de lazer (questões 11.1, 11.4, 11.8), afastando-se nitidamente da política (11.10, 11.15, 11.17, 11.18, 11.19, 11.24) cuja disponibilidade está centrada entre 2,8% (*assistência às assembleias de partidos políticos*) e 6,1% (*assistência às Assembleias/Conselhos Municipais*), provável reflexo do que Fitoussi e Rosanvallon (1997) consideram ser a “*era de inconsistência do político*” em que “*tudo ou quase tudo parece, nesse domínio, mole e elástico: as ideias, os projectos e os programas*” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 35).

²²⁴ Retórica que existe em Portugal e que nos parece fortemente associada aos aspectos políticos. No entanto, quando surgem grandes motivações para a participação, como sucedeu com o auxílio às vítimas das cheias de Novembro de 1997 (Açores e Alentejo), o cidadão dá mostras de uma extrema solidariedade e de uma participação que por vezes se sobrepõe mesmo aos deveres do Estado.

Na verdade, para estes autores, estamos perante “*a desconstrução quase completa do espaço ideológico e político de outrora. As ideias e os programas desgastaram-se ou ruíram e tudo o que deixam entrever é uma paisagem caótica de vestígios decrepitos e de certezas em escombros*” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 35).

QUADRO 34 - PARTICIPAÇÃO POTENCIAL (1997)

CÓDIGO	ACTIVIDADES/INICIATIVAS	PP	NP	%
11.1	Promovidas pelos Bombeiros Voluntários	25	110	22,7
11.2	Promovidas pelo Centro Paroquial	11	124	8,9
11.3	Actividades da Filarmónica	14	164	8,5
11.4	Actividades do Grupo de Teatro	42	183	23,0
11.5	Actividades do Rancho Folclórico	27	178	15,2
11.6	Apoio a pessoas necessitadas	45	116	38,8
11.7	Apoio voluntário a obras de melhoramento do local onde reside	16	128	12,5
11.8	Assistência a actividades culturais/lazer	19	81	23,5
11.9	Assistência a actividades desportivas	18	121	14,9
11.10	Assistência a comícios/manifestações políticas	6	165	3,6
11.11	Assistência a reuniões para a defesa do ambiente	51	177	28,8
11.12	Assistência a reuniões sobre as actividades económicas do concelho	24	162	14,8
11.13	Assistência a reuniões sobre o programa «LEADER»	21	191	11,0
11.14	Assistência às Assembleias da Assoc. Pais e Enc. Educação	15	106	14,2
11.15	Assistência às Assembleias da sua Junta de Freguesia	8	162	4,9
11.16	Assistência às Assembleias das Associações locais	8	155	5,2
11.17	Assistência às Assembleias de Partidos Políticos	5	177	2,8
11.18	Assistência às Assembleias/Conselhos Municipais	11	181	6,1
11.19	Candidato às eleições locais	10	176	5,7
11.20	Candidato às eleições para as Associações locais	7	178	3,9
11.21	Consulta de informação na Biblioteca Municipal	17	111	15,3
11.22	Organização de actividades culturais	19	128	14,8
11.23	Organização de actividades desportivas/lazer	20	133	15,0
11.24	Votação em eleições	2	64	3,1

NP: nunca participaram. PP: participação potencial.

Quanto às justificações apresentadas para a não participação, a observação do quadro 35 permite-nos verificar que há uma nítida evocação da falta de tempo (61,4%)²²⁵ seguida a grande distância pela falta de informação (19,3%).

²²⁵ Para além do comodismo inerente à «falta de tempo» (as convicções poderão levar-nos a uma melhor gestão do dia a dia), o desinteresse assumido revela-se irrelevante (7,6%).

QUADRO 35 - CAUSAS DA NÃO PARTICIPAÇÃO (1997)

CAUSAS	INQUIRIDOS	%
Falta de informação	33	19,3
Falta de interesse	13	7,6
Falta de tempo	105	61,4
Não existência das actividades	9	5,3
Não inserido no meio	3	1,8
Outras (falta de convite/colaboração, má organização, problemas de saúde, ...)	8	4,7
TOTAL	171	100,0

3.5 - Tipologia da participação

Elaborada com base numa análise factorial de correspondências múltiplas²²⁶, seguida de uma classificação hierárquica mista (*cluster*), a presente tipologia utiliza como unidades de análise os 281 inquiridos e as 66 variáveis da participação (42 activas e 24 ilustrativas²²⁷ - quadro 36) às quais estão associadas, respectivamente, 156 e 48 modalidades²²⁸.

Recorrendo-se a uma partição em 12 classes²²⁹ e com base nos valores da sobre-representação²³⁰ das modalidades, estabeleceram-se os grupos e subgrupos constantes da figura 13 em que as modalidades apresentam «valores-teste» superiores a 2 (anexos XXV e XXVI).

²²⁶ Efectuada com o programa SPAD (*Système Portable pour L'Analyse des Données*), consiste numa "técnica de análise multidimensional de dados que, a partir de uma matriz de m variáveis (com diversas modalidades), por n indivíduos (unidades de análise), permite obter factores-resumo da informação inicial" (Fonseca, 1988: 375). Aplicações desta metodologia podem ser encontradas em Lebart, Morineau e Tabard (1977), Benzécri (1982), Fonseca (1988), André (1993).

²²⁷ "Variáveis activas são aquelas que definem os factores e variáveis ilustrativas são atributos suplementares projectados nos planos factoriais definidos a partir das variáveis activas, que, embora não interferindo directamente na análise, são auxiliares importantes para a identificação dos factores e interpretação dos resultados" (Fonseca, 1988: 375).

²²⁸ «Não, sim» para a inscrição em associações e a participação potencial (itens 8 e 12); «nunca, raramente, com frequência, não responde, anulado» para a participação efectiva (item 11).

²²⁹ Após testarmos diferentes partições (2, 3, 6, 9, 12 e 20 classes), acabámos por considerar que o agrupamento em 12 classes era o que melhor se ajustava a uma hipotética tipologia da participação (maior diferenciação entre os conjuntos de cidadãos e simultaneamente maior coerência interna).

²³⁰ Obtidos no SPAD através do «valor-teste corrigido», coeficiente que corresponde aproximadamente a uma variável de Laplace Gauss centrada e reduzida que mede a distância entre a percentagem da modalidade na classe e a sua percentagem na população, considerando ainda os efectivos da modalidade e da classe. O valor absoluto do «valor-teste» (distância à origem medida em desvio padrão) é tanto mais elevado quanto mais acentuada a posição «significativa» (desde que o seu valor absoluto seja superior a 2) da modalidade correspondente num eixo factorial (adaptado de Lebart e Morineau, 1982: 59-63).

QUADRO 36 - TIPO DE VARIÁVEIS

VARIÁVEIS ACTIVAS	
<p>• PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA</p> <p>8.1 - Associação Cultural e Social</p> <p>8.2 - Associação de Defesa do Ambiente</p> <p>8.3 - Associação de Defesa do Consumidor</p> <p>8.4 - Associação de Defesa do Património Histórico</p> <p>8.5 - Associação de Pais e Encarregados de Educação</p> <p>8.6 - Associação Desportiva e Cultural</p> <p>8.7 - Associação Patronal</p> <p>8.8 - Bombeiros Voluntários</p> <p>8.9 - Centro Paroquial e Social</p> <p>8.10 - Cooperativa</p> <p>8.11 - Escuteiros</p> <p>8.12 - Partido Político</p> <p>8.13 - Sindicato</p> <p>8.14 - Associação de Professores</p> <p>8.15 - Ordem dos Médicos</p> <p>8.16 - Santa Casa da Misericórdia</p> <p>8.17 - Sociedade Filarmónica</p> <p>8.18 - Outras (ACP, ARCA, ARESPA, Grupo de Jovens)</p>	<p>• PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES E/OU INICIATIVAS</p> <p>11.1 - Actividades/iniciativas promovidas pelos Bombeiros Voluntários</p> <p>11.2 - Actividades/iniciativas promovidas pelo Centro Paroquial</p> <p>11.3 - Actividades da Filarmónica</p> <p>11.4 - Actividades do Grupo de Teatro</p> <p>11.5 - Actividades do Rancho Folclórico</p> <p>11.6 - Apoio a pessoas necessitadas (idosos, jovens deficientes, famílias carenciadas, etc.)</p> <p>11.7 - Apoio voluntário a obras de melhoramento do local onde reside (arruamentos, restauro de edifícios, etc.)</p> <p>11.8 - Assistência a actividades culturais/lazer (festas locais, cinema, concertos, teatros, etc.)</p> <p>11.9 - Assistência a actividades desportivas (atletismo, cicloturismo, futebol, etc.)</p> <p>11.10 - Assistência a comícios/manifestações políticas</p> <p>11.11 - Assistência a reuniões para a defesa do ambiente</p> <p>11.12 - Assistência a reuniões sobre as actividades económicas do concelho (agricultura, artesanato, comércio, indústria, turismo)</p> <p>11.13 - Assistência a reuniões sobre o programa «LEADER»</p> <p>11.14 - Assistência às Assembleias da Associação de Pais e Encarregados de Educação</p> <p>11.15 - Assistência às Assembleias da sua Junta de Freguesia</p> <p>11.16 - Assistência às Assembleias das Associações</p> <p>11.17 - Assistência às Assembleias de Partidos Políticos</p> <p>11.18 - Assistência às Assembleias/Conselhos Municipais</p> <p>11.19 - Candidato às eleições locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia)</p> <p>11.20 - Candidato às eleições para as Associações locais</p> <p>11.21 - Consulta de informação na Biblioteca Municipal (revistas, livros, vídeos, etc.)</p> <p>11.22 - Organização de actividades culturais</p> <p>11.23 - Organização de actividades desportivas/lazer</p> <p>11.24 - Votação em eleições (locais, nacionais e europeias)</p>
VARIÁVEIS ILUSTRATIVAS	
<p>• DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR</p> <p>12.1 - Actividades/iniciativas promovidas pelos Bombeiros Voluntários</p> <p>12.2 - Actividades/iniciativas promovidas pelo Centro Paroquial</p> <p>12.3 - Actividades da Filarmónica</p> <p>12.4 - Actividades do Grupo de Teatro</p> <p>12.5 - Actividades do Rancho Folclórico</p> <p>12.6 - Apoio a pessoas necessitadas (idosos, jovens deficientes, famílias carenciadas, etc.)</p> <p>12.7 - Apoio voluntário a obras de melhoramento do local onde reside (arruamentos, restauro de edifícios, etc.)</p> <p>12.8 - Assistência a actividades culturais/lazer (festas locais, cinema, concertos, teatros, etc.)</p> <p>12.9 - Assistência a actividades desportivas (atletismo, cicloturismo, futebol, etc.)</p> <p>12.10 - Assistência a comícios/manifestações políticas</p> <p>12.11 - Assistência a reuniões para a defesa do ambiente</p> <p>12.12 - Assistência a reuniões sobre as actividades económicas do concelho (agricultura, artesanato, comércio, indústria, turismo)</p> <p>12.13 - Assistência a reuniões sobre o programa «LEADER»</p> <p>12.14 - Assistência às Assembleias da Associação de Pais e Encarregados de Educação</p> <p>12.15 - Assistência às Assembleias da sua Junta de Freguesia</p> <p>12.16 - Assistência às Assembleias das Associações</p> <p>12.17 - Assistência às Assembleias de Partidos Políticos</p> <p>12.18 - Assistência às Assembleias/Conselhos Municipais</p> <p>12.19 - Candidato às eleições locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia)</p> <p>12.20 - Candidato às eleições para as Associações locais</p> <p>12.21 - Consulta de informação na Biblioteca Municipal (revistas, livros, vídeos, etc.)</p> <p>12.22 - Organização de actividades culturais</p> <p>12.23 - Organização de actividades desportivas/lazer</p> <p>12.24 - Votação em eleições (locais, nacionais e europeias)</p>	

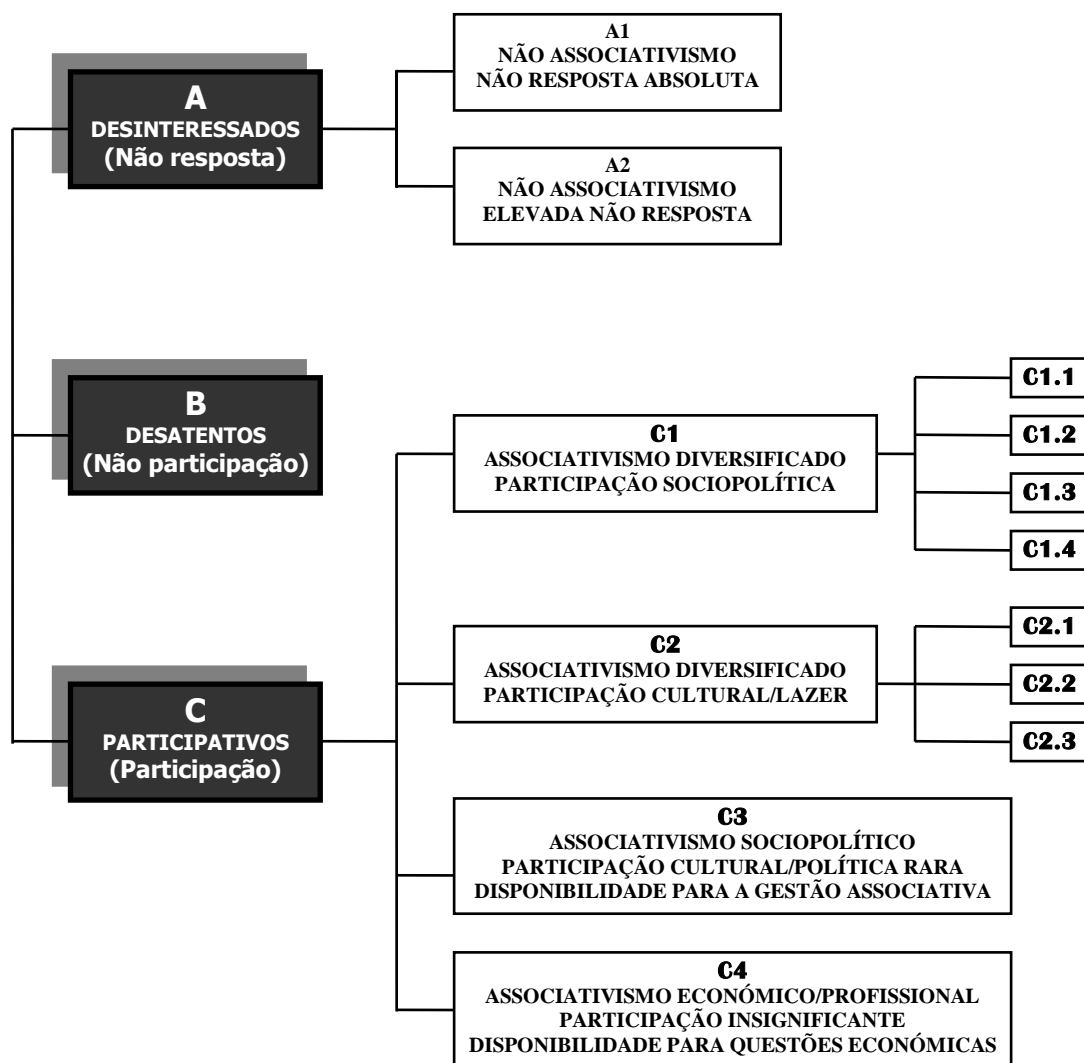


Figura 13 - Tipologia da participação.

Posteriormente, efectuámos uma análise bivariada por tabelas de contingência²³¹ para cruzarmos cada um dos grupos e subgrupos que compõem a tipologia com as seguintes características da amostra (variáveis independentes): classe etária, sexo, estado civil, residência, habilitações, categoria socioprofissional, sector de actividade, conhecimento da ADICES, informação fornecida e meios de informação utilizados.

Os perfis dos grupos (quadro 37) foram traçados com base nos maiores valores percentuais dos cruzamentos (anexos XXVII a XXIX) e apresentam as seguintes características principais:

²³¹ Técnica utilizada para avaliar a existência de associações entre pares de variáveis. Uma explicação mais pormenorizada e associada ao SPSS pode ser encontrada em Bryman e Cramer, 1992: 191-207.

QUADRO 37 – PERFIS DOS GRUPOS

• Grupo A (não resposta)

Constituído por 61 inquiridos (21,7%) que não respondem à maior parte das questões relativas à participação efectiva (item 11), não surgem sobrerrepresentados em nenhuma associação (item 8) e não revelam qualquer disponibilidade para participar (item 12).

Grupo com um significativo peso de inactivos (22%) e a quem nos atrevemos a atribuir o epíteto de «**desinteressados**», pela participação ou pelo próprio questionário, questões obviamente diferentes e que merecem outro tipo de investigação, porque a sobrerrepresentação da «não resposta» em todas as actividades/iniciativas (subgrupo A1) ou na maior parte delas (subgrupo A2) não nos parece conforme com o nível de informação, o qual, em alguns casos²³², é percentualmente superior ao do «grupo participação» (C).

Uma análise do anexo XXVII permite verificar que das 12 variáveis que compõem a «informação fornecida» (item 9), só nas questões tratadas pela Assembleia de Freguesia há algum peso da não informação²³³ (53,3%), revelando estes cidadãos um bom conhecimento das actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas no concelho e na freguesia de residência (75,9% e 88,0%), bem como dos melhoramentos efectuados ao nível do concelho (81,8%, dos quais 40,9% com frequência).

Quanto à difusão da informação (meios utilizados pelos inquiridos - item 10), verifica-se que das 9 propostas constantes do questionário é a *internet* (76,9%) e a ADICES (56,3%) que revelam uma menor eficácia²³⁴, pois estes cidadãos declaram ser sobretudo informados pelo jornal regional (88,9%), a rádio local (87,1%) e o jornal de grande tiragem (84,2%).

Apesar da coerência interna do grupo residir na elevada sobrerrepresentação da «não resposta», é ainda possível estabelecer dois subgrupos maioritariamente constituídos por indivíduos do sexo feminino (A1, 62,0%; A2, 63,6%), casados (A1, 86,0%; A2 72,7%),

²³² Questões 9.2 (actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas no concelho), 9.3 (conservação do ambiente do concelho), 9.4 (datas de realização das Assembleias de Freguesia), 9.5 (datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais), 9.6 (importância da iniciativa «LEADER» para o concelho) e 9.8 (objectivos do Plano Director Municipal).

²³³ Para facilidade de tratamento considerámos que a modalidade «nunca» corresponderia à **não informação** e as modalidades «raramente» e «com frequência» à **informação**.

²³⁴ No caso da ADICES surge mais uma vez o espectro da informação à distância, pois é o grupo que apresenta o maior número de cidadãos residentes fora da freguesia sede do concelho (72,1%).

a viverem fora da sede do concelho (A1, 74,0%; A2, 63,6%) e com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos.

• **Subgrupo A1 (não associativismo e não resposta absoluta):** 50 inquiridos (17,8%) em que a «não resposta» está fortemente sobrerrepresentada nas 24 actividades/iniciativas constantes do questionário e que revelam um maior desconhecimento dos aspectos relacionados com a participação política concelhia (54,5% a 61,5% não estão informadas das datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais, bem como das questões tratadas no seu âmbito ou no das Assembleias de Freguesia), para além de uma informação particularmente deficitária por via da ADICES (66,7%), de *sessões públicas de esclarecimento* (58,3%) e da *internet*²³⁵ que nunca foi utilizada (anexo XXVIII).

Subgrupo em que se destaca o ensino básico (92,9%), o sector dos serviços (25,5%) e os trabalhadores dos serviços (18,8%) e os operários (16,7%).

• **Subgrupo A2 (não associativismo e elevada não resposta):** 11 inquiridos (3,9%) em que a «não resposta» continua fortemente sobrerrepresentada (excepto em 7 actividades/iniciativas de carácter sociocultural – promovidas pelos Bombeiros Voluntários, centro paroquial, grupo de teatro, rancho folclórico; apoio a pessoas necessitadas/obras de melhoramento; assistência a actividades culturais/lazer) e que têm uma participação frequente nas *actividades da filarmónica* (anexo XXVIII).

Este é um dos subgrupos com escolaridade mais elevada e que aparentemente menosprezou o conteúdo do questionário (ou para quem a comunicação existente à escala local não tem qualquer influência na participação), pois é o único que afirma receber todo o tipo de informação (50% para as *questões tratadas pela Assembleia de Freguesia* a 100% para as *actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas no concelho, datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais, importância da iniciativa «LEADER», melhoramentos efectuados no concelho e objectivos do PDM*) através de todos os meios referidos no item 10, sobretudo dos jornais (100%).

²³⁵ Devido à reduzida utilização desta moderna ferramenta de comunicação pela maioria dos grupos, vamos deixar de a referir. Contudo, no quadro 31, é possível verificar que 12,1% dos cidadãos inquiridos já a utilizaram.

Subgrupo que se distingue ainda do A1 por apresentar maior nível de escolaridade (50,0% com o ensino secundário/superior), predomínio de agricultores (36,4%) e a agricultura como sector de actividade dominante (36,4%).

• Grupo B (não participação)

Constituído por 81 inquiridos (28,8%) que afirmaram «nunca» terem participado em nenhuma actividade/iniciativa constante do item 11 e que não estão inscritos em associações nem se revelam potenciais participantes.

Evidenciando um dos mais elevados valores de inactivos (31,6%), bem como uma grande heterogeneidade nas categorias socioprofissionais²³⁶ (profissionais liberais/quadros superiores, 14,5%; trabalhadores dos serviços, 14,5%; agricultores, 11,8%) distingue-se dos restantes grupos pela não participação assumida e pela evidente deficiência de informação (anexo XXVII), particularmente significativa no que diz respeito às grandes questões concelhias (*objectivos do PDM*, 88,3%; *importância da iniciativa «LEADER»*, 85,9%; *políticas existentes*, 80,8%; *questões tratadas pela Assembleia/Conselho Municipal*, 80,8%).

Grupo dos «desatentos» para quem o jornal regional (68,1%), a rádio local (60,2%) e a Câmara Municipal (57,4%) são os principais agentes de difusão da informação, contrariamente à própria Junta de Freguesia (53,8%) e mais uma vez à ADICES (71,2%) cujas estratégias de comunicação parecem surtir pouco efeito.

• Grupo C (participação)

Unido pela participação, é constituído por 139 inquiridos (49,5%) que diversificam a sua intervenção à escala local e distingue-se claramente dos anteriores apesar de ser o mais heterogéneo.

Apresentando ao nível da informação e em termos globais um défice relativamente ao grupo A²³⁷, com destaque para a não informação no que concerne à *importância da iniciativa «LEADER»*, aos *objectivos do PDM* e às *questões tratadas pela Assembleia/Conselho Municipal* (anexo XXVII), estes cidadãos revelam todavia um maior

²³⁶ O que não parece configurar esta variável como particularmente discriminante.

²³⁷ O que poderá pôr em causa, aparentemente, a segunda hipótese do modelo de análise que tenta correlacionar o aumento da participação com o da informação. Contudo, o comportamento estranho do grupo A aconselha alguma prudência relativamente à obtenção de conclusões.

conhecimento das *actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas na freguesia* (82,7%), dos *melhoramentos efectuados no concelho* (89,1%), das *políticas concelhias* (66,1%) e do *trabalho desenvolvido pela ADICES* (61,2%), o qual, curiosamente, parece não estar relacionado com a iniciativa «LEADER».

Grupo dos «**participativos**» dominado pelo sexo feminino (54,0%), que vai ser subdividido em quatro subgrupos principais e para quem a Câmara Municipal assume um importante papel na transmissão da informação (90,4%), apesar da clara importância atribuída ao jornal regional (84,7%) e à rádio local (82,9%).

• **Subgrupo C1 (associativismo diversificado e participação sociopolítica):** 47 inquiridos (16,7%) cuja sobre-representação em associações é francamente heterogénea (anexos XXV e XXVI) e que possuem o melhor nível de informação do grupo C (apesar de inferior ao do subgrupo A2) proveniente, sobretudo, do jornal regional (97,8%), da rádio local (95,1%) e da Câmara Municipal (93,5%) - anexo XXVIII.

Este é o único subgrupo maioritariamente masculino (63,8%) e que apesar de revelar em termos globais uma maior sobre-representação nas actividades relacionadas com a **participação sociopolítica**, pode ainda ser subdividido consoante a inscrição em associações, a frequência da participação e a sua diversificação (anexo XXIX):

• **Subgrupo C1.1 (associativismo político – forte participação política):** 11 inquiridos (3,9%) em que se destacam os residentes na freguesia de Santa Comba Dão (54,5%), os empresários (44,4%) e os empregados (22,2%), apresentando ainda uma intervenção associativa limitada aos partidos políticos e uma participação frequente na maior parte das actividades de cariz político (forte sobre-representação na assistência às *assembleias dos partidos* e às *Assembleias/Conselhos Municipais*, bem como na *candidatura às eleições locais*).

Dedicando-se, igualmente e com frequência, a algumas actividades socioculturais (*apoio a pessoas necessitadas, assistência às assembleias da Associação de Pais e Encarregados de Educação, candidatos às eleições para as associações locais e organização de actividades culturais*), revelam estar informados sobre todas as questões referidas no questionário (principalmente actividades realizadas ao nível da freguesia, conservação ambiental e melhoramentos concelhios).

• **Subgrupo C1.2 (associativismo diversificado – participação sociopolítica frequente):** pequeno subgrupo composto por apenas 5 inquiridos com um nível de informação mais elevado, particularmente evidente no que concerne à freguesia, distinguindo-se dos anteriores pela maior diversificação associativa (inscrição em partidos políticos, associações culturais/desportivas/sociais e profissionais), menor participação política, uma intervenção social mais vocacionada para o desenvolvimento local (*apoio a obras de melhoramento, assistência às reuniões sobre actividades económicas e às assembleias das associações locais*) e predomínio de quadros médios (40,0%) e trabalhadores dos serviços (40,0%).

• **Subgrupo C1.3 (associativismo económico – participação sociopolítica rara):** 14 inquiridos (5%) que se caracterizam, essencialmente, por um reduzido associativismo económico (apenas sobre-representados na cooperativa) e uma forte sobre-representação da *candidatura a eleições* (Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Associações Locais), apesar de globalmente a sua participação se configurar como rara.

Subgrupo com maior peso de agricultores (23,1%) e de empresários (23,1%), que apresenta um nível de informação particularmente deficitário no que diz respeito à *importância da iniciativa «LEADER» para o concelho* (83,3% nunca receberam qualquer informação) e aos *objectivos do PDM* (57,1%), destacando-se ainda dos restantes pela maior relevância do sector industrial (28,6%).

• **Subgrupo C1.4 (não associativismo – participação diversificada e rara):** 17 inquiridos (6,0%) que possuem maior informação sobre as *actividades culturais, sociais e económicas* ao nível da freguesia e do concelho, sem tendência associativa e com participação frequente na *votação em eleições* e na *consulta de informação na Biblioteca Municipal*, apresentando todavia uma participação rara e muito diversificada fortemente sobre-representada nas actividades de cariz sociopolítico (reuniões para a defesa do ambiente e sobre as actividades económicas do concelho; assistência às assembleias das associações locais, de partidos políticos e às Assembleias/Conselhos Municipais).

Dominado, tal como o C1.1, por residentes na freguesia de Santa Comba Dão (58,8%), este subgrupo destaca-se ainda dos anteriores (C1.1, C1.2 e C1.3) pelo sexo (feminino, 52,9%), habilitações (secundário/superior, 52,9%) e categoria socioprofis-

sional, onde os profissionais liberais/quadros superiores assumem alguma importância (29,4%).

• **Subgrupo C2 (associativismo diversificado e participação cultural/lazer):** 70 inquiridos (24,9%) que podem igualmente ser subdivididos em três subgrupos e que têm um associativismo diversificado, um elevado peso de inactivos (26,9%), predomínio de profissionais liberais/quadros superiores (22,4%), uma participação eminentemente cultural/lazer e um significativo défice de informação, revelando ainda disponibilidade para participarem em aspectos que envolvam questões ambientais (subgrupo C2.1):

• **Subgrupo C2.1 (associativismo reduzido e diversificado – participação cultural/lazer frequente – disponibilidade para questões ambientais):** 13 inquiridos (4,6%) que possuem um elevado grau de desconhecimento em relação à maior parte das questões constantes do item 9, uma menor acessibilidade à informação, uma reduzida e variada adesão associativa²³⁸, uma participação frequente em actividades culturais/lazer e ausência de intervenção em algumas actividades de carácter sociopolítico (*apoio a obras de melhoramento do local de residência, assistência às assembleias de partidos políticos e às Assembleias/Conselhos Municipais, candidatura a cargos políticos*), manifestando-se no entanto disponíveis para a temática ambiental.

Subgrupo em que os mais jovens assumem algum protagonismo (18 aos 24 anos, 20,0%), bem como os empresários (18,2%), evidenciando-se ainda o sector do comércio (36,4%).

• **Subgrupo C2.2 (associativismo social – participação cultural/lazer frequente e/ou rara):** 11 inquiridos (3,9%) mais escolarizados (secundário/superior, 63,7%) e que afirmam possuir um bom nível de informação relativamente à maior parte das questões constantes do item 9, igualmente com destaque para as *actividades culturais, desportivas, sociais e económicas* (freguesia e concelho), um associativismo com características mais sociais (Bombeiros Voluntários e Associação de Pais e Encarregados de Educação) e uma participação frequente em actividades culturais/lazer e actos eleitorais.

²³⁸ Outras associações que não constavam do questionário, tais como ACP, ARCA, ARESPA e Grupo de Jovens.

- **Subgrupo C2.3 (não associativismo – reduzida participação):** 46 inquiridos (16,4%) onde surge o maior contingente de inactivos (33,3%) e mais uma vez em destaque os profissionais liberais/quadros superiores (22,2%) e os residentes fora da sede do concelho (67,4%). Subgrupo que manifesta ainda uma acentuada falta de informação, ausência de associativismo, uma participação rara em poucas actividades culturais/lazer e uma forte tendência para a não participação política.

- **Subgrupo C3 (associativismo sociopolítico, participação cultural/política rara e disponibilidade para participar na gestão associativa):** 9 inquiridos (3,2%), maioritariamente residentes fora da sede do concelho (88,9%) e agricultores (57,1%), potenciais candidatos às eleições para as associações locais, com um associativismo de cariz ambiental, político e social, que apenas participam raramente em actividades de índole cultural e política (exceptuando a assistência frequente a *comícios e manifestações*) e que apesar de terem acesso a todos os meios de difusão da informação referidos no questionário, ignoram em larga medida a *iniciativa «LEADER»* e as *datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais*, reflectindo no entanto um maior conhecimento sobre o ambiente do concelho e os melhoramentos de que tem sido alvo.

- **Subgrupo C4 (associativismo económico/profissional, participação insignificante e disponibilidade para participar em questões económicas):** 13 inquiridos (4,6%), com uma percentagem significativa de residentes na freguesia de Santa Comba Dão (76,9%) e onde novamente surgem os empresários (23,1%). Subgrupo constituído por potenciais participantes em *reuniões sobre as actividades económicas do concelho*, com um associativismo de cariz económico e profissional (associação de defesa do consumidor, patronal e cooperativa), o menor nível de informação do grupo C e uma participação claramente tradicional (frequente em actos eleitorais e rara nas actividades promovidas pelos Bombeiros Voluntários).

3.6 - As inter-relações da participação

Segundo Villasante, investigador da *Universidad Complutense de Madrid (Facultad de Sociologia)*, um dos grandes obstáculos à participação, mesmo que enquadrada por associações, é o sentimento de impotência que rodeia a implementação das acções, pois a falta de «poder» de concretização é uma das razões para que “*la mayor parte de los*

ciudadanos, y no pocas organizaciones, no acuden a las convocatorias de participación más que la primera o la segunda vez” (Villasante, 1997: 674).

Todavia, se aceitarmos que para além da participação formal (mais organizada e reconhecida, mas igualmente mais susceptível à desilusão) há também uma participação informal cujo principal objectivo não é tanto concretizar mas poder estar, contribuir²³⁹, provavelmente chegaremos a conclusões mais optimistas.

Na verdade, este estudo de caso efectuado no Concelho de Santa Comba Dão, ao não ignorar aspectos da participação que são normalmente relegados para segundo plano (apoio voluntário a pessoas necessitadas e a obras de melhoramento no local de residência; assistência a actividades culturais, desportivas e de lazer; intervenção no rancho folclórico ou na filarmónica; etc.), mas que se fossem devidamente considerados poderiam conduzir a uma nova perspectiva da intervenção local dos cidadãos, acabou por nos dar uma visão menos negativa do comportamento participativo, pois na realidade só 28,8% (81) de inquiridos assumem a «não participação» por oposição aos 49,5% (139) que diversificam a sua intervenção à escala local.

Mas como entender os diferentes perfis da participação?

Será que estão intimamente relacionados com algumas características dos cidadãos?

Como proceder ao seu enquadramento no desenvolvimento local?

Se os perfis dos grupos (quadro 37) fornecem uma imagem da sua constituição interna, a sobrerepresentação dos cruzamentos das variáveis independentes com os três principais pilares da tipologia (grupos A, B e C) permite esboçar os hipotéticos perfis da participação (quadro 38).

Assim, no que concerne à **estrutura etária** dos inquiridos, apesar do predomínio de indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (41,9%), o grupo dos «participativos» acaba por revelar o interesse manifestado por diferentes gerações, pois ao lado dos mais jovens (18 a 24 anos) surgem os que têm uma idade mais avançada (65 a 71 anos), podendo-se questionar com alguma legitimidade a relação existente entre a idade e o envolvimento cívico.

²³⁹ Apesar da manipulação efectuada pelos meios de informação, a morte de Diana Frances Spencer (princesa de Gales) em 1 de Setembro de 1997 permitiu que o Mundo assistisse a um amplo movimento não organizado de participação popular. Na verdade, muitos cidadãos, num acto de indiscutível

QUADRO 38 – PERFIS DA PARTICIPAÇÃO

TIPOLOGIA PERFIS	GRUPO A (DESINTERESSADOS)	GRUPO B (DESATENTOS)	GRUPO C (PARTICIPATIVOS)
IDADE	65 - 71 25 - 34	18 - 24 35 - 44	65 - 71 18 - 24 45 - 54
SEXO		FEMININO	MASCULINO
ESTADO CIVIL	DIVORCIADOS	SOLTEIROS VIÚVOS	DIVORCIADOS SOLTEIROS VIÚVOS
HABILITAÇÕES	BÁSICO	SECUNDÁRIO SUPERIOR	SECUNDÁRIO SUPERIOR
CATEGORIA SOCIOPROFISSIONAL	OPERÁRIOS EMPREGADOS AGRICULTORES	INACTIVOS EMPREGADOS	PROF. LIB./QUAD. SUP. EMPRESÁRIOS QUADROS MÉDIOS TRAB. SERVIÇOS
SECTOR DE ACTIVIDADE	COMÉRCIO AGRICULTURA INDÚSTRIA	NENHUM AGRICULTURA	SERVIÇOS INDÚSTRIA
RESIDÊNCIA	FORA DA SEDE DO CONCELHO		FREGUESIA DE SANTA COMBA DÃO
CONHECIMENTO DA ADICES	NÃO		SIM
MAIOR INFORMAÇÃO	«LEADER» PDM		QUEST. TRATADAS NA ASSEMBLEIA/C.M. ASSEMB. FREGUESIA
NÃO INFORMAÇÃO		MELHOR. CONC. ACT. CULT., DESP., etc., NO CONC.	
PRINCIPAL MEIO DE INFORMAÇÃO	SESSÕES PÚBLICAS DE ESCLARECIMENTO		CÂMARA MUNICIPAL JORNAL REGIONAL
MEIO DE INFORMAÇÃO MAIS DEFICITÁRIO		CÂMARA MUNICIPAL RÁDIO LOCAL	
ASSOCIATIVISMO	NÃO		SIM
PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	NÃO RESPOSTA	NÃO PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
PARTICIPAÇÃO POTENCIAL	NÃO		SIM

Por outro lado e relativamente ao **sexo**, se atendermos ao facto da amostra conter um menor número de homens (38,1%), é evidente o peso que estes assumem na participação (grupo C), nomeadamente na sociopolítica ao dominarem em três dos quatro subgrupos (C1.1, C1.2 e C1.3).

solidariedade, demonstraram que estão dispostos a participar. As «causas» é que podem muitas vezes influenciar a sua decisão.

Contudo e contrariamente ao que ainda parece ser voz corrente, a mulher santacombadense (eventualmente mais a da vila) não se apresenta confinada às lides caseiras, revelando uma intervenção em que dominam as actividades de carácter cultural e de lazer, provável influência do seu mais elevado nível de escolaridade. Quanto à sua «menor adesão»(?) aos aspectos políticos, esta não é mais do que o espelho da sociedade portuguesa onde o sexo feminino só a pulso tem penetrado nos corredores partidários.

Quanto ao **estado civil**, apesar dos grupos serem maioritariamente constituídos por casados (81,2% no C a 83,6% no A), há uma sobrerrepresentação da participação dos divorciados, solteiros e viúvos, eventual reflexo da maior disponibilidade que ocorre fora de um enquadramento familiar tradicional.

Se ao estruturamos o modelo de análise (figura 12) acreditávamos que a um maior **grau de instrução**, sobretudo em meios mais pequenos, estava subjacente uma maior intervenção²⁴⁰, a verdade é que as habilitações académicas se revelaram pouco discriminantes²⁴¹, pois sete dos nove subgrupos (quadro 37) reflectem um maior peso do ensino básico com valores compreendidos entre os 51,2% (C2.3) e os 85,7% (C3), surgindo mesmo uma sobrerrepresentação da escolaridade mais elevada no grupo da «não participação» assumida (quadro 38).

Relativamente à **categoria socioprofissional** é evidente o envolvimento dos empresários (apenas 10,2% de inquiridos) nas três vertentes da participação (subgrupos C1.1, C1.3, C2.1 e C4), confirmando a expectativa que nos levou a destacá-los no esboço da problemática (figura 2).

Quanto às restantes categorias, são os profissionais liberais/quadros superiores (14,3%), os quadros médios (3,8%) e os trabalhadores dos serviços (17,7%) que aparentemente estão mais envolvidos na participação. Os agricultores (12%), por sua vez, acabam por confirmar a fraca intervenção que normalmente lhes é atribuída, pois apesar de se destacarem nos subgrupos C1.3 e C3 caracterizados por uma rara participação

²⁴⁰ Provavelmente com alguma utopia, pois o maior nível de escolaridade pode igualmente gerar um maior individualismo ou uma participação mais selectiva e orientada para objectivos específicos.

²⁴¹ A propósito da relação entre o nível de escolaridade e a participação, Aníbal Alves do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho refere o seguinte exemplo: “*Ainda há poucos dias, eu próprio, juntamente com alguns colegas universitários éramos interpelados por um ilustre personagem da política activa para «participarmos» na vida e acção políticas! Que a ausência de universitários era lamentável! «Falta de participação!»*” (Alves, 1997: 120).

sociopolítica e cultural/política, surgem claramente sobrerrepresentados no grupo A do qual se desconhece a natureza do envolvimento.

No tocante aos inactivos (domésticas, desempregados, estudantes e reformados), nem a sua percentagem significativa (22,9%) evita a sobrerrepresentação no grupo da «não participação», sendo legítimo questionar a inserção social dos cidadãos que por condicionalismos diversos ficam afastados do mercado de trabalho e concomitantemente da vida activa, onde a troca de informação e de opiniões poderá facilitar o envolvimento.

No que diz respeito ao **local de residência** é notória a influência que pode ter na dinâmica da participação, devido à maior ou menor proximidade dos centros de decisão e de informação, pois os cidadãos que não participam ou que resolveram optar pela não resposta encontram-se maioritariamente fora da sede do concelho, por oposição a cinco dos nove subgrupos da participação onde dominam os residentes na Freguesia de Santa Comba Dão. Assim, se os agentes com responsabilidades à escala local pretenderem combater este aparente isolamento e contribuir para uma maior intervenção dos residentes nas diferentes freguesias do concelho, deveriam considerar como estratégia de motivação a possibilidade da descentralização de acções, actividades, informação e serviços.

Se defendemos que a dinâmica do envolvimento dos cidadãos pode ser de alguma forma polarizada em torno da **ADICES**, a verdade é que o desconhecimento deste GAL é evidente nos grupos da «não resposta» e da «não participação», aconselhando a implementação de novas estratégias de divulgação que permitam aos cidadãos santacombadenses saberem as intervenções protagonizadas por esta entidade «LEADER».

No que concerne à relação existente entre **informação** (tipo e fontes), **associativismo** e **participação** (efectiva e potencial), suportes do modelo de análise, os quadros 37 e 38 permitem-nos igualmente salientar os seguintes aspectos:

- o conhecimento da ADICES parece pouco relacionado com a intervenção da associação e com a iniciativa «LEADER», pois o GAL destaca-se entre os menores transmissores de informação e a iniciativa em causa é ainda bastante ignorada, apesar da sobrerrepresentação que ocorre no grupo da «não resposta»;

- a informação que mais facilmente chega aos cidadãos está relacionada com actividades desenvolvidas na freguesia (culturais, desportivas, sociais e económicas) e com os

melhoramentos efectuados no concelho, exceptuando o grupo da «não participação» onde estes são predominantemente ignorados;

- há um claro défice de informação em aspectos relacionados com a política autárquica (datas e questões tratadas nas Assembleias de Freguesia, Assembleias e Conselhos Municipais, PDM), apesar da sobre-representação da informação frequente no domínio do *PDM* (grupo A) e das *questões tratadas pela Assembleia/Conselho Municipal e Assembleia de Freguesia* (grupo C);

- entre os principais agentes de informação destacam-se os jornais regionais e a rádio local (muito ignorada pelo grupo B), não deixando a Câmara Municipal de revelar alguma importância ao estar fortemente sobre-representada na informação frequente que é fornecida aos inquiridos do grupo C;

- as sessões públicas de esclarecimento, veículo privilegiado de democracia directa, são insignificantes como instrumentos de transmissão da informação, apesar do seu destaque no grupo A;

- a participação política frequente está directamente relacionada com a militância partidária e com o maior conhecimento da política autárquica, logo dos próprios vectores do desenvolvimento local, podendo-se questionar as perspectivas que defendem estarmos perante o esvaziamento do espaço político;

- a vertente cultural/lazer da participação é um dos aspectos privilegiados pelos cidadãos inquiridos;

- o associativismo está aparentemente relacionado com a participação, pois a sua ausência manifesta-se sobretudo nos grupos da «não participação» ou «participação reduzida»;

- os aspectos ambientais, associativos e económicos poderão ser utilizados como estratégias para dinamizar a intervenção, pois há cidadãos disponíveis para participarem em iniciativas que contemplem estas problemáticas;

- de uma forma geral, os inquiridos parecem pouco dispostos a elevar o seu nível de participação, o que é claramente uma advertência para os responsáveis locais que terão de criar condições para inverter esta tendência, se pretenderem ter um município em que o desenvolvimento local assente numa lógica de responsabilidade partilhada.

Em síntese, a figura 14 pretende esboçar a imagem da participação encontrada e ressaltar a importância do sexo feminino, bem como a heterogeneidade da relação existente entre a categoria socioprofissional e a intervenção dos cidadãos.



Figura 14 - Dinâmica participativa.

3.7 - Da imprensa regional à participação: uma estratégia a considerar?

Ao ser referenciada como uma das principais fontes de informação à escala local, a imprensa regional acaba por adquirir algum protagonismo que merece ser avaliado no que concerne às eventuais relações com as vertentes da participação.

**Será possível que a imprensa regional funcione como estratégia de motivação?
Existirá alguma relação entre a informação transmitida pelo *Defesa da Beira* e a tipologia da participação?**

Para respondermos a estas questões efectuámos uma análise de 489 artigos seleccionados²⁴² em 53 exemplares do jornal supracitado, por forma a detectarmos a responsabilidade pelas notícias e a sua natureza (informação, opinião, «informação-opinião»), bem como a incidência territorial e as áreas temáticas privilegiadas.

²⁴² Apenas eliminámos os que abordavam acidentes rodoviários.

Reflectindo um claro domínio de artigos de mera informação (79,6%), o *Defesa da Beira* tem como principais articulistas (quadro 39) quer autores individuais²⁴³ (39,9%) quer os responsáveis pelo jornal (56,9%), enquanto a contribuição directa das associações (1,8%) e da autarquia (1,2%) é claramente deficitária, apesar de serem referidas como fontes privilegiadas na maior parte das notícias imputáveis à redacção.

Todavia, se os artigos da responsabilidade da autarquia poderiam eventualmente ser encarados como uma ligação do jornal ao poder local, a ausência de envolvimento por parte dos responsáveis associativos é uma clara lacuna na informação regional e concomitantemente na motivação para a participação, sobretudo quando é reconhecido o fraco envolvimento dos cidadãos na vida quotidiana das associações.

QUADRO 39 – RESPONSÁVEIS PELOS ARTIGOS

RESPONSÁVEIS	ARTIGOS	%
Associações	9	1,8
Autarquia	6	1,2
Autores individuais	195	39,9
Redacção*	278	56,9
Desconhecido	1	0,2
TOTAL	489	100,0

* Todos os artigos não personalizados.

Relativamente à territorialização dos artigos (quadro 40) há um claro domínio de notícias consagradas à sede do concelho (freguesia de Santa Comba Dão - 45,0%), por oposição às demais freguesias (29,2%) e aos diferentes lugares (10,4%), áreas de afectividade e de reforço da identidade que deverão merecer um pouco mais de atenção por parte dos produtores da informação, pois a compreensão do desenvolvimento local implica que se observe de igual modo as diferentes parcelas do concelho e não apenas os espaços de eleição (sedes de freguesia).

QUADRO 40 – TERRITORIALIZAÇÃO DOS ARTIGOS

INCIDÊNCIA	ARTIGOS	%
Concelho	58	11,9
Sede do concelho	220	45,0
Freguesias*	143	29,2
Lugares	51	10,4
Outra	17	3,5
TOTAL	489	100,0

* Exceptuando a de Santa Comba Dão (sede do concelho).

Quanto às diferentes áreas temáticas abordadas (quadro 41), destacam-se os artigos relacionados com a cultura, desporto e lazer (34,2%), bem como os que se debruçam

²⁴³ Poucos e quase sempre os mesmos mas com uma presença constante.

sobre diferentes melhoramentos a efectuar ou já concretizados (22,7%), duas das principais vertentes em que os cidadãos inquiridos revelaram possuir maior informação.

As questões patrimoniais (sobretudo ambientais), associativas, económicas²⁴⁴ e políticas merecem ainda pouca atenção (3,1% a 4,5%), aumentando a abordagem dos aspectos políticos com a aproximação das eleições autárquicas.

QUADRO 41 – TIPOLOGIA DA INFORMAÇÃO

VERTENTES	ARTIGOS	%
Actividades económicas	21	4,3
Aspectos sociais	47	9,6
Associativismo	20	4,1
Desporto/Lazer	102	20,9
Educação/Cultura	65	13,3
Infra-estruturas	111	22,7
Património natural/construído	15	3,1
Política	22	4,5
Religião	69	14,1
Outras	17	3,5
TOTAL	489	100,0

Ao cruzarmos os responsáveis pelos artigos com a tipologia da informação, é visível que as associações privilegiam as actividades económicas (55,6%), enquanto a autarquia dá mais importância às infra-estruturas (50,0%), os articulistas individuais aos aspectos religiosos (32,3%) e a redacção do jornal igualmente às infra-estruturas (25,2%) e ainda às iniciativas relacionadas com o desporto e o lazer (23,0%).

Quanto à relação entre as vertentes da informação e a territorialização dos artigos, há uma evidente preferência por aspectos relacionados com actividades desportivas e de lazer (sede do concelho - 20,9%; restantes freguesias - 24,5%; lugares - 23,5%) e com infra-estruturas (sede do concelho - 28,2%; lugares - 49,0%), enquanto as questões sociais sobressaem à escala do concelho (24,1%), a educação e a cultura igualmente ao nível da freguesia de Santa Comba Dão (20,9%) e a informação religiosa no contexto das restantes freguesias (42,0%), com particular destaque para a de Óvoa.

Se a análise dos artigos nos permite estabelecer uma relação que não nos parece abusiva entre a informação publicada e o maior conhecimento de algumas realidades locais por parte dos cidadãos inquiridos (actividades desportivas e de lazer; melhoramentos efectuados) influenciando, provavelmente, a própria participação, a quase ausência de referência a aspectos tão relevantes para o desenvolvimento local como o PDM, a inici-

²⁴⁴ Há uma clara apologia da industrialização como factor de crescimento económico e uma subalternização da agricultura.

ativa «LEADER», a ADICES e as questões tratadas nas Assembleias Municipais encontra igualmente um paralelismo com o défice de informação manifestado pelos inquiridos.

Olhar para o munícipe como um aliado do processo de mudança implica, por parte dos responsáveis pelo desenvolvimento local, também uma maior atenção à comunicação, nomeadamente, no que respeita aos grandes instrumentos de planeamento, às estratégias e aos principais protagonistas, não só numa perspectiva pedagógica mas também numa óptica de reforço do envolvimento, que se fosse contemplado poderia despertar uma maior apetência pela participação.

Manter a generalidade dos cidadãos na ignorância dos principais aspectos que rodeiam a gestão autárquica, com a justificação tão comum em Portugal do espectro do analfabetismo, afigura-se-nos uma tremenda hipocrisia política que lhes reconhece a indiscutível capacidade de suporte da democracia, mas os ignora relativamente às grandes questões locais e/ou nacionais, nomeadamente, no tocante ao direito à informação²⁴⁵, que continua limitada a espaços próprios, alimentando a falsa perspectiva de que a maior parte dos cidadãos a consulta.

Na verdade, o concelho de Santa Comba Dão não nos parece fugir a esta regra e os responsáveis locais acabam por negligenciar estes aspectos que nos parecem igualmente importantes, concentrando a sua informação na obra produzida, sobretudo nas grandes infra-estruturas (melhoramentos viários, equipamentos de desporto e lazer, saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos e de águas residuais, abastecimento de água, etc.), cuja visibilidade é por demais evidente e uma indiscutível demonstração do empenhamento dos autarcas e do desenvolvimento do concelho na década de 90.

3.8 - A vertente cultural/lazer: uma forma de participação a não ignorar

Quando se aborda a temática da participação dos cidadãos há uma tendência generalizada para a correlacionar com aspectos mais institucionais, onde o primado do político acaba por ocupar um lugar de destaque. A fraca participação sindical e associativa de

²⁴⁵ A actual abordagem da problemática da regionalização é um exemplo bem visível, pois os cidadãos acabarão por ser chamados a referendar algo que não conhecem na realidade, acabando por ser influenciados por uma partidocracia que não atende a vantagens e a desvantagens, preocupando-se antes com aspectos meramente ideológicos.

uma forma geral, o grave absentismo eleitoral, o afastamento dos partidos políticos, surgem assim como as grandes imagens da ausência dos indivíduos.

Quanto ao voluntariado que já se consubstancia por esse país fora em actos de solidariedade (defesa do ambiente e da fauna em risco de extinção; apoio aos enfermos; recolha de donativos para a SIDA, para o cancro, para enfermidades diversas; auxílios alimentares aos carenciados; etc.) só esporadicamente lhes é dada alguma atenção e sobretudo porque são os protagonistas que saem a terreno para o efeito.

Relativamente às iniciativas relacionadas com a cultura, o desporto e o lazer, normalmente encaradas numa perspectiva de divertimento, parece-nos existir alguma relutância em considerá-las como vertentes da participação.

Mas será que as festas religiosas, os espectáculos de música tradicional, os desfiles de moda, os concursos musicais, as exposições de arte e as diferentes actividades desportivas, ao contribuírem para a animação dos lugares e ao trazerem para a rua inúmeros cidadãos não são igualmente exemplos de participação?

Será a participação um privilégio dos grupos organizados, clássicos, com normas de conduta mais ou menos rigorosas que sancionam as vozes discordantes?

Será este tipo de participação que atrai o cidadão do final do milénio que vive a maior parte do tempo encerrado, quer no seu local de trabalho quer em casa ou numa qualquer viatura particular ou colectiva?

Deverá ser a falta de participação encarada como um acto de deslealdade para com o todo social e por isso passível de recriminação?

Não poderão os aspectos menos vinculativos e relacionados com o desporto, a cultura e o lazer, surgirem como novos vectores de dinamização local e prováveis percursos de uma outra dinâmica participativa?

As respostas a estas questões não podem, obviamente, ser dadas no contexto da presente investigação: contudo não deixamos de as colocar.

Observar a dinâmica cultural/lazer existente actualmente no concelho de Santa Comba Dão, implica reconhecer a transformação ocorrida nas duas últimas décadas a que não é estranha a actuação dos «clubes» que dinamizam numa escala de maior proximidade, bem como a dedicação ao desenvolvimento local por parte das diferentes associações culturais, as quais, diversificando a oferta, têm como contrapartida a participação dos cidadãos, confirmando a nossa perspectiva de que o indivíduo selecciona cada vez mais a razão da sua intervenção.

Entre as associações locais, pelo carácter inovador das suas propostas, não podemos deixar de referir a **ARCADAS**²⁴⁶, associação que partiu de um grupo de jovens inicialmente afectos ao Centro de Apoio à Juventude e que desde 1990 tem vindo a diversificar todo um conjunto de actividades que contribuem periodicamente para animar o concelho²⁴⁷, revelando mais uma vez a apetência dos cidadãos por este tipo de iniciativas (opinião de um dos seus responsáveis, confirmada por outros entrevistados):

- acolhimento de jovens de diferentes nacionalidades (ingleses, gregos, holandeses, galeses, macaenses e angolanos);
- actividades desportivas diversas (canoagem, cicloturismo, exibição de *Body Builder*; exibição de *Hoovercraft*, futebol juvenil, jogos tradicionais da Beira Alta, moto *Paper 50 cc.*, *Pedy-Paper* pela Vila de Santa Comba Dão, pesca desportiva, *Skills*, ténis de mesa, vela; xadrez) e cursos de aprendizagem (vela e canoagem);
- ciclos de cinema; espectáculos de teatro e animação de rua; arraiais populares;
- colóquios (*O Estado Novo*; *A Arquitectura Popular*; *Origens de Santa Comba Dão*; *O Desporto e as Camadas Jovens*);
- concursos (*Vestidos de Chita*, *Miss Flor do Dão*) e desfiles (roupa desportiva, fato de banho, vestidos de noite e fatos regionais);
- deslocação de jovens da ARCADAS a diversos países comunitários ao abrigo do programa Juventude para a Europa (Holanda, Reino Unido, Grécia);
- edição da colecção de postais *Memórias de Santa Comba Dão*;
- encontros diversos (I pedestre pela Serra do Caramulo; II de cicloturismo, III de Música Popular Portuguesa; Juventude e Cultura - IX em 1997);
- espectáculos musicais (cafés concerto, concertos de música clássica, serenatas, variedades, noites dançantes, música popular);
- exposições (artesanato, cerâmica, fotografia e pintura);
- festas diversas (radical da cerveja, cuba livre, sangria);
- I maratona fotográfica sobre a Vila de Santa Comba Dão;
- programa *Ao Encontro de Portugal* (20 portugueses provenientes de diversas pontos do país conheceram a região);
- programa ocupacional destinado a 20 jovens para a organização do VII Encontro de Juventude e Cultura (Agosto e Setembro de 1994).

²⁴⁶ Associação Recreativa e Cultural de Acção Desportiva e Animação Santacombadense, fundada em 1990 e com estatuto de utilidade pública apenas desde Outubro de 1997. A maior parte das actividades da ARCADAS têm sido promovidas, sobretudo, nos meses de Agosto e Setembro.

²⁴⁷ Inventário gentilmente cedido por um dos responsáveis da ARCADAS.

CONCLUSÃO

Ao pretender contribuir para a *formação avançada* no domínio da Geografia (professores e técnicos), “*através do aprofundamento dos conhecimentos científicos relacionados com os processos de formação e transformação dos espaços geográficos, em interligação com as questões do desenvolvimento social e económico*” (Regulamento do Mestrado, 1995: 1), o presente Mestrado possibilitou-nos o contacto com realidades externas ao território nacional e permitiu-nos empreender um longo período de reflexão que de outra forma dificilmente seria alcançado.

Assim, é justo que a primeira grande conclusão seja o nosso próprio enriquecimento pessoal e intelectual, produto dos novos contactos e ensinamentos que encontramos ao frequentar o *Mestrado e Curso de Pós-graduação em Geografia Humana com Especialização em Educação Ambiental - Desenvolvimento Regional*.

Filho de longas horas de vigília e de alguns momentos de apoquentação, este projecto acabou por nos alertar para novos escolhos da investigação, nomeadamente, no que diz respeito à recolha de dados, pois apesar de considerarmos desde início que um planeamento cuidadoso seria o nosso grande aliado, acabámos por alimentar algumas esperanças típicas de investigador-aprendiz, que não inviabilizaram, contudo, a construção de todo um conjunto de ideias que podem abrir a porta para estudos posteriores e nos deixaram bem acesa a chama da investigação geográfica no domínio dos comportamentos e dos valores, pilares indispensáveis a qualquer intervenção espacial que não ignore os cidadãos.

No entanto, se tivéssemos o privilégio de fazer recuar o tempo, os questionários teriam tido sempre o nosso apoio directo, pois não só acabámos por ficar aquém das expectativas em relação ao número de inquiridos, o que obviamente nos limitou as extrapolações, como também perdemos o contacto pessoal com inúmeros cidadãos que nos poderiam ter auxiliado a esclarecer algumas dúvidas que acabaram por permanecer.

Compreender porque razão alguns dos inquiridos mais informados sobre as realidades locais optaram por não se pronunciar sobre a participação, é uma questão que fica irremediavelmente em aberto.

Contudo e relativamente à pergunta inicialmente colocada (**qual a disponibilidade e o contributo dos cidadãos para o desenvolvimento local em espaço rural?**), pensamos ter demonstrado que os homens e as mulheres santacombadenses evidenciam uma significativa apetência pela participação em diferentes actividades e/ou iniciativas directamente relacionadas com o desenvolvimento local. Todavia, é necessário que os

promotores desse mesmo desenvolvimento (poder local, órgãos de informação local/regional e associações) concebam e/ou aceitem novas estratégias de comunicação e motivação, que permitam não só alargar o envolvimento já existente mas também criar uma dinâmica local em que participar seja a palavra de ordem.

Tal como no início deste projecto, continuamos a acreditar que a implementação de «fóruns concelhios», de acordo com a filosofia inerente ao GEP A21L, é uma das estratégias possíveis para conferir uma nova dinâmica ao local, numa perspectiva de responsabilidade partilhada onde o envolvimento de todos os cidadãos não seja uma mera figura de retórica. Contudo, não nos parece que este instrumento de democracia participativa, que aponta para uma resolução concertada dos problemas, recolha uma particular simpatia por parte da administração local do Concelho de Santa Comba Dão, o mesmo não se podendo afirmar de outros promotores de desenvolvimento.

Apesar da reduzida dimensão do concelho facilitar os contactos intercidadãos (uma das justificações para refutar a necessidade dos *fóruns*), consideramos imprescindível a existência de assembleias vocacionadas para a implementação de estratégias globais, assentes na corresponsabilização de todos os intervenientes, onde a qualidade de vida e a sustentabilidade surjam como as grandes metas a atingir.

Na realidade, continuamos a defender um maior envolvimento dos indivíduos no seu próprio futuro, o que só nos parece possível se o poder instituído deixar alguma margem de manobra ao cidadão, para além da que se confina às instâncias da democracia representativa.

Quanto à importância da Iniciativa Comunitária «LEADER» na transformação e desenvolvimento do espaço rural do Concelho de Santa Comba Dão (outra das hipóteses inicialmente colocadas – veja-se a página 11) e apesar do seu impacto se efectuar no âmbito de um plano intermunicipal, consideramos que o PAL LEADER/ADICES trouxe para o local todo um novo conjunto de preocupações que inevitavelmente e a médio prazo acabarão por dar os seus frutos.

Se o poder local ainda parece não lhe prestar uma particular importância como instrumento de mudança, a verdade é que existem actualmente preocupações de carácter cultural, social e educativo que se nos afiguram particularmente inovadoras, sobretudo, ao nível da humanização da paisagem local, da promoção e preservação das tradições e da aposta na sensibilização dos mais jovens para a problemática do desenvolvimento.

Por outro lado, o envolvimento da iniciativa privada nos PAL, para além de cumprir um dos objectivos da *Declaração de Cork*, demonstra que é possível a implementação de parcerias em prol do desenvolvimento, desde que as áreas de intervenção e as estratégias estejam perfeitamente definidas.

Todavia, continuamos a defender a necessidade de uma maior liberdade e independência dos GAL relativamente ao poder local, a exemplo do que ocorre na região valã, o que seria possível com base numa Fundação Rural de âmbito regional independente do poder político e que os enquadrasse, uma fundação que trabalhasse com o governo e não para o governo (perspectiva que tivemos oportunidade de encontrar na *FRW*).

No caso concreto da ADICES, julgamos ainda imprescindível efectuar o reforço dos seus efectivos e a concomitante descentralização de serviços, por forma a implementar estruturas de comunicação mais activas que centrem a transformação do espaço rural no contacto estreito com o cidadão.

No que concerne à sensibilização para participar no desenvolvimento local, há no Concelho de Santa Comba Dão um claro défice de informação relativamente ao PDM e ao PAL, instrumentos de intervenção que poderiam ser alvo de uma maior divulgação desde que a legislação portuguesa determinasse a existência de Comissões Locais de Desenvolvimento Rural, organizadas por tema ou por aldeia, tal como sucede na região valã onde o cidadão é já visto como um parceiro e agente de mudança.

Quanto à ideia miserabilista de que Portugal está sempre atrasado em relação aos seus congéneres europeus, estamos cada vez mais perante uma perspectiva descabida e só possível porque há como que uma tendência inata para dizermos mal do que é nosso e bem do que é estrangeiro, pois quer ao nível da legislação quer das preocupações e da implementação das acções, o nosso país está perfeitamente alinhado pelas modernas tendências existentes na União Europeia, a qual, aliás, tem tido um contributo indispensável para a consolidação do desenvolvimento rural português, exceptuando a sua componente agrícola que se torna progressivamente subsidiária.

Contudo, não podemos deixar de salientar a ausência no nosso país de uma política de desenvolvimento rural claramente enunciada e com critérios bem definidos (a estratégia belga partiu de um Guia de Renovação Rural para uma lei específica), por oposição a uma multiplicidade de programas, planos e iniciativas, que individualmente e/ou interligados, têm concorrido para a transformação do espaço rural numa perspectiva sectorial e segundo a óptica simplista de que o todo é igual à soma das partes.

Se pretendermos acabar com a ideia de que o rural é óptimo para passear a nostalgia de quem outrora tinha o verde como horizonte matinal ou de quem actualmente sofre de claustrofobia urbana, mas abjecto para viver, para educar os filhos, para passar o dia a dia, é necessário apostar na inter-relação «economia - social - cultural» como suporte de uma verdadeira política de desenvolvimento rural numa perspectiva global e sustentada.

O rural é não só possível como desejável neste mundo que se globaliza e que por isso mesmo adquire novos contornos culturais; preservá-lo é conservar não só a nossa própria identidade mas transmitir às gerações vindouras um património comum. Enriquecido, transformado, desenvolvido, mas sem perder o traço de maior proximidade entre o homem e a natureza; um novo espaço onde o abandono não se insinue esperança e o direito à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer seja uma realidade.

Continuamos a considerar que a Sociedade Civil está disponível para colaborar na mudança, que a participação existe em diferentes vertentes, umas mais activas do que outras e com diferentes protagonistas, que a responsabilidade partilhada pode ser a grande revolução do final do milénio à escala local; no entanto é necessário motivar o cidadão (tal como nos afirmaram na *FRW*, *se a população não tiver interesse em participar nos projectos de desenvolvimento rural este não existe*), dar-lhe confiança, demonstrar-lhe que o seu envolvimento tem como contrapartida transformações reais e não apenas intenções legislativas.

Apostar no rural e na interacção entre diferentes actores, bem como transformar os filhos da terra em agentes de desenvolvimento, tem sido uma das tarefas dos GAL na década de 90 para o que contribuiu em larga medida a Iniciativa Comunitária «LEADER»; criar-lhes melhores condições laborais e de intervenção junto das populações é uma forma de pôr cobro à desilusão e transformar os espaços rurais em áreas de fixação, quiçá de atracção.

Se a descentralização regional de que tanto se tem falado vier a ser uma realidade, é bom que o novo poder regional compreenda a utilidade de apoiar estes grupos de cidadãos cuja tarefa primeira tem sido a promoção do local. Assegurar-lhes a continuidade, dar-lhes um enquadramento legal de maior liberdade e independência, atribuir-lhes dotações financeiras que varram o espectro da instabilidade, será imprescindível para a prossecução e consolidação de um desenvolvimento sustentado.

BIBLIOGRAFIA

GERAL

ECO, Umberto (1995). *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 235 p., (tr. do it. por Ana Falcão Bastos e Luís Leitão, *Como Si Fa Una Tesi Di Laurea*, Milão, Casa Editrice Valentino Bompiani & C., 1977)

QUIVY, Raymond; Campenhoudt, LucVan (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª edição, Lisboa, Gradiva, 275 p., (tr. do fr. por João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes, *Manuel de Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Bordas, 1988)

SHARP, John A.; HOWARD, Keith (1996). *The Management of a Student Research Project*, 2nd edition (1st edition, 1983), Aldershot (England), Gower Publishing Limited, 270 p.

INTRODUÇÃO

ASCHER, François (1995). *Métapolis ou L'Avenir des Villes*, Paris, Éditions Odile Jacob, 346 p.

BONNAMOUR, J. (1973). *Géographie Rurale. Méthodes et Perspectives*, Paris, Masson et Cie, Éditeurs, 168 p.

LOPES, Simões (1986). «Espace et Developpement: Transformation de L'Espace Economique et Developpement Regional», in *La Theorie de L'Espace Humain. Transformations Globales et Structures Locales*, Genève, CRAAL-FNRS-UNESCO, 249 p., pp. 65-70

PORTO, Manuel Lopes; GASPAR, Jorge (1986). «Mobilité Demographique et Regionalisation au Portugal», in *La Theorie de L'Espace Humain. Transformations Globales et Structures Locales*, Genève, CRAAL-FNRS-UNESCO, 249 p., pp. 88-104

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1968). *Do Contrato Social. Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, Lisboa, Portugália Editora, 433 p.

UNWIN, Tim (1992). *El lugar de la geografía*, Madrid, Ediciones Cátedra, 342 p.

CAPÍTULO I

ALVES, Aníbal Augusto (1997). «Participação e comunicação», in *Cadernos do Nordeste*, Vol. 10 (1), *Actas do VIII Seminário Internacional: Participação e Cultura nas Organizações - 1995*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 722 p., pp. 119-127

ASCHER, François (1995). *Métapolis ou L'Avenir des Villes*, Paris, Éditions Odile Jacob, 346 p.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, DIRECÇÃO-GERAL XI (1993). *Em direcção a um desenvolvimento sustentável. Um programa da Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável*, Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 162 p.

Constituição da República Portuguesa (1997). 4ª revisão, Lisboa, Texto Editora, 144 p.

COSTA-LASCOUX, Jacqueline (1994). «La Citoyenneté éclatée», *Dialogues. Revue de l'Enseignement Français à l'Étranger* 41, La Citoyenneté, Paris, Mission Laïque Française, pp. 18-20, 38 p.

COSTA, Manuel da Silva (1997). «A participação nas organizações, um desafio social e cultural», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 10 (1), *Actas do VIII Seminário Internacional: Participação e Cultura nas Organizações - 1995*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 722 p., pp. 5-9

FERNANDES, António Teixeira (1997). «Poder local, participação e mudança», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 10 (1), *Actas do VIII Seminário Internacional: Participação e Cultura nas Organizações - 1995*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 722 p., pp. 131-141

FONTAINE, Pascal (1994). *A Europa dos Cidadãos*, Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 50 p.

FUKUYAMA, Francis (1992). *O Fim da História e o Último Homem*, 1ª edição, Lisboa, Círculo de Leitores, 382 p., (tr. do ing. por Maria Goes, *The End of History and the Last Man*)

GLEITMAN, Henry (1993). *Psicologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1039 p., pp. 465-521, (tr. do ing. por Danilo Silva, *Psychology*, 2nd edition, New York, W. W. Norton & Company, Inc., 1986)

GODET, Gilbert (1991). *La Perception qu'ont les agriculteurs des problèmes d'environnement. Étude réalisée dans le département de la Marne*, Mémoire de D.E.A. de Sociologie présentée à l'Université de Paris X Nanterre, Directeur du D.E.A.: Henri MENDRAS, Tuteur: Nicole EIZNER, 107 p.

HEWITT, Nicola (1995). *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local. Como emprender uma acção ambiental a longo prazo para alcançar a sustentabilidade?*, Campanha das Vilas e Cidades Sustentáveis, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 85 p.

KOVÁCS, Ilona (1997). «Mudanças técnico-organizacionais do trabalho e participação», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 10 (1), *Actas do VIII Seminário Internacional: Participação e Cultura nas Organizações - 1995*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 722 p., pp. 189-202

LEADER Magazine 1 (1992). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 11 p.

LEADER Magazine 6 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 22 p.

LEADER Magazine 7 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 23 p.

LEADER Magazine 8 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 22 p.

LIPOVETSKY, Gilles (1994). *O Crepúsculo do Dever. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos*, 1ª edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 320 p., (tr. do fr. por Fátima Gaspar e Carlos Gaspar, *Le Crépuscule du Devoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1992)

MINISTERE DE LA REGION WALLONNE (1991). «Décret relatif au développement rural C-27372 - 6 Juin 1991», *Moniteur Belge*, 1991-09-03

Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1989). *O Nosso Futuro Comum*, 2ª edição, Lisboa, MPAT - GEPAT, 60 p.

MYRDAL, Gunnar (1962). *O Estado do Futuro. O Planeamento económico nos Estados de bem-estar e suas implicações internacionais*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 278 p., (tr. Do ing. Por Affonso Blacheyre, *Beyond the Welfare State*, Londres, Gerald Duckworth & Co. Ltd)

RESULTANTE - «Associação de Estudos e Intervenção Social (1984). Regionalização, desenvolvimento e participação: contribuição para uma perspectiva integrada dos conceitos», in *Portugal. Regionalizar para quê? Poder autárquico para quem?*, Cruz Quebrada, Reflexão e Acção Socialista (RAS) - Centro de Estudos Socialistas (CES), 175 p., pp. 115-127

SÁ, Luís (1992). «O poder local», in *Enciclopédia Temática Portugal Moderno* (Instituições), Lisboa, POMO - Edições Portugal Moderno, Lda., pp. 175-187

SANTOS, Boaventura de Sousa (1996). *Pela Mão de Alice. O social e o Político na Pós-Modernidade*, 5ª edição (1ª edição, 1994), Lisboa, Edições Afrontamento, 299 p.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1996). *A Era da Cidadania*, Lisboa, Publicações Europa-América, 205 p.

CAPÍTULO II

ABLER, Ronald; ADAMS, Jonh S.; GOULD, Peter (1977). *Spatial Organization. The Geographer's View of the World*, 1st edition, 1971, London, Prentice-Hall International, Inc., 587 p., pp. 346-372

ALMEIDA, João Ferreira et al (1994). *Regiões Rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no Concelho de Almeida*. Lisboa, Centro de Acolhimento e Integração Social (CAIS)-Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), 137 p.

- ASCHER, François (1995). *Métapolis ou L'Avenir des Villes*, Paris, Éditions Odile Jacob, 346 p.
- BÉTEILLE, Roger (1994). *La Crise Rurale*. 1re édition, Paris, Presses Universitaires de France, 127 p.
- BRONCHART, Luc; DENONVILLE, Ingrid; MARISSAL, Pierre (1991a). *Critères de Ruralité (Rapport Final)*. Bruxelles, Groupe d'Etude pour la Valorisation de L'Espace Rural et Urbain (GEVERU) - Université Libre de Bruxelles, 64 p.
- BRONCHART, Luc; DENONVILLE, Ingrid; MARISSAL, Pierre (1991b). «Critères pour une délimitation de l'espace rural en Wallonie: une application dans le cadre de la politique de développement rural», *Revue Belge de Géographie*, 115 année, Fascicule 4 (50), Bruxelles, Société Royale Belge de Géographie, pp. 333-348
- CAVACO, Carminda (1993). «O Mundo Rural em Portugal», in *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Ministério da Agricultura, pp.93-107
- CLAVAL, Paul (1993). *La Géographie au Temps de la Chute des Murs*. Paris, Editions L'Harmattan, 343p., pp. 13-32
- CLOUT, Hugh D. (1976). *Geografia Rural*. 1ª edição, Barcelona, Oikos-Tau, 307 p., (tr. do ing. por Antoni F. Tulla e Rosa Blanch, *Rural Geography: An Introductory Survey*, Oxford, Pergamon Press, Ltd., 1976)
- ESTEBANEZ, José (1986). «Tendencias en Geografía Rural», in *Teoria y Práctica de la Geografía*, Coord. Aurora G. BALLESTEROS, 1ª edição, Madrid, Alhambra Universidad, pp. 225-258
- ESTEBANEZ, José (1988). «Los Espacios Rurales», in PUYOL, Rafael, ESTEBANEZ, José, MENDEZ, Ricardo, *Geografía Humana*, Madrid, Cátedra, pp. 239-242
- EUROPE DOCUMENTS 2012 (1996). «Conférence Européenne sur le Développement Rural: L'Europe Rurale - Des Perspectives pour L'Avenir». Bruxelles, Agence Internationale D'Information pour la Presse, 22 Nov. 1996
- GIESEKE, W. (1969). *La Agricultura en el Mercado Común*. León, Editorial Academia, 266 p.
- LEADER Magazine 6 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 22 p.
- LA BLACHE, Paul Vidal (1946). *Principios de Geografia Humana*. Lisboa, Edições Cosmos, 376 p., (tr. do fr. por Fernandes Martins, *Principes de Géographie Humaine*, Paris, 1921)

LUGINBUHL, Yves (1991). «Le Paysage Rural. La couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais que reste-t-il de l'agricole?», *Etudes Rurales 121-124, De L'Agricole au Paysage*, Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Janv-Déc. 1991, pp. 27-44

MINISTERE DE LA REGION WALLONNE (1991). «Décret relatif au développement rural C-27372 - 6 Juin 1991», *Moniteur Belge*, 1991-09-03

ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ALIMENTATION ET L'AGRICULTURE - ONUAA (1949). *Essai d'Analyse du Bien-Être Rural. Les Conditions de l'Amélioration de la Vie Rurale*. Washington, Septembre 1949, 47 p.

REGAZZOLA, Thomas (1994). «New Deal. Outrepasser l'Agriculture», *Espaces et Sociétés 74/75, Les Nouveaux Territoires de la Prospective*. Paris, Éditions L'Harmattan, pp. 99-116

SGARD, Jacques (1991). «Quelques Aspects de la Gestion Paysagère de L'Espace Rural», *Etudes Rurales 121-124, De L'Agricole au Paysage*, Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Janv-Déc. 1991, pp. 207-212

SCHICKELE, Rainer (1962). *Tratado de Política Agrícola*. 1ª edición, México, Fondo de Cultura Económica, 564 p. (tr. do ing. por Carlos Fernández, *Agricultural Policy Farm Programs and National Welfare*, 1st edition, New York, McGraw-Hill Book Company, 1954)

v. MEYER, Heino (1994). *Agricultura e Ambiente na Europa*, in GRUPO DE SESIMBRA - O Jardim Comum Europeu. *Novos Desafios Ambientais*. Lisboa, Quetzal Editores/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 115-146

WATERS, Malcolm - *Globalization*. London, Routledge, 1995, 185 p.

CAPÍTULO III

ALBARRE, Guy (1987). «La rénovation rurale en Wallonie a dix ans: de la création d'infrastructures au développement rural global», *Revue Belge de Géographie 1-2 (37)*, 111 année, Société Royale Belge de Géographie, pp. 61-69

BEHIN, Georges; LEROY, Cathérine (1982). «Les Agents de Développement». *Ruralités Nouvelles 7*, Cahier de la Fondation Rurale de Wallonie, Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 3º trimestre de 1982, 30 p.

EUROSTAT (1994). *Anuario Estatístico-Regiões*, Luxemburgo, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes

FONDATION RURALE DE WALLONIE (1986). *Rapport d'Activités 1985*. Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 34 p.

FONDATION RURALE DE WALLONIE (Mars 1994). *Rapport d'activités 1993, La Lettre 52*, Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, Arlon, 40 p.

FONDATION RURALE DE WALLONIE (1995). *Rapport d'activités 1994*, Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 47 p.

FONDATION RURALE DE WALLONIE (Avril 1992). *Ce qu'il faut savoir pour aider a reussir une operation de developpement rural*. Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 10 p.

FONDATION RURALE DE WALLONIE (Avril 1995). *La Fondation Rurale de Wallonie. Son Metier: Le Developpement Rural Global*. Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 3 p.

FONDATION RURALE DE WALLONIE (Juin 1995). 10 fiches: *une vingtaine d'années de présence active sur le terrain pour le renouveau du monde rural*. Arlon, Fondation Rurale de Wallonie

FONDATION RURALE DE WALLONIE (1995). *Découvrir, rénover, valoriser le patrimoine rural*. Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 4 p.

JESCHKE, Hans Peter (1989). *Rénovation rurale et développement communal: coopération entre les citoyens, les aménageurs, les communes*. Strasbourg, Conseil de L'Europe, 98 p.

JOUREZ, M. (1991). «Les outils du développement rural», *Revue Belge de Géographie 4 (50)*, 115^e année, Bruxelles, Société Royale Belge de Géographie, 1991, pp. 299-302

LA LETTRE 15 (Décembre 1983). «Le Changement», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 26 p.

LA LETTRE 25 (Mars 1986). «On Parle de "Nouveaux" Ruraux ...», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 31 p.

LA LETTRE 26 (Juin 1986). «Renovation Rurale», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 34 p.

LA LETTRE 30 (Juin 1987). «Présence des artisans», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 31 p.

LA LETTRE 36 (Décembre 1988). «L'Habitat des campagnes: passé-présent-futur...», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 46 p.

LA LETTRE 43 (Septembre 1990). «Gestion Communale, Gestion d'Entreprise», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 50 p.

LA LETTRE 44 (Décembre 1990). «Just Part et Mesures Spécifiques», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 43 p.

LA LETTRE 48 (Décembre 1991). «Pour un Nouveau “Contrat Social” Villes-Campagnes», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 59 p.

LA LETTRE 49 (Mars 1992). «Art, Artisanat et Culture dans nos Villages», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 39 p.

MINISTÈRE DES TRAVAUX PUBLICS (1979). *Guide de Renovation Rurale*. Gilly, Service de Presse et d'Information, Aout 1979, 21 p.

MINISTERE DE LA REGION WALLONNE (1991). «Décret relatif au développement rural C-27372 - 6 Juin 1991», *Moniteur Belge*, 1991-09-03

MINISTERE DE LA REGION WALLONNE (1991). «Arrêté de l'Exécutif régional wallon portant exécution du décret du 6 Juin 1991 relatif au développement rural C-27101 - 20 Novembre 1991», *Moniteur Belge*, 1992-03-11

PIRAUX, M. (1982). «La rénovation rurale en Wallonie: développement global, redéploiement wallon», *Courrier Hebdomadaire du CRISP* 968, Bruxelles, Centre de Recherche et d'Information Socio-Politiques (CRISP), 29 p.

RURALITÉS NOUVELLES 17 (Décembre 1987). «Agent de Développement: Nouveau Métier», Arlon, Fondation Rurale de Wallonie, 32 p.

CAPÍTULO IV

AAVV (1995). *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Ministério da Agricultura-Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural-Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», 215 p.

CLARY, Daniel (1995). «Les Ambiguïtés de la Politique du Tourisme dans l'Espace Rural Français», *Bulletin de l'Association de Géographes Français* 1, pp. 4-13

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1994). *Guia para as iniciativas comunitárias (1994-1999)*. 1ª edição. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 104 p.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1994). *O futuro das iniciativas comunitárias no âmbito dos fundos estruturais*, COM (94) 46 final, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 146 p.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1994). *LEADER II: A inovação ao serviço do mundo rural*, Bruxelas, Direcção-Geral da Agricultura (DG VI), 9 p.

COMISSÃO NACIONAL DE GESTÃO (1995). *Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER»*, 3 vol., Lisboa, Ministério da Agricultura, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural

Decreto-Lei 420/87 (1987-12-31). «Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT I)», Diário da República 300/87, Série I-A

Decreto-Lei 215/92 (1992-10-13). «Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT II)», Diário da República 236/92, Série I-A

Decreto-Lei 178/94 (1994-06-28). «Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT III)», Diário da República 147/94, Série I-A

Decreto-Lei 34/95 (1995-02-11). «Aprovação do Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local», Diário da República 36/95, Série I-A

FERRÃO, João (1995). «Colectividades Territoriais e Globalização: Contributos para uma Nova Acção Estratégica de Emancipação». Lisboa, *Inforgeo 9-10*, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 65-75

GARAUDY, Roger (1988). *Para um Diálogo das Civilizações. O Ocidente é um acidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 193 p. (tr. do fr. por Manuel J. Palmeirim e Manuel J. De Mira Palmeirim, *Pour un Dialogue des Civilisations*)

HEWITT, Nicola (1995). *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local. Como empreender uma acção ambiental a longo prazo para alcançar a sustentabilidade?*, Campanha das Vilas e Cidades Sustentáveis, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 85 p.

INSTITUTO DE ESTRUTURAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL (1994). *Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER». Plano Nacional de Enquadramento (Resumo)*, Lisboa, Comissão da União Europeia (DG VI), 29 de Junho de 1994

Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 180 (1994-07-01). «LEADER II», Comissão Europeia

LEADER Magazine 1 (1992). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 11 p.

LEADER Magazine 3 (1993). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 22 p.

LEADER Magazine 6 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 22 p.

LEADER Magazine 7 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 23 p.

LEADER Magazine 8 (1994). Bruxelas, AEIDL/Célula de Animação LEADER, 22 p.

Lei 86/95 (1995-09-01). «Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário», Diário da República 202/95, Série I-A

MILANO, Franco (1995). «A Importância da Iniciativa *LEADER* para a Promoção do Desenvolvimento Rural», *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Ministério da Agricultura - Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural - Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», 215 p., pp. 12-13

MPAT-SEPDR (1993). *Preparar Portugal para o Século XXI. Plano de Desenvolvimento Regional 1994-99*. Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT) - Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional (SEPDR), 466 p.

Resolução 57/95, «Regulamento do Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local», Diário da República 138/95, Série I-B, 1995-06-17

CAPÍTULO V

AAVV (1995). *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, Ministério da Agricultura-Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural-Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER», 215 p.

ALVES, Aníbal Augusto (1997). «Participação e comunicação», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 10 (1), *Actas do VIII Seminário Internacional: Participação e Cultura nas Organizações - 1995*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 722 p., pp. 119-127

ANDRÉ, Isabel M. Almeida (1993). *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 269-325.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARCADAS (1993). *Boletim Informativo*, Santa Coma Dão, 36 p.

Anuário Estatístico da Região Centro (1995). Coimbra, INE, Direcção-Regional do Centro, 1995

BENZÉCRI, J.-P et al (1984). *L'Analyse des Données*, Tomme I - La Taxinomie, Quatrième édition, Paris, Dunod, pp. 484-568

BENZÉCRI, J.-P et al (1982). *L'Analyse des Données*, Tomme II - L'Analyse des Correspondances, Quatrième édition, Paris, Dunod, pp. 19-51; 230-459

BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan (1992). *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS*, 1ª edição, Oeiras, Celta Editora, 365 p., (tr. do ing. por Alexandra Figueiredo de Barros, *Quantitative Data Analysis for Social Scientists*, Londres, Routledge, 1990)

DAVEAU, Suzanne et al (1980). *Dois mapas climáticos de Portugal*, Relatório n.º 8 da Linha de Acção de Geografia Física, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 51 p.

Decreto-Lei 69/90 (1990-03-02). «Elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território», *Diário da República* 51/90, Série I

DIONÍSIO, Sant'Anna (1985). «Santa Comba Dão», in *Guia de Portugal - Beira Baixa e Beira Alta*, 2ª edição, Volume III, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 996 p., pp. 830-832

Estatísticas do Ambiente (1993). «Dados Físicos», Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Eurostat (1993). «*Statistiques de Base de la Communauté*», 30ª edição, Luxembourg, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 397 p.

FERRÃO, João (1996). «Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico Moderno», in BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 510 p., pp. 165-190

FERREIRA, António de Brum (1978). *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira - Estudo de Geomorfologia*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 374 p.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997). *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 154 p., (tr. do fr. por Miguel Serras Pereira, *Le Nouvel âge des inégalités*, Éditions du Seuil, Paris, 1996)

FONSECA, Maria Lucinda (1988). *População e Território: do País à Área Metropolitana*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 375-383

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamim (1992). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras, Celta Editora, 341 p., (tr. do fr. por Conceição Lemos Pires, *Les enquêtes sociologiques: théories et pratique*, Paris, Armand Colin, 1978)

Jornal Regional Defesa da Beira, nºs 2734 (01 de Novembro de 1996) a 2786 (21 de Novembro de 1997), Mortágua, Morgráfica - Gráfica de Mortágua

LEBART, L., MORINEAU, A., TABARD, N. (1977). *Techniques de la Description Statistique. Méthodes et logiciels pour l'analyse des grands tableaux*, Paris, Dunod, 351 p.

LEBART, L., MORINEAU, A. (1982). *SPAD - Système Portable pour L'Analyse des Données*, Paris, CESIA, 1982, 243 p.

Plano de Acção Local LEADER - ADICES II (1995), vol. I, Santa Comba Dão, ADICES, 122 p.

Plano Director Municipal de Santa Comba Dão (1994). «Anexos. Caracterização Física», Santa Comba Dão, Atelier de Arquitectura, Lda., pp. 2-7, 16-20

Plano Director Municipal de Santa Comba Dão (1994). «Anexos. Estudo Demográfico», Santa Comba Dão, Atelier de Arquitectura, Lda., pp. 5-29

Plano Director Municipal de Santa Comba Dão (1994). «Anexos. Estudo Socioeconómico», Santa Comba Dão, Atelier de Arquitectura, Lda., pp.7-25, 32-36, 39-46, 51-63

Plano Director Municipal de Santa Comba Dão (1994). «Elementos Complementares. Relatório», Santa Comba Dão, Atelier de Arquitectura, Lda., pp. 5-14, 20-26

Plano Director Municipal de Santa Comba Dão (1994). «Regulamento», Santa Comba Dão, Atelier de Arquitectura, Lda., pp. 6-21

Programa de Iniciativa Comunitária «LEADER» (1995). «ADICES», vol. 2, Lisboa, Comissão Nacional de Gestão, Ministério da Agricultura, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, pp. 58-74

VILLASANTE, Tomás R. (1997). «Cambios metodológicos: de las redes comunitarias a los conjuntos de acción instituyentes, de los bloques complejos del tercer sector a los valores sinérgicos de tercer sistema, y de la participación ciudadana a los procesos de praxis reflexiva de las democracias participativas», in *Cadernos do Noroeste*, Vol. 10 (1), *Actas do VIII Seminário Internacional: Participação e Cultura nas Organizações - 1995*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 722 p., pp. 667-677

XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação - 1991 (1993). «Centro - Resultados Definitivos», Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro

XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação - 1991 (1997). «Resultados definitivos não publicados», Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADICES** - Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas
- ARCADAS** - Associação Recreativa e Cultural de Acção Desportiva e Animação Santacombadense
- ATL** - Actividades de Tempos Livres
- CCE** - Comissão das Comunidades Europeias
- CCRC** - Comissão de Coordenação Regional do Centro
- CE** - Comunidade Europeia
- CES** - Centro de Estudos Socialistas
- CITP** - Classificação Internacional por Tipos de Profissões
- CNUAD** - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento
- CNRS** - *Centre National de la Recherche Scientifique*
- CPE** - *Centre de la Petite Enfance*
- CST** - *Cadre Spécial Temporaire*
- DGDR** - Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional
- DL** - Decreto-Lei
- DR** - Diário da República
- ETAR** - Estação de Tratamento de Águas Residuais
- FEDER** - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FEOGA** - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
- FSE** - Fundo Social Europeu
- FRW** - *Fondation Rurale de Wallonie*
- GAT** - Gabinete de Apoio Técnico
- GEP A21L** - Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local
- GEVERU** - *Groupe d'Etude pour la Valorisation de l'Espace Rural et Urbain*
- GRR** - *Guide de Renovation Rurale*
- IEADR** - Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural
- IEFP** - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IGEAT** - *Institut de Gestion de l'Environnement et d'Aménagement du Territoire*
- JADE** - Jovens Agentes de Desenvolvimento

LEADER - Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural

ONG's - Organizações Não Governamentais

ONUAA - *Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture*

PAA - Plano de Acção Ambiental

PAL - Plano de Acção Local

PCDR - *Programme Communal de Développement Rural*

PDM - Plano Director Municipal

PDR - Plano de Desenvolvimento Regional

PIDL - Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local

PNE - Plano Nacional de Enquadramento

PNICIAP - Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivos à Actividade Produtiva

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPDR - Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional

PROZAG - Plano Regional de Ordenamento do Território para a Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas

RAS - Reflexão e Acção Socialista

RGA - Recenseamento Geral da Agricultura

SAU - Superfície Agrícola Útil


SIFIT - Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo

TER - Turismo em Espaço Rural

UE - União Europeia

UGI - União Geográfica Internacional

ULB - *Université Libre de Bruxelles*



RESUMO

Para tentarmos compreender «**qual a disponibilidade e o contributo dos cidadãos para o desenvolvimento local em espaço rural**», partimos de uma reflexão sobre o mundo rural (diferentes preocupações geográficas; natureza da crise e estratégias de mudança; critérios para delimitar o espaço rural) para a apresentação de dois exemplos de desenvolvimento e participação, nomeadamente, na Bélgica (região valã) e em Portugal (concelho de Santa Comba Dão – região Centro, sub-região Dão-Lafões).

Porque defendemos um enquadramento legal de âmbito nacional e local que viabilize qualquer transformação duradoura, procuramos detectar os objectivos inerentes a todo um conjunto de instrumentos que surgem como agentes de mudança (Plano de Desenvolvimento Regional, Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, Iniciativa Comunitária «LEADER», Plano de Acção Local LEADER/ADICES e Plano Director Municipal do Concelho de Santa Comba Dão).

Ao considerarmos os cidadãos, individualmente ou associados, como um dos pilares da responsabilidade partilhada e do desenvolvimento sustentado do espaço rural, avaliámos igualmente o actual contributo e disponibilidade existente no Concelho de Santa Comba Dão, propondo-se para o efeito uma tipologia da participação (sociopolítica, cultural/lazer e cultural/política) resultante da inter-relação de diferentes indicadores, em que o associativismo e a informação são de primordial importância.

Contrariamente ao que é voz corrente em Portugal, pensamos ter demonstrado que os homens e as mulheres santacombadenses (não acreditamos serem uma excepção) evidenciam uma significativa apetência pela participação em diferentes actividades e/ou iniciativas. Todavia, é necessário que os promotores de desenvolvimento (poder local, órgãos de informação local/regional e associações) concebam e/ou aceitem novas estratégias de comunicação e motivação, que permitam não só alargar o envolvimento já existente mas também criar uma dinâmica local onde a participação seja a palavra de ordem.

Principais conceitos: responsabilidade partilhada, exercício da cidadania, vertentes da participação, desenvolvimento sustentado do espaço rural.

RÉSUMÉ

Pour essayer de comprendre «**quelle est la disponibilité et la contribution des citoyens pour le développement local en espace rural**» nous sommes partis d'une réflexion sur le monde rural (différents préoccupations géographiques; nature de la crise et stratégies de changement; critères pour délimiter l'espace rural) et nous avons présenté deux exemples de développement et participation, notamment en Belgique (région Wallonne) et au *Portugal (concelho de Santa Comba Dão – região Centro, sub-região Dão-Lafões)*.

Puisque nous défendons un encadrement légal de niveau national et local qui puisse rendre viable n'importe quelle transformation durable, nous avons réperé les objectifs inhérents à tout un ensemble d'instruments qui surgissent comme agents de changement (*Plano de Desenvolvimento Regional, Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, Iniciativa Comunitária «LEADER», Plano de Acção Local LEADER/ADICES et Plano Director Municipal do Concelho de Santa Comba Dão*).

Quand nous considérons les citoyens, individuellement ou associés, comme un des piliers de la responsabilité partagée et du développement soutenable de l'espace rural, nous évaluons également la contribution et la disponibilité existant actuellement dans le *concelho de Santa Comba Dão* et, pour le faire, nous proposons une typologie de la participation (sociopolitique, culturelle/loisirs et culturelle/politique) qui est le résultat des relations entre différents indicateurs, parmi lesquels l'associativisme et l'information jouent un rôle primordial.

Contrairement à ce que dit la voix publique au *Portugal*, nous pensons avoir démontré que les hommes et les femmes de *Santa Comba Dão* (et nous ne croyons pas qu'ils soient les seuls) montrent une envie significative de participation à de différentes activités et/ou initiatives. Il faut cependant que les promoteurs du développement (pouvoir local, organes d'information locale/régionale et associations) conçoivent et/ou acceptent de nouvelles stratégies de communication et motivation, qui permettent non seulement d'élargir l'engagement existant, mais encore de créer une dynamique locale où la participation soit le mot d'ordre.

Concepts principaux: responsabilité partagée, exercice de la citoyenneté, modalités de la participation, développement soutenable de l'espace rural.

SUMMARY

To try to understand «what the availability and the contribution of citizens to the local development of rural space», we have to start off with a reflection about the rural world (different geographic concerns; the nature of the crisis and the strategy of change; criteria of outlining rural space) to show two examples of development and participation, namely, in Belgium (*Wallonne* region) and in *Portugal* (*concelho de Santa Comba Dão, região Centro, sub-região Dão-Lafões*).

Because we defend a legal circle of national and local scope that will enable any long lasting transformation, we try to detect inherent objectives that are linked to a group of instruments that appear as agents of change (*Plano de Desenvolvimento Regional, Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local, Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, Iniciativa Comunitária «LEADER», Plano de Acção Local LEADER/ADICES* and *Plano Director Municipal do Concelho de Santa Comba Dão*).

When we consider the citizens, individually or as a group, as one of the pillars of a shared responsibility and of the sustainable development of the rural space, we equally evaluate the present contribute and availability existing in *concelho de Santa Comba Dão*, we suggest for this effect a way of participation (sociopolitical, cultural/leisure and cultural/political) resulting in an inter-relationship of different indicators in which associativism and information are of greatest importance.

On the contrary to what happens in *Portugal*, we think that we have shown the inhabitants of *Santa Comba Dão* (who aren't an exception) show a significant desire to participate in different activities and/or initiatives. Nevertheless, it is necessary that the agents of development (local authorities, local or regional press and associations), make or accept new communication strategies and motivation which allow not only to widen the involvement which already exists, but also to create a local dynamics where participation is the key word.

Main concepts: shared responsibility, citizenship put in practice, types of participation, supported development of the rural area.

ANEXOS

ANEXO I- PREOCUPAÇÕES GEOGRÁFICAS E PARADIGMAS REGIONAIS (*)

PREOCUPAÇÃO COROGRÁFICO-PAISAGÍSTICA (1900 - 1950)	PREOCUPAÇÃO ECONÓMICO-ESPACIAL (1950 - 1970)
<ul style="list-style-type: none"> • Actividade agrícola. • Classificação e morfologia das paisagens. • Clima e ocupação do solo. • Descrição dos modos de vida (alimentação, habitação, ...). • Estruturas agrárias. • Inventários de culturas e paisagens. • Relações homem-meio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração, especialização, intensificação. • Desconcentração e descentralização. • Exploração agrícola e tomada de decisões. • Maximização do rendimento e da produtividade. • Mercado, oferta e procura. • Modelos espaciais. • O homem como produtor e consumidor. • Planificação do uso do solo. • Problemas técnico-administrativos. • Processos de produção. • Sistemas de organização económica.
GEOGRAFIA AGRÁRIA PARADIGMA TERRITORIALISTA (1930 - 1940)	GEOGRAFIA AGRÁRIA - AGRÍCOLA PARADIGMA FUNCIONALISTA (Pós-guerra - 1970)
PREOCUPAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO AUTOCENTRADO (1970 - 1980)	PREOCUPAÇÃO AMBIENTALISTA-PAISAGISTA (1980 - 1990)
<ul style="list-style-type: none"> • Contra-urbanização. • Desenvolvimento endógeno. • Nós. • Regionalização e ordenamento do território. • Regularidades e assimetrias. • Renovação e reabilitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abandono de objectivos tecnicistas da agricultura moderna. • Conservação dos recursos naturais e biodiversidade. • Contemplação e preservação da paisagem. • Desagricolização/socialização da paisagem/apropriação elitista. • Diversificação de cenários: <ul style="list-style-type: none"> - agricultura biológica; - agricultura de <i>hobby</i>, prestígio e recreio; - artesanato rural; - biocombustível; - agroturismo, turismo cinegético, pousadas rurais, campismo em quinta, quintas albergues; - circuitos de manutenção, estâncias de inverno, clubes hípicas, campos de golfe; - festivais gastronómicos, musicais e desportivos; - parques naturais e regionais. • Gestão das paisagens e da beleza estética das zonas rurais. • Gestão do ambiente (defesa da floresta, políticas de irrigação). • Globalização da produção agroalimentar e do consumo. • Migrações residenciais e consumo de espaço. • Modernismo, pós-modernismo, pós-productivismo e pós-rural. • O agricultor, guardião da natureza, «missionário da modernidade». • Participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento.
GEOGRAFIA AGRÍCOLA - RURAL PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO (1970 - 1980)	GEOGRAFIA RURAL PARADIGMA DA INTER-REGIONALIDADE (anos 90)

(*) Segundo Almeida et al, 1994: 13-21.

ANEXO II – UM INVENTÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO

DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO	MODELO IDEAL	SITUAÇÃO ACTUAL
GLOBALIZAÇÃO ECONÓMICA		
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Absoluta liberdade de trocas entre lugares. • Fluxos indeterminados de serviços e artigos simbólicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tarifas alfandegárias mínimas. • Ausência de tarifas e neomercantilismo regional. • Barreiras culturais.
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Balança das actividades produtivas de qualquer lugar determinada, exclusivamente, por vantagens físicas/geográficas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição da divisão internacional e social do trabalho pela divisão técnica. • Grande descentralização da produção e desmaterialização dos produtos.
Investimento	<ul style="list-style-type: none"> • FDI (<i>foreign direct investment</i>) mínimo. Substituído por alianças comerciais e produtivas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição das TNC's (<i>transnational corporations</i>) por alianças. Consideráveis FDI.
Ideologia organizacional	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade dos mercados globais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulgarização do paradigma da flexibilidade mas, na prática, manutenção de muitos sectores fordistas.
Mercado financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Descentralizado, instantâneo e apátrida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização em grande parte terminada.
Mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade de movimentos. • Não identificação permanente com as localidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cada vez mais regulado pelo Estado. • Pressões individuais para oportunidades às migrações económicas.
GLOBALIZAÇÃO POLÍTICA		
Soberania estatal	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de Estados soberanos. • Multiplicidade de centros de poder (nível global, local e intermédio). 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise e enfraquecimento do Estado. • Agregação e descentralização de poderes estatais.
Resolução de problemas	<ul style="list-style-type: none"> • Localmente, mas no contexto da comunidade global. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da ligação local-global mas domínio da comunidade societal.
Organizações internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Poderosas e predominantes sobre as organizações nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rápida multiplicação mas relativa impotência.
Relações internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Fluídas e multicêntricas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuação do sistema de superpoder.
Cultura política	<ul style="list-style-type: none"> • Transcendência planetária dos valores/compromissos entre Estados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço da democracia liberal/ pós-materialismo.
GLOBALIZAÇÃO CULTURAL		
Sagrado- <i>sacriscape</i>	<ul style="list-style-type: none"> • «Desterritorialização» religiosa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relativização e fundamentalismo.
Étnico (<i>ethnoscape</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Cosmopolitismo «desterritorializado» e diversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Infranacionalismos emergentes e supranacionalismos.
Simbólico (<i>econoscape</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de simulações e representações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adiantada desmaterialização de produtos.
Informação (<i>mediascape</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição global de imagens e informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • «Desregionalização» da distribuição de imagens e informação.
Lazer (<i>leisurescape</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo universal e o «fim do turismo». 	<ul style="list-style-type: none"> • Desclassificação de assuntos e objectos.

Fonte: Adaptado de Waters, 1995: 94, 123, 157.

ANEXO III – VARIÁVEIS DA TIPOLOGIA RURAL DA REGIÃO VALÃ (1991)

N.º	VARIÁVEIS
1	Percentagem de alojamentos situados numa construção agrícola ou hortícola
2	Percentagem de alojamentos ocupados pelo seu proprietário
3	Percentagem de alojamentos com terreno contíguo de pelo menos 50 m ²
4	Percentagem de alojamentos construídos após 1962
5	Percentagem de empresários independentes na agricultura
6	Percentagem de população activa a trabalhar no domicílio
7	Peso na população activa dos trabalhadores que efectuam um trajecto superior a 30 minutos para fora da comuna de residência
8	Densidade populacional
9	Percentagem da população entre 30-39 anos
10	Percentagem de activos residentes ocupados na agricultura, silvicultura e pescas
11	Percentagem de activos ocupados na agricultura, silvicultura e pescas, segundo o local de trabalho
12	Percentagem de activos residentes ocupados na indústria transformadora de metais
13	Peso dos migrantes entrados sobre o total da população activa ocupada, segundo o local de trabalho
14	Peso dos migrantes saídos sobre o total da população activa ocupada, segundo o local de residência
15	Percentagem de diplomados universitários (e níveis equivalentes) no conjunto dos diplomados (todos os níveis de ensino), segundo o local de residência
16	Rendimento médio por habitante
17	Percentagem de espaço não construído potencialmente rural
18	Peso dos empregos no sector do comércio a retalho, no total da população
19	Peso dos empregos no sector dos serviços recreativos, no total da população
20	Total da população residente nos sectores estatísticos com uma densidade > 1700 hab./km ²
21	Percentagem de migrantes pendulares (no total de migrantes pendulares) nos sectores estatísticos com uma densidade < 1700 hab./km ²
22	Percentagem de alojamentos ocupados por um locatário nos sectores estatísticos com uma densidade > 1700 hab./km ²
23	Percentagem de alojamentos construídos após 1962 nos sectores estatísticos com uma densidade < 1700 hab./km ²
24	Percentagem de activos ocupados no sector secundário e residentes nos sectores estatísticos com uma densidade < 1700 hab./km ²
25	Percentagem de empresários independentes na agricultura e residentes nos sectores estatísticos com uma densidade < 1700 hab./km ²
26	Taxa de crescimento anual da população entre 1960-1980
27	Peso da população escolar no secundário segundo o local da escola, na população escolar no secundário segundo o local de residência
28	Taxa de emprego
29	Peso dos activos domiciliados na comuna e a trabalharem fora dela, na população activa domiciliada e a trabalhar na comuna

Fonte: Adaptado de Bronchart et al, 1991a: 21.

ANEXO IV – TIPOLOGIA COMUNAL DA REGIÃO VALÃ (1991)

GRUPO	DESIGNAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
0	Urbana	Comunas com menos de 50% de <i>espaço não construído potencialmente rural</i> . As características rurais estão ausentes ou ameaçadas.
1	Rural agrícola	Percentagem de <i>espaço não construído potencialmente rural</i> superior à média e densidade populacional pouco significativa. Acentuado carácter agrícola revelado pelas variáveis 5, 10 e 11. Comunas localizadas na parte oriental das Ardenas e afastadas das zonas urbanas.
2	Rural agrícola com tendência residencial	Carácter agrícola assinalável mas inferior ao do grupo 1. Desenvolvimento de uma certa tendência residencial. Comunas localizadas principalmente ao Sul de <i>Entre-Sambre-et-Meuse</i> .
3;4	Rural agrícola com pequeno centro de emprego terciário/terciário reforçado	Apesar da existência de agricultura, desenvolvem-se funções mais urbanas, nomeadamente, no sector dos serviços (variáveis 18 e 19). Importância da escolaridade no secundário e população mais numerosa. Ardenas ocidental e Sul de <i>Entre-Sambre-et-Meuse</i> .
5	Rural agrícola com função residencial importante	Carácter agrícola evidente e marcada função residencial. Elevada percentagem de saídas de migrantes, fraca taxa de emprego e elevado índice de dormitório. Zona rural residencial de segunda periferia entre <i>Bruxelles</i> e <i>Liège</i> .
6	Rural com função residencial importante e próximo de um centro de emprego	Carácter agrícola inferior à média. Elevado peso das variáveis 4, 7 e 9. Comunas que dominam na província de <i>Liège</i> .
7	Rural com pequenas actividades económicas	Crescimento da população e parque imobiliário posterior a 1962 abaixo da média. Variável 13 acima da média. Taxa de emprego superior à do grupo 6. Menor valor de migrantes saídos e baixo índice de dormitório. Distribuição espacial atípica.
8	Vila ou pequena cidade atractiva de mão-de-obra e com periferia rural	Domínio do emprego nos serviços, atracção escolar evidente, população concentrada nos sectores estatísticos com maiores densidades populacionais. Elevada % na variável 22. Periferia com % de agricultores abaixo da média regional, carácter residencial moderado e pouca importância da variável 4. Predomínio em <i>Hainaut</i> .
9	Vila com periferia rural residencial	Centro urbano onde se destacam as variáveis 18, 19, 20 e 27. Forte carácter residencial. Variáveis 4 e 26 acima da média. Comunas próximas dos grandes aglomerados urbanos como <i>Bruxelles</i> , <i>Charleroi</i> , <i>Liège</i> ou <i>Aachen</i> .
10	Cidade atractiva de mão-de-obra com periferia morfologicamente residencial	Centro urbano mais importante que o do grupo 9. Destaque para as mesmas variáveis mas com valores mais significativos. Elevada taxa de emprego e baixo índice de dormitório.
11	Grande cidade atractiva de mão-de-obra com periferia morfologicamente residencial	Carácter urbano reforçado relativamente ao grupo 10. Menos proprietários, menos jardins, população mais concentrada na zona urbanizada. Periferia fortemente marcada pela periurbanização. Importante concentração da população nos s.e. > 1700 hab./km ² .
12	Periferia industrial	Elevada % de residentes com emprego no secundário, sobretudo, metalurgia. Função residencial e dormitório significativa. Mais numerosas em <i>Hainaut</i> .
13	Cidade com periferia operária	Maior densidade populacional que em todos os outros grupos. Função urbana muito marcada e elevada taxa de emprego. Localizadas em <i>Hainaut</i> mas em menor número que as do grupo 12.
14	Residencial de periferia urbana	Variável 8 e 16 acima da média e 17 abaixo da média. Elevada % de universitários. Variáveis 4 e 26 com valores significativos. Comunas dos subúrbios de <i>Bruxelles</i> e <i>Liège</i> .

Fonte: Adaptado de Bronchart et al, 1991a: 32-35.

ANEXO V – ZONAGEM INFRACOMUNAL DA REGIÃO VALÃ (1991)

INDICADORES SINTÉTICOS	VARIÁVEIS
Densidade	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade populacional
Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamentos privados e ocupados pelo seu proprietário • Alojamentos privados ocupados e possuindo um jardim com mais de 50 m² • Densidade populacional • Imóveis com 3 e mais apartamentos
Residencial	<ul style="list-style-type: none"> • Alojamentos privados e ocupados construídos depois de 1962 • Peso dos indivíduos dos 30-50 anos na população total • Alojamentos privados ocupados e equipados com aquecimento central • Peso das vivendas unifamiliares nos alojamentos privados ocupados • Alojamentos com uma superfície superior a 150 m² • Peso das pessoas que vivem sozinhas na população total • Alojamentos privados ocupados e possuindo um jardim com mais de 50 m² • Peso dos casais de 3 e mais pessoas no total de casais
Operário	<ul style="list-style-type: none"> • Peso dos operários na população activa residente • Peso dos diplomados com estudos primários que não prosseguiram outros estudos • Alojamentos com uma superfície superior a 150 m² • Peso dos trabalhadores ao domicílio na população activa residente
Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade de agricultores por km² • Peso dos trabalhadores ao domicílio na população activa residente • Peso da população total estabelecida antes de 1960 no alojamento actual • Peso das vivendas unifamiliares nos alojamentos privados ocupados • Alojamentos privados e ocupados pelo seu proprietário • Imóveis com 3 e mais apartamentos • Peso dos agricultores na população activa residente • Alojamentos privados ocupados e possuindo um jardim com mais de 50 m² • Alojamentos privados ocupados construídos antes de 1960 • Alojamentos privados ocupados e equipados com aquecimento a gás

Fonte: Adaptado de Bronchart et al, 1991a: 40.

ANEXO VI – CLASSIFICAÇÃO DOS SECTORES ESTATÍSTICOS (1991)

CLASSES	CARACTERÍSTICAS
0	Sectores estatísticos excluídos da análise por terem menos de 50 hab. Zonas que podem ser agrícolas, industriais, militares, etc. É com base no plano de sector e na carta topográfica que é feita a tipologia destes espaços.
1	Baixa densidade populacional. Predomínio dos sectores agrícolas e existência de alguns industriais. Tipologia dos espaços com base no plano de sector.
2	Baixa densidade populacional e domínio da imagem residencial. É importante distinguir os tipos de <i>habitat</i> .
3	Restantes sectores com baixa densidade e onde a distinção do tipo de <i>habitat</i> é pouco importante.
4; 5;6;7	Classificação com base na imagem dominante do sector (urbano, residencial, operário, rural).
8	Imagem operária dominante com uma importante componente rural.
9	Elevada densidade populacional. Vilas e cidades onde é inútil precisar a natureza do espaço.

Fonte: Adaptado de Bronchart et al, 1991a: 43.

ANEXO VII – CRITÉRIOS DE RENOVAÇÃO RURAL DA REGIÃO VALÃ, 1979

CRITÉRIOS	OBJECTIVOS
Desenvolvimento rural integrado	<p>Suportado por um plano-director com prioridade para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • manutenção e aumento local do emprego de qualidade; • resposta às necessidades da população rural em habitação, equipamentos e serviços; • desenvolvimento da iniciativa industrial adaptada às regiões rurais; • desenvolvimento da agricultura e produtos derivados; • valorização dos recursos naturais, da floresta e dos seus subprodutos sem prejudicar o capital biológico e cultural; • integração das iniciativas turísticas por forma a contribuírem para o desenvolvimento rural.
Eficácia e participação democrática	<p>Competia às comunas com operações de renovação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • assegurar a concertação permanente com as administrações regionais e a população implicada. • criar, para cada operação, uma <i>Comissão Local de Renovação</i> encarregue especialmente dos contactos com os habitantes. Presidida pelo burgomestre ou pelo comissário (quando envolve várias comunas), a sua constituição e regulamento depende de aprovação ministerial.
Integração no espaço rural	<p>Competia aos poderes locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • lutar contra implantações mal concebidas e mal localizadas; • salvaguardar certos locais a preservar ou a ordenar. Os limites eram estabelecidos por proposta da Comissão Local.
Conformidade urbanística	<p>Competia aos poderes locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • conceber e executar trabalhos de equipamento e ordenamento em conformidade com as características urbanísticas das aldeias; • manter e restaurar bens imobiliários e equipamentos colectivos.
Política fundiária	<p>Os imóveis, construídos ou não, que beneficiassem de subvenções no quadro de operações de renovação, deveriam ser propriedade do poder comunal.</p>

Fonte: Adaptado do GRR,1979: 5-6.

ANEXO VIII – O DESENVOLVIMENTO RURAL COM A FRW (JUN. 1995)

NUTS	COMUNAS	ENTRADA EM DR	POPULAÇÃO
HAINAUT OCCIDENTAL	Frasnes-Lez-Anvaing	28-06-1979	10709
	Mont-de-l'Enclus	11-07-1979	3028
	Ellezelles	24-08-1979	5463
	Flobecq	20-09-1979	3045
	Pecq	12-11-1986	5153
	Honnelles	13-11-1986	4983
	Brunehaut	30-03-1990	7553
	Péruwelz	02-09-1991	16517
	Beloeil	14-11-1991	13161
	Rumes	27-02-1995	5145
BRABANT WALLON-HESBAYE	Perwez	13-09-1979	6497
	Jodoigne	20-09-1979	10442
	Incourt	27-09-1979	3655
	Waremme	14-04-1989	12734
	Hannut	22-06-1989	12333
	Pont-à-Celles	09-01-1991	15544
	Braives	14-09-1992	5008
CONDROZ	Havelange	24-05-1979	4443
	Nandrin	27-09-1979	4639
	Marchin	03-10-1979	4916
	Clavier	25-09-1989	3876
	Comblain-au-Pont	28-06-1990	5164
	Hamoir	10-05-1991	3383
	Fernelmont	01-04-1993	5870
ARDENNE-FAMENNE	Somme-Leuze	08-11-1988	3412
	Houyet	27-06-1989	4162
	Houffalize	05-12-1994	4304
ENTRE-SAMBRE-ET-MEUSE	Chimay	24-03-1979	9690
	Sivry-Rance	27-06-1979	4561
	Froidchapelle	30-07-1979	2883
	Cerfontaine	06-09-1979	4171
	Walcourt	23-02-1987	16121
	Couvin	03-02-1988	13013
	Binche	25-08-1989	32929
	Gerpennes	25-01-1990	11545
	Viroinval	27-03-1995	5611
HAUTE ARDENNE	Burg-Reuland	22-05-1979	3752
	Waimes	22-08-1988	6033
	Lontzen	01-03-1990	4564
	Trois-Ponts	29-05-1990	2261
	Manhay	09-04-1992	2724
	Lierneux	28-12-1993	3191
SEMOIS-ARDENNE	Chiny	23-05-1979	4754
	Florenville	09-08-1979	5733
	Bertrix	06-09-1979	7924
	Herbeumont	17-09-1979	1428
	Etalle	23-05-1989	4093
	Bertogne	27-06-1991	2551
	Bastogne	07-10-1991	12461
	Léglise	30-03-1995	3445
TOTAL			350577

Fonte: *Fiches de la FRW, Juin 1995.*

ANEXO IX – CONVENÇÕES E SUBVENÇÕES - 1980/94

COMUNAS	ANOS DAS CONVENÇÕES	SUBVENÇÕES (FB)
Tinlot	83-88	2.518.144
Ellezelles	83-87	4.513.213
Peruwelz	94	8.120.000
Sivry-Rance	82-94	11.155.000
Frasnes	83	11.594.000
Brunehaut	93	16.000.000
Pont-à-Celles	94	16.966.000
Pecq	90	18.400.000
Hamoir	81	19.250.000
Cerfontaine	83-85-87	19.645.477
Hannut	93-94	20.200.000
Walcourt	90	20.400.000
Nandrin	83-85-88	20.462.806
Wareme	92	21.040.000
Havelange	82-85-87-90-91-94	23.071.965
Bertogne	82-89-91	24.100.000
Chiny	83-91-94	27.510.320
Waimes	90-91-92	28.240.000
Comblain-au-Pont	93-94	34.180.000
Somme-Leuze	84-86-90-92-94	34.651.671
Flobecq	83-84-86-89-90	40.280.902
Florenville	88-89-90	43.310.000
Chimay	83-84-85-87-88-89-94	44.548.000
Clavier	81-91	44.554.334
Perwez	83-84-85-89-91	46.105.556
Burg-Reuland	81-88-90	48.300.000
Marchin	82-84-85-86-88-91	53.282.302
Mont-de-L'Enclus	82-84-87-88-89-91-92	56.991.987
Froidchapelle	82-84-85-86-88-94	58.564.000
Incourt	82-84-85-88-89-91-92-93	64.653.340
Herbeumont	84-85-86-88-89-90-93	65.845.301
Bertrix	81-84-85-87-90-91-94	79.091.485
Bastogne	80-81-87-94	154.985.605
TOTAL	118 convenções	1.182.531.408

Fonte: *Rapport d'Activités de la Fondation Rurale de Wallonie 1994.*

ANEXO X – SUBVENÇÕES OBTIDAS EM 1994

COMUNAS	VALOR (FB)
Froidchapelle	12.000.000
Chimay	12.800.000
Bertrix	4.840.000
Bastogne	24.240.000
Somme-Leuze	9.094.251
Hannut	200.000
Pont-à-Celles	16.966.000
Comblain-au-Pont	12.900.000
Havelange	299.409
Sivry-Rance	4.105.000
Chiny	4.048.000
Cerfontaine	1.577.803
Nandrin	1.784.188
Clavier	125.134
Flobecq	535.473
Incourt	1.141.647
Péruwelz	8.120.000
TOTAL	114.776.905

Fonte: *Rapport d'Activités de la Fondation Rurale de Wallonie 1994.*

ANEXO XI – OBJECTIVOS ESPECÍFICOS (PDR 1994-99)

OBJECTIVOS	DIRETRIZES DE DESENVOLVIMENTO
<p>Qualificar os recursos humanos e o emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Investir prioritariamente em sistemas que assegurem a qualificação dos recursos humanos e/ou a inovação: <ul style="list-style-type: none"> - cobertura escolar em todos os níveis de ensino; - qualidade, qualificação e actualização dos docentes; - prioridade aos ramos científico e tecnológico, com reforço da componente experimental; - formação profissional para inserção no mercado de emprego e com vista à formação contínua; - desenvolvimento do sistema científico e tecnológico para a formação de recursos humanos de nível superior abertos à inovação.
<p>Reforçar os factores de competitividade da economia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir o investimento em infra-estruturas para a melhoria das acessibilidades internas, da oferta de telecomunicações básicas e da oferta de electricidade a custos competitivos. • Implementar infra-estruturas de transportes e comunicações para: <ul style="list-style-type: none"> - melhorar a capacidade de internacionalização da economia; - permitir reduzir o congestionamento urbano; - aumentar a competitividade das grandes concentrações urbanas no seio da rede urbana europeia • Implementar infra-estruturas para a diversificação das fontes de energia primária, reduzindo a dependência face às energias fósseis e aumentando o recursos às alternativas. • Alterar a estrutura produtiva e os factores de competitividade: <ul style="list-style-type: none"> - privilegiar a qualidade, a capacidade de inovação nos produtos e processos de fabrico (maior ajustamento ao «modelo flexível»); - maior controlo nos circuitos de comercialização internos e externos (criação de marcas, implementação de canais de distribuição próprios, criação de uma rede logística); - explorar complementaridades e interacções entre empresas com vista ao aumento da capacidade de inovar e ao reforço da competitividade externa; - apoiar projectos de investimento de grande dimensão e exigentes em mão-de-obra qualificada, para aumento da competitividade internacional. - realizar projectos de ajustamento estrutural sectoriais (agricultura e pescas)
<p>Promover a qualidade de vida e a coesão social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Privilegiar o ambiente como suporte da qualidade de vida: <ul style="list-style-type: none"> - maior disponibilidade e aproveitamento de recursos hídricos; - introdução de tecnologias menos poluentes, tratamento de efluentes e resíduos, adopção de processos de reciclagem; - melhoria do abastecimento de água e saneamento básico das grandes áreas urbanas; - maior apoio à qualidade de vida urbana (habitação e ambiente). • Implementar condições para responder ao envelhecimento da população e combater a exclusão social: <ul style="list-style-type: none"> - melhoria do sistema de saúde (assistência a idosos e respostas para novas patologias como a SIDA); - integração económica e social de grupos sociais desfavorecidos (melhoria das qualificações e de inserção nas comunidades locais).
<p>Fortalecer a base económica regional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as assimetrias internas do desenvolvimento atendendo às potencialidades regionais: <ul style="list-style-type: none"> - apoio ao desenvolvimento rural; - promoção de iniciativas para valorização do potencial endógeno; - apoio a acções municipais, supramunicipais e regionais.

Fonte: Adaptado do PDR 1994-99: 10-14.

ANEXO XII – EIXOS DO PDR

EIXOS OBJECTIVOS	INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	ESTRATÉGIAS
<p align="center">EIXO 1</p> <p>Qualificar os recursos humanos e o emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bases do Conhecimento e da Inovação <hr/> • Formação Profissional e Emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar os sistemas educativo, científico e tecnológico. <hr/> • Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego. • Melhorar o nível e a qualidade do emprego. • Apoiar a formação e a gestão dos recursos humanos. • Apoiar a formação ao nível da Administração Pública.
<p align="center">EIXO 2</p> <p>Reforçar os factores de competitividade da economia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento <hr/> • Modernização do Tecido Económico 	<ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e expandir as infra-estruturas de transportes, telecomunicações e energia. <hr/> • Empreender ajustamentos estruturais nos diferentes sectores de actividade. • Melhorar a competitividade do tecido empresarial (agricultura, pescas, indústria, turismo, património cultural, comércio e serviços). • Aplicar a iniciativa comunitária RETEX.
<p align="center">EIXO 3</p> <p>Promover a qualidade de vida e a coesão social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente e Revitalização Urbana <hr/> • Saúde e Integração Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Actuar de forma integrada no ambiente. • Apoiar acções de renovação urbana. <hr/> • Melhorar o sistema de saúde. • Apoiar a integração socioeconómica dos grupos sociais desfavorecidos.
<p align="center">EIXO 4</p> <p>Fortalecer a base económica regional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional <hr/> • Sete Intervenções Regionais <hr/> • Apoio ao Investimento Autárquico 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento rural e local. • Incentivos regionais e acções de reequilíbrio (por exemplo o projecto Alqueva). • Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira. <hr/> • ?

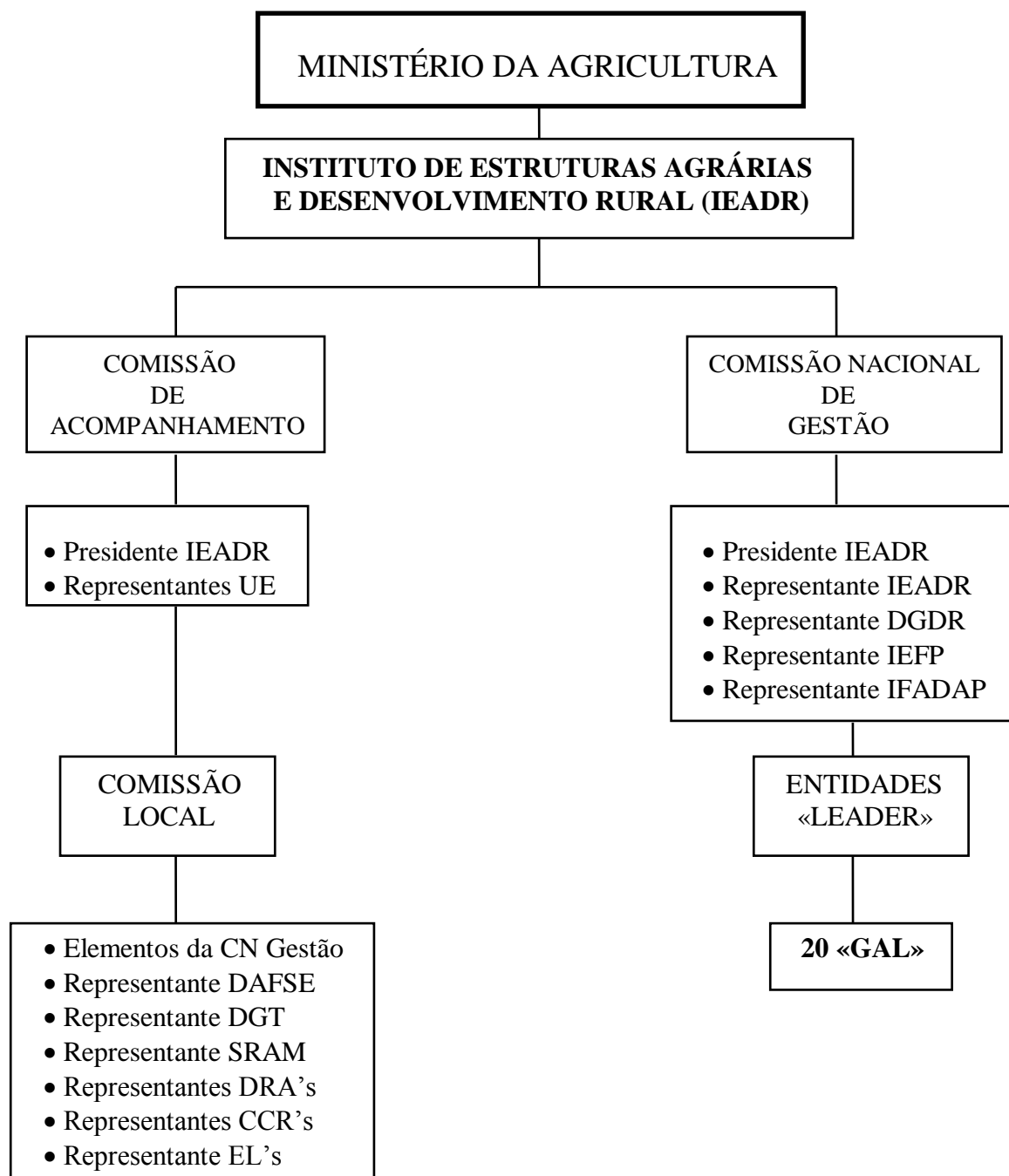
Fonte: Adaptado do PDR 1994-99: 14-15.

ANEXO XIII – LINHAS ESTRATÉGICAS REGIONAIS (PDR 1994-99)

REGIÕES	LINHAS ESTRATÉGICAS
Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições de internacionalização. • Valorização da capacidade empresarial instalada. • Valorização dos recursos humanos. • Promoção das capacidades de empreendimento de iniciativas empresariais. • Reforço do sistema urbano regional. • Promoção e valorização da qualidade ambiental.
Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do território e reforço da rede urbana. • Melhoria da competitividade empresarial e do sistema de formação. • Ambiente e recursos naturais. • Desenvolvimento local e valorização de espaços rurais. • Cooperação transregional.
Lisboa e Vale do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da progressiva integração regional e do equilíbrio do sistema urbano. • Promoção do desenvolvimento económico e social. • Promoção da valorização do potencial humano e consolidação da estrutura social. • Promoção da qualidade de vida e valorização dos recursos naturais e do património histórico e natural. • Aperfeiçoamento e modernização da gestão do território.
Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento local e melhoria das condições de vida. • Valorização dos produtos regionais. • Reforço e valorização da identidade regional. • Melhoria das condições de adaptabilidade à mudança. • Reforço das relações inter-regionais e da cooperação transfronteiriça.
Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Robustecimento da economia regional e reforço da sua competitividade. • Melhoria da qualidade de vida. • Preservação dos equilíbrios naturais, defesa do ambiente e valorização do seu potencial económico. • Redução das assimetrias intra-regionais.
Reg. Aut. Açores	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da economia. • Valorização dos recursos humanos. • Melhoria das condições de vida. • Participação e corresponsabilização da sociedade civil.
Reg. Aut. Madeira	<ul style="list-style-type: none"> • Elevação do nível de rendimento e melhoria da qualidade de vida. • Preservação, protecção e melhoria da qualidade ambiental. • Reforço do potencial económico. • Melhoria da situação do emprego. • Redução das assimetrias intra-regionais.

Fonte: Adaptado do PDR 1994-99: 15-32.

ANEXO XIV – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA NACIONAL DE GESTÃO «LEADER I»



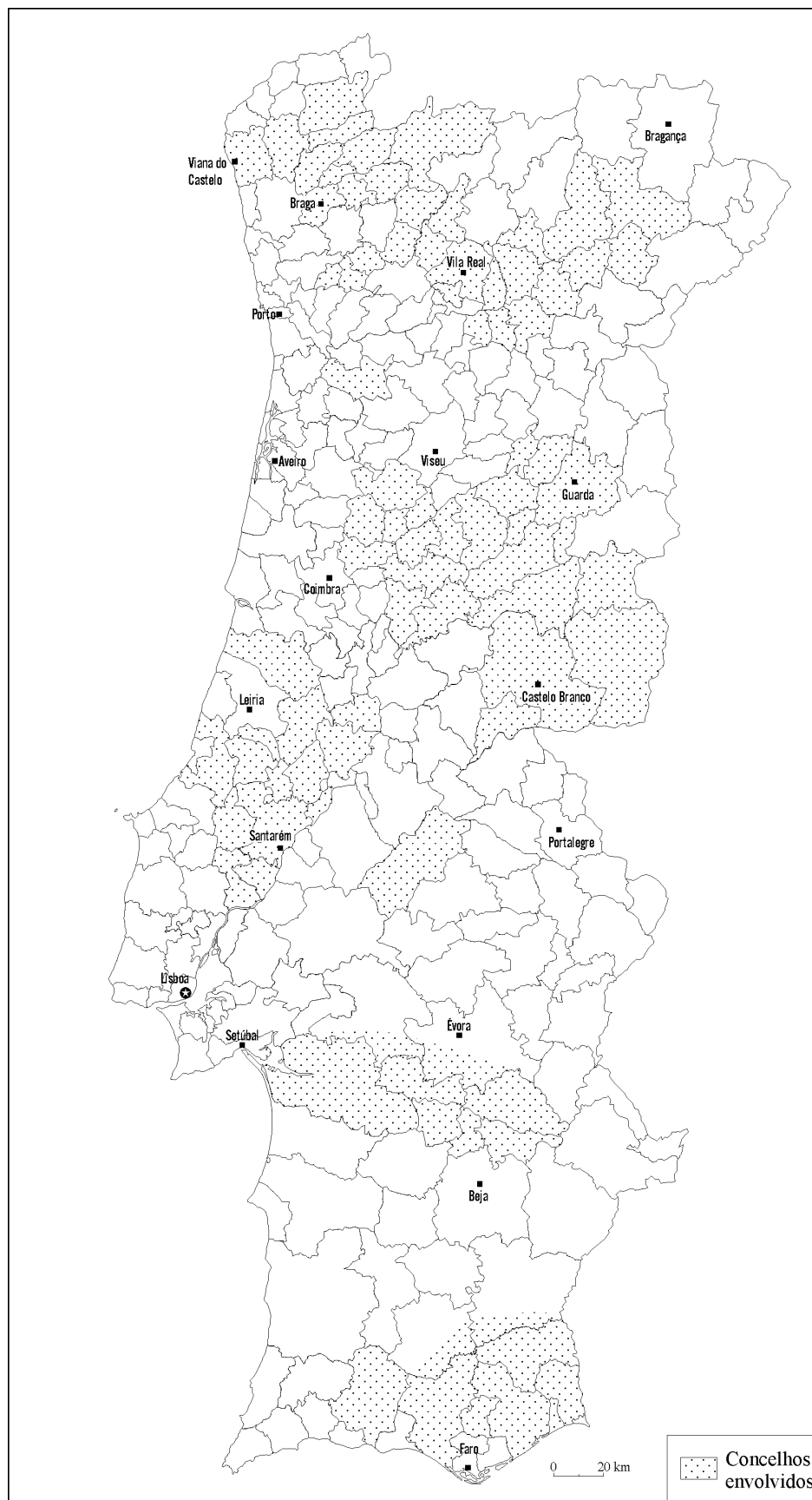
ANEXO XV – GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL «LEADER I»

LOCALIZAÇÃO	ENTIDADES «LEADER I» (GAL)	DESIGNAÇÃO
ENTRE-DOURO-E-MINHO	ADER-SOUSA	Associação para o Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa
	ADRIL	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima
	ADRIMAG	Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Galheira
	ATAHCA	Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
	PROBASTO	Associação de Desenvolvimento Rural de Basto
TRÁS-OS-MONTES	ADRAT	Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega
	DESTEQUE	Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente
	PORTUCALE	Associação do Douro Histórico
BEIRA LITORAL	ACIBEIRA	Associação de Empresas de Agricultura, Comércio e Indústria da Beira-Serra
	ADICES	Associação de Desenvolvimento de Iniciativas Culturais, Sociais e Económicas
	ADSICÓ	Associação de Municípios da Serra do Sicó
BEIRA INTERIOR	ADRACES	Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
	ADRUSE	Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
	RUDE	Associação de Desenvolvimento Rural
RIBATEJO E OESTE	ADIRN	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
	APRODER	Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo
ALENTEJO	LEADERSÔR	Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sôr
	TERRAS DENTRO	Associação para o Desenvolvimento Integrado de Micro-Regiões Rurais
ALGARVE	IN LOCO	Intervenção, Formação, Estudos para o Desenvolvimento Local
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	ACAPORAMA	Associação das Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira

Fonte: DGDR, 1996.

ANEXO XVI – CONCELHOS ENVOLVIDOS NA INICIATIVA «LEADER I»

(Continente)



Fonte: Elaboração própria com informação recolhida em 1995.

ANEXO XVII – ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO «LEADER I»

ENTIDADES «LEADER» (GAL)	ESTRATÉGIAS
<p>ADER-SOUSA</p> <p>Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à produção e comercialização de produtos agrícolas típicos locais e das artes e ofícios tradicionais. • Apoio técnico às cooperativas de artesãos. • Formação profissional complementar (alojamento turístico, restauro e conservação de documentação e mobiliário tradicional). • Identificação, valorização e promoção turística do património histórico (Citânia de Sanfins). • Promoção de alojamentos TER (parque de campismo rural, oferta turística local).
<p>ADRIL</p> <p>Concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da capacidade da oferta TER e de actividades de lazer associadas (campo de golfe, centro hípico com hipódromo, campo de caça para treino e largadas). • Apoio a iniciativas de apuramento genético de raças (gado Barrosão, cão Castro Labreiro). • Desenvolvimento e valorização cultural da população (defesa do ambiente e do património cultural). • Formação profissional (acolhimento e gestão turística, artesanato do linho e da pedra, informática, preparação de animadores locais). • Valorização dos produtos locais (enchidos, fumados, queijo, vinho verde, cerâmica artesanal) e criação da etiqueta Vale do Lima.
<p>ADRIMAG</p> <p>Concelhos de Arouca e Castro Daire e algumas freguesias dos concelhos de Castelo de Paiva, Cinfães, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul e Vale de Cambra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER, nomeadamente, de «montanha» e «ambiental». • Investimentos em infra-estruturas básicas, equipamentos de iniciativa autárquica, restauração, hotelaria, animação turística e cultural. • Promoção de um melhor aproveitamento das potencialidades locais (madeira e gado arouquês). • Protecção e valorização integrada dos recursos naturais da montanha (protecção e promoção da floresta). • Reforço das redes de comunicação.
<p>ATAHCA</p> <p>Concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (criação de uma Central de Reservas de Quartos, recuperação de quartos em aldeias de interesse turístico). • Fomento de usos e costumes relacionados com as actividades agrícolas para fins turísticos (colheita do milho, esfolhada, vindima). • Formação profissional de beneficiários para a actividades turística. • Promoção da gastronomia local (cabrito assado no forno, papas de sarrabulho, cabidela, rojões, etc.). • Recuperação de espaços de animação turística e de praias fluviais. • Recuperação do património tradicional (espigueiros, azenhas, moinhos).
<p>PROBASTO</p> <p>Concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena e parte de Amarante</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (valorização e diversificação da oferta). • Acolhimento e integração de emigrantes regressados. • Melhoramento da capacidade de iniciativa local, particularmente dos jovens, por forma a contribuir para a sua fixação. • Qualificação profissional de recursos humanos. • Valorização dos recursos naturais e do património cultural.
<p>ADRAT</p> <p>Concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre e Vila Pouca de Aguiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (recuperação de aldeias típicas,...). • Dinamização das PME's de Serviços e Artesanais. • Criação de espaços verdes e de lazer. • Valorização do património histórico-cultural e paisagístico.

Fonte: Adaptado de *20 Valores do Mundo Rural*, 1995.

ANEXO XVII – ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO «LEADER I» (continuação)

ENTIDADES «LEADER» (GAL)	ESTRATÉGIAS
<p>DESTIQUE</p> <p>Concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Valpaços e Vila Flor</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao controlo e certificação de produtos agro-alimentares. • Apoio ao TER (recuperação de casas tradicionais, promoção da restauração típica,...). • Criação de uma rede de postos de venda de produtos regionais (agro-alimentares, artesanato e turismo). • Criação de infra-estruturas de promoção de actividades de ar livre e animação cultural. • Implementação de medidas de protecção ambiental. • Valorização e promoção dos produtos locais e recursos naturais.
<p>PORTUCALE</p> <p>Concelhos de Mirandela, Vila Real, Sabrosa, Alijó, Stª Marta Penaguião, Armamar, Tabuaço e S. João da Pesqueira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER com base no rio (construção de marina fluvial e cais de embarque-desembarque; promoção de alojamentos). • Criação de cooperativa de artesanato. • Elaboração de guias e roteiros turísticos. • Realização de manifestações culturais. • Sinalização do Douro (locais de interesse histórico e paisagístico).
<p>ACIBEIRA</p> <p>Concelhos de Arganil, Góis, Tábua, Pampilhosa da Serra e Oliveira do Hospital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (adaptação da cadeia de Feijão, séc. XVI, a unidade turística,...). • Constituição de um Centro de Negócios com vista à implementação de uma Bolsa de Cooperação com os países ACP. • Criação de pólos de dinamização industrial. • Incremento de actividades e rendimentos alternativos. • Promoção de actividades para fixação de jovens.
<p>ADICES</p> <p>Concelhos de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER e ao artesanato. • Apoio a grupos de música e etnografia local. • Arranjo e equipamento de espaço verde para a promoção dos Vinhos da Quinta. • Criação de serviços de apoio ao desenvolvimento (Centro de Documentação sobre a região do Dão, gabinete de arquitectura, gabinete de <i>design</i>, gabinete de apoio às explorações agrícolas, instalação de quiosques informativos, unidade de higiene e limpeza). • Criação de duas unidades de restauro e reprodução de mobiliário. • Criação de um programa informático aplicado à apicultura. • Criação de uma unidade de produção de artigos em fibra de vidro. • Formação de animadores turísticos • Promoção da gastronomia e de produtos locais.
<p>ADSICÓ</p> <p>Concelhos de Condeixa-a-Nova, Penela, Soure, Alvaiázere, Ansião e Pombal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER. • Criação de Centros de Promoção Turística e de Revitalização do Mundo Rural. • Criação da imagem de marca «Serra de Sicó». • Valorização dos produtos locais (queijo Rabaçal, vinho, azeite,...). • Valorização do reforço da identidade cultural. • Valorização do artesanato e de PME's.
<p>ADRACES</p> <p>Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER de natureza familiar (imóveis tradicionais, actividades cinegéticas, desportivas,...). • Apoio a pequenas empresas familiares de produções tradicionais (doçaria, frutos secos, queijo e mel). • Criação de museus etnográficos. • Pontos de venda de produtos locais e de artesanato. • Promoção e divulgação da música popular. • Recuperação de caminhos rurais e do património construído e sociocultural.

ANEXO XVII – ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO «LEADER I» (continuação)

ENTIDADES «LEADER» (GAL)	ESTRATÉGIAS
<p>ADRUSE</p> <p>Concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas, Seia e Trancoso</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (alojamentos, criação do Cão Serra da Estrela, publicações de apoio). • Apoio a artesãos (oleiros, cesteiros, funileiros, tanoeiros). • Apoio ao embalamento, <i>marketing</i> e comercialização de produtos. • Criação da imagem de marca «Serra da Estrela». • Formação profissional nos domínios do artesanato (aprendizes-artesãos), restauração e TER (animadores turísticos,...).
<p>RUDE</p> <p>Concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à produção artesanal e local (construção de um Centro de Artesanato inserido num Mercado Popular,...). • Apoio ao TER (revitalização da Estância Termal de Unhais da Serra - água sulfúrea sódica quente - com vista à promoção de um complexo turístico - Vila Termal). • Construção de equipamentos de lazer (piscinas, parques de merendas, naturais e de campismo, parques equestres, praias fluviais). • Implementação da imagem de marca «Cova da Beira». • Sinalização de passeios pedestres e recuperação de fachadas de casas.
<p>ADIRN</p> <p>Concelhos de Alcanena, Ferreira do Zêzere, Ourem, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (ecológico, de aventura/risco,...). • Apoio a visitantes (deslocações, formação, informação e acolhimento). • Promoção de actividades complementares da economia tradicional (equestres, percursos pedestres culturais, espeleologia, jazidas de pegadas de dinossauros, recolha e processamento de plantas aromáticas, apicultura).
<p>APRODER</p> <p>Concelhos de Alcobaça, Azambuja, Cartaxo, Porto de Mós, Rio Maior e Santarém</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER com animação e/ou integrados em rotas turísticas. • Apoio à restauração que implique benefícios para as rotas turísticas. • Apoio às PME's, artesanato e serviços de apoio geradores de emprego em novas actividades. • Fomento de equipamentos de interesse social, recreativo ou associativo. • Valorização, promoção e comercialização de produtos típicos regionais.
<p>LEADERSÔR</p> <p>Concelhos de Alter do Chão, Avis, Gavião, Mora e Ponte de Sôr</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER fora dos centros urbanos (Montes Alentejanos com vista a evitar a sua desertificação humana). • Apoio à implementação de projectos complementares (linha de descasque, calibragem e embalagem de alho - única na Península Ibérica, Olaria de Brotas para fornecimento dos potes para a massa de alho, Empresa de artes gráficas e <i>design</i> para produção de novos modelos de embalagem). • Apoio a PME's que desenvolvam actividades a montante e jusante da actividade turística e que contribuam para a valorização dos produtos locais.

Fonte: Adaptado de *20 Valores do Mundo Rural*, 1995.

ANEXO XVII – ESTRATÉGIAS DE ACTUAÇÃO «LEADER I» (continuação)

ENTIDADES «LEADER» (GAL)	ESTRATÉGIAS
<p>TERRAS DENTRO</p> <p>Concelhos de Viana do Alentejo, Alvito, Portel, Cuba, Vidigueira; algumas freguesias dos concelhos de Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo, Évora, Serpa e Moura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER (criação da empresa Terras do Cante - Viagens e Turismo). • Apoio a empresas diversificadas: <ul style="list-style-type: none"> - Federação do Artesanato - Artenossa; - Topsul: comercialização dos produtos locais de qualidade; - Axi-sul: formação para o desenvolvimento; - Aquestejo: aconselhamento e elaboração de estudos e projectos; - Axi-Design: produção de material e imagem gráfica assistida por computador. • Publicação do <i>Jornal Terras do Cante</i> com vista à sensibilização e participação da população no processo de desenvolvimento.
<p>IN LOCO</p> <p>Concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Tavira, S. Brás de Alportel, Loulé, Silves; algumas freguesias dos concelhos de Mértola e Almodôvar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER. • Apoio à realização de publicações e outros materiais de comunicação com vista à divulgação de conhecimentos científicos e sensibilização e educação da população. • Apoio técnico, material e financeiro a projectos de interesse comprovado: <ul style="list-style-type: none"> - valorização da aguardente de medronho; - estudo do potencial endógeno dos ecoagrossistemas da Serra do caldeirão; - caracterização física, química e organoléptica de variedades de amêndoa; - identificação e recuperação de fruteiras autóctones; - estudo do leite de cabra e seus derivados; - estudo do valor nutricional do achigã, etc. • Concepção, execução e avaliação de projectos de investigação e de experimentação socioeconómica e tecnológica. • Formação complementar para os residentes da média montanha. • Organização de sessões de sensibilização e informação. • Recolha permanente de elementos sobre experiências de desenvolvimento (Algarve, país e estrangeiro).
<p>ACAPORAMA</p> <p>Concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico, Santana e Porto Santo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao TER. • Criação de novas actividades complementares da agricultura. • Formação profissional complementar. • Recuperação de veredas (regiões acidentadas) e levadas (regiões menos acidentadas e ladeadas por canais de água): <ul style="list-style-type: none"> - colocação ou modificação de degraus; - colocação de varandins em urze; - colocação de muralhas de suporte; - instalação de placas sinalizadoras (identificação, distância e grau de dificuldade). • Valorização de produtos locais.

Fonte: Adaptado de *20 Valores do Mundo Rural*, 1995.

ANEXO XVIII – MEDIDAS ELEGÍVEIS (1994-1999)

VECTORES	MEDIDAS	OBJECTIVOS/ACÇÕES
a	Aquisição de competências	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico do território local • Sensibilização da população para «LEADER». • Apoio técnico à constituição de parcerias locais. • Apoio técnico à elaboração de estratégias locais de desenvolvimento integrado. • Apoio técnico à procura de financiamentos e à constituição dos processos.
b	Programas de inovação rural	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico ao desenvolvimento rural. • Formação profissional e ajudas à contratação. • Turismo rural. • Pequenas empresas, artesanato e serviços de proximidade; • Valorização no local e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local. • Preservação e melhoramento do ambiente e da qualidade de vida. • Demonstratividade e transferibilidade: <ul style="list-style-type: none"> - identificação das condições de emergência da inovação; - visibilidade do projecto e acções de comunicação; - potencial em termos de mercado.
c	Cooperação transnacional	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas de participação em actividades da rede europeia do desenvolvimento rural: <ul style="list-style-type: none"> - identificação de parceiros; - elaboração de projectos de cooperação.
d	Colocação em rede	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um instrumento metodológico (Observatório Europeu da Inovação e do Desenvolvimento Rural) para identificar, caracterizar, validar e facilitar a transferência das inovações executadas em meio rural. • Participação de todos os beneficiários (obrigatória) que deverão alimentar a base de dados do «Observatório», divulgar os resultados obtidos e disponibilizar a experiência adquirida.

Fonte: Adaptado do Jornal Oficial das Comunidades Europeias C180, anexo I, pp. 56-58.

ANEXO XIX – PLANO DE ACÇÃO LOCAL

PRESSUPOSTOS
<ul style="list-style-type: none">• Estar conforme com a estrutura do programa (áreas, subáreas, acções e projectos).• Ser um plano elaborado em articulação com os agentes económicos da Zona de Intervenção e como resultado de um trabalho de dinamização da população residente (plano endógeno).• Respeitar as instruções e orientações recebidas nos encontros de trabalho, organizados pela Comissão Nacional de Gestão.• Dar entrada na Comissão nacional de Gestão dentro do prazo definido para o efeito.
ESTRUTURA
<ul style="list-style-type: none">• Características da Entidade Local candidata à gestão da subvenção global.• Análise da solvabilidade da Entidade Local com apresentação de um orçamento previsional de tesouraria, sem projecto.• Resumo da candidatura, com indicação da estratégia de desenvolvimento adoptada, da Zona de Intervenção e do orçamento total por áreas.• Caracterização sumária da zona de intervenção.• Indicação da Área Geográfica de Influência.• Tipologia das acções a desenvolver, por áreas, subáreas, acções e tipos de projecto.• Orçamento previsível por áreas, subáreas, acções e tipos de projecto, com indicação do custo total do investimento e da participação comunitária.• Estatutos da Entidade Local, escrituras de constituição e cartas de compromisso relativas à componente nacional.

Fonte: Adaptado do PNE, 1994: 7-8.

ANEXO XX – GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL «LEADER II»

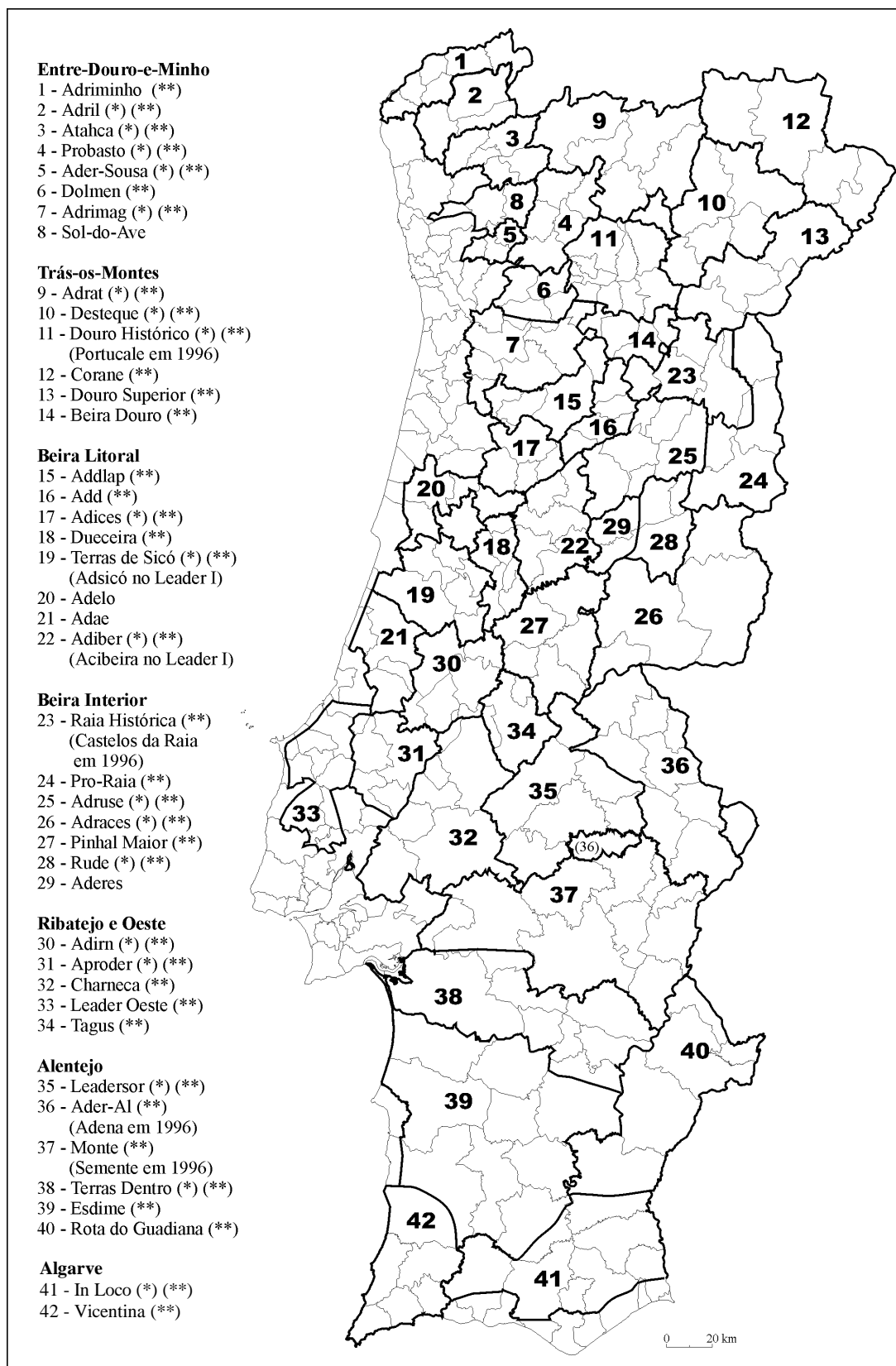
LOCALIZAÇÃO	ENTIDADES «LEADER II» (GAL)	DESIGNAÇÃO
ENTRE-DOURO-E-MINHO	ADRIMINHO	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho
	DOLMEN	Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega
TRÁS-OS-MONTES	BEIRA DOURO	Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro
	TERRA FRIA (CORANE)*	Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina
	DOURO SUPERIOR	Associação de Desenvolvimento
BEIRA LITORAL	ADD	Associação de Desenvolvimento do Dão
	ADDLAP	Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva
	DUECEIRA	Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça
BEIRA INTERIOR	CASTELOS DA RAIÁ (RAIA HISTÓRICA)*	Associação Cultural de Municípios
	PINHAL MAIOR	Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
	PRO-RAIA	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado da Raia Centro Norte
RIBATEJO E OESTE	APPRCR (CHARNECA)*	Associação para Promoção da Charneca Ribatejana
	LEADER OESTE	Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste
	TAGUS	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior
ALENTEJO	ADENA (ADER-AL)*	Associação de Desenvolvimento Empresarial do Norte Alentejano
	ESDIME	Empresa de Messejana para o Desenvolvimento Integrado
	ROTA DO GUADIANA	Associação de Desenvolvimento Integrado
	SEMENTE (MONTE)*	Desenvolvimento do Alentejo Central
ALGARVE	VICENTINA	Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	ADELIAÇOR	Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores
	ARDE	Associação Regional para o Desenvolvimento
	ASDEPR	Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural
	GRATER	Associação de Desenvolvimento Regional
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	ADRAMA	Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira

Fonte: DGDR, 1996.

* Designações posteriores.

ANEXO XXI – CONCELHOS ENVOLVIDOS NA INICIATIVA «LEADER II»

(Continente)



(*) - Grupos de Acção Local/Entidades LEADER I.

(**) - Grupos de Acção Local/Entidades LEADER II existentes em 1996.

Fonte: Elaboração própria com base em informação da DGDR e CNG LEADER, 1996-1999.

ANEXO XXII – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO PRÉ-TESTE

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO PRÉ-TESTE (verso)

ANEXO XXIII – QUESTIONÁRIO FINAL

QUESTIONÁRIO FINAL (verso)

ANEXO XXIV – CODIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA «SPSS»

VARIÁVEIS	CÓDIGO	RESPOSTAS	CÓDIGO	RESPOSTAS	CÓDIGO
Freguesia de residência	freg	Couto do Mosteiro	1	S. Joaquinho	6
		Nagosela	2	São João de Areias	7
		Óvoa	3	Treixedo	8
		Pinheiro de Ázere	4	Vimieiro	9
		Santa Comba Dão	5		
Idade	ida		n.º anos	Não responde	99M
Sexo	sex	Feminino	1	Masculino	2
Estado civil	eciv	Casado	1	Solteiro	3
		Divorciado	2	Viúvo	4
				Não responde	5M
Grau de instrução	hab	Sem habilitações	1	Curso Geral Comércio	6
		3º - 4º ano	2	Bacharelato	7
		5º - 6º ano	3	Licenciatura	8
		7º - 9º ano	4	Mestrado	9
		10º - 12º ano	5	Não responde	10M
Sector actividade	act	Nenhum	1	Indústria	4
		Agricultura	2	Serviços	5
		Comércio	3	Não responde	6M
Categoria socioprofissional	csp	Agricultores	1	Operários	7
		Artesãos	2	Trab. serviços	8
		Empresários	3	Assal. agrícolas	9
		Prof. Liberais/Quad. sup.	4	Desempregados	10
		Quadros médios	5	Inactivos	11
		Empregados	6	Não responde	12M
Conhecimento da «ADICES»	adic	Não	1	Não responde	3M
		Sim	2	Anulado	4M
Participação associativa (questões 8.1 a 8.17)	pa8.1 a pa8.18	Não	1	Sim	2
Informação fornecida (questões 9.1 a 9.12)	if9.1 a if9.12	Nunca	1	Não responde	4M
		Raramente	2	Anulado	5M
		Com frequência	3		
Meios de informação (questões 10.1 a 10.9)	mi10.1 a mi10.9	Nunca	1	Não responde	4M
		Raramente	2	Anulado	5M
		Com frequência	3		
Participação em actividades/ iniciativas (questões 11.1 a 11.24)	pai11.1 a pai11.24	Nunca	1	Não responde	4M
		Raramente	2	Anulado	5M
		Com frequência	3		
Disponibilidade para participar (questões 11.1 a 11.24)	dp11.1 a dp11.24	Não	1		
		Sim	2		
Causas da não participação referidas pelos inquiridos	cnp	Nenhuma	1	Falta de convite	9
		Falta de informação	2	Não existência actividade	10
		Falta de interesse	3	Falta financiamento	11
		Falta de tempo	4	São sempre os mesmos	12
		Falta de transporte	5	Falta inform./tempo	13
		Não inserido no meio	6	Falta tempo/interesse	14
		Problemas de saúde	7	Falta tempo/transporte	15
		Má organiz./F. colabor.	8	F. Inf./temp/não exist. act.	16
M: missing cases					

SPSS: Statistical Package for the Social Sciences, versão 6.1 para Windows, 23 Jun. 1994.

**ANEXO XXIV – CODIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA «SPSS»
(continuação)**

VARIÁVEIS	CÓDIGO	RESPOSTAS	CÓDIGO
Outras informações não fornecidas e referidas pelos inquiridos	oif	Nenhum	1
		A Europa e a moeda única	2
		Plano rodoviário nacional com incidência local	3
		Relacionadas com a imprensa local	4
		Luta contra as carências sociais	5
Outros meios de informação utilizados pelos inquiridos	omi	Nenhum	1
		Contactos pessoais	2
Actividades promovidas pelos bombeiros	apbv	Nenhuma	1
		Demonstrações, simulações, socorrismo	2
		Espectáculos musicais	3
		Exposições	4
		Festas diversas	5
		Palestras	6
		Comissão de festas	7
		Dia mundial da floresta	8
		Actividade directiva	9
		Actividades da corporação	10
		2+5	11
		5+6	12
		Bailes+4+5	13
		2+8	14
		Bailes, desfiles+3+5	15
Actividades promovidas pelo centro paroquial	apcp	Nenhuma	1
		Apoio a necessitados	2
		Cinema, circo, teatro	3
		Espectáculos musicais	4
		Festas diversas	5
		Escola de música	6
		Grupo coral	7
		2+3	8
		3+4	9
		3+5	10
		4+5	11
		Saruas+4	12
		Grupo de jovens+5	13
		Peregrinações, grupo de jovens	14
		Desfiles+3+4	15
Assistência às assembleias das associações locais	aal	Nenhuma	1
		Centro cultural e recreativo	2
		Clube recreativo e desportivo	3
		Centro social	4
		Corpo Nacional de Escutas	5
		Bombeiros+3	6
		Bombeiros, Grupo Coral, Sociedade Filarmónica	7
		Bombeiros, S. Filarmónica, Associação de Pais	8
		Bombeiros, Adega cooperativa, Assoc. caça e pesca	9
		Bombeiros, S. Filarmónica, Clube ténis	10

SPSS: Statistical Package for the Social Sciences, versão 6.1 para Windows, 23 Jun. 1994.

ANEXO XXV – TIPOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO (modalidades sobrerrepresentadas)
(Partição em 12 classes)

ANEXO XXVI – TIPOLOGIA DA PARTICIPAÇÃO (valores teste)
(Partição em 12 classes)

ANEXO XXVII - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS

VARIÁVEIS	A NÃO RESPOSTA	B NÃO PARTICIPAÇÃO	C PARTICIPAÇÃO	TOTAL RESPOSTAS
Classe etária (anos)	25-44 (67,3%)	25-44 (70,7%)	35-54 (65,7%)	222 (79,0%)
Sexo	Feminino (62,3%)	Feminino (75,3%)	Feminino (54,0%)	281 (100,0%)
Estado civil	Casado (83,6%)	Casado (82,7%)	Casado (81,2%)	280 (99,6%)
Residência (Freguesia de Stª Comba Dão/outras freguesias)	Outras freguesias (72,1%)	Outras freguesias (59,3%)	Outras freguesias (54,0%)	281 (100,0%)
Habilitações	Básico (86,0%)	Básico (61,3%)	Básico (57,1%)	258 (91,8%)
Categoria socioprofissional	Trab. serv., agricult., operár., empregados (57,7%)	Prof. liber./quad. sup., trab. serv., agricult. (40,8%)	Trab. serv., prof. liber./quad. sup., empresários (51,1%)	266 (94,7%)
Sector de actividade	Serviços (25,9%)	Serviços (28,9%)	Serviços (40,9%)	266 (94,7%)
Conhecimento da «ADICES»	Não (55,4%)	Sim (51,9%)	Sim (64,2%)	269 (95,7%)
• INFORMAÇÃO FORNECIDA				
Actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas na freguesia onde reside	Sim (75,9%) Com freq. (41,4%)	Sim (56,4%) Raramente (37,2%)	Sim (82,7%) Com freq. (48,6%)	245 (87,2%)
Actividades culturais, desportivas, sociais e económicas realizadas no concelho	Sim (88,0%) Raramente (48,0%)	Não (55,3%)	Sim (82,4%) Raramente (44,9%)	237 (84,3%)
Conservação do ambiente do concelho	Sim (68,2%) Raramente (36,4%)	Não (68,8%)	Sim (64,2%) Raramente (36,6%)	233 (82,9%)
Datas de realização das Assembleias de Freguesia	Sim (55,0%) Com freq. (35,0%)	Não (76,3%)	Sim (51,1%) Raramente (32,3%)	229 (81,5%)
Datas de realização das Assembleias/Conselhos Municipais	Sim (55,5%) Com freq. (33,3%)	Não (78,9%)	Sim (52,2%) Raramente (30,6%)	228 (81,1%)
Importância do Programa «LEADER» para o concelho	Sim (57,9%) Com freq. (36,8%)	Não (85,9%)	Não (55,6%)	232 (82,6%)
Melhoramentos efectuados no concelho	Sim (81,8%) Com freq. (40,9%)	Não (55,3%)	Sim (89,1%) Raramente (53,3%)	235 (83,6%)
Objectivos do Plano Director Municipal (PDM)	Sim (66,6%) Com freq. (33,3%)	Não (88,3%)	Não (53,7%)	228 (81,1%)
Políticas existentes para o concelho	Sim (58,8%) Raramente (35,3%)	Não (80,8%)	Sim (66,1%) Raramente (54,1%)	228 (81,1%)
Questões tratadas pela Assembleia/Conselho Municipal	Sim (50,0%) Raramente (31,3%)	Não (80,8%)	Não (50,4%)	229 (81,5%)
Questões tratadas pela sua Assembleia de Freguesia	Não (53,3%)	Não (78,2%)	Sim (53,7%) Raramente (38,8%)	227 (80,8%)
Trabalho desenvolvido pela «ADICES»	Sim (57,9%) Com freq. (31,6%)	Não (63,2%)	Sim (61,2%) Raramente (46,3%)	229 (81,5%)
• MEIOS DE INFORMAÇÃO «ADICES»				
«ADICES»	Não (56,3%)	Não (71,2%)	Sim (58,4%) Raramente (44,6%)	212 (75,4%)
Câmara Municipal	Sim (82,6%) Raramente (47,8%)	Sim (57,4%) Raramente (45,6%)	Sim (90,4%) Raramente (57,8%)	226 (80,4%)
Junta de Freguesia	Sim (70,0%) Com freq. (35,0%)	Não (53,8%)	Sim (71,2%) Raramente (46,2%)	217 (77,2%)
Exposições	Sim (62,5%) Raramente (37,5%)	Não (55,9%)	Sim (67,2%) Raramente (53,1%)	212 (75,4%)
<i>Internet</i>	Não (76,9%)	Não (95,3%)	Não (78,1%)	205 (73,0%)
Jornal de grande tiragem diário ou semanário	Sim (84,2%) Com freq. (57,9%)	Sim (52,2%) Raramente (31,3%)	Sim (70,9%) Raramente (40,2%)	213 (75,8%)
Jornal Regional	Sim (88,9%) Com freq. (55,6%)	Sim (68,1%) Raramente (43,1%)	Sim (84,7%) Com freq. (51,9%)	230 (81,9%)
Rádio local	Sim (87,1%) Com freq. (51,6%)	Sim (60,2%) Com freq. (30,1%)	Sim (82,9%) Com freq. (42,6%)	233 (82,9%)
Sessões públicas de esclarecimento	Sim (50,0%) Com freq. (31,3%)	Não (92,3%)	Não (74,4%)	210 (74,7%)
TOTAL DE CIDADÃOS	61 (21,7%)	81 (28,8%)	139 (49,5%)	281

Notas: As percentagens referem-se ao total de cidadãos que responderam a cada uma das variáveis (as «não respostas» foram excluídas desta análise). No total de respostas e entre parêntesis surge a percentagem de respostas a cada uma das variáveis relativamente ao total de inquiridos (281).O «sim» da «informação fornecida» e dos «meios de informação» corresponde ao somatório das modalidades «raramente» e «com frequência».

ANEXO XXVIII - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SUBGRUPOS

VARIÁVEIS	A1	A2	C1	C2	C3	C4	TR
Classe etária (anos)	25--44 (71,8%)	35-54 (80,0%)	35-54 (70,2%)	25-44 (62,9%)	35-54 (80,0%)	35-54 (91,7%)	222 (79,0%)
Sexo	Feminino (62,0%)	Feminino (63,6%)	Masculino (63,8%)	Feminino (62,9%)	Feminino (77,8%)	Feminino (53,8%)	281 (100,0%)
Estado civil	Casado (86,0%)	Casado (72,7%)	Casado (84,8%)	Casado (74,3%)	Casado (100,0%)	Casado (92,3%)	280 (99,6%)
Residência (Freguesia de Stª Comba Dão/ /outras freguesias)	Outras freg. (74,0%)	Outras freg. (63,6%)	Outras freg. (55,3%)	Outras freg. (54,3%)	Outras freg. (88,9%)	Freg. Stª Comba Dão (76,9%)	281 (100,0%)
Habilitações	Básico (92,9%)	Básico Sec/Sup (50,0%)	Básico (58,7%)	Básico Sec/Sup (49,3%)	Básico (85,7%)	Básico (76,9%)	258 (91,8%)
Categoria socioprofissional	Trab. serv., operár., empregados (48,0%)	Agric., prof. liber./quad. sup. (54,6%)	Empresários., trab. serv., prof. liber./ /quad. sup. (61,3%)	Prof. liber./quad. sup., trab. serv., operár. (50,7%)	Agricultores (57,1%)	Empresários , trab. serv., prof. liber./ /quad. sup. (61,6%)	266 (94,7%)
Sector de actividade	Serviços (25,5%)	Agricultura (36,4%)	Serviços (46,7%)	Serviços (40,3%)	Agricultura (57,1%)	Serviços (38,5%)	266 (94,7%)
Conhecimento da «ADICES»	Não (56,5%)	Sim (50,0%)	Sim (71,1%)	Sim (64,2%)	Não (77,8%)	Sim (69,2%)	269 (95,7%)
TOTAL DE CIDADÃOS	50 (17,8%)	11 (3,9%)	47 (16,7%)	70 (24,9%)	9 (3,2%)	13 (4,6%)	281

Notas: As percentagens referem-se ao total de cidadãos que responderam a cada uma das variáveis (as «não respostas» foram excluídas desta análise). No total de respostas (**TR**) e entre parêntesis surge a percentagem de respostas a cada uma das variáveis relativamente ao total de inquiridos (281).

ANEXO XXVIII – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS SUBGRUPOS (continuação)

VARIÁVEIS	A1	A2	C1	C2	C3	C4	TR
IF9.1	Sim (71,5%) Rar. (42,9%)	Sim (87,5%) Com freq. (75,0%)	Sim (97,8%) Com freq. (63,0%)	Sim (80,0%) Com freq. (48,6%)	Não (55,6%)	Sim (69,3%) Rar. (46,2%)	245 (87,2%)
IF9.2	Sim (81,3%) Rar. (50,0%)	Sim (100%) Com freq. (55,6%)	Sim (91,1%) Com freq. (48,9%)	Sim (81,4%) Rar. (44,3%)	Sim (75,0%) Rar. (62,5%)	Sim (61,6%) Rar. (46,2%)	237 (84,3%)
IF9.3	Sim (57,2%) Rar. (42,9%)	Sim (87,5%) Com freq. (62,5%)	Sim (76,1%) Rar. (43,5%)	Sim (59,7%) Rar. (40,3%)	Sim e com freq. (77,8%)	Não (66,7%)	233 (82,9%)
IF9.4	Sim (53,3%) Com freq. (33,3%)	Sim (60,0%) Com freq. (40,0%)	Sim (72,8%) Com freq. (36,4%)	Não (59,7%)	Não (55,6%)	Não (61,5%)	229 (81,5%)
IF9.5	Não (61,5%)	Sim (100%) Com freq. (60,0%)	Sim (72,7%) Rar. (40,9%)	Não (54,4%)	Não (88,9%)	Não (53,8%)	228 (81,1%)
IF9.6	Não (61,5%)	Sim (100%) Com freq. (66,7%)	Sim (55,5%) Rar. (33,3%)	Não (58,8%)	Não (77,8%)	Não (61,5%)	232 (82,6%)
IF9.7	Sim (71,4%) Com freq. (35,7%)	Sim (100%) Com freq. (50,0%)	Sim (95,8%) Rar. (51,1%)	Sim (85,5%) Rar. (52,2%)	Sim (100%) Rar. (75,0%)	Sim (76,9%) Rar. (53,8%)	235 (83,6%)
IF9.8	Sim (54,6%) Com freq. (27,3%)	Sim (100%) Com freq. (50,0%)	Sim (63,9%) Rar. (42,6%)	Não (64,2%)	Não (66,7%)	Não (53,8%)	228 (81,1%)
IF9.9	Sim (50,0%) Rar. (33,3%)	Sim (80,0%) Com freq. (40,0%)	Sim (77,2%) Rar. (63,6%)	Sim (57,4%) Rar. (47,1%)	Sim (87,5%) Rar. (75,0%)	Sim (61,6%) Rar. (46,2%)	228 (81,1%)
IF9.10	Não (58,3%)	Sim (75,0%) Com freq. (50,0%)	Sim (69,5%) Rar. (47,8%)	Não (61,8%)	Não (62,5%)	Não (53,8%)	229 (81,5%)
IF9.11	Não (54,5%)	Sim e com freq. (50,0%)	Sim (77,8%) Rar. (46,7%)	Não (56,5%)	Sim (50,0%) Rar. (37,5%)	Não (75,0%)	227 (80,8%)
IF9.12	Não (57,1%)	Sim (100%) Rar. (60,0%)	Sim (73,3%) Rar. (53,3%)	Sim (56,7%) Rar. (46,3%)	Sim (55,5%) Com freq. (33,3%)	Não (53,8%)	229 (81,5%)
MI10.1	Não (66,7%)	Sim e com freq. (75,0%)	Sim (76,8%) Rar. (53,5%)	Não (52,2%)	Sim (50,0%) Rar. (33,3%)	Sim (58,3%) Rar. (33,3%)	212 (75,4%)
MI10.2	Sim (81,3%) Rar. (56,3%)	Sim (85,7%) Com freq. (57,1%)	Sim (93,5%) Rar. (52,2%)	Sim (88,2%) Rar. (58,8%)	Sim (87,5%) Rar. (75,0%)	Sim (92,3%) Rar. (61,5%)	226 (80,4%)
MI10.3	Sim (64,3%) Rar. (42,9%)	Sim (83,4%) Com freq. (66,7%)	Sim (77,2%) Com freq. (38,6%)	Sim (71,6%) Rar. (50,7%)	Sim (55,5%) Rar. (44,4%)	Sim (58,3%) Rar. (50,0%)	217 (77,2%)
MI10.4	Sim (58,3%) Rar. (50,0%)	Sim e com freq. (75,0%)	Sim (80,9%) Rar. (57,1%)	Sim (65,2%) Rar. (56,1%)	Sim (50,0%) Rar. (37,5%)	Não (58,3%)	212 (75,4%)
MI10.5	Não (100%)	Sim e rar. (100%)	Não (78,6%)	Não (80,3%)	Sim (62,5%) Rar. (50,0%)	Não (91,7%)	205 (73,0%)
MI10.6	Sim (78,6%) Com freq. (50,0%)	Sim (100%) Com freq. (80,0%)	Sim (90,0%) Rar. (47,5%)	Sim (62,1%) Rar. (33,3%)	Sim (62,5%) Rar. (50,0%)	Sim (61,6%) Rar. (46,2%)	213 (75,8%)
MI10.7	Sim (84,2%) Rar. (47,4%)	Sim e com freq. (100%)	Sim (97,8%) Com freq. (52,3%)	Sim (82,1%) Com freq. (55,2%)	Sim (50,0%) Com freq. (37,5%)	Sim (75,0%) Com freq. (41,7%)	230 (81,9%)
MI10.8	Sim (88,0%) Com freq. (48,0%)	Sim (83,4%) Com freq. (66,7%)	Sim (95,1%) Rar. (58,5%)	Sim (82,1%) Com freq. (46,3%)	Sim (66,6%) Com freq. (44,4%)	Sim (58,4%) Com freq. (41,7%)	233 (82,9%)
MI10.9	Não (58,3%)	Sim (75,0%) Rar. (50,0%)	Não (71,4%)	Não (79,1%)	Sim (75,0%) Rar. (62,5%)	Não (91,7%)	210 (74,7%)
TOTAL DE CIDADÃOS	50 (17,8%)	11 (3,9%)	47 (16,7%)	70 (24,9%)	9 (3,2%)	13 (4,6%)	281

Notas: As percentagens referem-se ao total de cidadãos que responderam a cada uma das variáveis (as «não respostas» foram excluídas desta análise). No total de respostas (**TR**) e entre parêntesis surge a percentagem de respostas a cada uma das variáveis relativamente ao total de inquiridos (281). O «sim» da «informação fornecida» e dos «meios de informação» corresponde ao somatório das modalidades «raramente» e «com frequência».

ANEXO XXIX - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SUBGRUPO C

VARIÁVEIS	C1.1	C1.2	C1.3	C1.4	C2.1	C2.2	C2.3	TR
Classe etária (anos)	35-44 (50,0%)	35-44 (66,7%)	35-54 (63,7%)	25-44 (66,7%)	18-44 (70,0%)	35-44 (66,7%)	25-44 (65,7%)	222 (79,0%)
Sexo	Masculino (63,6%)	Masculino (100%)	Masculino (71,4%)	Feminino (52,9%)	Feminino (53,8%)	Feminino (72,7%)	Feminino (63,0%)	281 (100,0%)
Estado civil	Casado (90,0%)	Casado (100%)	Casado (92,9%)	Casado (70,6%)	Casado (92,3%)	Casado (72,7%)	Casado (69,6%)	280 (99,6%)
Residência (Freguesia de Stª Comba Dão/ outras freguesias)	Freg. Stª Comba Dão (54,5%)	Outras freg. (80,0%)	Outras freg. (71,4%)	Freg. Stª Comba Dão (58,8%)	Freg. Stª Comba Dão (53,8%)	Freg. Stª Comba Dão (90,9%)	Outras freg. (67,4%)	281 (100,0%)
Habilitações	Básico (60,0%)	Básico (60,0%)	Básico (71,4%)	Sec/Sup (52,9%)	Básico (53,8%)	Sec/Sup (63,7%)	Básico (51,2%)	258 (91,8%)
Categoria socioprofissional	Empres., empregados (66,6%)	Quad. méd., trab. serv. (80,0%)	Agricult., empres., prof. liber./ /quad. sup. (61,6%)	Trab. serv., prof. liber./ /quad. sup. (64,7%)	Empres., trab. serv. (36,4%)	Prof. liber./quad. sup., trab. serv. (72,8%)	Prof. liber./quad. sup., trab. serv., oper. (46,6%)	266 (94,7%)
Sector de actividade	Serviços (33,3%)	Serviços (60,0%)	Indústria (28,6%)	Serviços (70,6%)	Comércio (36,4%)	Serviços (72,7%)	Serviços (35,6%)	266 (94,7%)
Conhecimento da «ADICES»	Sim (70,0%)	Sim (80,0%)	Sim (64,3%)	Sim (75,0%)	Sim (72,7%)	Sim (90,9%)	Sim (55,6%)	269 (95,7%)
TOTAL DE CIDADÃOS	11 (3,9%)	5 (1,8%)	14 (5,0%)	17 (6,0%)	13 (4,6%)	11 (3,9%)	46 (16,4%)	281

Notas: As percentagens referem-se ao total de cidadãos que responderam a cada uma das variáveis (as «não respostas» foram excluídas desta análise). No total de respostas (**TR**) e entre parêntesis surge a percentagem de respostas a cada uma das variáveis relativamente ao total de inquiridos (281).

ANEXO XXIX – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SUBGRUPO C (continuação)

VAR.	C1.1	C1.2	C1.3	C1.4	C2.1	C2.2	C2.3	TR
IF9.1	Sim (100%) Com freq. (63,6%)	Sim e com freq. (100%)	Sim (92,4%) Com freq. (46,2%)	Sim (100%) Com freq. (64,7%)	Sim (69,2%) Com freq. (53,8%)	Sim (100%) Com freq. (81,8%)	Sim (78,2%) Com freq. (39,1%)	245 (87,2%)
IF9.2	Sim (70,0%) Com freq. (40,0%)	Sim (100%) Com freq. (60,0%)	Sim (92,3%) Rar. (53,8%)	Sim (100%) Com freq. (58,8%)	Sim (77,0%) Com freq. (38,5%)	Sim (100%) Com freq. (63,6%)	Sim (78,2%) Rar. (47,8%)	237 (84,3%)
IF9.3	Sim (91,0%) Com freq. (45,5%)	Sim (60,0%) Com freq. (40,0%)	Sim (69,3%) Rar. (46,2%)	Sim (76,5%) Rar. (47,1%)	Não (53,8%)	Sim (90,9%) Rar. (54,5%)	Sim (55,8%) Rar. (37,2%)	233 (82,9%)
IF9.4	Sim (62,5%) Com freq. (50,0%)	Sim e com freq. (100%)	Sim (57,2%) Rar. (42,9%)	Sim (82,3%) Rar. (52,9%)	Não (75,0%)	Sim (63,6%) Rar. (54,5%)	Não (61,4%)	229 (81,5%)
IF9.5	Sim (62,5%) Com freq. (50,0%)	Sim (100%) Com freq. (60,0%)	Sim (50,0%) Rar. (42,9%)	Sim (86,6%) Rar. (53,3%)	Não (58,3%)	Sim (72,8%) Rar. (45,5%)	Não (60,0%)	228 (81,1%)
IF9.6	Sim (54,6%) Com freq. (36,4%)	Sim e com freq. (60,0%)	Não (83,3%)	Sim (82,3%) Rar. (64,7%)	Não (76,9%)	Sim (81,8%) Rar. (63,6%)	Não (63,6%)	232 (82,6%)
IF9.7	Sim (91,0%) Com freq. (45,5%)	Sim (100%) Com freq. (60,0%)	Sim (92,8%) Rar. (71,4%)	Sim (100%) Com freq. (58,8%)	Sim (61,5%) Rar. (53,8%)	Sim (100%) Com freq. (81,8%)	Sim (88,9%) Rar. (60,0%)	235 (83,6%)
IF9.8	Sim (63,7%) Rar. (45,5%)	Sim (80,0%) Com freq. (60,0%)	Não (57,1%)	Sim (76,5%) Rar. (47,1%)	Não (92,3%)	Sim (81,8%) Rar. (54,5%)	Não (67,4%)	228 (81,1%)
IF9.9	Sim (90,0%) Rar. (70,0%)	Sim (60,0%) Rar. (40,0%)	Sim e rar. (50,0%)	Sim (94,1%) Rar. (76,5%)	Não (76,9%)	Sim (100%) Rar. (72,7%)	Sim (56,8%) Rar. (47,7%)	228 (81,1%)
IF9.10	Sim (60,0%) Com freq. (40,0%)	Sim (80,0%) Com freq. (60,0%)	Sim e rar. (50,0%)	Sim (88,2%) Rar. (70,6%)	Não (84,6%)	Sim (63,7%) Rar. (36,4%)	Não (61,4%)	229 (81,5%)
IF9.11	Sim (66,6%) Com freq. (33,3%)	Sim (100%) Com freq. (80,0%)	Sim (64,3%) Rar. (42,9%)	Sim (88,2%) Rar. (64,7%)	Não (61,5%)	Sim (63,6%) Rar. (54,5%)	Não (60,0%)	227 (80,8%)
IF9.12	Sim (80,0%) Rar. (60,0%)	Sim (80,0%) Com freq. (60,0%)	Sim e rar. (53,8%)	Sim (82,3%) Rar. (58,8%)	Sim e rar. (53,8%)	Sim (81,8%) Rar. (54,5%)	Sim (51,2%) Rar. (41,9%)	229 (81,5%)
MI10.1	Sim (100%) Rar. (70,0%)	Sim (80,0%) Com freq. (60,0%)	Sim e rar. (53,8%)	Sim (80,0%) Rar. (53,3%)	Não (53,8%)	Sim (72,7%) Rar. (63,6%)	Não (57,8%)	212 (75,4%)
MI10.2	Sim (100%) Rar. (54,5%)	Sim (100%) Rar. (60,0%)	Sim (78,6%) Rar. (64,3%)	Sim (100%) Com freq. (62,5%)	Sim (84,7%) Com freq. (46,2%)	Sim (100%) Com freq. (54,5%)	Sim (86,4%) Rar. (68,2%)	226 (80,4%)
MI10.3	Sim (80,0%) Com freq. (50,0%)	Sim (80,0%) Rar. (60,0%)	Sim (64,3%) Rar. (35,7%)	Sim (86,7%) Com freq. (46,7%)	Sim (58,4%) Rar. (41,7%)	Sim (90,9%) Rar. (54,5%)	Sim (70,5%) Rar. (52,3%)	217 (77,2%)
MI10.4	Sim (100%) Rar. (66,7%)	Sim (100%) Rar. (75,0%)	Sim (50,0%) Rar. (42,9%)	Sim (93,3%) Rar. (60,0%)	Sim e rar. (63,6%)	Sim (90,9%) Rar. (63,6%)	Sim (59,1%) Rar. (52,3%)	212 (75,4%)
MI10.5	Sim (55,5%) Rar. (33,3%)	Não (100%)	Não (92,9%)	Não (80,0%)	Não (100%)	Não (81,8%)	Não (75,0%)	205 (73,0%)
MI10.6	Sim (100%) Com freq. (55,6%)	Sim (100%) Com freq. (50,0%)	Sim (83,4%) Com freq. (41,7%)	Sim (86,6%) Rar. (53,3%)	Sim (50,0%) Rar. (33,3%)	Sim (63,7%) Com freq. (36,4%)	Sim (65,1%) Rar. (34,9%)	213 (75,8%)
MI10.7	Sim (100%) Com freq. (50,0%)	Sim (100%) Rar. (75,0%)	Sim (92,9%) Com freq. (50,0%)	Sim (100%) Com freq. (62,5%)	Sim (58,4%) Com freq. (41,7%)	Sim (100%) Com freq. (90,9%)	Sim (84,1%) Com freq. (50,0%)	230 (81,9%)
MI10.8	Sim (75,0%) Com freq. (50,0%)	Sim (100%) Rar. (75,0%)	Sim (100%) Rar. (76,9%)	Sim (100%) Rar. (56,3%)	Sim (66,7%) Com freq. (50,0%)	Sim (100%) Com freq. (81,8%)	Sim (81,9%) Rar. (45,5%)	233 (82,9%)
MI10.9	Não (87,5%)	Não (80,0%)	Não (78,6%)	Não (53,3%)	Não (90,9%)	Não (72,7%)	Não (77,8%)	210 (74,7%)
TC	11 (3,9%)	5 (1,8%)	14 (5,0%)	17 (6,0%)	13 (4,6%)	11 (3,9%)	46 (16,4%)	281

Notas: As percentagens referem-se ao total de cidadãos que responderam a cada uma das variáveis (as «não respostas» foram excluídas desta análise). No total de respostas (**TR**) e entre parêntesis surge a percentagem de respostas a cada uma das variáveis relativamente ao total de inquiridos (281). O «sim» da «informação fornecida» e dos «meios de informação» corresponde ao somatório das modalidades «raramente» e «com frequência». **TC:** total de cidadãos.

Raul Jorge Marques nasceu em 1953, na freguesia de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira. Foi entre 1996/1997 e 1999/2000 Assistente Convidado de Geografia Regional na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde continua a colaborar como investigador do Centro de Estudos Geográficos na Área de Investigação de Geografia Regional. É igualmente colaborador da Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e do Instituto de Ciências Sociais (ICS), consultor em desenvolvimento local/rural e docente do ensino secundário.

Lisboa | 2000
ISBN 978-989-11-01-11-8